

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DE LINGUAGEM
SUBÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA
LINHA DE PESQUISA: DISCURSO E INTERAÇÃO**

LUIZA KÁTIA ANDRADE CASTELLO BRANCO

**HISTORICIDADE E SENTIDOS: A PALAVRA *CRIOULO* NOS DISCURSOS
SOBRE A LÍNGUA DE CABO VERDE**

Niterói

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUIZA KÁTIA ANDRADE CASTELLO BRANCO

HISTORICIDADE E SENTIDOS: A PALAVRA *CRIOULO* NOS DISCURSOS
SOBRE A LÍNGUA DE CABO VERDE

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª BETHANIA SAMPAIO CORRÊA MARIANI

Niterói

2007

LUIZA KÁTIA ANDRADE CASTELLO BRANCO

HISTORICIDADE E SENTIDOS: A PALAVRA *CRIOULO* NOS DISCURSOS
SOBRE A LÍNGUA DE CABO VERDE

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

Aprovada em março de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Bethania Sampaio Corrêa Mariani - orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª. Vanise Gomes de Medeiros
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Lygia Maria Gonçalves Trouche
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª. Lúcia Maria Alves Ferreira (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^ª. Dr^ª. Maria Jussara Abraçado Almeida (suplente)
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2007

À minha família, por viver comigo o sonho mesmo.

Ao Fernando, meu amor,

À Fernandinha, minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Bethania Mariani por me fazer conhecer os caminhos da teoria que me modificaram e que me fazem querer prosseguir nos caminhos da pesquisa, pela orientação dedicada, generosa e segura, pelo carinho constante, e por aceitar, corajosamente, empreender essa jornada junto comigo.

Às Professoras Lygia Maria Gonçalves Trouche e Vanise Gomes de Medeiros, pela leitura crítica e esclarecedora do meu Projeto de Qualificação de Mestrado, pelas sugestões e pelo material fornecidos.

À Professora Lúcia Teixeira por me aceitar como aluna após longo afastamento dos meios acadêmicos, me encorajar e me apresentar ferramentas para voltar à vida acadêmica.

À CAPES pelo apoio financeiro na forma de bolsa que me permitiu uma relativa tranquilidade na realização da pesquisa.

A todas as colegas da Análise de Discurso da UFF e, em especial Socorro, Beatriz, Rosane, Sueli e Ângela, por sempre estarem presentes quando precisei de apoio, incentivo e discussões sobre a teoria e também sobre o real.

À Professora Ana Cristina Bicharra Garcia por acreditar e me fazer voltar a acreditar que a realização é condição *sine qua non* para se sentir estimulado a viver.

“Transmitir o saber e a técnica numa língua que não seja materna pode ser uma violência, uma injustiça. A língua dos povos colonizados (por força de circunstância) sofre ainda essa terrível injustiça. Com certeza é de se reconhecer o valor dum língua estrangeira, concretamente o valor do português que é também um acto de cultura, mas para nós, para o nosso povo em geral, a única língua que é o espelho e o reflexo da nossa própria realidade, é a nossa língua materna.” (Manuel Veiga, 1994, p. 211)

RESUMO

Porque, como se afirma em Análise do Discurso, sujeito e sentido constituem-se mutuamente, nomear implica investir de ‘significância para e por sujeitos’ um fato que passa a objeto simbólico. A partir da questão da nomeação, levantam-se questões como a produção da ‘ilusão de consenso’, a filiação a discursos fundadores e a ‘domínios de conhecimento’. A atual nomeação da língua de Cabo Verde como *crioulo* filia o imaginário da língua tanto à ideologia que sustenta a domesticação das línguas, quanto aos estudos lingüísticos que científicaram tal domesticação, quanto às políticas lingüísticas colonizadoras. Mas também filia-o a uma memória de resistência para os falantes do cabo-verdiano. A proposta do trabalho é buscar especificamente no discurso sobre a língua o encontro de uma memória da(s) língua(s) com relação à história que a(s) constituiu. Parto desse lugar para compreender a história da língua de Cabo Verde e da nomeação dada a essa língua, utilizando-me da leitura discursiva de arquivos sobre o saber lexicográfico produzido sobre a palavra *crioulo* no contexto dos séculos XVIII a XXI e sobre o saber sociolingüístico sobre o conceito *crioulo* introduzido no século XX. Este trabalho vincula-se ao projeto História das Idéias Lingüísticas por tratar da produção do saber metalingüístico sobre a língua cabo-verdiana sob uma perspectiva histórica, política e ética do conhecimento sobre linguagem.

Palavras-chave: Análise de Discurso francesa. História das Idéias Lingüísticas. Discurso científico-lingüístico. Sociolingüística. Línguas crioulas. Língua de Cabo Verde.

ABSTRACT

To nominate a fact implies to invest it with ‘significance for and by subjects’, making it become a symbolic object. That is the reason why, as it is considered in Discourse Analysis, subject and sense constitute one another mutually. From the matter of nomination, other questions arise, such as the production of ‘illusion of consense’, the affiliation to foundation discourses and to ‘knowledge domains’ The present nomination of the Cape Verdean language as *creole* affiliates the language imaginary to the ideology that supports the languages domestication, to the linguistic studies that present this domestication scientifically, and also to the colonizing linguistic policies. But this nomination also affiliates the historicity of the language to Cape Verdean speakers’ resistance memory. This research aims at seeking specifically the junction of a memory of the language(s) in relation to the history that constitutes it (them) in the discourse about the language. From this point I try to understand the History of Cape Verdean language and the nomination given to it, based on a discourse-oriented reading of files about the lexicographic knowledge produced on the word *creole* in the contexts of 18th to 21th centuries and about the sociolinguistic knowledge on the concept *creole* introduced in the 20th century. This research is part of the History of Linguistic Ideas Project because it deals with the production of the metalinguistic knowledge about the Cape Verdean language from a historical, political and ethical perspective of the knowledge about language.

Keywords: French Discourse Analysis. History of Linguistic Ideas. Scientific-linguistic discourse. Sociolinguistics. Creole languages. Cape Verdean language.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	11
1.1	Quem é Cabo Verde? Um breve histórico sobre as ilhas	17
1.2	Qual é a língua nacional? Uma questão político-lingüística	24
1.3	Que língua é essa, afinal? Um pouco sobre a história da língua de Cabo Verde	30
2	CENÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO	39
2.1	Conceitos protagonistas: gramatização e colonização lingüística.....	39
2.2	Conceitos da Malha Discursiva (AD): Sujeito, Sentido, Língua, Memória.....	48
2.3	Metodologia	59
2.3.1	Algumas considerações sobre o método discursivo	59
2.3.2	Corpus empírico e corpus discursivo	61
3	DISCUTINDO O CONCEITO SOCIOLINGÜÍSTICO DE LÍNGUA CRIOLA À LUZ DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS	67
3.1	O discurso científico da Sociolingüística sobre as <i>línguas crioulas</i>	68
3.2	Articulando Sociolingüística e Análise de Discurso	81
4	O NOME DA LÍNGUA FALA	83
5	A CIÊNCIA FALA SOBRE A LÍNGUA: COMO?	97
5.1	Denominação e designação: lugares de enunciação sobre o <i>crioulo</i>	98
5.2	O sujeito e seu imaginário.....	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
7	BIBLIOGRAFIA	116
7.1	Bibliografia consultada, lida e citada no texto	116
7.2	Dicionários Consultados	123
8	ANEXOS	126
8.1	Texto da Constituição da República de Cabo Verde de 23 de Novembro de 1999..	126

8.2 Texto da página oficial do governo de Cabo Verde (www.governo.cv).....	126
8.3 Textos escritos do lugar do lingüista e do filólogo (brasileiro, português, cabo-verdiano, francês e americano).....	127
8.4 Verbetes escritos do lugar do lexicógrafo (francês, inglês, espanhol, português, brasileiro)	172
8.5 Entrevistas	183

1 APRESENTAÇÃO

Quem se decidir a trilhar os caminhos do discurso, deve saber de antemão que não vai encontrar um caminho fácil pela frente. Não será nunca uma trilha plana, reta, onde se vislumbra um fim previsível e transparente; ao contrário, os caminhos serão tortuosos e deslizantes, quase, diríamos, uma jornada ‘sem início nem fim’. (FERREIRA, 2002, I SEAD/Porto Alegre)

Tudo começou há cerca de dois anos e meio, na universidade em que ministro aula de Lingüística, quando tive, na sala de aula, estudantes oriundos de Cabo Verde. Durante esse convívio, tomei conhecimento de que eles não falavam a língua portuguesa entre si, usavam-na em ocasiões necessárias para a comunicação, por exemplo, quando se dirigiam a mim ou a um colega de sala brasileiro. Essa língua não era para eles nem língua materna, nem língua nacional, apesar de Cabo Verde pertencer à comunidade de países lusófonos. Mesmo sem ser a língua mais falada no país, ainda assim era o português a única língua considerada oficial.

A língua de Cabo Verde, nesses mais de 500 anos desde o achamento do arquipélago, traz em sua história uma diversidade de línguas africanas que, no convívio com a língua portuguesa, juntaram-se e produziram uma língua terceira há muito adotada nas ilhas como língua materna com suas variações dialetais.

A partir daí, interessei-me em compreender esse fato incontestado e, aparentemente, paradoxal, perguntando: como uma língua pode ser língua materna, língua de uma nação inteira e não ser ensinada nas escolas desse país, não ser considerada oficial? Como uma língua falada há cerca de cinco séculos não possui forma gráfica para registrar sua literatura, sua gramática e todos os discursos dos cabo-verdianos sobre sua história? Como, até que ponto, um povo que, a partir da escolarização, passa a ser constituído por uma segunda língua, o português, – sendo alfabetizado, documentado, escrito por esta – consegue se reconhecer como cabo-verdiano e não como português, e, para além disso, consegue se significar como um povo de cultura e de civilização em pé de igualdade com o povo português e outros tantos?

Essas perguntas iniciais propiciaram outras não menos importantes para a análise: de que forma a denominação *crioulo* dada à língua de Cabo Verde contribui para manter a situação de desprestígio desta em relação à língua portuguesa? Ou, posto de uma outra forma, como a indefinição do nome dado à língua (chamam-na, os próprios falantes, de vários nomes diferentes: ora “crioulo”, ora “crioulo de Cabo Verde”, ora “cabo-verdiano”, ora “língua de Cabo Verde”, ora “língua materna”) faz com que os outros sentidos sejam apagados ou

esquecidos? Saber que há um país onde a língua falada cotidianamente, aquela que constitui o sujeito desde seu nascimento, não é a língua oficial desse país suscitou-me todas essas questões que me pareceram norteadoras e serviram de fio condutor a essa pesquisa.

Neste trabalho, busco especificamente no discurso sobre a língua o encontro de uma memória da(s) língua(s) com relação à história que a(s) constituiu. É deste lugar que parto para compreender a história da língua de Cabo Verde e da nomeação dada a essa língua.

Por afetar os sujeitos em sua identidade e autodeterminação, a questão da língua será discutida enquanto língua materna, língua nacional e língua oficial, reflexões necessárias para a compreensão da historicidade da língua cabo-verdiana.

Para fazer essa análise, apóio-me na teoria da Análise de Discurso¹ (doravante AD) de linha francesa, pois ela me permite lançar mão, primeiro, do modo como a história se inscreve no discurso – historicidade² – e, segundo, de como sentido e sujeito se constituem mutuamente, tudo isso para compreender a produção de sentido que o fato apresenta naquele espaço e tempo, isto é, como um objeto simbólico “está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2003b, p.26).

Além disso, a história de/sobre a língua pode, pois, ser contada de variadas maneiras, e, dependendo de como é contada e por quem, efeitos de sentido se formam, naturalizam-se, passam a ser hegemônicos e óbvios. A proposta da AD permite, através da análise, dar visibilidade aos demais sentidos possíveis que estão apagados ou esquecidos, mas não eliminados, visto que são função da interlocução, isto é, “todo explícito determina implícitos e vice-versa” (ORLANDI, 1983, p.158).

A AD nos faz ciente de que a historicidade do texto não está no contexto fora da linguagem, mas na forma como a exterioridade está simbolizada e internalizada no próprio texto, no modo de funcionamento de marcas da linguagem que falam essa história.

Essa é uma teoria não de aplicação, mas de reflexão sobre a linguagem, a história, o sujeito e a ideologia; de problematização do sujeito com o sentido, da língua com a história, de como um objeto simbólico produz sentidos para e por sujeitos.

Constituem, assim, meu objeto de estudo, os vários discursos sobre a língua cabo-verdiana, especificamente, os discursos lexicográficos sobre a palavra *crioulo* no contexto dos séculos XV a XXI e o discurso científico-lingüístico sobre o conceito *crioulo* introduzido pela

¹ Refiro-me à teoria de Michel Pêcheux na França e reterritorializada por Eni Orlandi no Brasil.

² “Relação constitutiva entre linguagem e história. Para o analista do discurso, não interessa o rastreamento de dados históricos em um texto, mas a compreensão de como os sentidos são produzidos. A esse trabalho dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade.” (FERREIRA, 2001)

Sociolingüística no século XX, bem como os efeitos de sentido nesses discursos que provocam uma desvinculação do par língua materna/língua nacional da língua cabo-verdiana o que a incapacita de servir como língua oficial tanto no imaginário cabo-verdiano quanto no do outro estrangeiro.

Faz-se necessária uma observação. Nesse trabalho de pesquisa, opto por adotar como nome da língua o termo *cabo-verdiano* ou *língua cabo-verdiana* em todas as situações em que me referir a ela como a língua de Cabo Verde, já que minha hipótese é a de que o nome *crioulo* dado à língua é um conceito metalingüístico e não um nome próprio, o que, por vias outras, torna-se determinante para o seu desprestígio, como tentarei verificar ao longo do trabalho. E, também, quando me referir às situações históricas, usarei a expressão *crioulo/cabo-verdiano*.

Como objetivo geral, determinei trabalhar teoricamente o porquê da tensão atual entre a língua materna (o cabo-verdiano – do povo colonizado) e a língua oficial (o português – do colonizador) – língua materna falada / língua oficial não falada até a escola; o cabo-verdiano – não-instrumentalizada – convivendo com o português – língua instrumentalizada; o cabo-verdiano – desprestigiada / o português – prestigiada. Como objetivo específico, compreender a contribuição do discurso científico-lingüístico para a hegemonia do sentido de língua cabo-verdiana como menos importante que o português, através dos efeitos de sentido dados ao termo *crioulo* nos textos teóricos (séc. XVI-XX) e nos dicionários (séc. XVIII-XX). Ao lado disso, entender como a questão do nome da língua de Cabo Verde constrói um espaço enunciativo³ que a constitui na visão do próprio cabo-verdiano e do outro estrangeiro como língua inferior à língua portuguesa.

O processo de levantamento do *corpus* empírico não foi desprovido de significado, o que implica que a própria escolha dos textos já constituiu um gesto de interpretação sobre o fato a ser estudado. Assim, esse levantamento traz em si duas características: a sua textualização heterogênea, ou seja, textos que se comunicam por possuírem uma regularidade dos sentidos (paráfrases e polissemias); e a dispersão, porque essas textualizações refletem diferentes regiões de significação no processo de subjetivação. Nesse sentido, esse *corpus* se constitui em um dispositivo de arquivo, que para Foucault (1969) e Pêcheux (1982) (*apud* MARIANI, 2004, p.105), trata-se de “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais em que é possível deprender a discursividade que rege as configurações de enunciados múltiplos e dispersos”.

³ “Espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante.” (GUIMARÃES, 2002, p.18)

Esses arquivos tratam da história da língua e do saber produzido sobre ela e se organizam a partir dos discursos produzidos por sujeitos constituídos a partir de diferentes lugares sócio-históricos, tendo em vista que só se pode compreender o deslocamento que preside a produção da identidade cabo-verdiana – que por sua vez, constitui-se pela língua que flutua na sua denominação entre nomes variados –, analisando criticamente o lugar da produção dos efeitos de sentido (ORLANDI, 2002, p.11).

Recolhi, então, textos lingüístico-científicos sobre a língua de Cabo Verde encontrados em livros de lingüística, dicionários de lingüística e filologia escritos das posições de filólogos, lexicógrafos e lingüistas de várias nacionalidades. Dentre eles, os portugueses Lopes de Lima e Herculano de Carvalho, os brasileiros Antonio Houaiss, Mattoso Câmara, Celso Cunha, Hildo Couto e Fernando Tarallo, o cabo-verdiano Manuel Veiga, o americano Derek Bickerton. Compõem também esse *corpus* as definições da palavra *crioulo* em diferentes dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII ao XXI, e de língua espanhola, francesa e inglesa dos séculos XIX ao XXI. Dentre os dicionários pesquisados estão: *Grand Dictionnaire Universel du XIX^o Siècle de Pierre Larousse* edição de 1869, *Vocabulario Pportuguez e Latino* de Rafael Bluteau edição de 1712, *Nouveau Larousse Illustré*, edição de 1902, *Dictionnaire Encyclopedique et Bilingue Portugais-Français – Cabo Verde-Cap-Vert* de Françoise et Jean-Michel Massa edição de 2002, *Le Robert Quotidien: Dictionnaire Pratique de la Langue Française* edição de 1996, *The Columbia Encyclopedia* edição de 2004, *The Oxford English Dictionary* edição de 1933, *Básico Diccionario Didáctico de Español* edição de 1999, *Lello Universal: Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro em 2 volumes* edição de 1983, *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras* de Antenor Nascente edição de 1967, *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado* de KOOGAN/HOUAISS edição de 1993, *Dicionário Eletrônico HOUAISS da Língua Portuguesa* edição de 2001, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira edições de 1975 e de 1999.

Estão, também, nesse *corpus* empírico, entrevistas feitas aqui mesmo na cidade do Rio de Janeiro com estudantes cabo-verdianos que estão cursando faculdades no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro (Universidade Santa Úrsula e Universidade Federal do Rio de Janeiro) e em Brasília (Universidade de Brasília).

Foram incluídos, além disso, o texto da constituição cabo-verdiana, especificamente a parte que fala sobre língua, e o texto do *site* oficial do Governo de Cabo Verde sobre a cultura e a sociedade. Apesar de fazer parte do *corpus* empírico, os textos a seguir não constam do corpo da dissertação: textos escritos das posições de sujeitos cabo-verdianos sobre as Ilhas de

Cabo Verde, para um Ciclo de Conferências promovido pela Associação dos Estudantes Cabo-verdianos no Estado do Rio de Janeiro, realizado nos dias 25, 26, 27 de outubro de 2004, no auditório principal da Universidade Santa Úrsula. Estes textos estão reunidos em Anais publicados em 2004; o texto de um programa do curso de graduação do Ensino do Português, Língua e Literatura da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde; e textos de publicações recentes, de cantores, políticos e teóricos da língua falando sobre a língua de Cabo Verde, recolhidos na internet (os *sites* pesquisados estão listados na seção 2.3.2 que trata do *corpus* empírico).

No *corpus* discursivo, está o objeto teórico construído a partir de recortes direcionados pelos objetivos propostos. Esse *corpus* discursivo, que já é resultado de um primeiro gesto de análise, é constituído pelas definições de *crioulo/língua crioula* e pelas relações que tais definições mantêm com as expressões *língua materna*, *língua oficial* e *língua nacional*.

Este trabalho se inscreve no projeto da História das Idéias Lingüísticas ao se propor articular a história do saber metalingüístico com a constituição da língua nacional. Essa articulação se dá por duas razões:

- primeiro, porque a história das idéias se produz sob condições específicas e é nelas e por elas que a língua nacional se constitui – por exemplo, a discussão entre os intelectuais cabo-verdianos sobre o estabelecimento de um alfabeto para a língua cabo-verdiana que acaba sendo imposto através de um decreto;
- segundo, porque a questão da língua é uma questão do Estado; por exemplo, para o modelo do Estado de Cabo Verde, a produção do conhecimento sobre a língua é uma das formas da relação entre a tríade da: unidade lingüística necessária, diversidade lingüística existente no território nacional e memória do outro, o colonizador.

Esse primeiro capítulo, o da Apresentação, está subdividido em três seções, a primeira (1.1), em que me utilizo do percurso histórico para recontar um pouco da história do Arquipélago de Cabo Verde, tomando como ponto de partida os livros dos historiadores cabo-verdianos Antonio Carreira (*Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*) e Elisa Silva Andrade (*As Ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional (1460-1975)*), a segunda (1.2), em que discuto a questão político-lingüística da língua de Cabo Verde, e a terceira (1.3), em que relato a questão da língua nas ilhas, tentando fazer um quadro de como era e de como é.

A seguir, dedico o capítulo 2 ao cenário teórico-metodológico, em que explicito os conceitos com que vou trabalhar durante as análises. Nesse mesmo capítulo, proponho a metodologia a ser utilizada, e, ainda, apresento os *corpora* empírico e discursivo. Os textos e os verbetes colhidos encontram-se nos Anexos (capítulo 8), e os recortes a serem analisados, também, nos Anexos e no capítulo 5.

No capítulo 3, discuto o conceito sociolingüístico de *língua crioula* à luz da História das Idéias Lingüísticas pensando, a partir das várias abordagens do que é um *crioulo* para as diferentes correntes da sociolingüística/crioulística, o conhecimento sobre a língua como um discurso.

Em seguida, no capítulo 4, falo sobre a questão do nome da língua. Mostro como a nomeação provoca efeitos de sentidos dependendo do sujeito que a nomeie. Trago definições da palavra *crioulo* elaboradas por lexicógrafos e também por historiadores, antropólogos, filósofos e lingüistas, de variados períodos entre o século XVII e o século XXI. Aproveito para fazer um quadro comparativo temporal entre as acepções apresentadas no verbete *crioulo* de alguns dos dicionários pesquisados observando o momento em que a palavra *crioulo* deixou de se referir apenas ao indivíduo e passou, também, a se referir à língua falada por esse indivíduo e como o fez.

No capítulo 5, proponho as análises do *corpus* discursivo. Os recortes analisados sob a perspectiva da AD na forma de seqüências discursivas foram selecionados por darem maior visibilidade às denominações que, no caso da palavra *crioulo*, materializam lingüisticamente a aparente objetividade do discurso científico-lingüístico refletindo a ilusão da ‘escolha’ e de um único sentido possível. No capítulo 6, faço minhas considerações finais.

O capítulo 7 trata da bibliografia – que está dividida em duas seções, obras lidas, consultadas e citadas, e dicionários consultados –, e o capítulo 8 refere-se aos anexos contendo os textos do *corpus* empírico – o texto da Constituição cabo-verdiana referente à língua, o texto da página oficial referente à cultura e à sociedade, os textos dos filólogos e lingüistas sobre a língua de Cabo Verde, os verbetes dos dicionários e as entrevistas.

Embora signifique uma tomada de posição em relação à história da língua e do saber produzido sobre ela, esta reflexão é apenas um passo muito pequeno dado na direção de compreender a constituição da língua nacional em Cabo Verde. Mesmo assujeitada às condições de produção sócio-históricas de minha época, tento constituir um novo arquivo, historicizando o sentido institucionalizado através do deslocamento dos sentidos e da busca, na dispersão dos enunciados, dos possíveis outros sentidos silenciados.

Retomando como disse na epígrafe e copiando Orlandi (2003b, p.10-11), digo que esse texto, como todo discurso, ficará incompleto, “sem início absoluto nem ponto final definitivo”.

1.1 Quem é Cabo Verde? Um breve histórico sobre as ilhas

Pesquisando sobre a história do arquipélago (SILVA, 2005), encontra-se que, de modo geral, as dez ilhas (mais dois ilhéus) do arquipélago de Cabo Verde foram achadas pelos portugueses durante duas viagens sucessivas entre 1460 e 1462, – as cinco primeiras ilhas, as de Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), De las Mayes (Maio), Sam Christovam (Boavista) e Lana (Sal), foram achadas por Antonio de Noli, genovês a serviço do Infante D. Henrique e Diogo Gomes, navegador português, e as restantes, ilha Brava, ilha de Sam Nicolau, ilha de Sam Vicente, ilha Rasa (ilhéu Raso), ilha Branca (ilhéu Branco), ilha de Santa Luzia e a ilha de Sant’Antonio (Santo Antão), por Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando. O arquipélago de Cabo Verde estava deserto quando de seu achamento.

No entanto Carreira (1983) e Andrade (1996) sugerem que as ilhas podem ter sido visitadas por árabes ou fenícios séculos antes da chegada dos europeus. Não excluem também a hipótese de Santiago já ser habitada antes de seu achamento. Parece ter abrigado um pequeno grupo de náufragos jalofos, ou outros habitantes da costa da Guiné como os Felupes, Sereres e Lêbus. Esses dois últimos grupos, reza a tradição oral, vinham às ilhas atraídos pela sua riqueza em peixe e em sal, na ilha do Sal, que trocavam por ouro de Tombuctu.

Qualquer que tenha sido o caso, não havia população suficientemente bem estabelecida para resistir à tomada de posse total pelos portugueses em 1460. Em outubro de 1460, o Infante D. Henrique restitui em testamento o poder temporal das ilhas atlânticas ao Rei D. Afonso V de Portugal. E este doa o arquipélago, em 1462, a seu irmão, o Príncipe D. Fernando, que, posteriormente, divide a ilha de Santiago entre dois donatários.

Segundo Carreira (1983), o que houve em Cabo Verde, então, foi povoamento e não colonização. A primeira ilha a ser povoada foi a de Santiago. Neste ano de 1462, inicia-se o povoamento das ilhas com europeus, na sua totalidade portugueses, e africanos vindos da Costa Ocidental da África. A povoação que se formou nessa ilha seria elevada mais tarde, em 1530, à categoria de Vila da Ribeira Grande, atual Cidade Velha. E, até meados do séc. XVI, adquire um grande prestígio devido ao tráfico negreiro, negócio cada vez mais rentável devido ao alargamento das rotas comerciais. Considerando-a suficientemente importante, o rei

de Portugal, D. João III (1521-1557) solicitou em 1507 ao Papa Clemente VII que Ribeira Grande fosse separada da diocese de Funchal (Madeira) à qual estava até então ligada para se constituir numa diocese autônoma. Pela bula *Pro Excellentissimi* de 31 de Janeiro de 1533, Cabo Verde e Guiné Bissau passaram a constituir uma diocese com sede na Ribeira Grande, elevada à condição de cidade para poder acolher a capital da diocese.

Outras ilhas também começaram a ser povoadas ainda no século XV. A ilha de Fogo progrediu com o cultivo de cereais, frutas e legumes, de algodão, de anil, com a fabricação de sal, e com a criação de gado. A ilha de Maio e da Boa Vista também foram povoadas para o aproveitamento das boas pastagens com a criação de gado diverso. As ilhas de São Vicente e de Sal só foram povoadas a partir da terceira década do século XIX. E cada uma delas apresenta características que lhes são peculiares. Sobre as diferenças regionais, escreve João Lopes Filho⁴,

São (...) um tanto diferentes, ou relativamente diferenciáveis, as sensibilidades dos vários ilhéus, (...), por exemplo, (...) não reagem da mesma maneira o “santantonense” e o “santiaguense”, o “sanicolaense” e o “foguense”, ou ainda o “santiaguense”, e o “bravense” (para nos referirmos a ilhas do mesmo “grupo” - Barlavento, Sotavento), etc. Tornam-se portanto evidentes as diferenças de comportamentos, hábitos, estilos de vida, tradições, crioulo local, enfim, a “personificação social” das diversas ilhas caboverdianas, advindas, por certo, dos vários processos utilizados nos respectivos povoamentos e suas consequências na evolução sócio-cultural de cada uma.

Deste modo, ao fazer-se uma análise coerente e sem apressadas generalizações do ponto de vista bio-físico e cultural, é forçoso ter-se presente as características específicas de cada ilha, porque estas influenciaram significativamente as relações sócio-económicas ao longo dos séculos traduzidas no binómio homem-ambiente.

Os poucos recursos naturais – escassez de água, terras muito áridas, com muitos montes e vales, assoladas por freqüentes secas –, as condições climáticas pouco favoráveis – o rigor do clima tropical impossibilitava a prática do mesmo tipo de culturas a que os portugueses estavam habituados –, e o baque demográfico sofrido por Portugal (no século XIV, a peste negra havia devastado a população) pareciam constituir verdadeiros entraves à fixação europeia em Cabo Verde.

Contudo, mediante a concessão de importantes privilégios comerciais, a coroa portuguesa cedo tentou, e com sucesso, atrair colonos para Santiago. Ao que parece, quem se fixou nesta e nas outras ilhas foram principalmente dois grupos: o dos brancos, constituído por poucos portugueses nobres (famílias do sul de Portugal, Algarve e Alentejo, convidadas

⁴ “Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana”, Ed. Ulmeiro 2, Lisboa, 1983.(*apud* ANDRADE, 1996, p. 51)

por D. Afonso V) e plebeus (artífices, trabalhadores braçais, criados, etc. que acompanhavam essas famílias), alguns portugueses expulsos ou indultados (os degredados), aventureiros genoveses e flamengos; e o dos negros (a maior parte da população), constituído pelos escravos trazidos da costa e rios da Guiné (originários de vários grupos étnicos, dentre eles, Jalofos, Bambarãs, Lêbus, Fulas, Mandingas, Bijagós, Fula-fôrros, Fula-pretos), e também por alguns africanos livres (muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns vinham a Santiago para serem cristianizados) que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, mercenários e capitães de navios.⁵

Muitos dos primeiros colonos brancos foram expulsos para Cabo Verde sem as suas famílias e arranjaram ligações com mulheres negras escravas e livres, fazendo aumentar a população mulata. A mestiçagem (homem branco x mulher negra) processava-se normalmente e dava seus frutos. Formava-se desse modo a sociedade mista e escravocrata cabo-verdiana.

Mais tarde a miscigenação chegou a preocupar os poderes públicos, a ponto de o rei, em carta de 20 de outubro de 1620, determinar que “para Cabo Verde se degredassem as mulheres [brancas], que se costumam degredar para o Brasil, a fim de que se extinga, quanto possível a raça de mulatos”.⁶

Contudo o número de brancos nunca foi grande, pois não cresceu na proporção do de escravos. Pelo contrário, houve um verdadeiro êxodo de homens brancos, durante o século XVII, fugindo do cerco econômico imposto pela coroa através de uma série de leis restritivas às atividades econômicas. Alguns dos colonos ou seus descendentes mulatos mudaram-se para a Alta Guiné e formaram uma classe de intermediários ("lançados") que iria ter um papel crucial na expansão do tráfico de escravos. Muitos destes intermediários casariam com mulheres africanas para solidificarem a sua posição social em várias sociedades da África Ocidental.

A imigração branca forçada ganhou significância apenas no século XIX, entre os anos de 1802 e 1882, quando entraram nas ilhas, mandados pela metrópole, 2433 degredados, sendo 2352 homens e 81 mulheres.⁷ Essas pessoas eram sentenciadas à deportação para Cabo

⁵ Informação extraída de ANÔNIMO, “Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde, 1784. Edição da Revista Diogo Caão. Inéditos Coloniais. Série A, nº III, Lisboa, 1937 (apud CARREIRA, 1983, p.296).

⁶ Barcelos, Cristiano José de Senna. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*. Parte I. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899.(apud CARREIRA, 1983)

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Cabo Verde, Papéis Avulsos, 1746. Exposição da Câmara de Santiago ao Rei em 20-1-1743. (apud CARREIRA, 1983)

Verde e eram distribuídas por todo o arquipélago para evitar o desenvolvimento de qualquer concentração em Santiago.

Assim, a proporção entre brancos e negros sempre foi desigual. Já em 1582, nas ilhas de Santiago e Fogo, havia cerca de 13.700 escravos contra cerca de 100 brancos. E, ainda, no século XVIII, entravam aproximadamente 200 escravos por ano nas ilhas (CARREIRA, 1983, p.279 e 298)

Por sua posição estratégica privilegiada, a meio caminho entre os três continentes e em frente da dita Costa dos Escravos, Santiago tornou-se cedo ponto de escala e de aprovisionamento dos navios, ponte de penetração portuguesa no continente, entreposto de escravos posteriormente exportados para a Europa – particularmente para Portugal e Espanha – e para as Américas. Durante os dois primeiros séculos de colonização, os escravos representaram, seguramente, a mercadoria mais importante das exportações cabo-verdianas.

Cabo Verde, já na primeira década do século XVI, exportava couro, sebo, algodão, cavalos e açúcar. Valentim Fernandes (1506-1508)⁸, ao referir-se à ilha de Santiago, salienta que ali “se produziam frutos que eram cultivados em Portugal: figos, uvas melões e açucars”. Mais tarde, Gaspar Frutuoso (1582-1591)⁹ e Fernão Guerreiro (1600-1603)¹⁰ informaram, respectivamente que Santiago produzia muito açúcar e que este açúcar era de boa qualidade. Em 1872-1873 o arquipélago é ainda exportador (337 t), e, no início do século XX, passa à condição de importador (360 t em 1901).

Em meados do século XVI, o tear foi introduzido nas ilhas e a arte da fiação criou raízes em Cabo Verde. O tecido de algodão tingido de anil e fiado nas ilhas tornou-se parte da carteira de produtos trocados no comércio de escravos. Começou-se, então, a exportação de tecidos, sobretudo para o continente africano. Além dos tecidos, nos primeiros anos do século XVII, era exportado também o óleo de baleia, para o Brasil¹¹. Segundo as Provisões de 1791-1792, da preparação da baleia, dois terços revertiam para a Coroa e só um terço cabia às populações.

O leque dos produtos exportados alargou-se nos meados do século XIX. Com efeito, Cabo Verde exportava, além de escravos e tecidos, outros produtos como algodão, peles,

⁸ In “Cartas das Ilhas de Cabo Verde, 1506-1508, publicadas por Fontoura da Costa, Ed. Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939.(*apud* ANDRADE, 1996)

⁹ Citado por A. H. de Oliveira Marques, “Gaspar Frutuoso e a Colonização de Cabo Verde”, in Garcia da Orta, vol. 9, nº 11, Ed. Junta da Investigação do Ultramar, Lisboa, 1961, p. 28. (*apud* ANDRADE, 1996)

¹⁰ Citado por António Carreira, “Estudos de Economia Caboverdiana”, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa 1982, pp. 237-238. (*apud* ANDRADE, 1996)

¹¹ CARREIRA, António, “Migrações nas Ilhas de Cabo Verde”, Universidade Nova de Lisboa, Série Investigação, Lisboa, 1977, p.288. (*apud* ANDRADE, 1996)

couros, tartarugas, milho, aguardente, tabaco, âmbar, óleo e sal. Mas a sua importância relativa já não era a mesma.

Durante o período de economia escravagista, a Coroa limitou-se, por um lado, a monopolizar os principais produtos que constituíam fontes de rendimento e, por outro, a explorar apenas o que não exigia esforços em investimentos ou inovações técnicas. O declínio econômico do Império português e, conseqüentemente, o das ilhas, se anunciava. No entanto as classes abastadas das ilhas, na tentativa de acompanhar as mudanças econômicas do cenário mundial do século XVIII, não puderam converter-se numa classe de empresários capitalistas, nem no meio rural, nem no nível industrial, pelo próprio fato da dominação colonial.

O declínio da economia das ilhas começa a partir do momento em que a Coroa permite que os escravos sejam resgatados diretamente da costa da Guiné sem que haja necessidade de aportar no Arquipélago.

A ausência de inovações técnicas, o pouco trabalho de defesa e restauração dos solos – aliados à falta do lucrativo comércio de escravos – conduziram ao declínio da agricultura e da criação de gado. E a isso se acresça a revolução industrial que viria quebrar de vez esse ciclo que fizera enriquecer a classe alta de Cabo Verde e a Coroa portuguesa. Face à concorrência dos produtos industrializados da Europa, apenas sobreviveram nas ilhas a destilação de aguardente (em condições técnicas totalmente ultrapassadas) e a extração do sal.

O processo de abolição da escravidão foi desencadeado em nível mundial pela Inglaterra no século XVIII. Até esse processo vir a se completar nas colônias portuguesas e particularmente em Cabo Verde custaram décadas aos escravos africanos. As primeiras leis que iniciaram esse processo progressivo de extinção foram publicadas em 1856 e a da abolição efetiva, pelo menos em termos jurídicos, e extensiva a todos os territórios coloniais portugueses, em 1878. Conta-nos Carreira que,

aboliu-se a escravidão no território de Ambriz, por Decreto de 15 de Junho de 1856; e em 28 de Abril de 1858, fixou-se o prazo improrrogável de 20 anos para a abolição total da escravidão em todos os territórios portugueses. Esse prazo veio a ser antecipado em 1869 e libertados os escravos com a obrigação de servirem os seus senhores até 29 de Abril de 1878. Finalmente a 29 de Abril de 1875 decretou-se a abolição definitiva da escravidão em 1876, seguida da tutela por 2 anos, durante os quais os antigos libertos seriam obrigados a contratar, tendo preferência nesses contratos os antigos senhores. (CARREIRA, 1983, p. 407)

Diferentemente das outras colônias portuguesas na África, que apresentavam um potencial (recursos minerais, grandes superfícies cultiváveis, fertilidade dos solos e enormes recursos hídricos) favorável às novas funções que lhes seria atribuída em função da nova divisão internacional do trabalho, Cabo Verde, daqui (1765) em diante, serviria como colônia exportadora de mão-de-obra contratual, forma nova de escravidão¹², para trabalhar nas roças de São Tomé e Príncipe, especialmente. Contra esse envio compulsivo de cabo-verdianos, foram promulgadas algumas leis (por exemplo, a de dezembro de 1863), mas essa emigração forçada só teve fim em 1970. (ANDRADE, 1996)

A debilidade das ilhas devido aos sucessivos ataques de piratas (os mais terríveis foram os perpetrados pelo inglês Francis Drake em 1578 e 1585, que ateou fogo à cidade de Ribeira Grande, e, em 1712, pelo francês Cassard) e às secas prolongadas, e a vários períodos de fome e epidemias¹³; o ritmo muito elevado do crescimento demográfico; uma agricultura atrasada e incapaz de responder às necessidades de consumo interno; e uma indústria quase inexistente foram fatores que levaram o cabo-verdiano a procurar outros meios que lhe permitissem a sobrevivência.

Nesta busca por uma vida melhor, o cabo-verdiano faz com que a emigração¹⁴ se torne o principal recurso para a população. Hoje em dia a população emigrada (estima-se mais de 600 mil – a maior comunidade cabo-verdiana está nos Estados Unidos, na área de New Bedford-Wareham), apesar de ser muito superior à residente (cerca de 446 mil)¹⁵, mantém uma relação estreita com Cabo Verde, não só nos aspectos culturais, mas também pelas remessas de dinheiro que constituem uma importante fonte de divisas para o país.

¹² Segundo ANDRADE (1996, p. 180), o cabo-verdiano forçado ao trabalho em São Tomé e Príncipe, “ao fim de um período de três ou cinco anos de trabalho (renovável mas muito raramente renovado), voltava para Cabo Verde tão miserável como à partida. Ademais, regressava enfraquecido por causa das doenças, da diferença climática, do regime alimentar diferente, dos maus tratos, etc. De retorno ao país, trazia consigo, em geral, entre 1 000 e 3000 mil escudos que conseguiu economizar durante esse período.”

¹³ “Das crises de fome e epidemias de que há um conhecimento concreto nos séculos XVI a XIX, destacamos muito sumariamente as seguintes: 1500-1583, 1590-1594, 1609-1611, 1685-1689, 1704-1712, 1719-1721, 1730-1732, 1738-1740, 1741-1742, 1745-1746, 1748-1750, 1754-1755, 1764-1765, 1773-1775, 1790-1791, 1804-1806, 1810-1814, 1824-1826, 1830-1833, 1845-1846, 1850-1860, 1862-1865, 1875-1876, 1883-1886, 1889-1890, 1896-1897, 1899-1900.” (CARREIRA, 1983, p. 216). A cada período desse, o historiador descreve a tragédia e dá o número de mortes. Em nota de rodapé, acrescenta as crises do século XX: “1902-1903, 1921-1922, 1930-1931, 1934-1935, 1940-1942, 1946-1948, 1958-1959 e 1969-1970”. E conclui: “Nas duas últimas, devido à prontidão e eficiência das medidas cautelares determinadas com grande antecedência pelo Governo, não se registraram quaisquer mortes por fome.” (idem). Este autor ainda comenta, na mesma página, “Estes autênticos cataclismos, aliados a outras situações difíceis por que passaram os cabo-verdeanos, devem ter influenciado grandemente não só na economia e na vida social, como até, de modo marcante, na psicologia do homem das ilhas.” (ibidem)

¹⁴ A barca Susan Jane chega a New Bedford, nos Estados Unidos da América com as primeiras mulheres imigrantes cabo-verdianas em 6 de outubro de 1864, terminando uma tendência de imigração masculina com mais de um século.

¹⁵ Fonte do site oficial de Cabo Verde no endereço eletrônico <http://www.governo.cv/paisdados.html>.

Assim, a aceleração dos fluxos migratórios aparece, neste contexto, como a única solução possível para o restabelecimento do equilíbrio entre recursos/população. Mas como os que emigram são majoritariamente do sexo masculino e, na maior parte das vezes, deixam as suas famílias no país, isso provoca uma distorção do *sex-ratio* tornando o número de mulheres superior ao dos homens e aumenta o número dos inativos (crianças e velhos) em relação ao número dos ativos” (ANDRADE, 1996, p. 199 e 201). Em 1975, só os de menos de 15 anos representavam 47% da população total¹⁶.

O declínio contínuo da economia cabo-verdiana, aliado à seca que devastava o país desde 1968 criaram uma tal situação nos últimos anos que antecederam a independência, que metade das despesas do país passaram a ser asseguradas por uma “subvenção não reembolsável” de Portugal. Em 1974, essa subvenção representava 54% do total das despesas públicas cabo-verdianas.

Das revoltas de escravos e insurreições que marcaram particularmente o século XIX, até o desencadeamento da luta conjunta de libertação nacional na Guiné Bissau e em Cabo Verde, decorreu um longo tempo em que a acomodação ao *status quo* colonial só foi agitada em 1910 com a insurreição camponesa em Ribeirão Manuel (Santiago) contra a arbitrariedade dos proprietários fundiários e em 1934 com uma manifestação em São Vicente de trabalhadores e populares hasteando bandeiras negras e protestando contra a fome que terminou em assalto e saque dos armazéns de alimentos da alfândega e de várias casas comerciais¹⁷.

As idéias de independência ou de autonomia em ligação com o Brasil, por vezes presentes nos levantamentos do século passado¹⁸, não se verificam mais, pelo menos expressamente, até à Segunda Guerra Mundial.

¹⁶ SEDES, Rapport provisoire de la mission SEDES – Problème de Planification”, Paris, Setembro de 1977.(*apud* ANDRADE, 1996)

¹⁷ In B.O. nº 33, 18 de Agosto de 1934.(*apud* ANDRADE, 1996)

¹⁸ Sobre a revolta dos aldeãos de Ribeira de Engenho (Santiago) de 1822, escreve Rocha Martins na sua obra “*História das Colônias Portuguesas, Academia das Ciências de Lisboa*, Tip. da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1933, p. 175: ‘Levedava uma revolução. Diversos indivíduos pretendiam que o povo se manifestasse para unir o arquipélago ao governo brasileiro.’ Segundo o Governador Chapuzet, que chegou a Cabo Verde a 11 de Fevereiro de 1923, tinha sido informado à sua chegada que algumas pessoas procuravam constituir um partido ligado ao Brasil para onde queriam enviar uma delegação para solicitar a sua adesão ao plano: independência de Cabo Verde em união com o Brasil que acabara de proclamar a sua independência (1822). A ideia de independência de Cabo Verde unido ao Brasil deve ter sido muito forte e subsistido por muito tempo nos espíritos, Galvão e Selvagem (op. cit. vol. I, p. 99) falam da ideia que circulava entre os liberais de Cabo Verde nos anos 1830 preconizando a formação de uma ‘Confederação Brasileira’ que reunisse o Brasil já independente, Angola e Moçambique. Em 1836, por ocasião de uma rebelião de escravos e jornaleiros na ilha do Sal, tomaram a bandeira do consulado do Brasil que desfraldaram (Cof. B.O. de Cabo Verde, nº 189, 22 de Maio de 1947)”. (*apud* CARREIRA, 1983)

É a geração de Amílcar Cabral, nos anos 40, que reacende as idéias de independência nacional. O seu corolário foi a organização da luta de libertação nacional, com a criação, em 1956, em Bissau, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.). A partir daí, os percursos do P.A.I.G.C. e de Amílcar Cabral foram indissociáveis até seu assassinato, a 20 de janeiro de 1973. (YGNATIEV, 1975)

A 24 de Setembro de 1973, após vários anos de luta armada, a Assembléia Nacional Popular reunida nas zonas libertadas de Boé, proclama a República da Guiné Bissau Estado independente e soberano.

O processo de libertação de Cabo Verde é acelerado devido à queda do fascismo português e às forças nacionalistas das ex-colônias portuguesas. Conseqüência disso é o reconhecimento pelo Governo português do Estado guineense e do direito do povo cabo-verdiano à independência, fato impulsionado pelos acordos de Londres e de Argel (26 de Agosto de 1974). Portugal reconhece, igualmente, o P.A.I.G.C. como único e legítimo representante do povo de Cabo Verde.

Após a Constituição de um Governo de transição (composto por cabo-verdianos e portugueses) presidido por um Alto Comissário nomeado por Portugal e representando a soberania portuguesa, o povo cabo-verdiano elegia, meses depois (30 de Junho de 1975), uma Assembléia Constituinte – composta por 56 deputados e 72 suplentes com a participação de 84% dos eleitores. A lista única proposta por esse Partido recebeu 92% dos votos válidos. Esta Assembléia viria a proclamar a Independência da República de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975 e a promulgar uma lei sobre a Organização Política do Estado que fez as vezes de Constituição até a aprovação desta na 9ª Sessão Legislativa de 5 de Setembro de 1980. O Presidente da República foi eleito e formou, alguns dias depois, o primeiro Governo do Estado de Cabo Verde, dirigido por um Primeiro Ministro.

A 13 de janeiro de 1991 é instalado o regime multipartidário, e o país rege-se, desde então, por uma democracia parlamentar com eleições livres e com todas as instituições de uma democracia moderna.

1.2 Qual é a língua nacional? Uma questão político-lingüística

Uma língua, materna ou não, é sempre, intrinsecamente, o lugar do outro. (PIETROLUONGO, 2001, p. 200)

A questão da constituição da língua nacional passa pela constituição da história da língua do país. Assim estabelecer relações entre os acontecimentos históricos que deram origem ao Estado cabo-verdiano e à constituição de sua língua materna/nacional permite: refletir sobre o discurso da história, em que se vai buscar não só os sentidos que estão lá, mas aqueles que foram excluídos, também; e permite re-interpretar o significado da tensão existente na relação do português, língua oficial em Cabo Verde, com o cabo-verdiano, língua falada no território, língua materna que constitui os sujeitos.

A situação lingüística vivida por Cabo Verde hoje é de tensão entre o cabo-verdiano, a língua materna dos cabo-verdianos, povo colonizado, e a língua oficial, o português, do povo colonizador. A língua materna é falada em todas as ilhas, com suas variantes dialetais, por todos os cabo-verdianos desde que nascem. A língua oficial, em contrapartida, entra de forma institucional na vida dos cabo-verdianos a partir da idade escolar. Sobre isso, é oportuno referenciar um trecho de um trabalho apresentado pelo lingüista cabo-verdiano Manuel Veiga¹⁹ em setembro de 1981, publicado em seu livro *A sementeira* (1994, p. 257-277),

[...] se todo o nosso povo fala e compreende o Cabo-verdiano, a maioria, contudo, não fala o português. Apenas os nossos letrados, os que estudaram ou estudam são verdadeiramente bilingues. Na generalidade, o nosso povo tem um nível razoável de compreensão do Português, mas compreender uma língua não significa falar essa mesma língua.

Segundo Eduardo Guimarães (2006)²⁰, língua nacional “é a língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país.” E a língua oficial, no seu dizer, é

“ a língua que é tomada como única num Estado (País). Ou seja, é a língua que todos os habitantes do país precisam saber, que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou seja, nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é também a língua nacional. Ou seja, não é possível que uma língua seja a língua oficial de um País sem ser também sua língua nacional. Isto mostra a relação forte estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação.” (idem)

Em Cabo Verde não há mais que uma língua oficial, apesar de haver mais de uma língua com historicidade e sujeitos constituídos diferentemente. Ainda, segundo Guimarães (idem) “não há uma correspondência direta entre uma língua nacional e um Estado”, podendo,

¹⁹ Manuel Veiga é Doutor em Lingüística formado pela Universidade de Paris e foi Ministro da Cultura de Cabo Verde até março de 2006. É também autor de vários livros sobre política lingüística em defesa da oficialização de sua língua.

²⁰ Enciclopédia das línguas no Brasil: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm.

assim, haver mais de uma língua oficial em um mesmo país já que é uma questão de identidade política e cultural, e dentro de um mesmo Estado é possível haver diferentes identidades lingüístico-político-culturais.

O cabo-verdiano, em comparação com o português, é a língua desprestigiada que não pode alcançar ainda o *status* de língua oficial, enquanto o português é a prestigiada, já que é a única língua oficial. Esse sentimento de desprestígio é confirmado também por Manuel Veiga, quando fala do cabo-verdiano como ato de cultura, comentando a situação de necessidade de valorização de sua língua materna,

Dentro deste âmbito, qual seria o lugar que cabe à língua cabo-verdiana? Será ela fonte, veículo e suporte de cultura popular? Claro que a resposta tem que ser negativa, se tivermos em conta a lógica daqueles que durante a noite dos tempos nos dominaram, nos exploraram e nos espezinharam. (VEIGA, 1994, p. 198)

Essa tensão não se dá apenas pelo português ter uma relação demasiado estreita com o passado colonial do povo cabo-verdiano, mas também pelo fato de, ainda hoje, permanecer como um fator de desigualdade em uma sociedade onde muitos de seus membros não dominam a língua oficial, por resistência ou por falta de escolaridade. Um dos vieses para compreender o processo discursivo de construção lingüística de Cabo Verde é responder à pergunta: como uma língua materna pode não ocupar o papel de língua oficial num país independente politicamente?

Normalmente, quando pensamos em língua materna pensamos em língua nacional. E vinculamos a língua nacional à língua oficial. Mas essa associação de sentidos nem sempre corresponde à realidade das línguas. Esses são conceitos que precisam ser bem esclarecidos, tendo em vista que em Cabo Verde a língua materna não é a oficial e, dependendo do sujeito, também não é a nacional.

Cabo Verde é um país diglósico e não bilíngüe, em que as duas línguas, portuguesa e cabo-verdiana, não disputam o espaço lingüístico de forma equilibrada.

O cabo-verdiano é a língua materna, aquela que é falada desde que o sujeito nasce, que o constitui através das práticas languageiras, e pela qual se relaciona com o mundo real, constituindo seu imaginário lingüístico. Segundo a opinião de Manuel Veiga, “é um instrumento novo de comunicação para os cabo-verdianos, tornou-se um veículo e o suporte da sua cultura, da sua personalidade, da sua originalidade.” (VEIGA, 1994, p. 287-8)

A língua portuguesa é a língua oficial, aquela que está institucionalizada, que é determinada e instituída pelo Estado. A língua do ensino, da mídia, do governo, da política, da administração. A que é imposta por uma questão de poder e de interesse político e econômico. É a língua que vai dar visibilidade ao país, que vai projetá-lo para o ambiente internacional e também para o nacional.

Nesse sentido, o espaço enunciativo das duas línguas fica duplamente dividido: a língua nacional, em Cabo Verde, ora é o cabo-verdiano, ora é o português. Para o Estado cabo-verdiano e para o outro, o que está fora de Cabo Verde, a língua nacional é a língua portuguesa. É a que torna o país integrante da comunidade lusófona. É a que escreve a história do país, a literatura, o cinema e a mídia. É a que escreve o hino nacional cantado pela população.

Apesar de tudo isso, para o cabo-verdiano, a língua nacional é o cabo-verdiano, ou, como eles a chamam, o *crioulo*. É a que constrói o imaginário da unidade, de identidade com a nação. Nessa língua são compostas parte das letras das canções populares – as mornas –, e parte da poesia. É a língua da oralidade e da informalidade. Segundo Veiga (1994, p. 288), para o povo, no entanto, o português é considerado, ao lado do cabo-verdiano, “um patrimônio do nosso povo [...] vive-se hoje em Cabo Verde um bilinguismo *sui generis* onde não existem nem antagonismos lingüísticos nem situações preocupantes de glotofagia.”

Ao se falar em língua nacional, é preciso especificar o conceito de nação com que se está lidando, pois, para o sujeito do século XXI, o sentido de um (nação) reboca o sentido do outro (língua). Contudo é preciso dizer que nem sempre nação esteve associada à língua. É, a partir do século XVIII, que um já aparece vinculado ao outro.

Na obra do lingüista prussiano Johann Gottfried Herder (1744-1803) (*apud* JOBIM e MARIANI²¹, 2006, p.1), nação tem caráter imanente, é elemento durável no decorrer do tempo e subjacente à experiência histórica. O “nacionalismo como identidade herdada acredita que a nacionalidade é uma herança que se recebe ao nascer em determinada terra, pertencer a determinada raça e falar determinada língua.” Dessa forma, o indivíduo ao nascer já adquire “o espírito ou a alma do povo a que pertence”, independentemente de sua vontade.

Ernest Renan (*apud* DI RENZO, 2005, p. 14-15), em 1882, ao reportar-se à idéia de nação com relação à França, na célebre conferência proferida a 11 de março de 1882 na Sorbonne, afirma que a nação é um “plebiscito de todos os dias”, é uma “vontade de continuar

²¹ MARIANI, Bethania e JOBIM, José Luis. *National language and post-colonial literature in Brazil*. Revista da ANPOLL/ Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística. São Paulo, nº 20, jan/jun 2006. p. 11-36.

a fazer valer a herança que se recebeu intacta”. Ela é baseada na idéia da vontade dos indivíduos em refazer permanentemente o pacto (com lembranças e esquecimentos compartilhados) que os reúne como coletividade social.

O primeiro conceito se aproxima do Romantismo alemão e da idéia de cultura como base para a legitimidade de constituição de um Estado-nação²² e de sua soberania. O segundo, é um conceito político, tem seu fundamento na vontade dos indivíduos, dá ênfase aos princípios contratualistas e republicanos. (TRAJANO FILHO, 2000).

Um terceiro conceito é o de Bernardo Ricupero que reconhece a condição conflitante dos dois conceitos e propõe que,

[...] entre o Estado e a sociedade civil estabelece-se a nação como mediação ideológica que dá aos homens e mulheres a impressão de pertencerem a uma comunidade política maior. A nação parece ter uma função quase complementar; se, no capitalismo, entende-se o Estado como organismo estranho aos indivíduos e a sociedade civil como espaço no qual prevalecem interesses particulares, os membros de diferentes nações, ao se identificarem com os demais membros de sua nação, sentem-se como fazendo parte de uma espécie de “todo” coletivo. A nação aparece, dessa maneira, como uma forma de identidade em face da fragmentação da vida social e da exterioridade da vida política. (*apud* TRAJANO FILHO, 2000)

Parece que o conceito de nação para os cabo-verdianos passa pela língua como identidade herdada e pela vontade de fazer continuar a herança dessa língua, pois é ela que apresenta esse caráter de complementaridade, numa situação em que o Estado impõe uma língua outra e em que, na sociedade civil, prevalecem interesses privados. A língua cabo-verdiana é o lugar da união, da garantia do espaço político-cultural, da “adesão a um mesmo interesse coletivo” (THIESSE *apud* DI RINZO, 2005). Por isso é nela e por ela que se identificam com os demais membros de sua nação, e “sentem-se como fazendo parte de uma espécie de ‘todo’ coletivo”.

O estado nacional tem sido tomado como óbvio e universal, apesar de não representar a única forma de institucionalização da autoridade. Assim o projeto ocidental de Estado-nação se impõe com força às sociedades dos países periféricos. A importação de tal modelo, então,

²² Forma de organização social, política, econômica e cultural que começou a tomar forma na Europa Ocidental do fim do século XVIII, no decorrer de um complexo processo que envolveu: a modernização e industrialização, transformando a estrutura social e a divisão social do trabalho; o desenvolvimento de uma unidade econômica através da constituição de um mercado interno e da criação de uma moeda nacional; o desenvolvimento de uma língua única e homogênea tornando possível a implantação do sistema de educação nacional; e uma racionalização da estrutura de poder e autoridade possibilitando a emergência de um novo modo de pertencer à totalidade nacional como cidadão. (TRAJANO FILHO, 2000, p.4)

em um contexto bastante diverso daquele vivenciado na Europa Ocidental, exige adaptações e negociações singulares no processo de construção nacional. A imagem de um Estado único e indivisível passa, como já vimos, por uma língua única e homogênea que o represente. Portanto, para a construção da nacionalidade, como fazem crer as ideologias nacionais, é preciso ter homogeneidade lingüística, uma característica ‘natural’²³ das nações. (DIAS, 2002, p. 11)

Essa homogeneidade, porém, não se faz de uma forma natural, ao contrário, a unidade sob uma só língua não é conseguida senão a custo de um complexo e violento processo de criação e naturalização de uma ficção dessa homogeneidade.

Nesse processo de adequação não há uma apropriação passiva da ideologia européia. Há sempre uma ressignificação desses projetos, uma articulação original de interesses, adaptada a cada contexto particular.

Todavia, como esse conceito de estado-nação é o modelo teórico eurocêntrico, as formas de sociabilidade que se afastam dele são consideradas “as nações desviantes do modelo, são percebidas como não nações, como nações incompletas, parciais ou inviáveis.” (TRAJANO FILHO, 2000, p.6)

Pensar, então, a história de Cabo Verde, após a independência, é pensar que este país precisou se adequar ao modelo de Estado-nação, por imposição de um cenário político mundial. Precisou da ficção de uma língua única e homogênea tendo um contexto marcado pela pluralidade lingüística. A questão da língua, nesse caso, mostra como ela pode constituir um obstáculo à adequação desses países ao modelo de organização social, política, econômica e cultural representado pelo Estado-nação. Essa adequação pressupõe, então, a adoção de uma língua que preencha todos os requisitos.

Essa língua que assumirá o papel de língua oficial é preciso que tenha a sua escrita devidamente padronizada, seja uma língua já instrumentalizada – com gramática e dicionário –, já que vai servir a um Estado burocrático. Em Cabo Verde, a língua portuguesa usufrui dessa posição.

²³ “Língua e nacionalidade parecem-nos tão naturalmente unidas que se torna difícil lembrar como sua fusão é recente. Frederico, O Grande, falava francês e achava que isso era perfeitamente normal para um príncipe alemão. Isso nos parece estranho porque pensamos nos franceses como o povo que fala francês, mesmo que isso não seja tão evidente, como Eugen Weber mostrou. Em 1863, de 37.510 comunas francesas, 8.381 não falavam francês e aproximadamente 10% de todas as crianças francesas em idade escolar na terceira república, com idade entre 7 e 13 anos, chegavam à escola falando apenas *patois*.” (STEINBERG, 1997, p.235)

A memória de séculos de dominação portuguesa, porém, impede a adoção passiva desta língua, pois esbarra aí uma outra questão, a constituição da identidade cabo-verdiana. Os cabo-verdianos falam e querem ser falados pelo cabo-verdiano.

Mesmo reconhecendo a força constitutiva de uma língua materna e sabendo que o português não é língua materna em Cabo Verde, nesse conjunto de relações, verifica-se que seu caráter de língua oficial enquanto imaginário de unidade sobrepõe-se ao de língua materna, e distribui-se pelo imaginário de seus falantes como língua dominante. (GUIMARÃES, 2005b)

Essa situação faz com que o cabo-verdiano para seus falantes signifique sua negação como língua nacional e, portanto, oficial.

1.3 Que língua é essa, afinal? Um pouco sobre a história da língua de Cabo Verde

Segundo Antonio Carreira (1983, p. 344), historiador cabo-verdiano, a língua crioula/cabo-verdiana teria surgido no próprio arquipélago no século XVI, menos de sessenta anos após o início de seu povoamento.

Para o lingüista Jürgen Lang, a tese de o crioulo/cabo-verdiano ter nascido em Cabo Verde também parece fazer sentido. Ele diz,

Em Santiago, a crioulação do português deve, portanto, ter começado logo nas primeiras décadas após a descoberta. Por conseguinte, o crioulo desta ilha é um dos mais antigos crioulos de base européia ainda vivos, ou talvez até o mais antigo. [...] Os escravos oriundos do continente africano eram batizados em Santiago e recebiam aí uma instrução rudimentar (ladinização), o que poderia explicar a presença de certos elementos luso-crioulos em muitas línguas crioulas das Caraíbas. (LANG, 1999, p.1)

Esta hipótese é contestada por outros pesquisadores que acreditam ter o crioulo/cabo-verdiano nascido no continente africano, e, só então, ido para Cabo Verde na rota do tráfico de escravos.²⁴

O fato é que, uma vez consolidado nas ilhas, o crioulo/cabo-verdiano encontrou um importante espaço de desenvolvimento, mesmo que sufocado por uma luta desigual com a língua portuguesa, fortalecida pelo poder colonial.

Diferentemente do latim que, quando entrou na Península Ibérica no século II a.C., lá encontrou outros povos e línguas já existentes (GUIMARÃES, 2005b), a língua portuguesa,

²⁴ ROUGÉ, Jean L. *Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa*. Soronda: Revista de Estudos Guineenses, nº2, p.28-49, 1986.(apud DIAS, 2002)

ao se fixar em Cabo Verde, encontrou as ilhas despovoadas. As línguas africanas que entraram em contato com a portuguesa foram para lá levadas à revelia de seus falantes.

A história da relação das línguas africanas com a língua portuguesa em Cabo Verde está ligada a um processo caracterizado pela ênfase de poder político da língua portuguesa em relação a esse conjunto de línguas que entraram junto com os africanos trazidos para as ilhas como escravos. Desde o início, está ligada ao seu modo de presença nas ilhas, pois “eram línguas cujos falantes eram escravos e, assim, excluídos do direito de falar em público”. (GUIMARÃES, 2005a, p. 23)

É importante dizer que o português nunca entrou em concorrência com outra língua européia de Estado em Cabo Verde, como aconteceu no Brasil, onde esta língua teve de concorrer com o holandês, por exemplo, durante as invasões holandesas no século XVII. (GUIMARÃES, 2005b)

Com o início do povoamento das ilhas, o português já não é essa língua homogênea representada no imaginário dos cientistas sociais que descrevem o processo de ocupação das ilhas. É a língua oficial do Estado português já num espaço-tempo diferenciado. E, antes disso, mas somado a isso, há uma outra língua portuguesa que já entrou em contato com tantas outras línguas africanas na costa ocidental da África e que já não é a mesma.

Quando essa língua portuguesa entra em Cabo Verde é trazida por falantes pertencentes à nobreza do Reino de Portugal a quem são doadas as capitânicas em que as ilhas foram divididas. Além desses falantes, moram na ilha os servos que acompanham a nobreza, os degredados, os traficantes de escravos, os escravos que falavam português, e os línguas²⁵.

Paralelamente a isso, é preciso não esquecer que Cabo Verde é um entreposto, um porto de escala por onde passam os africanos feitos escravos com destino a outras colônias portuguesas, como o Brasil, colônias inglesas, holandesas, americanas e francesas.

Essa língua portuguesa já recontextualizada em outro espaço-tempo se impõe às línguas africanas de diferentes grupos étnicos. Esse contato força uma intercomunicação entre os portugueses e os africanos de tal modo que toma feição, ou como resistência ou como sobrevivência, uma nova forma lingüística de significar aqueles sujeitos, tanto portugueses quanto africanos, constituindo-se numa espécie de língua franca²⁶.

²⁵ Línguas ou chalonas, eram intérpretes, na verdade multilíngües, africanos livres ou não, que deveriam aprender a falar o português, o crioulo/cabo-verdiano e as outras línguas africanas devido à diversidade étnica dos povos escravizados, pois eram os intermediários na comunicação entre estes e aqueles.

²⁶ “Dá-se o nome de língua franca ao sabir falado até o século XIX, nos portos mediterrâneos. Baseada no italiano central, compreende diversos elementos das línguas românicas. Chama-se também *lingua franca* toda língua compósita do mesmo tipo.” (DUBOIS, 1973, p. 387)

Devido ao efeito de sentidos provocado pelo discurso que filia as línguas européias de Estados nacionais à língua latina (da ciência, das leis, e da religião), somos levados a pensar que a língua portuguesa ao entrar em contato com as línguas africanas não sofre influência destas. Esse efeito de ilusão é resultado de uma memória hegemônica em que se filiam as línguas européias ao grupo das línguas de ‘cultura’ e de ‘civilização’, não podendo, portanto, ser tocadas pelas línguas que não de ‘cultura’ ou de ‘civilização’, ou seja, faladas por povos ‘incultos’ ou ‘incivilizados’.

Esse primeiro momento de contato foi constituído de muitos acontecimentos buscando reafirmar a língua portuguesa nesse novo espaço-tempo histórico como dominante, por sempre sofrer resistência de uma outra língua, a crioula/cabo-verdiana.

E essa resistência se faz basicamente de duas maneiras: contra a força das interdições da Coroa na forma jurídica (cartas, éditos reais, etc) e religiosa (batismo e catequese/ladinização), e pela heterogeneidade de nações e culturas africanas e pela quantidade de contingente.

Em várias ocasiões, através dos séculos de colonização, o rei de Portugal exige que os escravos falem a língua portuguesa. Registro aqui, a partir de agora, alguns desses momentos.

Muito cedo a Coroa portuguesa reconheceu a necessidade e a conveniência de haver elementos de ligação entre navegantes e negociantes europeus e os povos africanos. Era indispensável fazê-los aprender a língua portuguesa. Para esse fim começou-se pela catequese, e apareceram os primeiros negros africanos que falavam português e tornavam-se cristãos.

A regra então passou a ser batizar os escravos em cerimônias coletivas, levá-los para a comunidade cristã, pelo menos teoricamente, e ladinizá-los. Essa tarefa cabia aos missionários portugueses. Esse interesse era grande, pois o escravo ladino tinha um preço maior que o do boçal²⁷.

Isso quando os próprios navios vindos da Europa já não traziam consigo os chalons (línguas ou intérpretes).

²⁷ Os escravos boçais eram os importados mais recentes em Santiago, e falavam apenas as respectivas línguas. Entendiam-se com os traficantes e com seus donos e feitores através dos línguas ou chalons (intérpretes). (Devido a enorme diversidade de etnias e conseqüentemente de línguas, os chalons deveriam ter sérias dificuldades. Sobre isso, o Padre Alonso de Sandoval traz uma passagem em *Naturaleza, Política, Sagrada e Profana, Costumes e Ritos, Disciplina e Catechismo evangélico de todos los Etiopes. Edição de Francisco Lira. Sevilha, 1627.*) Os escravos ladinos já se encontravam em Santiago há algum tempo, posto que entraram crianças ou adolescentes, e já estavam batizados, haviam sido ensinados a trabalhar e a falar a língua portuguesa. (CARREIRA, 1983, p.277)

Já em 1455, Cadamosto²⁸ escrevia,

[...] e deliberamos mandar a terra com **os nossos intérpretes** (porque cada um dos navios tinha **intérpretes negros trazidos de Portugal**, que tinham sido vendidos pelos Senhores do Senegal aos primeiros Portugueses que vieram descobrir aquele País). Estes escravos tinham-se feito cristãos, e **sabiam bem a língua Espanhola**, e tínhamo-los havido de seus Senhores, com o contrato de lhes dar por seu estipêndio e soldo, um escravo por cada um, a escolher em todo o nosso monte; e em esses intérpretes tendo ganhado quatro escravos.²⁹

Embora percebesse a precariedade com que a catequese e o batismo dos escravos eram feitos nas ilhas, a metrópole era a favor de uma catequese mesmo que rudimentar. Em face disso, o Conselho Ultramarino emitiu um parecer em 28 de novembro de 1697 no sentido de “que os escravos fossem doutrinados durante a demora nas ilhas, mas só o tempo da demora necessária, porque iam para terra de cristão.”³⁰

Após esse parecer, várias outras ordens foram mandadas pela metrópole e enviadas aos bispos e aos governadores. Numa delas, a Coroa ordenou que fosse criado uma espécie de “Recolhimento”, um lugar determinado onde se pudesse proceder à educação e à instrução dos escravos antes da sua saída para o Brasil, Antilhas ou outros portos da América. Mas os moradores reagiram sempre mal a todas as idéias no sentido de levar a efeito a latinização dos escravos, demonstrando, talvez, as difíceis implicações da tarefa.

E em 20 de novembro de 1699, a Coroa decidiu, então, proibir taxativamente o embarque para o Brasil de escravos que não tivessem sido batizados.³¹ Essa medida, porém, acarretou uma baixa substancial das receitas da Alfândega de Cabo Verde. Assim, em carta de 4 de fevereiro de 1701, endereçada ao governador de Cabo Verde, ficou esclarecido que “os senhores de escravos de Cabo Verde e Guiné ficam obrigados a dentro de seis meses em que fala a mesma lei a terem os seus escravos instruídos, sob pena de os perderem sem lhes valer alegação alguma, para que este temor os ponha na obrigação de tratarem do seu ensino [...]”. A seguir, acrescenta,

e porque sobre a casa [Recolhimento] que se tinha mandado fabricar para se catequizarem os ditos escravos se acharam inconvenientes, me pareceu ordenar que

²⁸ Em Magalhães Godinho, Vitorino. *Documentos sobre a expansão portuguesa*. Edições Cosmos: Lisboa, 1956, vol.III, p.167; também em *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*. Edição da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo III, 2ª edição, Lisboa, 1867. (apud CARREIRA, 1983)

²⁹ Grifo da autora.

³⁰ Correia Lopes, Edmundo. *A escravatura: subsídios para a sua história*. A.G.C.: Lisboa, 1944.(apud CARREIRA, 1983)

³¹ Barcelos, Cristiano José de Senna. *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*. Parte II. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899. p. 163. (apud CARREIRA, 1983)

os catequistas práticos nas línguas dos mesmos negros os vão catequizar a casa dos seus senhores e às senzalas, assim como se pratica em Angola, **dando-se-lhe por ensino aquilo que se arbitrar** [...] (Barcelos, op. cit., p. 163 *apud* CARREIRA, 1983, p. 292)³²

Os oficiais da Câmara de Santiago, indignados em aceitar a ordem do rei que mandava construir um ‘recolhimento’ para educar e instruir os escravos, na tentativa de mostrar a impossibilidade de tal medida, reuniram-se e escreveram ao rei de Portugal, em 15 de agosto de 1699, a seguinte exposição, da qual extraio o trecho que aqui interessa:

[...] mandá-los nos ditos dias à doutrina, e quando por espaço de tempo, e não saem doutrinados, se conhecerá que não foi omissão de seus senhores mas **pouca inteligência dos Escravos porquanto há muitos com tão pouca inteligência que não é fácil ensiná-los a falar**, quanto mais doutriná-los [...]. (*apud* CARREIRA, 1983, p.292)³³

Já nessa época associa-se a imagem do outro, o colonizado, a um imaginário negativo, de falta, de deficiência, de impossibilidade de adaptação ao mundo europeu, ‘civilizado’, de ‘cultura’. É assim que, nesse trecho, percebe-se claramente a não-aprendizagem pelo colonizado da língua do colonizador, por àquele faltar inteligência.

Desde os alvares de 1500, e, no caso de Cabo Verde, pode-se dizer até sua independência no século XX, vê-se que a memória lingüística dos sujeitos das ilhas foi discursivizada de forma a impor-lhes uma língua estrangeira, sempre preferível à língua que sabiam falar, através do esforço e da tenacidade no processo de ladinização das populações africanas, e através do regime colonial no início, e, posteriormente, pelo regime fascista de Salazar em Portugal.

Massa (2002, p. 73) faz referência a um decreto expedido pela Metrópole de abril de 1849 que proíbe o ensino que não seja feito em língua portuguesa. Diz ele, “Pendant la période coloniale, les autorités portugaises, sans succès, ont attaqué, méprisé, combattu le créole. En interdisant notamment par un décret d’avril 1849 un enseignement dans une langue autre que la langue portugaise.”³⁴

Os vários efeitos de sentidos dados em diferentes épocas à língua cabo-verdiana se produzem em diferentes condições de produção. Isto quer dizer que, nesses sentidos, intervêm

³² Grifo da autora.

³³ Grifo da autora.

³⁴ “Durante o período colonial, as autoridades portuguesas, sem sucesso, atacaram, desprezaram, combateram o crioulo. Proibindo, sobretudo, por um decreto de abril de 1849, o ensino em outra língua que não fosse a portuguesa.” (Tradução da autora)

uma memória hegemônica, determinadas conjunturas sócio-históricas, e suas ideologias em que se inscrevem os sujeitos dos discursos.

Houve uma primeira filiação ao sentido que o discurso do português colonizador batizou de dialeto numa acepção pejorativa.

Antonio Carreira, em seu livro *O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*, cita, na página 70, que Chelmicki e Vernhagen (1841) ao falarem dos filhos de Portugal dizem “[...] e mesmo estes acostumam-se logo à ridícula linguagem do país, geralmente usada e chamada língua crioula, idioma perverso, corrupto e imperfeito, sem construção nem gramática e que não se pode escrever.” Cita, ainda, Lopes de Lima (1844) para quem o *crioulo* é uma “gíria, composto monstruoso do antigo português e das línguas da Guiné, que aquele povo tanto presa, e os mesmos brancos se comprazem a imitar.” (*apud* VEIGA, 1994, p. 285)

Filiados também a esse sentido estavam os cabo-verdianos, na época brancos e negros escravos e livres, passando a significar sua língua como “não-língua”, língua “sem regras e sem gramática”, o que permitiu seu silenciamento como língua e rendeu-lhe, por muito tempo, o *status* de “imitação corrupta e imperfeita” da língua portuguesa da metrópole.

Esse estatuto de dialeto angariado pela língua cabo-verdiana, dizia dela como uma ‘variante simplificada do português’. Arelada a esse sentido, buscava seu lastro, sua filiação genética a uma língua de cultura para que também ela significasse língua de cultura, ainda que à imagem do europeu. Dialeto no discurso colonial é o resultado da incapacidade de povos atrasados assimilarem corretamente uma língua de cultura e de civilização.

E é com esse sentido de dialeto que se funda o discurso sobre as *línguas crioulas* empregado pelos primeiros estudos sociolingüísticos. É importante assinalar que esse discurso lingüístico torna-se o discurso fundador, aquele em que a memória temporalizada se apresenta como institucional, legítima, o discurso que “aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia significante, apoiando-se em retalhos dele para instalar o novo” . (ORLANDI, 2003a, p. 13). Esse discurso-científico torna-se discurso fundador por se constituir em um lugar e ser uma força na formação social de embate pela sedimentação de um sentido em detrimento dos outros. Esse discurso nasce em um lugar privilegiado, o lugar da ciência, que filia a outros fortemente marcados por sentidos naturalizados e hegemônicos.

Dessa forma, esses sentidos de língua simplificada e de língua à imagem da língua européia-matriz colam-se ao conceito de *língua crioula* formulado e reverberam a cada enunciação desse significante *crioulo*. Colam-se porque um dizer tem sempre “relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2003b, p.39). Os sentidos resultam de relações entre interlocutores, entre discursos. O discurso nasce já em relação com

outros discursos, aqueles de onde partiu, que lhe dão sustentação, e aqueles que virão, para os quais ele aponta. Há, assim, um *continuum* no processo discursivo.

Com a independência, em 1975, os sentidos da língua cabo-verdiana passaram ao de língua nacional e materna, agora não mais dialeto, uma língua independente, mas ainda sem reconhecimento político-científico posto que rotulada de *crioulo* pela lingüística. E, ao mesmo tempo, a filiação continua sendo feita também ao discurso colonial.

Crioulo, do ponto de vista lingüístico, é um termo genérico representando uma família de línguas que, na sua formação, tiveram uma mesma história e um mesmo contexto sociocultural, são línguas colonizadas. Diz-nos Tarallo (1987, p.95-96), “Enquanto as línguas pidgin são caracteristicamente associadas a atividades de comércio, os crioulos, em grande parte, são marcados pela relação de escravidão”. Para Couto (1996, p.87), “os crioulos freqüentemente têm a língua dominante como ponto de referência (e.g., o processo de *descrioulização*), numa atitude de rendição cultural.”

Atualmente, o efeito de sentido da língua cabo-verdiana para os cabo-verdianos é o de uma forte reclamação do estatuto de língua oficial e de ensino, de acordo com a maioria das respostas dadas nas entrevistas feitas com nove cabo-verdianos residentes no Brasil. Desses nove cabo-verdianos entrevistados por mim, seis deles, codificados E1, E2, E3, E5, E8, E9 por praticidade na escrita e facilidade de visualização no texto para o leitor, são de opinião que o ensino do *crioulo* na escola deve ser institucionalizado.

Apresento, em seguida, as respostas desses entrevistados à pergunta 16 do questionário que se encontra na íntegra na seção 8.5 dos Anexos. Na seção 2.3.2 letra i, trago em detalhes informações sobre como se realizaram as entrevistas e sobre os entrevistados. A pergunta foi “16. Segundo “A Sementeira”, livro escrito por Manuel Veiga, atual ministro da cultura, já defende “o ensino do crioulo na escola”. O que você tem a me dizer disso?” E as respostas, então, foram:

- **E1** Na época do Salazarismo, em Portugal, Baltazar Lopes em Cabo Verde fazia parte dos Claridosos, um movimento nacional que publicou o jornal Claridade para denunciar a repressão que os cabo-verdianos sofriam, como resistência e tentativa de dar uma identidade ao cabo-verdiano. Baltazar escreveu sobre o cabo-verdiano e em cabo-verdiano. Há pessoas da época da revolução que não falam o cabo-verdiano e acham que não é língua. Mas é claro que acho que deve ser ensinado nas escolas.
- **E2** Totalmente a favor. O ensino fica mais fácil. O português ainda é uma barreira em Cabo Verde.
- **E3** Muito pouca gente fala o português. Acho que o crioulo deve ser ensinado nas escolas.
- **E5** Acho que deve ser assim. O crioulo é nossa língua materna.

- **E8** Também não sei. Chegar em São Nicolau e Santo Antão e ensinar para eles falar o crioulo de Santiago? Eu não tenho nada contra. Mas se eu tirar o português, eu estou tirando uma parte da história de Cabo Verde, se eu tirar o crioulo, estou tirando uma parte da história também. A nossa cultura vem do português, o que a gente come, o que a gente veste são da cultura portuguesa. Acho que os dois devem ser ensinados igualmente.
- **E9** Eu concordo, eu concordo. Introduzir na escola é uma coisa. Como e quando é uma outra questão. Acho que nesse momento é preciso trabalhar o ‘como’.

Ao mesmo tempo, essa reclamação se manifesta também no governo na tentativa de oficializar a língua cabo-verdiana colocando-a ao nível da língua portuguesa. No site <http://www.inforpress.cv>, foi publicada, em 10 de janeiro de 2005, a seguinte notícia “‘A oficialização da língua cabo-verdiana (crioulo) ocorrerá antes do mês de Julho de 2005, e será feita através de um diploma’, declarou o ministro da Cultura, Manuel Veiga.” (Até o momento dessa pesquisa, essa oficialização não havia se concretizado.)

Não podemos esquecer, todavia, que a população vivencia diariamente a língua portuguesa. E os grupos com acesso a essa língua já exercem um controle significativo sobre a produção dos acontecimentos históricos.

Os conceitos de língua materna e de língua nacional com relação ao cabo-verdiano parecem não coincidir. A língua de Cabo Verde parece servir a um imaginário de nação como resistência, coragem, orgulho, união, força de luta, mas não a um imaginário de nação como lugar onde se constrói uma identidade nacional em oposição ou em complementaridade a uma identidade internacional, como o diferente do outro, mas, ao mesmo tempo igual ao outro.

Os discursos dos cabo-verdianos sobre a construção da nação cabo-verdiana ressaltam além da grandiosidade e da importância do cabo-verdiano na formação do Estado-nação cabo-verdiano, a necessidade de adotar uma política de bilingüismo nas ilhas, e uma efetivação do projeto de fixação da língua cabo-verdiana na escrita de modo a que as duas línguas tenham o mesmo *status*.

Exemplo disto é um trecho³⁵ extraído do discurso de Mário Fonseca (1998, p.101-102),

A normalização lingüística, neste país, passa pela liquidação a prazo da actual situação de diglossia, pela utilização gradual do Crioulo no ensino, pela sua imediata utilização nos meios de comunicação escritos e audio-visuais, por uma progressiva interiorização da Língua Portuguesa (que também faz parte da nossa herança cultural, ao fim e ao cabo) pelas massas Caboverdianas, o que só acontecerá, crêmos nós, quando o Crioulo ocupar o lugar que é o seu na nossa sociedade, e pela

³⁵ Este trecho faz parte de um conjunto de artigos escritos por intelectuais cabo-verdianos que integra a seção Dossier: O Bilingüismo da revista *Cultura*, nº 2, julho 1998.

efectivação de um bilinguismo e/ou de um multilinguismo são porque descomplexados [...] (*apud* DIAS, 2002, p. 16)

No entanto, nesses discursos sobre a própria língua, ficam silenciados os motivos pelos quais essa língua não possa desfrutar dos mesmos privilégios de que o português desfruta, por exemplo, nas relações externas. A incapacidade diplomática da língua cabo-verdiana é uma das incapacidades que ficam silenciadas.

Além disso, o fato de o bilingüismo ser proposto como fio condutor de uma política de línguas silencia, de certa maneira, a relação diglósica que enfrentam as duas línguas em Cabo Verde, na medida em que fica silenciada a historicidade desses espaços de enunciação tão diferentes, tornados os mesmos pela ideologia ainda colonialista das políticas de língua nas ilhas.

Para analisar o processo de construção dos sentidos sobre a língua de Cabo Verde é preciso trazer para a seara de discussões o discurso científico-lingüístico e perguntar até que ponto ele é preponderante na construção da imagem da língua cabo-verdiana como inferior à língua portuguesa? Nesse raciocínio, que outros sentidos estão sendo narrativizados para dar legitimidade e hegemonia a essa imagem? E, de que modo e com que força os sentidos não-dominantes circulam pelo imaginário das ilhas?

Essa análise pressupõe um cenário teórico-metodológico (capítulo 2, a seguir) que considere as condições de produção dos sentidos como relação entre interlocutores, que estabeleça a natureza da relação entre linguagem e exterioridade como constitutiva, e que considere a história como relação de forças e como “produção de memória resultante do confronto e gerenciamento dos sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social.” (MARIANI, 1998, p.114)

2 CENÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO

“A Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica.” (ORLANDI, 2003b, p. 59)

2.1 Conceitos protagonistas: gramatização e colonização lingüística

Dois conceitos serão por mim considerados essenciais para a compreensão da tensão lingüística que ocorre em Cabo Verde hoje entre a língua portuguesa e o cabo-verdiano. O primeiro deles é o conceito de gramatização, cunhado por Sylvain Auroux em seu livro *A revolução tecnológica da gramatização*, que, segundo ele,

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário. (AUROUX, 2001, p.65).

O segundo deles é o conceito de colonização lingüística cunhado por Bethania Mariani em seu livro *colonização lingüística* em que a autora diz,

A colonização lingüística é da ordem de um acontecimento, produz modificações em sistemas lingüísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento lingüístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização lingüística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários lingüísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s). Os efeitos decorrentes desse processo de colonização lingüística, porém, não são sempre os mesmos nem não são previsíveis; basta que se observem comparativamente as trajetórias das diferentes línguas indígenas, do inglês, do francês e do espanhol nas Américas. (MARIANI, 2004, p.28)

Esses dois conceitos ajudarão a compreender a historicidade das duas línguas e as discursividades diferentes que desenharam. Usar esses dois conceitos nos permitirá estabelecer uma relação entre o percurso histórico-lingüístico que torna a língua portuguesa oficial em Cabo Verde com o projeto de colonização português ultramarino no Novo Mundo.

A colonização lingüística nas ilhas de Cabo Verde representou “um (des)encontro lingüístico no qual os sentidos construídos são singularizados em situações enunciativas

singulares, situações histórica e paulatinamente engendradas que vão dar lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais.” (MARIANI, 2004, p.29)

Para contar a história da identidade da língua nacional crioula/cabo-verdiana que constitui o povo cabo-verdiano e que é constituída por ele, em tensão constante com a língua do colonizador é preciso recorrer à análise de acontecimentos diversos inscritos em monumentos textuais, como dicionários antigos, legislação, educação, mídia, instrumentalização da língua (gramática e dicionário), e outros, que, na medida em que este trabalho for se desenvolvendo, serão observados para melhor compreender a escolha (ou imposição?) da língua portuguesa como língua do país, da burocracia e da diplomacia e, em contrapartida, o não-reconhecimento da língua cabo-verdiana como tal.

Colonizar supõe submeter uma outra história, cultura e língua às suas próprias. Nesse processo, coexistem povos diferentes, dominados normalmente pelo uso desigual da força, levando a tensões e confrontos que, por sua vez, geram mais de um sentido, sentidos diferentes nos discursos: um para o colonizado e outro para o colonizador.

Assim, essa história contada do ponto de vista do colonizador deixa de fora os sentidos que não lhe interessam que se fixem, que não lhe interessa contar no processo de colonização: os colonizados precisam se ver, nesse discurso, como cópias do outro, o colonizador. Os sentidos são ressignificados, construindo um novo imaginário para aqueles.

Isso não impede que o colonizado resista, tentando sobreviver, ressignificando para si todo o acontecimento histórico-social de que foi vítima. Contudo, apesar disso, o discurso já há séculos institucionalizado pelo colonizador se faz reverberar nos discursos do colonizado, mesmo depois da independência política. Mariani (2004, p. 24) alerta para isso dizendo que “quando o ex-colonizado dá início à narração oficial de um outro discurso [...], a força dos sentidos anteriormente institucionalizados permanece porque muitas vezes não há como dizer essa outra história a não ser pelo uso da língua vinda com o colonizador.” Isso porque, ainda segundo a mesma autora (idem), para contar a outra história, é preciso de uma outra língua, de um outro universo simbólico, com práticas discursivas outras. Usar, pois, a língua da metrópole é reproduzir os efeitos desse simbólico já pré-construído na história da ex-colônia.

Enquanto elemento simbólico e constitutivo de uma comunidade lingüística, a língua crioula/cabo-verdiana, foi um fator de diferença entre a colônia e a metrópole portuguesa e de resistência à submissão, já que conviveu em condições de desigualdade com o português.

Antes de entrar em Cabo Verde, a língua portuguesa já é uma língua instrumentalizada – aquela que possui instrumentos lingüísticos: gramática e dicionário – como todas as outras

línguas vernáculas que sofreram o processo da gramatização para poderem se tornar línguas de Estados nacionais.

A par disso, esta língua portuguesa é a língua da elite administrativa e das autoridades eclesiásticas e jurídicas que constituíam o poder colonizador, é língua de cultura e de civilização.

É importante estabelecer diferenciação entre os conceitos de língua de cultura e língua de civilização. Conforme nos diz Daniel Baggioni³⁶,

[...] língua de cultura está geralmente associada a uma língua depositária de uma tradição literária, cuja legitimação histórica pareça indiscutível. E língua de civilização é aquela que cumpre a função de garantir o acesso e a circulação das informações científicas e culturais.

A noção de civilização normalmente caminha junto com a idéia de cultura. Porém, no contexto da colonização, falar de uma, não significa falar da outra. A idéia de civilização remete “a dados variados: ao grau de evolução técnica, às regras do saber-viver, ao desenvolvimento do conhecimento científico, às idéias e usos religiosos”. E essa noção leva à “expressão da consciência ocidental” ou ao “sentimento ocidental.” (ELIAS, N., 1973 *apud* ORLANDI, 1990, p. 45)

A noção de cultura, também segundo o mesmo autor, é usada pelos países ocidentais para exprimir o orgulho que têm por suas civilizações e por sua própria natureza, e também é o que as distingue umas das outras.

Estas duas noções, a de civilização e a de cultura, ao serem contextualizadas no processo colonizador criam uma contradição. A noção de civilização é externa e se liga à idéia de processo, enquanto a de cultura é interna e se liga à idéia de resultado.

No processo de colonização do Novo Mundo, o sujeito se submete à vontade da civilização ocidental. Ao resistir, mostrando sua diferença, procura impor sua cultura. Mas essa oposição não o deixa ter seu discurso sobre a história, porque esta já será contada pelo discurso da civilização ocidental.(idem, p.46)

Assim, o imaginário que se constrói para a significação do cabo-verdiano já é um lugar já-lá, construído pelo sujeito colonizador.

³⁶ BAGGIONI, Daniel. *Línguas e nações na Europa*. Galicia: Ed. Laidvento, 2004 (*apud* JOBIM e MARIANI, p. 3, artigo no prelo)

O *status* desprestigiado atribuído à língua cabo-verdiana pelos próprios falantes quando colocada em relação ao português remete-nos aos efeitos ideológicos da colonização ainda se fazendo sentir.

Essa ideologia cria a evidência de que o Novo Mundo é exótico, deficitário, incivilizado, bárbaro. A colonização lingüística gravita em torno da ideologia do déficit³⁷. Essa fundamentação ideológica deu sustentação à imposição da língua da metrópole e à domesticação das línguas das colônias, pois, nesse contexto ideológico, vinha o imaginário de uma nação conquistadora e salvadora com a Religião, o Rei, e o Estado. Essa ideologia era legitimada pelo Velho Mundo europeu formado por Estados-nações que se assemelhavam e se sustentavam em seus projetos de expansão econômica.

Na imagem que o sujeito colonizador faz de sua posição em relação a seus colonizados, ele se vê como parte de uma civilização avançada porque constituída das três instituições fundamentais – a Religião, a Realeza e o Direito –, e entende como instituição também sua língua nacional, posto que única, normatizada e gramatizada, que traz homogeneidade à nação e ao mesmo tempo a idéia da universalidade. Os sujeitos falantes reconhecem-na como língua materna, que os diferencia dos outros sujeitos falantes de outras línguas.

É a língua portuguesa essa língua nacional, institucionalizada, organizada pelas gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros (MARIANI, 2004, p. 26) que atravessa o Atlântico e entra nas ilhas para impor a civilização ocidental, registrar a cultura e garantir seu ensino e a catequese.

Essa gramática, no caso do português, tem como lastro lingüístico o modelo da estrutura da língua latina, língua de conquista e da ciência. E passa a se inscrever numa memória cabo-verdiana como a língua prestigiada porque, ao passar pelo simbólico, foi esse o sentido hegemônico que ficou.

Esse prestígio se constrói porque, no imaginário português, que passa a constituir o imaginário cabo-verdiano, essa língua faz parte do que Mariani, citando R. Balibar (1985), chama de *aparelho de línguas*, isto é,

o português e a maioria das demais línguas européias estão em um mesmo patamar de auto- e inter-sustentação político-ideológico, no qual elas mesmas se mantêm hierarquicamente na mesma posição em função de serem línguas nacionais. São línguas já instituídas e institucionalizadas – porque são práticas socialmente

³⁷ A colonização lingüística é construída com base na ideologia do déficit, que é pré-existente à colonização e serve para legitimar a dominação. Assim, constata-se e comprova-se a falta das letras F, R e L nas línguas dos colonizados, o que materializa a ausência de FÊ, REI e LEI nessas sociedades. (MARIANI, 2004, p. 25-26)

regularizadas e repetíveis, -fazendo parte desse aparelho de línguas, de um aparelho de letrados e de um sistema de ensino. (MARIANI, 2004, p.27)

A gramatização das línguas está presa, por sua natureza metalingüística, à existência de um alfabeto. Até bem pouco, o alfabeto para dar concretude gráfica à língua cabo-verdiana não existia. Foi no colóquio de 1979 em Mindelo, cidade de Cabo Verde (VEIGA, 1994), que a modalidade escrita do uso do cabo-verdiano ganhou uma ortografia fonético-fonológica. Esse colóquio reuniu lingüistas cabo-verdianos e estrangeiros, escritores, professores e jornalistas para uma importante reflexão sobre a língua cabo-verdiana já que um dos objetivos era a afirmação e a valorização da língua materna em Cabo Verde. Desde então, tem sido ligeiramente modificada em sucessivas ocasiões. Em 1993, o governo criou uma Comissão Nacional para a padronização do alfabeto que apresentou uma proposta ao governo de um alfabeto unificado para a escrita do cabo-verdiano, denominado ALUPEC. Em 1998, o governo cabo-verdiano aprovou a última versão desta sugestão e introduziu-a, a título de experiência, por um período de cinco anos.

Os dicionários sobre as *línguas crioulas* são, na maioria dos casos, bilíngües e confeccionados por autores estrangeiros. No caso da língua cabo-verdiana, os dicionários mais conhecidos foram escritos por franceses (Jean-Michel e Françoise Massa, *Dictionnaire encyclopedique et bilingue portugais-français – Cabo Verde - Cap-Vert*. vol. 3. Mindelo: Ponto & Vírgula edições, 2002.), ou alemães (Matthias Perl, *Portugiesisch und Crioulo in Afrika: Geschichte, Grammatik, Lexik, Sprachentwicklung*. Leipzig: Karl-Marx-Universität, 1989, 2 vols, 273 p.) ou portugueses (M. Mendes, *Dicionário Caboverdiano-Português* com CD-ROM. Lisboa: Verbalis, 2002). Existe o *Dicionário Bilingüe de Cabo-verdiano/Português* disponível em CD e on-line no site português www.priberam.pt/dicionarios.aspx. Há também o *Dicionário Bilingüe de Cabo-verdiano/Português*, variante de Santiago fruto de um projeto conjunto entre a Verbalis Computação e Linguagem Ltda. e a equipe do Centre National de Recherche Scientifique da França, lançado em 1998. A mesma equipe lançou, em 2002 em Portugal, e, em 2003, em Cabo Verde, o *Dicionário Bilingüe de Português/Cabo-verdiano* complemento desse anterior. Um outro dicionário é o de Nicolas Quint-Abrial, *Dictionnaire Étymologique Créole de Santiago-Français*, que pode ser encontrado no site www.priberam.pt/dcvpo/gramatica/gramatica.aspx. Há também o *Dicionário Crioulo-Português*, de Manuel Veiga lançado em 2004 em Portugal, juntamente com o livro *O*

Caboverdiano em 45 lições, de sua autoria. É um estudo sociolingüístico e gramatical para ensinar a língua cabo-verdiana a falantes do cabo-verdiano dentro e fora do país.

Quanto às gramáticas da língua, o primeiro trabalho lingüístico mais significativo foi a obra de Baltasar Lopes da Silva, *O dialeto crioulo de Cabo Verde*, publicada em 1957, época em que Cabo Verde era província de Portugal. Baltasar Lopes foi o primeiro cabo-verdiano com formação superior na área de Filologia e esse seu trabalho foi considerado pelos especialistas na matéria como o primeiro de cunho científico a dar uma nova dimensão à língua materna cabo-verdiana.

Dulce Almada Duarte, também filóloga cabo-verdiana, publicou em 1961 sua obra *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*, pretendendo valorizar e dar visibilidade à língua cabo-verdiana em desigualdade com a portuguesa. Os trabalhos dos dois filólogos demonstraram que a língua materna já era objeto de estudo e reflexão em pleno regime colonial e no período em que o poder político de Portugal já se sentia ameaçado pela luta de libertação em algumas colônias africanas.

O primeiro lingüista cabo-verdiano a escrever uma gramática descritiva da língua cabo-verdiana foi Manuel Veiga. A obra traz o título escrito em cabo-verdiano usando a primeira proposta ortográfica, *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*, com prefácio e introdução escritos em português e o restante do corpo da gramática em cabo-verdiano. Foi publicada em 1980 pelo Institutu Kabuverdianu di Livru, após a realização do Colóquio Lingüístico de Mindelo, capital cultural de Cabo Verde, em 1979, com a intenção de

fazer a descrição estrutural do Crioulo de Cabo Verde, não como dialecto de uma língua dada, não em função de uma língua de prestígio, mas como um língua independente, dotada de vida própria, e com uma estrutura individualizada, que lhe permite cumprir cabalmente a sua função social (DUARTE, 1980, p.15).

Há ainda um livro publicado em 2003, *Pa Nu Papiá Krioulu*, de autoria de Manuel da Luz Gonçalves, cabo-verdiano emigrado para os Estados Unidos, em autoria com Leila Lomba de Andrade. É um livro de exercícios do curso de *crioulo* ministrado pelo professor a norte-americanos e cabo-verdianos residentes na costa leste dos Estados Unidos.

Sobre a língua cabo-verdiana em si, há ainda outros estudos feitos por autores estrangeiros, propondo descrições gramaticais, como, por exemplo, o de Joaquim Vieira Botelho da Costa e Custódio José Duarte, de 1886, *O crioulo de Cabo Verde – Breves estudos*

sobre o crioulo das ilhas de Cabo Verde oferecido ao Dr. Schuchardt³⁸, os de Jürgen Lang, de 1971, *A categoria número no crioulo cabo-verdiano*, e, de 1999, *Breve esboço da gramática do crioulo da Ilha de Cabo Verde*.

Sobre as *línguas crioulas* em geral, escreveram-se e escrevem-se também trabalhos científicos na forma de artigos, estudos históricos, gramáticas descritivas, estudos teóricos sobre aquisição dessas línguas e sobre sua origem.

Os primeiros estudos relativamente sistemáticos sobre os *crioulos* couberam ao dinamarquês Magens e ao holandês Van Dyck. Há notícia de um livro escrito por Pieter van Dyck que, segundo Jacques Arends (1992), foi publicado em 1740 sobre uma variedade *crioulizada* de inglês, e é considerado como a primeira gramática de uma *língua crioula* – *Nieuwe en nooit bevoorens geziene onderwijzinge in het Bastert Engels*. (*apud* COUTO, 1996, p.122)

Contudo, apesar de ambos os pioneiros serem germânicos e de o maior número de *crioulos* do mundo ser de base inglesa e francesa, os estudos investigativos sobre *pidgins* e *crioulos* surgiram no final do século XIX como ramo da lingüística românica, e teve no português Francisco Adolfo Coelho o primeiro autor a propor princípios gerais para a formação dessas línguas, que foram publicados em artigos nos anos de 1880, 1882 e 1886. (*apud* COUTO, 1996, p. 119)

A primeira gramática do crioulo/cabo-verdiano, *Dialectos crioulo-portugueses – Apontamentos para a gramática do crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde*, é escrita pelo português A. de Paula Brito, e publicada em 1887³⁹. É uma gramática bilíngüe em português e crioulo/cabo-verdiano escrita em crioulo/cabo-verdiano. (*apud* COUTO, 1996, p. 124)

Essas obras são, em grande parte, obras de referência, estudos feitos tomando a língua européia quer como lexificadora ou superstrato, quer como substrato. Esses trabalhos ora buscam a classificação genética, ora a classificação tipológica, concebendo a existência da *língua crioula* pela sua ligação com uma língua de prestígio, o português, o espanhol, o francês, ou o inglês⁴⁰.

³⁸ No *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (6ª série, nº 6, p.325-288). Reimpresso em MORAIS-BARBOSA, Jorge (org.). *Estudos lingüísticos crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967, p. 235-238.

³⁹ No *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (7ª série, nº 10, p. 611-669), reimpresso em MORAIS-BARBOSA, Jorge (org.). *Estudos lingüísticos crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967, p. 329-404.

⁴⁰ Alguns desses autores são J. Leite de Vasconcelos, *Dialectos portugueses em Africa* (1897/1899), Marius Valkhoff, *Studies in Portuguese and Creole, with special reference to South Africa* (1966), Keith Whinnom

Apesar de o lingüista Manuel Veiga ser o Ministro da Cultura no governo de 2001 a 2005, ter publicado duas gramáticas descritivas do cabo-verdiano (em 1980 e 1995) e um *Dicionário Crioulo-Português* (em 2004), demonstrando que a língua cabo-verdiana tem autonomia, riqueza e especificidade e tentando abrir as portas para o ensino e aprendizagem da língua cabo-verdiana em Cabo Verde, asinda assim, as gramáticas e dicionários referentes a sua língua não são de uso comum, nem de ampla divulgação entre o povo cabo-verdiano, nem estudados nas escolas.

Os dizeres⁴¹ sobre as línguas desde os primeiros momentos do contato instituem um lugar para elas, organizando-as a partir de um domínio de saber lingüístico alimentado por um imaginário já pré-construído, qual seja, o da dominância das línguas neoclássicas com lastro lingüístico no latim o que lhes confere legitimidade lingüística.

As línguas que estão em tensão, em confronto, começam a se discursivizar a partir dos novos sentidos instituídos pelas instâncias de poder como hegemônicos a respeito delas. E este é o momento de maior exclusão do outro no processo de colonização lingüística. Não há como os povos africanos escravizados contestarem esses dizeres, por não saberem como eles, africanos, são historicizados pelos portugueses, não podendo, portanto, por esse desconhecimento, deixarem na memória a sua própria interpretação sobre o acontecimento, sobre o outro e sobre si. (MARIANI, 2004, p. 29)

Na colonização lingüística, aprender a(s) língua(s) desconhecida(s) é tão importante quanto impor a sua própria. Em Cabo Verde, contudo, no início do processo escravocrata (século XVI), os catequistas, os senhores, os feitores, os traficantes se utilizavam dos línguas ou chalonas, intérpretes, na verdade multilíngües, africanos livres ou não, que deveriam aprender a falar o português, o crioulo/cabo-verdiano e as outras línguas africanas devido à diversidade étnica dos povos escravizados, pois eram os intermediários na comunicação entre estes e aqueles.

Consoante André Álvares de Almada (*apud* CARREIRA, 1983, p.322), em seu *Breve tratado dos rios da Guiné* de 1594, “entre estes negros [os Beafares] andam muitos que sabem falar a nossa língua portuguesa e andam vestidos ao nosso modo”.

Linguistic hybridization and the 'special case' of pidgins and creoles (1971), Anthony Naro *A study on the origins of pidginization* (1978), Fernando Tarallo e Tânia Alkmin, *Falares crioulos: línguas em contato* (1987), dentre outros.

⁴¹ Esses dizeres, ou melhor dizendo, o desejo de dizer sobre as línguas, começou, no caso de Cabo Verde, nos anos do século XVII, com o discurso dos viajantes, religiosos e colonizadores sem o caráter da cientificidade, que, a partir do século XIX, passou a ser predominante nos discursos dos filólogos e sociolingüistas. Diz-nos Nunes (2006, p.21) que “Se há saber lingüístico é porque há sujeito desse saber. Jean-Claude Milner considera, em *O Amor da Língua*, o objeto lingüístico enquanto objeto de desejo e o lingüista como sujeito desejante.”

A língua portuguesa imposta na colônia de Cabo Verde não chegou a ser institucionalizada como, no Brasil, através de um Diretório – o Diretório dos índios. Nas ilhas, ela foi imposta através de ordens reais, expressas por instrumentos jurídicos na forma de cartas e pareceres. Essas ordens eram dirigidas às autoridades administrativas ou às eclesiásticas determinando que os escravos fossem catequizados e batizados.

As primeiras leis a fixar a administração do batismo aos escravos datam da primeira década de 1500. Mas é, a partir de 1600, que se tem um conhecimento mais documental sobre alguns dos processos e dos métodos adotados pela Coroa para tal empreendimento.

Em carta de 20 de novembro de 1699, o rei de Portugal proíbe taxativamente o embarque de escravos que não tivessem sido catequizados e batizados. Transcrevo, abaixo, a parte da carta que assim o diz,

[...] os senhores de escravos de Cabo Verde e Guiné ficam obrigados a dentro de seis meses em que fala a mesma lei a terem seus escravos instruídos, sob pena de os perderem sem lhes valer alegação alguma, para que este temor os ponha na obrigação de tratarem do seu ensino, [...] e porque sobre a casa que se tinha mandado fabricar para se catequizarem os ditos escravos se acharam inconvenientes, me pareceu ordenar que os catequistas práticos nas línguas dos mesmos negros os vão catequizar a casa dos seus senhores e às senzalas, assim como se pratica em Angola, dando-se-lhe por este ensino aquilo que se arbitrar, os quais catequistas serão eleitos ou aprovados pelo Bispo, e em sua ausência pelos prelados que forem dos conventos das terras que se houver de fazer a tal eleição, com declaração que no caso que os senhores dos ditos negros faltarem ao que nesta parte são obrigados incorrerão pela primeira vez na pena de 10 cruzados e pela segunda vez na perdição dos escravos que não mandarem a este ensino, e ao Bispo mando recomendar a obediência desta minha resolução. (*apud* CARREIRA, 1983, p.292)

No *corpus* pesquisado, não há registros, até agora, de que um processo de gramatização do crioulo/cabo-verdiano tenha entrado em curso na época da colonização no caso de Cabo Verde, isto é, já no século XVI, ou XVII ou XVIII.

Por não ter sofrido, desde o princípio (século XVI), o processo da gramatização, pois, como foi dito anteriormente, a instrumentalização da língua começou no final do século XIX (1887), o crioulo/cabo-verdiano poderia vir a ser uma língua mais exposta ao lingüicídio, quer seja ele voluntário ou não, se pensarmos como Aurox (2001, p.70). O que é corroborado por Pagotto (2005, p. 31) quando diz que “do ponto de vista sociolingüístico, a grande questão que tais línguas crioulas vivem diz respeito às condições de sua sobrevivência.” A lingüista portuguesa Dulce Pereira (1996, p. 551) compara o que se diz dos *crioulos* com o que se diz da longevidade das pessoas, “que a primeira condição da sua morte é terem nascido.” E continua, “dado que são línguas que desde a sua origem estão em contato com uma ou mais línguas socialmente dominantes, os crioulos tendem a perder progressivamente as suas

características próprias, podendo [...] deixar mesmo de ter falantes” (idem). Apesar de, nesses quatro séculos, não ser considerada língua de Estado, nem mesmo língua sequer, apenas variante corrompida do português, o cabo-verdiano escapa e chega ao século XXI.

Um dos fatores que parecem ter contribuído para essa sobrevivência talvez tenha sido a resistência dos colonos e súditos da Coroa Portuguesa em cumprir à risca as ordens da metrópole. Como nos conta Carreira (1983, p.293), assim como a lei que obriga a batizar e a catequizar os escravos antes de transportá-los a outras colônias (a de 20 de novembro de 1699) não produziu inteiramente os efeitos desejados pelo Reino, assim também se deu com a maioria das leis da época (início do século XVIII).

Por um lado as próprias condições do negócio e a patente fraqueza das autoridades (na prática sem possibilidades de fiscalizar o tráfico); e, por outro, o evidente declínio do comércio português na área, tudo concorreu para a ineficácia das medidas visando a latinização dos escravos – seja em Santiago, seja em Cacheu ou outro ponto. (CARREIRA, 1983, p.293)

Dessa forma, o crioulo/cabo-verdiano foi aprendido oralmente por negros e brancos, e seguiu sendo falado desde a metade do século XVI⁴².

2.2 Conceitos da Malha Discursiva (AD): Sujeito, Sentido, Língua, Memória

Para contarmos a história que não vemos, para conhecermos a história que não percebemos, isto é, buscar sentidos outros que não se fazem visíveis nos discursos sobre a língua cabo-verdiana, aqueles que fazem com que ela não seja a língua oficial, e mais do que isso, que a condenam a um *status* de língua vinculada ao português, é preciso construir hipóteses, dispositivo de análise com muita consistência, pois, só assim, é possível dar conta não da reconstrução dessa história que não foi contada, mas do processo pelo qual ela é contada para ser colocada em silêncio.

E isso se torna possível e viável ao se lançar mão de uma teoria como a da AD.

Primeiro, por ela não ter limites estritamente marcados no sentido de não se propor como uma escola, nem como uma doutrina, nem como uma disciplina. Revela-se, na verdade,

⁴² “As relações entre os senhores e escravos boçais, ignorantes dos mais simples vocábulos portugueses ou espanhóis, eram difíceis. O entendimento por meio de sinais ou de gestos, não satisfazia inteiramente. Por esta razão e, sobretudo, pela existência de escravos de diversa origem lingüística, é que nasceu de pronto, cerca de 90 anos do achamento das ilhas, o crioulo português.” (CARREIRA, 1983, p. 280)

como um dispositivo de análise, “uma escuta discursiva” que permite compreender os efeitos de sentidos. Acolhe desde análises discursivas de mecanismos lingüísticos, como, por exemplo, o uso da pontuação como produtora de efeitos de sentidos, até análises que discutem as formulações de conceitos e a própria epistemologia de outras ciências humanas.

Segundo porque, a ela, interessa analisar o funcionamento da linguagem sob determinadas condições de produção sócio-históricas, já que as sistematicidades lingüísticas vão servir de base para o desenvolvimento dos processos discursivos.

Esse dispositivo teórico-analítico tem seu início na França, na década de sessenta (século XX), pelo filósofo Michel Pêcheux, e por outros intelectuais como Jacqueline Authier-Revuz, Denise Maldidier, Michel Plon e Paul Henry. Sua proposta é a de uma teoria que se inscreva num campo epistemológico interdisciplinar da Lingüística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Mais pontualmente, Michel Pêcheux articula sua nova proposta considerando sua releitura de Saussure – já que a Lingüística exerce ampla influência sobre as outras ciências humanas – com duas outras releituras produzidas nessa mesma década: a releitura que Althusser faz de Marx, e a releitura de Freud realizada por Lacan.

Para propor um novo objeto de estudo – o discurso – e uma nova metodologia de análise, Michel Pêcheux reterritorializa alguns conceitos teóricos advindos dessas disciplinas e funda um novo campo do saber – a Análise do Discurso (AD).

Ao eleger o discurso como objeto, a AD desloca várias noções lingüísticas e filosóficas, tais como a concepção de língua, de sujeito, de história, de memória, de texto, de ideologia, de condições de produção, de materialidade lingüística, de corpus, e de tantos outros conceitos. Dessa forma, diferencia-se das diversas teorias lingüísticas e das Ciências Sociais. O discurso é concebido, segundo Pêcheux (1997b, p. 179), como um “processo social cuja especificidade reside no tipo de materialidade de sua base, a saber, a materialidade lingüística”, ou seja, o discurso não prescinde da língua, mas também não se restringe às suas regras internas.

Instala-se assim uma nova ordem, a ordem do discurso que, como nos diz Mariani (1998, p. 27), é “uma ordem distinta da ordem da língua, mas que a supõe como base”; é nessa ordem que se produzem os sentidos, que o sujeito se significa e faz significar.

Dessa forma, o centro das relações de linguagem não é mais a língua e sim o discurso porque “são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados” (ORLANDI, 2003b, p.21), não é fala, é efeito de sentido entre locutores, “efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82).

No escopo da AD, sujeito, linguagem e história se constituem mutuamente e de forma complexa. O sujeito da AD é sempre afetado pela língua, pela ideologia e pela história. É porque os sentidos se movimentam, que os sujeitos também se movimentam e a história se transforma. Do contrário, nem o real da língua estaria sujeito à falha e nem o real da história, passível de ruptura. Há um movimento contínuo do simbólico se inscrevendo na história, fazendo com que os acontecimentos ganhem sentidos por/para o sujeito.

O sentido, portanto, não existe por/em si nem *a priori*, mas é determinado pelas condições de produção, isto é, pelos interlocutores que ocupam lugares nas formações sociais inserindo-se nas regras de projeções e de antecipações colocando em jogo as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso – formações imaginárias –, pelo contexto sócio-histórico-ideológico em que o sujeito está imerso. Assim, podemos dizer que o sujeito não é livre para dizer o que quer. Seu discurso produz sentidos determinados porque aquilo que o sujeito diz se inscreve numa formação discursiva e não em outra. Orlandi (2003b, p.43) define formação discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.”

Ainda sobre sentidos, em Pêcheux (1988, p. 161), lê-se que o “sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva”. E que (idem, 1997c, p. 314) “uma formação discursiva [...] é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”. Essas fronteiras porosas das FDs que se limitam dão fluidez e instabilidade aos dizeres, e fazem com que os discursos que as atravessam movam os sentidos de acordo com uma conjuntura sócio-histórica dada, com uma formação ideológica predominante, vestindo assim de sentidos determinadas palavras ou expressões.

A AD considera que o que é dito não depende só das chamadas intenções do sujeito, posto que a linguagem se caracteriza pela opacidade, pela não-transparência. Os sentidos não estão dados. Por isso, a análise não pode ser conteudística, os sentidos não estão na superfície do texto. Não resolve perguntar o que o texto quer dizer. Mas como ele faz para dizer o que diz.

Esses sentidos também não estão nas palavras. Eles arregimentam não só o contexto imediato, mas também os contextos em que os outros discursos foram produzidos, os contextos sócio-histórico-ideológicos. Eles têm relação com a exterioridade do texto, com o interdiscurso, com outros discursos, com a memória discursiva – o saber discursivo que torna

possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito. Assim o interdiscurso afeta o modo como o sujeito produz sentido (ORLANDI, 2003b, p. 31).

Como o que está em jogo é a multiplicidade de sentidos, falar de memória, então, é inscrever-se no lembrar e no esquecer. Segundo Pêcheux, “memória é espaço de disjunções móveis.” É preciso esquecer para lembrar e lembrar para esquecer. Dependendo da relação de forças entre as diferentes formações discursivas e ideológicas, determinados sentidos se tornam hegemônicos, enquanto os outros ficam silenciados por um determinado tempo, mas não totalmente esquecidos, podendo voltar a circular na memória social no momento em que se alterarem as relações de força entre as formações ideológicas, em que as mudanças históricas reconfigurarem o passado. Como bem esclarece Mariani, memória social

é um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para acontecimentos presentes ou já ocorridos. Como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. (MARIANI, 1997b, p.35)

Como o que constitui a memória discursiva é o que se lembra e o que se esquece, determinados sentidos são apagados, outros encadeamentos são dados a causas e conseqüências, surgindo daí uma linearidade que conduz a uma evidência bem explicada. Há a reapropriação de eventos passados e sua reorganização.

Essa memória social garante o efeito imaginário de continuidade entre épocas reproduzindo e projetando, assim, um sentido hegemônico. Essa linearidade da memória nos dá a ilusão de que é constituída sem contradições, mas sabemos que há lacunas, interpretações silenciadas por deslocamentos inerentes ao próprio fato da repetição. Essa memória exerce o papel compatível com a atuação da memória histórica oficial. Segundo Mariani,

em um acontecimento já fixado pela memória histórica, outras re-interpretações podem ser feitas (pois, como se sabe, não se lê um mesmo texto sempre da mesma maneira), ocasionando novas tradições de significação que podem até mesmo incluir o que antes havia sido rejeitado, ie, condenado ao esquecimento. (MARIANI, 1997a, p. 36-37)

Ao ser mobilizada, a memória social produz deslocamentos de sentido que retornam ao já-dito, que se reproduzem para legitimar o dizer, torná-lo linear, evidente, compatível com a memória histórica oficial. Diz-nos Mariani,

são os vitoriosos que nomeiam o evento, filiam-no em uma rede de sentidos e, ao mesmo tempo, constroem um sentido para os vencidos. Há toda uma textualidade em curso a partir desse momento, há todo um viés do passado que é lembrado. (MARIANI, 1997b, p.45)

O papel da memória, então, para o analista do discurso, deve ter uma concepção dinâmica, por não ser um espaço fixo, pleno e homogêneo, mas “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56), não a de fonte documental, que preserve uma interpretação resultante da ação da história oficial, por exemplo.

É importante estar atento para a possibilidade sempre existente de ler diferente a relação da história com a produção de sentidos. “Há sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (idem). Mesmo quando entronizados e tornados verdadeiros, os sentidos podem ser outros através de uma leitura crítica e inquiridora da *narratividade* (MARIANI, 1998, p. 230-231) de uma formação social, porque sabemos que os sentidos são moventes.

É a *narratividade* que engendra a memória discursiva, a ilusão da completude. Produz o efeito de, ao contar uma história, torná-la coerente, sem falhas, porque reorganiza o fio interdiscursivo, impedindo ou redirecionando os sentidos, colocando na trama dizeres antes silenciados ou esquecidos, institucionalizando o que deve ser repetido, como processo que dá visibilidade às relações de poder.

Há, então, na sociedade, uma disputa constante pela hegemonia dos sentidos, aquele que se tornará o verdadeiro, o certo, o bom, que se colará no acontecimento e prevalecerá na memória social daquela determinada época e lugar, filiado a uma formação social determinada. Aí, se inscreve na história como algo óbvio, e esse sentido fica naturalizado.

A AD trabalha na produção desses sentidos naturalizados, querendo saber como se deram esses efeitos de sentido. E é na relação entre a linguagem e a história que se produzem os efeitos de sentido. E como o homem é um ser simbólico, o evento para ele só vira história se passar pela linguagem, se for interpretado. Orlandi (1998, p.17) concebe linguagem “como trabalho, como produção”, e procura “determinar o modo de produção da linguagem enquanto parte da produção geral”. A linguagem é um “trabalho simbólico”, é “ação que transforma”.

Ao pensar-se a linguagem não somente como instrumento de comunicação (abordagem social) ou suporte do pensamento (abordagem psíquica), deslocam-se sentidos já

pré-estabelecidos que, na perspectiva da AD, passam pelo domínio da ideologia, das formações imaginárias dos interlocutores, e pelo contexto sócio-histórico.

Esse novo conceito de linguagem transpõe os níveis sintático e pragmático de análise e dá conta da exterioridade constitutiva do discurso, do contexto sócio-histórico, da ideologia, da memória discursiva e da mobilização dos sentidos? Como atingir o funcionamento discursivo a partir da materialidade lingüística do texto?

A língua, para a AD, não funciona como um código de comunicação transmitindo informações e sendo manipulada conscientemente de acordo com a vontade ou o desejo do falante, não traz sentidos pré-fixados e estes não vêm grudados às palavras. Propõe-se a língua relacionada à exterioridade, constituindo sujeitos e sendo constituída para/por eles nas situações sócio-históricas específicas. Essa língua não é transparente, óbvia, clara. Sua materialidade é furada, cheia de implícitos, equívocos e ambigüidades. O caráter abstrato da língua, o conceito de sistema fechado de regras que deixa de fora o que é exterior característico dos moldes estruturalistas, na AD, dá lugar à materialidade lingüística, isto é, o lugar material onde a história, o sujeito e o sentido constituem-se inseparavelmente, lugar também onde a ambigüidade e o equívoco são elementos constitutivos. Língua é então comunicação e não-comunicação.

A par de estabelecer um conceito de língua não-asséptica, não linear, incompleta, é preciso mobilizar um novo conceito de sujeito – que não seja aquele da lingüística nem da pragmática, nem o do materialismo subjetivo, nem o do empirismo –, já que não há como o sujeito não se inscrever na construção do texto oral ou escrito, enunciando de determinada posição imaginária, sendo atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Consoante Régine Robin (1973, *apud* PÊCHEUX, 1997b, p. 81)

A lingüística do discurso não conseguiu operar o descentramento do sujeito do discurso porque ela não conseguiu integrar nem o sujeito ideológico do materialismo histórico nem o sujeito psicanalítico à sua teoria do sujeito.

Partindo do pressuposto de que o sujeito se constitui pela língua, e de que os sentidos são determinados pelo modo como o sujeito se inscreve na língua e na história, o conceito de língua com que se vai trabalhar será o de uma língua significante, em que os sentidos não estão nas palavras, mas sempre “em relação a” e que sujeito e sentido se constituem mutuamente.

Se pensarmos o sujeito do discurso como aquele que está sujeito a equívocos, coberto de falhas e de esquecimentos, então podemos dizer que esse sujeito não consegue estabelecer

um distanciamento entre ele e o discurso, que é um sujeito iludido do controle sobre o seu dizer, assujeitado e interpelado pela ideologia. E, para a AD, ideologia não é visão de mundo, nem falseamento da realidade, mas o modo de fazer funcionar esse real, algo que se instala na linguagem como evidência, materializada através do discurso. O trabalho da ideologia é um trabalho de memória e esquecimento, que faz com que o dizer e seus sentidos se tornem anônimos, lembrados e esquecidos como um já sempre-lá, produzindo efeitos de literalidade, de sentido sem história.

A memória e os esquecimentos estão presentes nesse espaço ideológico, o interdiscurso que, para Pêcheux, é a memória discursiva, o algo que “fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (1988, p. 162). São os “saberes” partilhados socialmente, cuja historicidade é apagada para o sujeito. É nesse espaço em que se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de poder, de dominação, de subordinação, de contradição. É esse interdiscurso que determina o sujeito impondo e dissimulando, ao mesmo tempo, seu assujeitamento sob a aparência de autonomia, sob a ilusão de controle e de completude.

O real é opaco e, por isso, escapa ao sujeito. Não há possibilidade de uma correspondência biunívoca entre sentido e coisa do mundo, a não ser pela ilusão do sujeito de que é possível significar o mundo na sua completude, sem falhas, como se as palavras tivessem sentidos únicos e transparentes em si mesmas, independentemente do lugar social dos sujeitos na sociedade e da relação entre eles. Assim, segundo Pêcheux (1990b, pp. 168, 176) há dois tipos de esquecimento que faz com que o sujeito se iluda duplamente: o *esquecimento 1*, da ordem do ideológico: esquece-se de que ele mesmo é assujeitado pela Formação Discursiva em que está inserido ao enunciar. E o *esquecimento 2*, da ordem da enunciação: crê que tem plena consciência do que diz e que por isso pode controlar os sentidos de seu discurso.

A partir do duplo esquecimento ou dupla ilusão, monta-se o jogo de imagens do discurso pelo qual o sujeito significa através de projeções imaginárias, isto é, ao enunciar, o sujeito faz imagens do lugar que ocupa, do lugar que ocupa o seu interlocutor e do próprio objeto do discurso.

O que o sujeito diz significa também em relação às projeções imaginárias que ele faz da imagem que seu interlocutor faz: do lugar que ele, sujeito, ocupa; do lugar que ele, interlocutor, ocupa; e do objeto do discurso.

Essas representações imaginárias ou formações imaginárias resultam de processos discursivos provenientes de condições de produção determinadas e vão-se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Ao dizer de uma maneira e não de outra, o sujeito

tem a ilusão de que o que diz só pode ser dito com aquelas palavras, crendo que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo, e, assim, refere-se à língua de Cabo Verde como *crioulo*, e deixa de fora as denominações de *língua cabo-verdiana* ou o *cabo-verdiano*, significando esquecer-se de que é sujeito levado a ocupar um lugar em determinada formação social (o do colonizado) e, a partir desta posição, enunciar o que lhe é possível (*crioulo* é língua do já-colonizado e *crioulo* é nome de batismo dado pelo europeu).

A relação entre os diferentes discursos que materializam dois diferentes imaginários lingüísticos, um da língua portuguesa e outro da língua cabo-verdiana, é da ordem da identidade sócio-político-ideológica. São diferenças que resultam da luta pela legitimidade de diferentes sentidos e das relações de força que acontecem a partir dos diferentes lugares sociais que os sujeitos ocupam e que significam em seus dizeres. (ORLANDI, 1989, p.25)

Em nosso trabalho, a partir da constatação inicial da não-regularidade enunciativa sobre as línguas de/em Cabo Verde, preocupamo-nos em compreender que processo político-sócio-histórico, ao mesmo tempo, que institucionaliza o português como língua oficial, silencia a língua cabo-verdiana como língua da burocracia, da diplomacia e do Estado-nação, tentando uma homogeneidade dos espaços enunciativos. Mas, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, outro processo, na contra-mão, revela uma resistência e procura romper essa estrutura buscando um lugar para a língua cabo-verdiana como língua oficial e um lugar para a língua portuguesa como L2, ressignificando esses espaços enunciativos.

No processo discursivo em questão sobre a disputa de sentidos sobre a língua de Cabo Verde, encontramos o jogo de imagens, exposto no quadro abaixo, que teóricos da língua cabo-verdianos, portugueses, brasileiros, franceses, espanhóis, ingleses, americanos e alemães fazem de si e dos outros e dos discursos seus e dos outros sobre as línguas cabo-verdiana, portuguesa, e sobre suas próprias línguas.

A seguir, apresentamos o quadro geral construído a partir do modelo proposto por Pêcheux (1990a, p.83) que mostra como seria esse jogo de projeções.

Quadro Geral das Formações Imaginárias

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação/Significado da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	I_{A1} e I_{A2} (A)	Imagem do lugar de Cabo Verde enquanto nação para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde e para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem sou EU para falar de Cabo Verde assim?
	I_{A1} (A₁)	Imagem do lugar do sujeito-teórico da língua de Cabo Verde para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I_{A2} (A₂)	Imagem do lugar do sujeito-não-teórico cabo-verdiano para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I_{A1} (A₂)	Imagem do lugar do sujeito-não-teórico cabo-verdiano para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I_{A2} (A₁)	Imagem do lugar do sujeito-teórico da língua de Cabo Verde para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I_{A1} e I_{A2} (B_p e B_o)	Imagem do lugar de Portugal e de outros países enquanto nação para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde e para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem é ELE para que EU lhe fale assim?
B	I_{B1} e I_{B2} (A e A₁)	Imagem do lugar de Cabo Verde enquanto nação e do sujeito-teórico da língua de Cabo Verde para o sujeito-teórico da língua de Portugal e para o sujeito-teórico da língua de outros países	Quem é ELE para que me fale assim?
	I_{B1} (B_p e B₁)	Imagem do lugar de Portugal enquanto nação e do sujeito-teórico da língua de Portugal para o sujeito-teórico da língua de Portugal	Quem sou EU para que ELE me fale assim?
	I_{B2} (B_o e B₂)	Imagem do lugar dos outros países enquanto nação e do sujeito-teórico da língua de outros países para o sujeito-teórico dessas outras línguas	Quem sou EU para que ELE me fale assim?
A	I_{A1} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
	I_{A1} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
	I_{A2} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-não-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
	I_{A2} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-não-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
B	I_{B1} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-teórico português	De que ELE me fala assim?
	I_{B1} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-teórico português	De que ELE me fala assim?
	I_{B2} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-teórico dos outros países	De que ELE me fala assim?
	I_{B2} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-teórico dos outros países	De que ELE me fala assim?

Quadro 1 – Quadro geral das Formações Imaginárias

Legenda: I: imagem; A: Cabo Verde como nação; **A₁** ou **A₁**: teórico cabo-verdiano; **A₂** ou **A₂**: não-teórico cabo-verdiano; **B_p** ou **B_p**: Portugal como nação; **B_o** ou **B_o**: outros países (Brasil, França, Espanha, E.U.A., Inglaterra, Alemanha); **B₁** ou **B₁**: teórico português; **B₂** ou **B₂**: outros teóricos (brasileiro, francês, espanhol, americano, inglês, alemão); **R₁**: língua cabo-verdiana; **R₂**: língua portuguesa.

Para um melhor entendimento das perguntas propostas por Pêcheux, desmembramos o quadro acima em dois outros, reagrupados pelo modo como cada enunciador – A, no primeiro quadro, e B, no segundo quadro – se relaciona com a posição enunciativa ocupada que, por sua vez, inicialmente, parece resultar de um dizer já-posto pela FD da colonização lingüística europeia. Chamo de europeia querendo englobar os sujeitos-teóricos português, francês, espanhol, alemão, inglês e, também, o americano e o brasileiro, na medida em que, na discursividade dos sentidos de *crioulo* para esses teóricos, tem ganhado visibilidade o processo parafrástico que constrói a memória discursiva do discurso científico pela ideologia da colonização europeia no Novo Mundo.

No quadro abaixo, vemos as possíveis interpretações feitas da posição-sujeito-teórico lingüista e filólogo cabo-verdiano sobre seu país, sobre Portugal (o país colonizador que lhe deu a língua oficial), sobre sua língua e a língua portuguesa (objeto), e sobre o sujeito não-teórico também cabo-verdiano, a partir de uma posição já-assujeitada a um dizer já-posto pela FD da colonização lingüística europeia e a partir da posição-sujeito-cientista da linguagem, que, como veremos ao longo das análises feitas neste trabalho e, em particular, no capítulo 5, não consegue escapar do discurso fundador colonialista que filia a língua cabo-verdiana à memória de língua submetida à língua portuguesa.

Quadro das Formações Imaginárias do sujeito A sobre B e sobre R

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação/Significado da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	I _{A1} e I _{A2} (A)	Imagem do lugar de Cabo Verde enquanto nação para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde e para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem sou EU para falar de Cabo Verde assim?
	I _{A1} (A ₁)	Imagem do lugar do sujeito-teórico da língua de Cabo Verde para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I _{A2} (A ₂)	Imagem do lugar do sujeito-não-teórico cabo-verdiano para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I _{A1} (A ₂)	Imagem do lugar do sujeito-não-teórico cabo-verdiano para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I _{A2} (A ₁)	Imagem do lugar do sujeito-teórico da língua de Cabo Verde para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem sou EU para lhe falar assim?
	I _{A1} e I _{A2} (B _p e B _o)	Imagem do lugar de Portugal e de outros países enquanto nação para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde e para o sujeito-não-teórico cabo-verdiano	Quem é ELE para que EU lhe fale assim?

	I_{A1} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
	I_{A1} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
	I_{A2} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-não-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?
	I_{A2} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-não-teórico da língua de Cabo Verde	De que lhe falo assim?

Quadro 2 – Quadro das formações imaginárias do lugar social dos sujeitos A₁ e A₂ sobre Cabo Verde como nação, sobre si mesmos, um sobre o outro (sujeito A₁ sobre o sujeito A₂), sobre o sujeito B_p e B_o e sobre os objetos R₁ e R₂

No quadro a seguir, Pêcheux nos mostra como os lugares são ocupados pelos interlocutores falando dos mecanismos de antecipação, isto é, como um dos protagonistas pode representar imaginariamente o lugar do seu interlocutor: o que ele espera que o outro diga sobre ele ou sobre o objeto, etc.

Neste quadro vemos as formações imaginárias do sujeito B, isto é, as imagens que Portugal e os outros países citados no trabalho (Brasil, França, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha) fazem da língua cabo-verdiana e da língua portuguesa.

Quadro das Formações Imaginárias do sujeito B sobre A e sobre R

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação/Significado da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
B	I_{B1} e I_{B2} (A e A₁)	Imagem do lugar de Cabo Verde enquanto nação e do sujeito-teórico da língua de Cabo Verde para o sujeito-teórico da língua de Portugal e para o sujeito-teórico da língua de outros países	Quem é ELE para que me fale assim?
	I_{B1} (B_p e B₁)	Imagem do lugar de Portugal enquanto nação e do sujeito-teórico da língua de Portugal para o sujeito-teórico da língua de Portugal	Quem sou EU para que ELE me fale assim?
	I_{B2} (B_o e B₂)	Imagem do lugar dos outros países enquanto nação e do sujeito-teórico da língua de outros países para o sujeito-teórico dessas outras línguas	Quem sou EU para que ELE me fale assim?
	I_{B1} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-teórico português	De que ELE me fala assim?
	I_{B1} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-teórico português	De que ELE me fala assim?
	I_{B2} (R₁)	Imagem do lugar da língua cabo-verdiana para o sujeito-teórico dos outros países	De que ELE me fala assim?
	I_{B2} (R₂)	Imagem do lugar da língua portuguesa para o sujeito-teórico dos outros países	De que ELE me fala assim?

Quadro 3 – Quadro das formações imaginárias do lugar social do sujeito B₁ e B₂ sobre os sujeitos A e A₁, sobre si mesmos como nação (B_p e B_o) e teóricos (B₁ e B₂), e sobre os objetos R₁ e R₂

Essas imagens são da mesma forma importantes pelo simples fato de que o outro está sempre presente em nosso discurso, na forma do já-dito. À medida que nos constituímos pela língua, estamos inexoravelmente nos constituindo pelo outro, apesar de sempre buscarmos um olhar não-outro que nos constitua, uma ilusão de um único. Portanto esses mecanismos de antecipação de que nos fala Pêcheux, essas projeções imaginárias que o cabo-verdiano faz do modo como ele próprio se vê e como o outro o vê, dá-nos a conhecer as interpretações feitas da posição-sujeito-teórico lingüista e filólogo de Portugal e dos outros países (Brasil, França, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha) sobre Cabo Verde como nação, sobre a língua cabo-verdiana e a língua portuguesa (objetos) a partir também de uma posição já assujeitada a um dizer já-posto pela FD da qual falam enquanto sujeito-teórico da língua, que, como veremos ao longo do trabalho e, mais detidamente, no capítulo 5, também eles não conseguem escapar do discurso fundador colonialista que filia a língua cabo-verdiana à memória de língua submetida à língua portuguesa.

Os conceitos trazidos pela AD e mais os conceitos de gramatização e colonização lingüística permitem compreender a história da constituição da língua como língua nacional estruturalmente ligada à constituição da forma histórica do sujeito sociopolítico e à construção de um imaginário lingüístico cabo-verdiano que faz parte da definição do indivíduo cabo-verdiano.

Os conceitos mobilizados neste trabalho foram definidos a partir dos recortes feitos nos *corpora* na medida em que se mostraram de especial relevância na compreensão das formas pelas quais os sentidos adquirem corpo e consistência nessa análise discursiva. Quero dizer com isso, que os outros conceitos (como, por exemplo, interdiscurso, interpretação, acontecimento, ideologia, trabalho, formações discursivas, formações ideológicas, condições de produção e processo de produção), apesar de não destacados no título desse capítulo, estão também imbricados nessa malha teórico-metodológica e dão suporte à análise da mesma forma que os especificados.

2.3 Metodologia

2.3.1 Algumas considerações sobre o método discursivo

Falar da metodologia implica falar que regras, princípios, procedimentos e conceitos da teoria foram usados na coleta e organização do *corpus*, no recorte desse mesmo *corpus*

destinado à análise, e na análise propriamente dita. Mas, em AD, isso não é tarefa que pareça apenas descritiva, posto que a AD não é uma teoria de aplicação, mas de reflexão.

Não se pode pensar simplesmente em procurar “um conjunto de procedimentos e regras para chegar ao resultado desejado (geralmente: o conhecimento verdadeiro)” (RUSS, 1991, p. 185). Na AD não se buscam regras categóricas na materialidade dos enunciados, nem a verdade absoluta, porque visa pensar os sentidos dimensionando-os no tempo-espaço das práticas languageiras do sujeito. Nem tampouco se pode achar que essa teoria usa um método científico que “consiste em observar fatos que permitem ao observador descobrir leis gerais que presidem estes fatos” (idem), e que compreende três procedimentos: a observação, a hipótese e a experimentação. Porque só isso não dá conta de compreender os efeitos de sentido. É preciso lançar mão da complexa relação de constituição entre sujeito, língua e história. O observador descompromissado, o cientista neutro, não existem.

Porque a AD é um dispositivo de leitura e de interpretação, o fazer recorte do objeto leva à determinação da teoria, de seus métodos e procedimentos. Assim, o recorte sobre o material empírico já é um gesto de análise. É, na verdade, a primeira etapa da análise. Segundo Orlandi (1989, p. 31), “a constituição do *corpus* e a própria análise estão intimamente ligados, ou seja, são a mesma coisa. Analisar é dizer o que pertence ou não pertence a um *corpus* determinado [...] e, inversamente, [...] já é decidir acerca de propriedades discursivas.”

Na AD, a constituição do *corpus* não segue critérios experimentais nem quantitativos, mas teóricos. Normalmente o trabalho do pesquisador o leva a distinguir entre dois tipos de *corpus*: o empírico ou de arquivo e o discursivo.

O *corpus* de arquivo pressupõe “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais em que é possível deprender a discursividade que rege as configurações de enunciados múltiplos e dispersos”. (FOUCAULT, 1969 e PÊCHEUX, 1982 *apud* MARIANI, 2004, p. 105)

Neste *corpus* empírico abrigam-se todos os textos que o analista recolheu para a sua pesquisa. Ao permitir trabalhar com regiões heterogêneas de textos, a AD acolhe, nesse levantamento, tanto a dispersão quanto a interdiscursividade, já que formam um conjunto de enunciados textuais de várias naturezas, de épocas diversificadas, com uma regularidade dos sentidos, e que se comunicam quer pela temática, quer pelos conceitos, quer pela ideologia.

Neste *corpus* empírico, é feita uma *de-superficialização* dos monumentos textuais como um primeiro tratamento crítico de análise da impressão da realidade, e acontece quando o analista organiza o *corpus* em face da natureza do próprio material e do ponto de vista que toma.

A partir daí, o analista começa a perceber o modo de funcionamento do discurso, como esse discurso se relaciona com outros, como está construído, como faz para dizer o que diz, quem diz e de onde diz. O *corpus* discursivo, então, constitui-se no objeto teórico de análise.

Construir um *corpus* com grande quantidade de material não significa que o analista deverá usar tudo na sua análise exaustivamente. Pelo contrário, em AD, isso não acontece, porque não interessa dar conta de todos os textos, basta-lhe apenas um.

A constituição do *corpus* discursivo visa à exaustividade vertical, em profundidade, não à exaustividade horizontal, em extensão. “Todo discurso se estabelece sobre um discurso anterior, apontando para outro [...] O que existe não é um discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo, do qual se podem recortar e analisar estados diferentes.” (ORLANDI, 1986)

A partir do exposto, foram feitos recortes desse universo levando em consideração o tema, o objeto a serem analisados e os objetivos geral e específico desta pesquisa.

2.3.2 Corpus empírico e corpus discursivo

Como dissemos, o processo de levantamento do *corpus* empírico não foi desprovido de significado. O gesto de interpretação sobre o fato a ser estudado implicou a própria escolha dos textos.

Esse conjunto heterogêneo de textos será arrolado a seguir, e estará apenso ao trabalho no capítulo 8 (Anexos). Esse arquivo é composto de: textos de gramáticas, dicionários e conceitos lingüísticos, textos que tratam da história da língua e do saber produzido sobre ela e se organizam a partir dos discursos produzidos por lingüistas, filólogos e lexicógrafos que falam de diferentes lugares sócio-históricos, e textos gerados a partir de entrevistas dadas a mim por cabo-verdianos não-teóricos.

Constituem este *corpus*:

- a. Anais – Estes anais contêm as palestras proferidas por ocasião do Ciclo de Conferências promovido pela Associação dos Estudantes Cabo-verdianos no Estado do Rio de Janeiro, realizado nos dias 25, 26, 27 de outubro de 2004, no auditório principal da Universidade Santa Úrsula. Não foram incluídos nos Anexos (capítulo 8) por constituírem um livro à parte.

- b. Constituição – o texto da constituição da república de Cabo Verde de 1999, especificamente a parte que fala sobre língua.
- c. Programa de Curso Universitário – o programa do curso de graduação do Ensino do Português, Língua e Literatura da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde conseguido no site www.caboverde.ipiaget.org
- d. Mídia – notícias sobre a língua cabo-verdiana, a partir de sujeitos músicos, políticos e teóricos da língua publicadas na mídia eletrônica cabo-verdiana, portuguesa, e americana nos sites www.governo.cv, www.asemana.cv, www.inforpress.cv, www.vozdipovo-online.com, www.priberam.pt, www.visaonews.com, www.capeverdeancreoleinstitute.org.
- e. Gramáticas – gramáticas descritivas da língua cabo-verdiana redigida por: Baltasar Lopes da Silva, *O Dialecto crioulo em Cabo Verde* (1984 (original de 1957)); Eduardo Augusto Cardoso, *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde* (1990); Manuel Veiga, *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu* (1980) e *O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática* (1995).
- f. Livros sobre a História de Cabo Verde e sobre a Língua e a Cultura Cabo-verdianas – livros sobre a história de Cabo Verde escritos por Antonio Carreira, *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)* (1983); por Elisa Silva Andrade, *As Ilhas de Cabo Verde da "descoberta" à Independência Nacional (1469-1975)* (1996); e por Manuel Veiga, *A sementeira* (1994).
- g. Livros de Lingüística e Filologia – textos que tratam dos estudos sociolingüísticos das línguas crioulas de vários autores, como por exemplo: Fernando Tarallo e Tânia Alkmin, *Falares crioulos: Línguas em contato*; Hildo Honório Couto, *A questão da gramaticalização nos estudos crioulos*; Jürgen Lang, *Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*; Anthony Naro, *Crioulização e mudança natural*; Dulce Pereira, *Crioulos de base portuguesa e O crioulo de Cabo Verde*; Serafim da Silva Neto, *História da língua portuguesa e Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*; Celso Cunha, *A questão da norma culta brasileira, Língua, nação, alienação e Língua portuguesa e realidade brasileira*; Antonio Houaiss, *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*.
- h. Dicionários de Filologia e Lingüística e Dicionários de Língua – foram pesquisados o verbete *crioulo* e seus derivados nos seguintes dicionários: Francisco da Borba de

1976, Mattoso Câmara de 1973, Jean Dubois de 1978, Oswald Ducrot de 1991, e Robert Lawrence (Larry) Trask de 2004; *Grand Dictionnaire universel du XIX^e siècle de Pierre Larousse* de 1869; *Nouveau Larousse illustré* de 1902; *Larousse Universel* de 1922, 1924; *Petit Larousse* de 1965; *Petit Robert* de 1969; *Le Robert Quotidien* de 1996; Françoise e Jean-Michel Massa de 2002; *Básico Diccionario didáctico de español* de 1999; *Dicionário da Real Academia Espanhola* edições de 1729, 1760, 1783, 1837, 1869, 1899, 1914, 1925, 1947, 1970, 1984, 1989, 1992; *The British Encyclopedia* de 1929; *The Oxford English Dictionary* de 1933; *Webster's ninth new collegiate dictionary* de 1991; *The Oxford Companion to the English language* de 1992; *The Columbia Encyclopedia* de 2004; *Lello Universal* de 1983; *Dicionário on-line* da Porto editora de 2003-2006; M. Mendes de 2002; Rafael Bluteau de 1712-21; Caldas Aulete de 1881; C. Figueiredo de 1899; L. Freire de 1939; Antenor Nascentes de 1961-1967; Academia Brasileira de Letras de 1999; Aurélio de 1975 e 1999; Koogan/Houaiss de 1993 e *Houaiss eletrônico* de 2001.

i. Entrevistas – realizadas com cabo-verdianos aqui no Rio de Janeiro.

Com relação às entrevistas, cabe-nos dizer do número de entrevistados, de como foram feitas e de seu conteúdo.

Foi um total de oito entrevistas. Seis dos entrevistados são estudantes universitários, alunos da Universidade Santa Úrsula, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e da Universidade de Brasília (apenas um), os outros dois são alunos do curso de pilotagem ministrado pela Skylab, no aeroporto Santos Dumont.

As entrevistas foram feitas sem gravador. À medida que a pergunta era feita, eu anotava a resposta. Após chegar em casa, transcrevia para o trabalho, procurando respeitar o mais possível a fala do entrevistado, dando, no entanto, a ela, uma forma mais próxima da escrita. Pensei em não usar o gravador porque acho que o entrevistado fica mais à vontade ao formular as respostas, o que de fato aconteceu. Não fiz questão de entrevistá-los em separado, porque isso não influenciaria na recolha das respostas. Ainda mais que todos eles moram em conjunto, com estudantes brasileiros em apartamentos pequenos.

No item 10.6 dos Anexos, encontra-se a tabela 1 contendo as dezoito perguntas e as respostas correspondentes dos nove entrevistados registradas em duas colunas: a da esquerda com as perguntas numeradas de 1 a 18, e a da direita com as respostas ordenadas por entrevistado. Cada entrevistado recebeu um código E seguido de um número de 1 a 9 que

corresponde à seqüência temporal em que se deram as entrevistas: por exemplo, E1, E2 E3,... E9. Assim as respostas podem ser associadas ao entrevistado.

É preciso dizer que elas não foram todas realizadas no mesmo dia, nem no mesmo local. Com alguns deles, marquei por telefone e fui à casa, com outros, marquei no próprio lugar onde estuda.

Decidi por escrever todas as respostas dos entrevistados, mesmo quando algumas delas revelaram-se muito próximas umas das outras. Apenas quando eram totalmente iguais, optei por escrever apenas uma resposta e assinalar entre parênteses que todos deram respostas iguais.

Os entrevistados, por ordem, foram:

E1) Rui Medina Delgado, estudante do curso de Direito da Universidade Santa Úrsula e presidente da Associação de Alunos de Cabo Verde no Rio de Janeiro (encontro realizado na própria universidade, em 22/11/2005, das 15h às 16:30)

E2) Luis Lima, estudante do 7º período do curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, de férias no Rio de Janeiro, há sete anos no Brasil, tem vinte e sete anos. (encontro realizado na casa do estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E3) Keila Mendes, estudante do 3º período do curso de Direito da Universidade Santa Úrsula, há dez meses no Brasil, tem vinte e dois anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E4) Helker Lírio Andrade Rosa, aluno do curso de piloto comercial de aviões ministrado pela Skylab, no Aeroporto Santos Dumont no centro do Rio de Janeiro, há aproximadamente dez meses no Brasil, tem vinte e um anos. (encontro realizado na casa do estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E5) André Rémo Andrade, aluno do curso de piloto comercial de aviões ministrado pela Skylab, no Aeroporto Santos Dumont no centro do Rio de Janeiro, há seis meses no Brasil, tem trinta e um anos. (encontro realizado na casa do estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E6) Carina David Lopes, estudante do 1º período do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, há duas semanas no Brasil, tem vinte anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/03/2006, das 09h às 11:30)

E7) Marina dos Santos da Graça, estudante do 3º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, há um ano e meio no Brasil, tem vinte e dois anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/03/2006, das 09h às 11:30)

E8) Indira Tavares, estudante do 3º período do curso de Administração da Universidade Santa Úrsula, há um ano e meio no Brasil, tem vinte e dois anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/03/2006, das 09h às 11:30)

E9) Adelaide Tavares Monteiro Lima, estudante de pós-graduação em Letras Neolatinas (Curso de Mestrado) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientanda do Professor Doutor Pierre Guisan, há um ano e meio no Brasil, tem trinta e quatro anos. (encontro realizado na PUC-Rio, em 19/05/2006, das 12:30 às 14:30, por ocasião do minicurso ministrado pelo Professor Louis-Jean Calvet)

Esse *corpus* empírico permite um olhar heterogêneo e plural sobre o objeto teórico estudado. Sempre que necessário, lançarei mão dos monumentos textuais do *corpus* para confirmar, ou não, para ilustrar e para conseguir pistas e luzes para a reflexão sobre o próprio trabalho.

São as condições de produção que, ao regularem a relação da materialidade lingüística de uma seqüência discursiva com as condições históricas que a produzem, indicam os procedimentos de constituição do *corpus* discursivo. (LAGAZZI, 1988, p. 59) Em outras palavras, as condições de produção se materializam nos processos de produção do discurso e agem como um filtro (*idem*) na constituição das seqüências discursivas (SD) que constituirão o *corpus*. (PÊCHEUX, 1990b)

Por seqüências discursivas (SDs) entendemos “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase” e, ainda, que “a natureza e a forma dos materiais recolhidos são eminentemente variáveis.” (COURTINE, 1981 *apud* MARIANI, 1998, p. 53)

Em AD, opta-se por falar não em segmento, mas em recorte, como já mencionado no item 2.3.1. O recorte é uma construção resultante da teoria, uma unidade discursiva que se constitui de fragmentos correlacionados de linguagem e situação. E, de acordo com o objetivo e determinadas condições de produção os recortes variam. (ORLANDI, 1986, p. 121)

Isso significa dizer, portanto, que não é preciso mobilizar toda a teoria na análise do *corpus* discursivo. Os próprios objetivos delineados determinam o que se vai usar da teoria na análise. (ORLANDI, 1989, p.33)

A partir dos objetivos do nosso trabalho, o que se mostrou relevante para os recortes dos dados foram as marcas lingüísticas de denominação e designação, no caso da nomeação da língua e de como se referir a ela, como os enunciados definitórios no caso do discurso científico sobre a língua cabo-verdiana e do discurso relatado no caso dos discursos do cabo-verdiano e do outro sobre a língua cabo-verdiana e sobre a língua portuguesa.

Decidimos seleccionar cinco recortes de todo o *corpus* para uma análise mais detalhada apresentados no capítulo 5.

3 DISCUTINDO O CONCEITO SOCIOLINGÜÍSTICO DE *LÍNGUA CRIOLA* À LUZ DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS

Algumas vezes é extremamente importante expor um fenômeno bem conhecido e aparentemente bem estudado a uma luz nova, reformulando-o como problema, i.e., iluminando novos aspectos dele através de uma série de questões bem orientadas. Isso é particularmente útil nos domínios em que a pesquisa desaba sob o peso de uma massa de descrições e de classificações meticulosas e detalhadas, mas destituídas de qualquer orientação. (BAKHTIN, 1981, p. 142)

Pensar a tensão entre as línguas portuguesa e cabo-verdiana é pensá-las em como são afetadas pelos fatos históricos e condicionadas pelo discurso da lingüística sobre elas.

O percurso dos estudos lingüísticos sobre as *línguas crioulas* mostra como se constituiu uma discursividade sobre as línguas em contato nos países colonizados pelos europeus.

O nome dado pela sociolingüística às línguas que tiveram sua historicidade atravessada pelo europeu constitui um significante que não recobre todo o sentido do referente, constitui uma identificação particular que vai remeter à uma origem, à uma filiação.

Nomear determinadas línguas como *línguas crioulas* significa excluir o outro, o diferente, para garantir o lugar de quem fala, e que, ao falar, produz um estranhamento. O verbo *nomear*, nesse caso, traz a sintaxe científica da intransitividade verbal, a que dá fôrma e forma, apaga, anula, dessubjetiva o lugar da singularidade do sujeito cabo-verdiano. O efeito desse discurso fundador da lingüística sobre as *línguas crioulas* “sustenta o sentido que surge e se sustenta nele. Intervém no já-dado, no já-dito”. (ORLANDI, 2003a, p. 13)

Nesse capítulo, a intenção não é fazer um histórico completo do pensamento científico-lingüístico nem do sociolingüístico, nem mesmo apresentar a situação atual. Limitar-nos-emos a uma tentativa reflexiva que conduza à desconstrução dos sentidos já estabelecidos como hegemônicos sobre *línguas crioulas* buscando nossa reflexão crítica na historicidade que esse pensamento científico-lingüístico traçou ao se construir.

3.1 O discurso científico da Sociolingüística sobre as *línguas crioulas*

No século XIX, os filólogos, no século XX, também os lingüistas, nos finais dos anos 60, os sociolingüistas e, mais especificamente, os crioulistas – que reivindicam um espaço ao lado da lingüística – têm dado uma especial atenção ao estudo dos *crioulos*, como atestam os numerosos congressos, simpósios, mesas-redondas, publicações de artigos e livros sobre o assunto, numa tentativa de, ao tratá-los cientificamente, dar-lhes o diagnóstico de línguas naturais, pois, até a segunda metade do século retrasado, essas línguas eram tratadas como “cicatrizes, degenerescências lingüísticas, sem forma criadora; não sistemas em si, mas amálgamas ou desvios de outros sistemas”. (CUNHA, 1981, p. 37)

Assim é com Hugo Schuchardt (1842-1927), considerado o pai da crioulistica, Adolfo Coelho (1847-1919), considerado também o pioneiro da investigação sistemática dos *crioulos*, e Leite de Vasconcelos (1858-1941), filólogo sistemático e rigoroso, que vai começar a constituição e a fundação de sentidos a partir da ciência lingüística para essas línguas, de acordo com as condições de produção sócio-históricas da época. Esses cientistas da linguagem enunciam do lugar de filólogo (alemão e portugueses, respectivamente), numa época em que a ciência se interessava pelos fatos lingüísticos em sua história, pela classificação genética, pela origem e pela pureza das línguas.

Apesar de ainda não se distinguir *crioulos* de *pidgins*, Adolfo Coelho, por exemplo, inicia a compilação de dados sobre diversos *crioulos* existentes no mundo, conseqüentemente, reúne a primeira bibliografia abrangente sobre essas línguas, e enuncia, em 1881, leis gerais para explicar a sua formação, demonstrando estar à frente de sua época. Diz ele:

1º Os dialectos românicos e crioulos, indo-português e todas as formações semelhantes representam o primeiro ou primeiros estádios na aquisição de uma língua estrangeira por um povo que fala ou falou outra. (p.102)

2º Os dialectos românico-crioulos, indo-português e todas as formações semelhantes devem a origem a acção de leis psicológicas ou fisiológicas por toda a parte as mesmas e não a influência da línguas anteriores dos povos em que se acham esses dialectos.(p.105)⁴³

O primeiro princípio associa o surgimento dos *crioulos* à questão da aprendizagem de segunda língua, que, hoje, para a crioulistica, é uma das questões mais instigantes, já que apresenta íntimas relações com o que se dá nas línguas *pidgin* e *crioulas*. O segundo princípio antecipa em quase cem anos a moderna hipótese do bioprograma lingüístico de Derek Bickerton, que propõe que as características dos *crioulos* fornecem poderosos ‘insights’ para

⁴³ *Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América*. Lisboa: 1881. Republicado com acréscimos em *Estudos lingüísticos: crioulos*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1967.

o estudo do desenvolvimento da linguagem no indivíduo e para a determinação de características lingüísticas na espécie humana.

Schuchardt opunha-se ao estudo puramente lingüístico da história das línguas, e defendia a questão de que toda língua apresenta algum grau de mistura. Foi ele que “associou a expressão *língua mista (mischsprache)* a pidgin-crioulo” (DeCAMP, 1971, p.31, *apud* COUTO, 1996, p. 151).

É a era do comparativismo oitocentista, do método comparativo-reconstrutivista, que garante um estatuto científico aos trabalhos sobre a evolução das línguas, aproximando a lingüística da biologia, e servindo como metáfora ideal para a ordem natural na sucessão das espécies – foi o próprio Charles Darwin que tomou a iniciativa de utilizar o exemplo lingüístico, sobre a evolução regular de traços fonológicos das línguas Indo-européias, como termo de comparação em uma de suas exposições.

A busca por uma família de línguas que relacionasse as línguas dos Estados europeus a línguas da Antiguidade como o Sânscrito, o Grego e o Latim para justificar a visada da pureza, do padrão, da correção lingüística de modo a valorizar essas línguas européias fez surgir o método de classificação genealógico, proposto pelo lingüista alemão Shleicher. O objetivo era determinar as relações históricas que as línguas estabeleciam entre si. Os gramáticos comparativistas atribuíam um antepassado comum a línguas de mesma família estabelecidas as relações de proximidade ou afastamento de acordo com as semelhanças e diferenças formais existentes entre elas.

Do ponto de vista das relações genealógicas, grande parte das línguas pode ser classificada em termos de família genética, por ter apenas um progenitor, uma língua-mãe. Tem-se a certeza da procedência da língua. Porém muitas há que esse modelo não explica por não terem uma ‘transmissão normal’, isto é, por terem mais do que um progenitor. Estão, nesse caso, as chamadas *línguas mistas* as quais não podem, por definição, ser filiadas num ou noutro deles. Isto é, não se podem classificar essas línguas em termos de ‘produtos’ de uma *transmissão normal* de um dado progenitor. Se, segundo esse método, a transmissão opera sobre a totalidade da gramática de uma língua, no caso das línguas mistas isso não ocorre. Elas podem partilhar a sintaxe com o progenitor A, a fonologia com o B, etc. Dessa forma, tanto A quanto B sofrem rupturas na sua transmissão como um todo, quando concorrem apenas parcialmente para a construção de uma nova língua.

Assim, sendo a origem dessas línguas dita *não-genética*, a sua caracterização exige uma metodologia que, além dos parâmetros lingüísticos, integre parâmetros sócio-históricos, pois essas línguas surgem em comunidades que se encontram em situações de mutação social, por

vezes de tensão social. A partir daí, os cientistas da linguagem procuram uma origem e uma árvore genealógica para os *pidgins* e *crioulos*.

Pode-se dizer que esse procedimento científico se estende até hoje, século XXI, como veremos mais adiante. As línguas chamadas *crioulas* constituem ‘verdadeiros laboratórios’ de estudo “pelo fato de aí [nesse estado lingüístico] elas aparecerem em sua plenitude, e não camufladas por acidentes históricos que se deram freqüentemente há muitos séculos e que, portanto, são inacessíveis à observação direta.” (COUTO, 1996, p.205)

Nessa classificação científica levam-se em conta os fatores sociais e históricos concomitantes ao surgimento de uma língua desse tipo. Desse ponto de vista, a existência de contato lingüístico supõe o contacto social dos respectivos falantes, enquadrados em situações de comunicação de ordem diversa; a estas subjazem relações sociais, políticas e culturais igualmente diversificadas e que condicionam as relações lingüísticas.

Está, dessa forma, justificada a recorrência feita por quase todos os cientistas da linguagem em querer tratar numa categoria à parte essas línguas. Diz-nos Couto (1996, p. 35),

o fato importante a ser retido aqui é que, levando-se em conta apenas a estrutura, não é possível distinguir os crioulos e os pidgins como uma categoria à parte. Só as condições sociais de seu surgimento os separam das línguas não-crioulas ou pidgins. Até o presente momento, ‘não há nenhuma maneira segura de identificar como crioulo uma língua cuja história seja desconhecida’ (DeCAMP⁴⁴, 1971, p. 25).

Ainda, nesse sentido, escutamos Tarallo (1987, p.15) dizer que esse tipo de língua foi “inúmeras vezes detectado em outras partes do mundo, em outras épocas, mas sempre decorrente das mesmas circunstâncias sociais”, a saber, de relações estritamente comerciais ou via escravidão.

Nesse entrelaçar de razões para justificar um lugar de exceção para essas línguas – diferente em tudo das línguas *não-crioulas*: origem, conseqüente estrutura, processo de aquisição –, chega-se à conclusão de que dizer língua *crioula* implica dizer língua fora do grupo das línguas naturais, já que sua origem é determinística de seu processo de mudança lingüística, pois são classificadas como línguas muito instáveis. E, ao mesmo tempo, nega o sentido de contato e de mescla às línguas *não-crioulas*, fazendo-as significar como línguas não-mistas. Dessa forma, entender-se-ia o português como uma língua vinda direta do latim, sem contatos com outras línguas, uma vez que o português é uma língua *não-crioula* nesse raciocínio.

⁴⁴ DeCAMP, David. Introduction: the study of pidgin and creole languages. In HYMES, Dell (org.). *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: Cambridge University Press. p.13-39.

Ao mesmo tempo, o termo *crioulo* ganha derivações e passa a dar nome a novos conceitos. Os processos como *pidginização* ou *jargonização*, *crioulização*, *recrioulização*, *descrioulização*, *hipercrioulização*, *rejargonização* ou *repidginização*, são característicos para descrever a natureza instável do léxico e da gramática dos *pidgins* e *crioulos*. A tal ponto essas línguas são mutantes que são mensuráveis numa escala de gradação cíclica que registra extremos como voltar a ser a língua européia que lhes deu origem, isto é, “se a língua de superstrato (sempre européia) continuar presente (como na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, no Havaí, no Haiti, etc.), o crioulo tende a continuar se expandindo, desta vez na direção da língua européia. Trata-se do processo da descrioulização.” (COUTO, 1996, p. 18)

É paradoxal pensar que 1) se os *crioulos* são línguas mistas, com origem em mais de uma língua, como o contato e a mescla entre as línguas se desfaz em um ponto determinado e de forma tão transparente e pontual? 2) se o processo de *crioulização*, apesar de ser conceituado com base na natureza das *línguas crioulas*, quer dizer “expansão na forma interna da língua, com convergência no contexto de extensão do uso” (HYMES, 1971, p. 84)⁴⁵, então todas as línguas podem sofrê-lo, inclusive as *não-crioulas*.

O ciclo vital (HALL, 1962, p. 151-156) estabelecido pela sociolinguística para descrever o nascimento de um *crioulo*, ao mesmo tempo, explica a formação e revela a mudança. O processo seria: parte-se sempre de um *pidgin* instável ou jargão (1), para um *pidgin* estável (2), para o *crioulo* (3) e para a língua dominante (4). Assim, há o processo de *pidginização* entre as fases (1) e (2), o processo de *crioulização* entre as fases (2) e (3), e o processo de *descrioulização* entre as fases (3) e (4). O processo de *recrioulização* aconteceria entre as fases (4) e (3) em determinadas circunstâncias como para afirmar a identidade do povo que fala o *crioulo*, enfatizando a *língua crioula* de seus antepassados (ROMAINE, 1988, p. 188-203 *apud* COUTO, 1996, p. 20). “O mesmo fenômeno deve estar-se dando entre os cabo-verdianos, os guineenses e os são-tomenses de Lisboa”. (idem)

O processo de *hipercrioulização*, ou seja, “afirmação agressiva da diferença crioula e do status superior do crioulo” seria o mesmo processo da *recrioulização* (ibidem). “A diferença consiste no fato de a hipercrioulização se dar no próprio país em que o crioulo é falado, e não no país de emigração, como ocorre com a recrioulização entre os jamaicanos residentes na Inglaterra.” (ibidem)

Na necessidade de buscar a origem, ao explicarem a gênese dos *crioulos*, há dois caminhos, os sociolinguistas que, na sua maioria, dizem que todo *crioulo* já foi um *pidgin*, ou

⁴⁵ HYMES, Dell (org.). *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

os lingüistas que discordam diametralmente dessa proposta e dizem ser o conceito de *pidgin* dispensável, pois consideram o processo de formação dos *crioulos* um processo contínuo que só termina ou com a adoção completa da língua dominante – visão do superstratista Chaudeson – ou com a perda completa da língua africana de origem – visão do substratista Alleyne –, não havendo necessidade de se chamar um estágio intermediário de *pidgin* e outro de *crioulo*, pois o estágio final é o que se chama de *descrioulização*, a aproximação extrema da língua europeia.

Nos dois casos a língua resultante da disputa pelo espaço de enunciação sai perdedora. No primeiro caso, a língua *crioula* perde para a língua europeia porque nessa origem *pidginizada* já está cientificada pela sociolingüística que “pidgin não é língua materna de ninguém” – opiniões de Hall, Bickerton, Couto e Tarallo e Alkmin, pelo menos. “Todo crioulo se origina de um pidgin, embora nem todo pidgin se transforme em crioulo (como qualquer sistema, o pidgin também pode ‘morrer’). Estabelecida tal herança, torna-se fácil compreender as peculiaridades estruturais dos crioulos”. (TARALLO, 1987, p. 97)

Ainda aqui, é importante apontar qual é a herança dessa língua nova que se torna língua materna de uma comunidade de falantes. O *crioulo*, portanto, herda as características do *pidgin* que lhe originou. E, como os *pidgins* são caracterizados pela sociolingüística? As línguas *pidgins* são ditas preencher funções sociais limitadas, sobretudo aquelas vinculadas a atividades comerciais mercantilistas; são falares de emergência que podem se diluir e desaparecer; são línguas que sofrem uma simplificação e uma redução nos níveis fonológico, morfológico, sintático e lexical.

Os primeiros observadores – viajantes, comerciantes, e outros – referiam-se aos *pidgins* como versões “corruptas”, “bastardas” e “erradas” das línguas europeias. (TARALLO, 1987, p. 88)

Alan Baxter (1996, p. 535) diz,

A pidginização, a criação de uma língua pidgin, geralmente reduz ao mínimo as complicações gramaticais, tais como a flexão e as regras de concordância. O resultado é uma estrutura maximamente analítica desprovida de redundâncias e de ambiguidades. O léxico também é reduzido de forma drástica, mas as suas possibilidades expressivas são aumentadas pela homonímia e por meio de circunlocuções.

Tarallo (1987, p.86) aduz que os *pidgins* são “um meio de contato que, conforme caracterizado, sofre de sérias restrições funcionais e discursivas.”

Pereira (1996, p. 554), ao falar dos *crioulos* como provenientes dos *pidgins* comenta “uma forma de linguagem deficiente, como é um pidgin”.

Veiga (1995, p.23) também dissertando sobre a origem do *crioulo* cabo-verdiano observa,

o primeiro estatuto desse instrumento seria o de pidgin, por ser um meio de comunicação instável que não obedece a uma estrutura definida, com poucos recursos lexicais e gramaticais, funcionando mais na base de parataxe (ausência de hierarquização e de relação sintáticas) do que de sintaxe.

Assim, voltando ao primeiro caso, a língua outra, a do povo dominado, sai perdedora porque herda as designações e denominações dadas à sua língua-origem pelos cientistas da linguagem, ‘língua de ninguém’, ‘com sérias restrições funcionais e discursivas’, ‘com poucos recursos lexicais e gramaticais’. É lendo a historicidade desse arquivo discursivo da sociolinguística sobre as *línguas crioulas* que se percebe uma memória discursiva que faz esquecer, mas não desaparecer, os efeitos de sentidos produzidos pela ideologia colonialista, que tentava explicar o surgimento dos *crioulos* como ‘língua dos povos colonizados’, ‘inferiores ao europeu cultural e socioeconomicamente’, ‘falantes de línguas com papel marginal na formação dos crioulos’, como já mostrado anteriormente.

Voltando ao segundo caso, em que as línguas africanas estão completamente excluídas do processo de formação dos *crioulos*, também aqui, a língua nova sai perdedora. Segundo J. G. Herculano de Carvalho⁴⁶, lingüista português adepto da hipótese superstratista, “os idiomas crioulos representam formas alteradas (mais ou menos profundamente, conforme os casos) de idiomas europeus” (1969, p. 50-51). A crioulista alemã Annegret Bollée (1977) afirma de forma explícita ser partidária do que chama *Evolutionstheorie*, ou seja, de que os *crioulos* são continuadores diretos das línguas dominantes européias.

Nesse discurso os efeitos de sentido produzem sua filiação à ideologia da pureza das línguas, que levava a crer que toda língua deve provir de outra que é sua ‘mãe’, que não havia língua mista (Max Müller). Aqui, é pertinente retomar a idéia de R. Balibar (1985) de *colingüismo*. Nesse conceito o autor designa a necessidade de certas línguas de Estado se associarem a um *aparelho de línguas* em que encontrem legitimidade, estando oficialmente e

⁴⁶ *Estudos Lingüísticos*. Coimbra: Atlântida. Vol.2.

gramaticalmente vinculadas à sua língua-mãe (como o latim, o grego) e também às suas parceiras. Mesmo o conhecimento das línguas *pidgins* e *crioulas* vindo subverter a ideologia da pureza das línguas subjacente à teoria da árvore genealógica, tornando clara a questão da mescla lingüística, ainda assim, hoje, lingüistas se preocupam em buscar derivar essas línguas de uma árvore que as ‘salve’ de uma filiação comprometedora com a das línguas africanas, sendo por isso, filiadas às línguas européias. Hildo Couto ao comentar os motivos porque os *crioulos* devem ser estudados à parte das línguas *não-crioulas* também se refere à idéia da pureza dizendo, “as comunidades de fala crioula são verdadeiros laboratórios lingüísticos. Não porque elas sejam de natureza diferente das línguas não crioulas, mas porque nelas tudo que ocorre com estas últimas se mostra de modo acirrado, quase em estado puro.” (1996, p.223)

Hipóteses sobre a gênese e a mudança das línguas crioulas

Nos últimos anos, os estudos sociolingüísticos de *pidgins* e *crioulos* têm estado associados às áreas da variação e da mudança lingüísticas, da pesquisa sobre universais lingüísticos e da aquisição de linguagem. O que chama a atenção desses estudiosos é as semelhanças e as diferenças dos *crioulos* com a língua dominante, e as semelhanças que apresentam entre si, às vezes, maiores do que com a própria língua dominante ou língua lexificadora.

Ao estudá-las mais de perto, podemos, numa metodologia discursiva, dispô-las em dois grupos tomando como ponto de partida as formações ideológicas de Pêcheux. Um grupo diz respeito ao sujeito-cientista da linguagem que fala da posição-sujeito do europeu (ex-) colonizador (1), e o outro diz respeito ao sujeito-cientista da linguagem que fala da posição-sujeito do africano (ex-) colonizado (2). Assim, o objeto de análise da posição-sujeito1 é visto como uma língua extensão da dele que se adulterou, mas cuja tendência é se aproximar ao máximo da língua de origem. Nesse caso a língua de origem é única, e, apesar de haver a mescla lingüística, esta é considerada desprezível. O objeto de análise da posição-sujeito2 é visto como uma língua de origem que caminha em paralelo mas que, por disputa de poder, acaba se perdendo e dando lugar à língua da posição-sujeito1. Nesse caso a língua de origem também é única, e, apesar de haver a mescla lingüística, esta é considerada desprezível.

Ao fim, percebe-se que são dois caminhos teóricos que levam ao mesmo resultado. É sempre a língua da posição-sujeito1 que prevalece, não importando que se parta de línguas-origem diferentes (africana ou portuguesa). Vale a pena notar que a maioria das hipóteses é formulada do lugar da posição-sujeito1.

Há várias hipóteses para se dar conta cientificamente da gênese, da mudança e da aquisição das línguas ditas *crioulas*. As hipóteses mais importantes são: a hipótese superstratista, a hipótese substratista, a teoria da língua mista, a teoria da monogenia e da poligenia e a hipótese universalista. As outras hipóteses consideradas menos importantes, como a teoria do baby-talk e do foreigner-talk, hipótese da aculturação, linguagem de reconhecimento, teoria do desenvolvimento paralelo, hipótese da linguagem náutica, hipótese criativista, também serão arroladas, mas em curto espaço de texto. Todas as hipóteses aqui resumidas serão caracterizadas de acordo com a literatura pesquisada, mais especificamente Couto (1996), Tarallo (1987), Mota (1996).

Hipótese superstratista

Os estudiosos da dialectologia românica passaram a designar por essa hipótese a tentativa de explicar o surgimento dos *crioulos* quase que exclusivamente por intermédio da língua de superstrato, isto é, do povo dominador, também chamada de língua lexificadora. Apesar de dominar uma língua deformada, o povo dominado se convencia de que falava a língua do colonizador.

Francisco Adolfo Coelho considera os *crioulos* formas dialetais particulares que algumas línguas tomaram nas colônias européias na África, Ásia e América. É aquisição imperfeita de uma língua estrangeira, portanto não prevê uma língua de substrato. Ao negar a influência das línguas de substrato, antevê o esboço de uma hipótese universalista de formação e de desenvolvimento das línguas *pidgin* e *crioulas*. Os *pidgins* nascem de forma rápida para suprir a necessidade de comunicação entre um povo socialmente inferior e outro superior. Nessa alquimia, é o povo inferior que ‘reduz’ a língua do povo superior.

Hugo Schuchardt distancia-se de Coelho quando propõe que os próprios europeus mutilaram suas línguas, deturparam-nas para facilitar a comunicação com os ‘estrangeiros’, pois as mutilações, segundo ele, só podem ser feitas se se tem um conhecimento amplo da língua. Aproxima-se de Coelho quando considera a influência das línguas africanas sem nenhum peso na formação do *pidgin*.

Derk Christian Hesseling é considerado o lançador do germe da monogenética. Ele se opõe a Schuchardt quando propõe que os responsáveis pelas alterações sofridas pelas línguas européias foram os escravos enquanto que os europeus teriam adotado a mescla simplificada dos escravos para serem compreendidos. Ele também se une aos outros dois filólogos ao negar a hipótese do substrato africano.

Nos tempos atuais, temos Robert A. Hall⁴⁷ que diz admitir alguma influência das línguas de substrato, “os pidgins e crioulos modernos são, antes de tudo, versões simplificadas de estruturas fundamentalmente européias, às quais foram acrescentados alguns traços das línguas de substrato (nativas)”. (1966, p. 58)

Hipótese Substratista

No transcorrer da década de 50 para a de 60, conta-nos John Holm⁴⁸ (1988, p.45), houve uma mudança de perspectiva, passou-se a enfatizar o papel das línguas dos povos dominados na formação dos *pidgins* e *crioulos*. Por substrato entendem-se as influências dos povos dominados deixadas na língua do colonizador que dão as especificidades ao léxico e à sintaxe da língua nova.

São substratistas os universalistas como Koopman e Claire Lefebvre⁴⁹ (1989) e os defensores da língua mista, hipótese explicada a seguir.

Teoria da Língua Mista

Essa teoria reflete uma não-preocupação com a pureza da língua, ao defender que não há línguas puras e ao admitir, portanto, a questão da mescla lingüística. Cientistas como Sarah Grey Thomason e Terrence Kaufman⁵⁰ (1988) pensam que a *pidginização* e a *crioulização* são apenas uma faceta de um fenômeno mais amplo.

Dizem que existe a possibilidade de uma língua ter tanto a gramática quanto o léxico influenciado por mais de uma fonte, e dão como exemplo o inglês.

Monogênese (década de 50-60) e Poligênese

O princípio explicativo da teoria da monogênese consiste na afirmação da existência de um *protopidgin* de origem portuguesa (século XV), ele próprio herdeiro do *sabir* ou *língua franca* criada na época das Cruzadas e usada na bacia do Mediterrâneo pelos mercadores da Idade Média (WHINNOM⁵¹, 1977). Este *pidgin* ter-se-ia expandido pelas costas de África, pela Índia e pelo Extremo Oriente e teria sofrido posteriores

⁴⁷ HALL, Robert A. *Pidgin and creole languages*. Ithaca: Cornell University Press. (apud COUTO, 1996, p.145)

⁴⁸ HOLM, John. *Pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press. (apud COUTO, 1996, p.147)

⁴⁹ Les langues créoles et la théorie linguistique. *Canadian Journal of Linguistics/Revue Canadienne de Linguistique* 34, 3. p.249-272. (apud COUTO, 1996)

⁵⁰ *Language contact, creolization, and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press. (apud COUTO, 1996)

⁵¹ WHINNOM, Keith. The context and origin of Língua Franca. In: MEISEL, J. (org.) *Langues en contact-pidgins- creoles- languages in contact*. Tübingen: TBL Verlag, Gunter Narr. p. 3-18. (apud DA MOTA, 1996)

relexificações de forma a dar origem aos diferentes *pidgins* de base francesa, inglesa, etc., consoante o percurso socio-histórico dessas populações.

A Teoria dos desenvolvimentos paralelos ou poligênese está baseada no pressuposto de que condições idênticas conduzem a resultados idênticos. Embora surgindo independentemente, todos os *pidgins* e *crioulos* acabariam por partilhar características semelhantes visto terem na sua origem línguas em grande parte europeias e da África Ocidental, ou seja, um material lingüístico comum, para além das circunstâncias históricas e sociais muito semelhantes entre si.

Por essa hipótese, explicam-se porque as semelhanças entre os *crioulos* são maiores do que as que existem entre cada um deles e as respectivas línguas lexificadoras. Por essa ótica, a hipótese superstratista estaria invalidada, por admitir diferentes línguas europeias, assim como a substratista seria insatisfatória, já que os substratos são muito diversificados.

Na teoria monogenética supõe-se um *protopidgin* afro-português como originário da língua franca, sugerindo uma origem portuguesa para *crioulos* do Novo Mundo.

Philippe Maurer (1987, *apud* COUTO, 1996, p. 163) vai contra essa versão radical da teoria monogenética apresentando contra-exemplos de *crioulos* como o *kinubi*, *crioulo* de base árabe, em cuja formação o português não teve a menor influência.

Hipótese Universalista

Segundo a Teoria dos universais lingüísticos, os princípios universais que subjazem a todas as línguas explicariam por que *pidgins* e *crioulos* geograficamente muito afastados, formados em épocas e em situações muito diferenciadas, partilham características lingüísticas que aproximam espantosamente as suas gramáticas. Os processos cognitivos universais estudados no quadro da aquisição das línguas por psicolingüistas como Comrie⁵² contribuem para reforçar esta teoria.

Essa teoria é defendida sobretudo por Bickerton⁵³ (1984) e tem por base a proposta da gramática gerativa. Em seu discurso, Bickerton diz que com o advento dessa nova proposta de estudo dos *pidgins* e *crioulos*, mudou-se completamente o motivo de interesse nessas línguas, antes associado à colonização europeia da África, Ásia e América. Trata-se da *language bioprogram hypothesis (LBH)*, sustentada, em primeiro lugar, pela grande semelhança estrutural entre *crioulos* de origens as mais diversas, já que as divergências se explicariam

⁵² COMRIE, B. *Language universals and linguistics typology*. London: Blackwell, 1981. (*apud* DA MOTA, 1996)

⁵³ The language bioprogram hypothesis. In: *The brain and behavioral sciences* 7, 2. p. 173-221.

pela influência ulterior do superstrato; e, em segundo lugar, pela precariedade do modelo a que as crianças são expostas – aquisição pelos filhos de escravos nas sociedades de plantação de uma forma *pidginizada* da língua de superstrato num estágio ainda instável, existente no curto período em que havia uma superioridade numérica de senhores europeus sobre os escravos. Nesse caso, o dom biológico para a linguagem (*faculté du langage*) atuaria mais intensamente do que nas situações de aquisição de línguas *não-crioulas* que estão carregadas de fatores culturalmente adquiridos não deixando que esse biograma se reflita tão diretamente quando observado o fenômeno dessa aquisição. Isto quer dizer que a aquisição da língua *não-crioula* envolve uma interferência muito grande e precoce do adulto no sentido da ‘correção’ para que as crianças se adaptem aos hábitos lingüísticos de sua comunidade. No caso dos falantes de *crioulo*, a diferença é que as crianças que formam o *crioulo* não têm a sua volta uma língua plenamente desenvolvida, por isso as estruturas bioprogramáticas que elas produzem se perpetuam, não sendo ‘corrigidas’ pelos adultos que, no caso, não têm uma língua comunitária plenamente desenvolvida, apenas o *pidgin*.

Partindo-se desse raciocínio, corrigir durante o período de aquisição da língua torna a língua mais complexa e, portanto, mais desenvolvida. Fala-se assim na ‘qualidade’ do modelo de língua que serve ao processo de aquisição. Imbute-se a idéia da simplificação e da instabilidade no sentido da língua *crioula* que nasce, e desvincula-se ilusoriamente o estudo dessas línguas do contexto sócio-histórico da colonização. Ilusoriamente, porque Bickerton refere-se a ‘escravo’, ‘senhores europeus’ e ‘língua de superstrato’.

O discurso científico de Bickerton tentando aproximar a hipótese universalista da biologia, ao tomar a língua como parte do mundo natural, leva a pensar numa atitude positivista diante do saber lingüístico na medida em que procura explicar o fenômeno político-histórico-ideológico que é a língua a partir da desvinculação desse fenômeno com suas condições de produção sócio-históricas, e a partir de seu vínculo com o comportamento social explicado pelo biológico. Não podemos esquecer que isso produz efeitos de sentido associados a ideologias políticas conservadoras e puristas exarcebadas ao levantar a questão do determinismo biológico.

Outras hipóteses

Teoria do *baby-talk* e do *foreigner-talk*

A Teoria do ‘*baby-talk*’ (falar infantil) e do ‘*foreigner-talk*’ (falar para estrangeiros) baseia-se no princípio de que os falantes envolvidos numa situação de contato multilíngüe usariam uma variedade reduzida da sua língua, mais fácil de servir de *input*.

Seria o caso dos patrões ou donos de escravos, na comunicação com os subordinados. Esta proposta parece demasiado fraca, do ponto de vista não só explicativo mas também sociológico.

Hipótese do denominador comum

É uma variante da teoria da língua mista. Defende a idéia de que, se o *crioulo* se origina do *pidgin*, se a gramática dos *pidgins* apresenta-se drasticamente reduzida, e se os *pidgins* são falados por falantes de pelo menos duas línguas diferentes, então “essa redução vai na direção dos traços comuns às línguas de todos os que usam o *pidgin*, para maior facilidade de uso e inteligibilidade.” (HALL, *op. cit.*, p. 25)

Contudo Mühlhäusler vê restrições a essa teoria argumentando que há muitas construções nos *crioulos* que não podem ser atribuídas a nenhuma das línguas genitoras.

Hipótese da aculturação

Essa hipótese opõe-se de modo frontal à proposta universalista e a todos os que têm orientação gerativista.

Proposta por Mervyn Alleyne, lingüista trinidadiano, procura enfatizar o processo sócio-histórico em que se dá a formação nas sociedades *crioulas* não só da língua, mas também da música, religião, folclore e até das relações de parentesco.

Tanto Robert Chaudeson quanto Mervyn Alleyne vêem o surgimento das *línguas crioulas* como uma aproximação sucessiva dos falantes de línguas dominadas à cultura e à língua dominantes. Há, contudo, uma diferença radical entre as propostas dos dois lingüistas. Enquanto Chaudeson encara o processo a partir da Europa – defendendo uma teoria da europeização, já que se coloca na perspectiva da língua dominante –, Alleyne encara-o a partir da África – defendendo uma teoria da desafricanização, já que se coloca na perspectiva dos povos dominados.

Para nenhum dos dois o conceito de *pidgin* é aceitável, posto que o que se dá nesse surgimento da nova língua é um processo aproximativo contínuo da língua dominante. Alleyne é mais incisivo dispensando também o conceito de *crioulo*, pois representaria uma fase intermediária, isto é, como o processo é contínuo não se disporia de registro dos estágios intermediários. Além disso, o processo só termina com a adoção da língua dominante para Chaudeson ou com a perda completa da língua africana de origem para Alleyne.

Essa diferença de pontos de vista é fundamental para a produção dos efeitos de sentido que a escolha do nome da língua provoca. Neste caso, Alleyne (1989, *apud* COUTO, 1996, p.

186) prefere falar em ‘língua jamaicana’ ou simplesmente ‘jamaicano’ em vez de ‘crioulo inglês da Jamaica’.

Diferentemente de Chaudeson, Alleyne considera o papel da língua de substrato fundamental e decisivo na formação dos *crioulos*. Dessa forma, Alleyne coloca-se na língua base e não na língua alvo. Ele vê o fenômeno da *crioulização* a partir dos próprios sujeitos do processo de *crioulização* e não a partir da Europa. Segundo ele, as línguas africanas de base já se apresentavam em forma de língua franca; em seguida, a pressão da língua dominante fez com que traços dessas línguas de base fossem sendo substituídos pelos da língua dominante paulatinamente. Processo que continua até hoje, mas não sem resistência cultural à assimilação. Isso gera então um *continuum* que vai de um *crioulo* mais afastado da língua dominante, variedade basilectal, passando por variedades mesoletais, chegando às acroletais, ou seja, à assimilação completa da língua dominante.

Linguagem de reconhecimento

Essa é uma proposta feita pelo lingüista norte-americano Anthony Naro (*reconnaissance language*) para explicar a formação do *pidgin* português que teria dado origem a todos os *crioulos* de base lexical portuguesa ainda existentes.

Essa tese parece ser de fácil refutação, segundo Hildo Couto, no que concerne ao *locus* de formação dessa linguagem. (1996, p.193)

Teoria do desenvolvimento paralelo

Parece ser mais uma das teorias devidas a Robert A. Hall, e não muito estudadas. Para essa teoria sempre que as condições forem favoráveis surgirá algum tipo de língua *pidginizada*. Se essa língua se manterá ou não dependerá da cristalização de uma comunidade mista à qual essa língua servirá como instrumento de comunicação. Se assim o for, essa língua estará sofrendo o processo da *crioulização*.

Hipótese da linguagem náutica

Segundo Loreto Todd, essa hipótese se deve a John Ernest Reinecke⁵⁴ (1937). Propõe que os jargões náuticos usados nos navios para comunicação entre marinheiros de diferentes nacionalidades foram passados aos africanos, asiáticos e a outros povos que, baseados nesses jargões, formaram um *pidgin*, na época das Grandes Navegações.

⁵⁴ *Marginal languages: a sociological survey of the creole languages and trade jargons*. Ph. D. Diss., Yale University (U.M.S., 1986).

Hipótese criativista

Philip Baker⁵⁵ (1992) propôs essa teoria que tem a interação como fator preponderante no surgimento de uma língua de emergência como é o *pidgin* e o posterior *crioulo* dele derivado. Essa teoria se desenvolve na contramão das outras teorias, na medida em que encara a *pidginização* e a *crioulização* abandonando o conceito de língua *alvo*, e adotando o conceito de *criação* de um meio de comunicação com os poucos meios disponíveis, parafraseia o processo de surgimento dizendo que é “o desenvolvimento de um meio de comunicação interétnica” (p. 12) e “não o fracasso numa presumível tentativa de atingir alguma língua alvo preexistente.” (p.111)

3.2 Articulando Sociolingüística e Análise de Discurso

É possível articular a Sociolingüística com a Análise de Discurso se se considerar como pontos comuns, numa visão macrocós mica: a relevância da relação entre o social e o lingüístico, pensando a língua como produto social, como não-autônoma, como língua individual, concreta e heterogênea; a crítica que ambas fazem ao caráter homogêneo da língua; a sistematização das regularidades da variação lingüística; e o domínio de interesses já que a Sociolingüística analisa a linguagem no contexto. (ORLANDI, 1983b, p. 103)

Pelo olhar epistemológico, contudo, a Sociolingüística e a Análise de Discurso se tocam mas se distanciam bastante quando: para a AD, na língua, o social e o histórico coincidem; considera língua como trabalho humano transformador, como produto histórico-social; entende a heterogeneidade – que é natural da língua para a Sociolingüística, posto que é resultado dos fatores lingüísticos – como constitutiva da língua, como funcionamento do discurso do seu interior com o seu exterior; propõe a relação da linguagem com a exterioridade como uma relação de simultaneidade, de constituição, e, não, de causalidade como na Sociolingüística.

A maior diferença de epistemes, contudo, repousa sobre a natureza do objeto teórico de estudo determinante do arcabouço teórico-metodológico que engendra especificidades particulares a uma e a outra. Enquanto a Sociolingüística tem como objeto a língua, a AD tem o *discurso* e, por isso, articula conceitos como os de *processo de produção* e *condições de*

⁵⁵ *Le créole mauricien: conséquence heureuse d'un problème de communication dans une société plurielle?* VII^e Colloque International des Études Créoles, Ilha Maurício, 3 set a 5 out 1982.

produção sócio-históricas em que o discurso é produzido. A AD é uma teoria que trabalha com a noção de funcionamento da materialidade lingüística e se articula sobre processos constitutivos de relações do/no discurso. Conseqüentemente, o sujeito desse discurso, não é o mesmo sujeito da língua da Sociolingüística. O sujeito da AD não se apropria da linguagem por ele mesmo, existe uma forma-sujeito social de se apropriar dessa linguagem que reflete o jogo do lugar social e dos sentidos estabelecidos e da ilusão desse sujeito interpelado pela ideologia e determinado sócio-historicamente.

O contexto que os trabalhos de análise sociolingüística tratam como o exterior lingüístico e que a língua reflete não é aquele que a AD considera como exterior. A AD procura tratar dessa exterioridade da língua numa relação constitutiva do discurso e do sujeito com o processo sócio-histórico e a ideologia.

A perspectiva de uma lingüística que faz reflexões acerca do funcionamento dos processos languageiros de forma hegemônica, que se quer ciência-mor dos estudos das línguas naturais, que se pretende lúcida, clara, unívoca e homogênea em seu discurso sobre as línguas humanas, é aquela que, dentre outros sentidos, estabelece como verdade que as *línguas crioulas* são diferentes, pois possuem uma variabilidade específica e maior que a das outras línguas naturais, possuem uma universalidade estrutural e permite reconstituir o processo que lhes deu origem, por isso merecendo um campo de estudo à parte como o da *crioulística*. Da reflexão lingüística sobre a linguagem precisa fazer parte, contudo, não só uma atitude crítica e atenta do sujeito-cientista sobre seus próprios passos – já que este está também filiado a formações discursivas e ideológicas determinadas sócio-historicamente –, mas também o ‘reconhecimento’ da relação de simultaneidade que faz com que a linguagem seja comunicação e não-comunicação.

4 O NOME DA LÍNGUA FALA

A intenção deste capítulo não é propor um novo nome para a língua de Cabo Verde, muito menos dizer que o nome usado há séculos, *crioulo*, não serve. Muita pretensão seria.

A idéia é ‘escutar’ esse significante e os sentidos que essa nomeação atual provoca, entendendo de que maneira eles filiam ou não os imaginários não-cabo-verdiano e cabo-verdiano sobre a língua tanto à ideologia que sustenta a domesticação das línguas, quanto aos estudos lingüísticos que científicaram tal domesticação, quanto às políticas lingüísticas colonizadoras. E, ao mesmo tempo, filiam esse imaginário cabo-verdiano a uma ideologia de resistência, de autonomia, das diferenças, da identidade nacional.

A palavra *crioulo* é polissêmica e a heterogeneidade constitutiva do discurso faz com que seus sentidos se constituam na história de suas enunciações ao longo do tempo.

De acordo com um artigo de Claude Thiébaud, *Comment peut-on être créole?*, as zonas de sombra existentes sobre a origem da palavra *crioulo* são muitas e até hoje ainda não decifradas.

Devant tant de zones d’ombre, la tentation est grande – les auteurs de l’Eloge de la créolité y cèdent – de ne pas perdre son temps avec cette question d’origine: ‘L’étymologie est, comme chacun sait, un terrain miné et donc peu sûr. Il n’est donc nul besoin de s’y référer pour aborder l’idée de créolité’. Peut-être. sauf à trouver dans l’observation des diverses etymologies proposées ce qui justifie une telle sévérité. Le résultat peut aussi être la découverte d’une coherence significative là où l’on n’avait vu que rêveries d’irresponsables. (THIÉBAUD, 23 avril 2003, p.4)

Ao mesmo tempo, declara sua surpresa em descobrir, através de suas pesquisas lexicográficas, acepções atribuídas ao verbete *crioulo* que invertem totalmente as acepções anteriores.

Il serait aisé de remarquer comme les ouvrages les plus sérieux posent problème: tantôt ils partent d’un mot espagnol ‘criollo’ désignant un Espagnol né et installé aux colonies, tantôt du mot portugais ‘crioulo’ (qu’auraient emprunté les Espagnols pour leur ‘criollo’) signifiant ‘Métis, Noir né au Brésil’, sans jamais qu’un début d’explication soit donné à cette inversion radicale de la couleur, du noir (sens en portugais) au blanc (sens en espagnol).[...]. Autre fait troublant, le mot ‘créole’ désignerait, s’il fallait en croire les lexicographes, d’une part des Blancs, exclusivement, d’autre part la ‘langue parlée par les Noirs’. (Petit Larousse, 1965). Par eux seuls? Pas par les Métis? Pas ou plus par les ‘Blancs Pays’? [...] Seule la racialisation du concept oblige à de semblables contradictions. (THIÉBAUD, 23 avril 2003, p.4)

Em sua extensa pesquisa sobre a língua de Cabo Verde, Carreira (1983, p. 332) arrola um *corpus* imenso com documentos históricos e esclarece que “nenhum documento dos séculos XVI e XVII faz menção expressa do *crioulo*, mas sempre à ‘*língua portuguesa*’”.

Couto (1996, p. 123-124) nos mostra outra opinião dizendo que “a primeira menção nominal a ele [*crioulo*] deve-se a Francisco de Lemos Coelho e data de 1684. Trata-se da primeira vez que a palavra ‘crioulo’ foi usada para designar a língua”.

O sentido de *crioulo* para designar o escravo criado desde pequeno num lugar diferente de sua terra natal é o que primeiro aparece nos documentos dos séculos XVI e XVII. Padre Sandoval, em seu livro *Naturaleza, Política, Sagrada e Profana, Costumes e Ritos, Disciplina e Catechismo evangélico de todos los Etiópes*⁵⁶, ao se referir sobre os escravos procedentes de Cabo Verde para Cartagena, diz,

três suertes de negros, assi como de la Santo Tomé [...], uns boçales, al modo de los que traem de Cacheo; otros *ladinos*, que hablan lengua portuguesa, y llaman Criollos no porque ayan nacido en Caboverde, sino se criaron desde pequeños allí, aviendo llegado boçales, como dezimos en los rios de Guinea. Otros llaman naturales y son nacidos y criados en la mesma isla de Caboverde y bautisados niños; assi como llamamos acá Criollos a los nacidos y criados en nuestras terras, y en ellas niños recibieron el Santo Baptismo.”

De acordo com o antropólogo português Miguel Vale de Almeida⁵⁷, são três os principais usos da palavra *crioulo* em contextos contemporâneos da fala portuguesa de Portugal. Afirma ele que,

Em Portugal a expressão refere a língua caboverdiana falada pela grande comunidade imigrante daquele país, enquanto neste tem vindo a significar ‘cultura e ‘identidade’ caboverdianas. No Brasil carrega a conotação ambígua de ‘Negro’ de classe baixa e não tem o sentido hispano-americano quer de *mestizo* quer de referente para pessoas de descendência europeia nascidas nas Américas.

Os sentidos têm uma movência e se modificam de acordo com a época em que a história é contada e do sujeito que os enuncia – pois o pré-construído recorta, a cada situação, memórias diferentes. Por isso são arrastados e colados nas palavras da língua pela língua.

Sabendo disso e sabendo que, no escopo da AD, dicionário é um discurso sobre a língua que produz saber lingüístico num contexto histórico-político determinado, dependendo

⁵⁶ Edição de Francisco Lira, Sevilha, 1627. (apud CARREIRA, 1983, p.276)

⁵⁷ VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Crioulização e fantasmagoria*. Brasília, 2004. Artigo apresentado na Universidade de Brasília. Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie365empdf.pdf>. Acessado em: 26/03/2006.

da época em que o dicionário for confeccionado seus verbetes vão trazer informações diferentes, vão produzir efeitos de sentidos diferentes. O caso da palavra *crioulo* não é exceção. O discurso lexicográfico sobre ela nos ajuda a compreender os sentidos que se tornam hegemônicos em cada formação discursiva.

A questão do nome da língua de Cabo Verde se mostra mais um caminho para começar a relacionar as formações discursivas às formações ideológicas compreendendo como se constituem os sentidos desse dizer sobre a língua a partir de vários sujeitos.

Apesar da opacidade da linguagem ou por causa dela, não se pode ser ingênuo sobre o fato de que optar por uma das designações para nomear a língua de Cabo Verde implica inscrever-se em uma determinada formação discursiva e ideológica, que levará à produção de efeitos de sentido que interessa ao sujeito numa determinada temporalidade e espacialidade. Por exemplo, a proposta etimológica de José Leite de Vasconcelos⁵⁸ (1928, p. 364, *apud* COUTO, 1996, p. 33) diz que, na origem da palavra *crioulo*, estaria a palavra *criar*. Diz ainda que “à palavra *creatio* ‘criação’ (servos domésticos ou nascidos de outros servos) corresponde em épocas ulteriores *crioulo* [...]; efetivamente *crioulo* vem de *criadouro*, deformado em boca de pretos.” Os sentidos do nome da língua, aqui, nos leva a perceber o jogo político-ideológico que faz parecer que o nome *crioulo* adotado pelos europeus para batizar a língua do colonizado tenha sido criado pelo próprio colonizado. Esse nome foi retirado dessa mesma língua que, na época, era considerada um ‘arremedo do português’, com o sentido de uma ‘deturpação’ causada pela ‘incapacidade’ desse colonizado articular a língua portuguesa do colonizador.

Compreender, assim, como a língua ganhou o nome de *crioulo* é importante para explicar o menor prestígio até hoje angariado. O termo *crioulo* na sua forma adjetiva e substantiva, já naturalizado pelo linguajar científico da lingüística, traz, colados a ele, efeitos de sentido que o determinam como uma “simplificação”, produto de uma miscigenação lingüística, favorecendo seu caráter híbrido, ao classificar o *crioulo* como, por exemplo, uma língua de substrato ligada a uma língua europeia nacional de superestrato (por exemplo, português, espanhol, francês, inglês, holandês).

Os dicionários de lingüística e filologia registram, de forma geral, o termo *crioulo* como falares ou línguas resultantes de deturpação, deformação ou simplificação de uma língua de cultura, sempre europeia, ou como produto de uma miscigenação lingüística, favorecendo seu caráter híbrido, ao classificar o *crioulo* como, por exemplo, uma língua de

⁵⁸ *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

substrato ligada a uma língua europeia nacional de superestrato, remetendo, depois, ao falante de forma indireta.

Exemplo disso encontramos nos dicionários de filologia e lingüística com suas respectivas definições de *crioulo* organizados no quadro a seguir.

Quadro sobre o conceito de *crioulo* nos dicionários de filologia e lingüística

Posição-sujeito lexicógrafo	Definição
CAMARA JR., Mattoso. <i>Dicionário de filologia e gramática</i> : referente à língua portuguesa. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1973.	falares crioulos – Os falares (v.) que resultam da deturpação de uma língua ocidental (português, espanhol, francês, inglês , por exemplo) na boca de populações inicialmente aloglotas mantidas em situação social inferior . Às vezes se trata de verdadeira língua, como conjunto de falares, mas a que por motivos extralingüísticos (situação social e cultural inferior da massa falante) se aplica a denominação de dialeto crioulo . Há um português crioulo em certas zonas da África (ex. Ilhas de Cabo Verde) e da Ásia (ex. Goa, Damão).
BORBA, Francisco da Silva. <i>Pequeno vocabulário de lingüística moderna</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.	crioulo – Deformação ou simplificação violenta de uma língua cultural . É falado em todas as circunstâncias da vida por uma população de nível inferior de cultura e é essencialmente falado. Embora possam ter outras bases gramaticais, os crioulos geralmente têm como língua-base um substrato africano e, como vocabulário, o francês, inglês, holandês, espanhol ou português .
DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. <i>Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem</i> . São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. cap. Geolingüística.	misturas de línguas – A existência de relações regulares entre duas comunidades que falam línguas diferentes leva muitas vezes à criação de uma língua MISTA , que permita uma comunicação direta, sem o intermédio da tradução. A língua resultante é denominada SABIR (não sem matiz pejorativo) quando: 1) só é utilizada para relações episódicas, com objetivo limitado (particularmente para o comércio); 2) não tem estrutura gramatical bem definida e permite sobretudo justaposições de palavras . Em troca, fala-se de língua PIDGIN quando houve criação de uma língua gramaticalmente coerente e que, de outro lado, responde, da mesma maneira que as línguas nacionais e os dialetos , ao conjunto das necessidades de comunicação de seus usuários (com possibilidade de converter-se no suporte de uma literatura). Quando essa língua se torna a língua principal (ou única) de uma comunidade, fala-se de língua CRIOULA (é o caso do crioulo das Antilhas, que deu o nome à categoria inteira).
TRASK, R. L. <i>Dicionário de linguagem e lingüística</i> . Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.	crioulo (creole) – Uma língua que deriva de um pídgin . Um pídgin não é uma língua natural , é apenas um sistema de comunicação rudimentar , alinhavado por pessoas que não têm uma língua comum. Quando um pídgin se estabelece numa sociedade multilíngüe, então pode muito bem chegar um momento em que aparece uma geração de crianças que dispõem apenas do pídgin para falar entre si. Nesse caso, quase inevitavelmente, as crianças transformam o pídgin numa verdadeira língua , completada por um vocabulário amplo e um rico sistema gramatical. Essa nova língua natural é um crioulo , e as crianças que o inventaram são os primeiros falantes nativos desse crioulo. O processo pelo qual se transforma um pídgin em um crioulo é a crioulização (creolization) . Inúmeros crioulos passaram a existir durante os últimos séculos, freqüentemente por causa da ação dos colonizadores europeus .

Quadro 4 - Quadro sobre o conceito de *crioulo* nos dicionários de filologia e lingüística

Verificamos, na pesquisa em andamento, que, na grande maioria dos dicionários monolíngües, antes da acepção de *crioulo* como língua, vem *crioulo* como indivíduo, o sujeito determinado pela raça e procedência. Nas definições apresentadas, observamos que é a partir do indivíduo classificado que passam a definir a língua. Na maior parte dos dicionários – os brasileiros, por exemplo, incluem a definição do indivíduo também como negro –, o indivíduo é branco, nascido nas colônias intertropicais e descendente de europeus.

A acepção dentro do verbete *crioulo* referente ao sentido de língua, como já dissemos, quase nunca é a primeira, e, é definida como mistura proveniente da junção ou do contato com as línguas européias sempre lexificadoras, ou então, como dialeto de alguma língua européia.

A convivência entre as duas acepções (de *crioulo* indivíduo e de *crioulo* língua) não parece ser de contraste apesar de o indivíduo ser descrito como de “raça branca” ou “negra”, sem miscigenação e a língua falada por ele ser descrita como uma “mistura” de, pelo menos, duas línguas: a “nativa” e a “européia”. Para indivíduo, *crioulo* designa não-miscigenação, raça única, identificável, com origem determinável: européia ou nativa; para língua, miscigenação, com presença dominante da língua européia colonizadora. Na verdade, essa contradição entre pureza e mescla não desestabiliza as definições constantes do corpo do mesmo verbete, porque a concepção de língua dessa posição-sujeito lexicógrafo é a da língua apartada do sujeito, que ele inventa ou aprende, domina e determina.

A seguir, apresenta-se sucintamente parte dos sentidos do termo *crioulo* em alguns dos dicionários monolíngües pesquisados. Para exemplificar, sigo uma cronologia, partindo do século XVIII para o XXI, e escolho dois do século XVIII, dois do XIX, seis do XX, e dois do XXI de língua francesa, inglesa, espanhola, portuguesa e brasileira.

Quadro lexicográfico geral sobre o verbete *crioulo*

Século	Posição-sujeito lexicógrafo		Definição de <i>crioulo</i>	
	Dicionário de lg francesa, inglesa e espanhola	Dicionário de língua portuguesa	indivíduo	língua
XVIII		Rafael Bluteau (1712-1728)	Escravo, que nasce na casa do seu senhor.	
	Dicionário da Real Academia Espanhola (1729)		Aquele que nasce nas Índias de Pais Espanhóis, ou de outra Nação que não sejam Índios.	É voz inventada dos espanhóis Conquistadores das Índias e comunicada por eles na Espanha.
XIX		Caldas Aulete (1881)	1. Que ou quem é negro. 2. Dizia-se antigamente de pessoa negra nascida na América do Sul; essa pessoa. 3. Dizia-se de ou pessoa de ascendência europeia nascida nas colônias europeias da América.	Cada uma das línguas essencialmente orais nascidas da mistura da língua europeia colonizadora com a língua nativa: <i>No Haiti fala-se crioulo francês.</i>
	Dicionário da Real Academia Espanhola (1869)		O filho de pais europeus, nascido na América	
XX	<i>A Enciclopédia Britânica</i> (1929)		Em si mesmo 'crioulo' não tem distinção de cor; um crioulo pode ser uma pessoa europeia, negro ou de origem mista – ou ainda um cavalo.	
		Antenor Nascentes (1967)	Indivíduo nascido na América e procedente de europeus.	Dialecto dos crioulos. Dialecto colonial.
		Aurélio Buarque (1975)	1. indivíduo de raça branca nascido nas colônias europeias de além-mar, particularmente da América. 3. o negro nascido na América.	2. Diz-se do dialeto falado por essas pessoas.
		Aurélio Buarque (1999)	1. Diz-se de qualquer indivíduo negro. 2. Diz-se de indivíduo branco, nascido nas colônias europeias, particularmente na América.	12. O resultado da transformação de um pídigim, ainda que no estágio de jargão (4), em língua que tem falantes nativos. [Tal como o pídigim (q.v.), o crioulo é tradicionalmente classificado tomando-se por base a língua lexicadora (q.v.): <i>crioulo de base portuguesa, crioulo de base holandesa, crioulo de base francesa.</i>].
	<i>Le Robert Quotidien</i> (1996)		Pessoa de raça branca, nascida nas colônias intertropicais, notadamente as Antilhas.	<i>Falares crioulos, os crioulos</i> , línguas provenientes do contato do francês, do espanhol, do português, do inglês, do neerlandês com as línguas indígenas ou importadas (Antilhas).

		Antonio Houaiss (1993)	Diz-se de, ou pessoa de raça branca, nascida nas mais antigas colônias europeias (Antilhas, ilha Bourbon, etc.). / Outrora, negro nascido na América; atualmente, qualquer homem negro. / Escravo nascido na casa do senhor.	Diaeto falado pelos habitantes de antigas colônias europeias na América (sobretudo nas Antilhas). / português falado em colônias ou possessões portuguesas da África.
XXI		Antonio Houaiss (2001)	1. diz-se de ou cria, escravo 2. que ou quem nasceu escravo nos países sul-americanos, por oposição a quem já chegou da África com essa destinação 3. que ou quem, embora descendente de europeus, nasceu nos países hispano-americanos e em outros originários de colonização europeia.	Diz-se de ou cada uma das línguas mistas nascidas do contato de um idioma europeu com línguas nativas, ou importadas, e que se tornaram línguas maternas de certas comunidades socioculturais: crioulos franceses (Haiti, Martinica, Guadalupe), crioulos ingleses (Jamaica, Estados Unidos), crioulos portugueses (África, Índia, China), crioulos neerlandeses (Indonésia) [Apesar de freqüentemente serem crioulos geograficamente afastados e oriundos de famílias lingüísticas diferentes, apresentam muitas semelhanças já que atendem a necessidades básicas de comunicação.]
	<i>A Enciclopédia Columbia</i> (2004)		Originalmente aplicado às Índias Orientais aos descendentes dos conquistadores espanhóis nascidos na Nova Terra.	Qualquer língua que comece como um pidgin e, que, mais tarde, seja adotada como língua materna por um povo em substituição à(s) língua(s) materna(s) originais.

Quadro 5 - Quadro lexicográfico geral sobre o verbete *crioulo*

Ao procedermos à leitura discursiva das definições dos dicionários, (algumas⁵⁹ estão apresentadas no quadro acima), precisamos observar que a relação entre posição-sujeito lexicógrafo e exterioridade não é direta, mas antes mediada pelas representações imaginárias, pois é assim que esse sujeito significa o real no discurso. Um dicionário “corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade.” (NUNES, 2006, p. 20)

Em Bluteau (1712-1728), encontra-se o sentido de *crioulo* como “Escravo, que nasceo na casa do seu senhor”. Não há, nesse dicionário, menção à língua. O Dicionário da Real Academia Espanhola de 1729 registra *crioulo* como “aquele que nasce nas Índias de Pais Espanhóis, ou de outra Nação que não sejam Índios.” E se refere à língua dizendo, “É voz inventada dos espanhóis Conquistadores das Índias e comunicada por eles na Espanha”.

⁵⁹ As outras definições encontram-se no capítulo 8, nos Anexos.

Sigo com Caldas Aulete (1881) que define *crioulo* como “Que ou quem é negro. **2.** Dizia-se antigamente de pessoa negra nascida na América do Sul; essa pessoa. **3.** Dizia-se de ou pessoa de ascendência européia nascida nas colônias européias da América.” E, quanto à língua diz, “Cada uma das línguas essencialmente orais nascidas da mistura da língua européia colonizadora com a língua nativa: *No Haiti fala-se crioulo francês.*” O Dicionário da Real Academia Espanhola (1869), dá a definição para indivíduo como “O filho de pais europeus, nascido na América”, e se faz diferente da de 1729 ao suprimir a palavra ‘índios’ e a considerar Índias como América, e ao não trazer a definição de língua.

Do século XX, trago a edição de 1929 de *A Enciclopédia Britânica*, onde encontramos que “em si mesmo ‘crioulo’ não tem distinção de cor; um crioulo pode ser uma pessoa européia, negro ou de origem mista – ou ainda um cavalo.” Em seguida, Antenor Nacentes (1967) que define *crioulo* como “indivíduo nascido na América e procedente de europeus”. E se refere também à língua na acepção 2, dizendo “Dialecto dos crioulos. Dialecto colonial.” Cito o Aurélio de 1975 que traz como primeira acepção de *crioulo* o “indivíduo de raça branca nascido nas colônias européias de além-mar, particularmente da América. E, na acepção três, “o negro nascido na América”; quanto à língua escreve na acepção dois, “Diz-se do dialeto falado por essas pessoas.” E comparo com a edição de 1999, cuja primeira acepção é “Diz-se de qualquer indivíduo negro.” E na segunda, “Diz-se de indivíduo branco, nascido nas colônias européias, particularmente na América.”, e quanto à língua diz, na acepção doze, “O resultado da transformação de um pídgim, ainda que no estágio de jargão (4), em língua que tem falantes nativos. [Tal como o pídgim (sic) (q.v.), o crioulo é tradicionalmente classificado tomando-se por base a língua lexificadora (q.v.): *crioulo de base portuguesa, crioulo de base holandesa, crioulo de base francesa.*].”

Chego a Antonio Houaiss que, no Koogan-Houaiss de 1993, registra o termo *crioulo* como “Diz-se de, ou pessoa de raça branca, nascida nas mais antigas colônias européias (Antilhas, ilha Bourbon, etc.). / Outrora, negro nascido na América; atualmente, qualquer homem negro. / Escravo nascido na casa do senhor.” Refere-se também à língua, dizendo “Dialeto falado pelos habitantes de antigas colônias européias na América (sobretudo nas Antilhas). / português falado em colônias ou possessões portuguesas da África.” Comparo com a edição de 2001, que nas primeiras acepções trata do indivíduo, dizendo “diz-se de ou cria, escravo”, “que ou quem nasceu escravo nos países sul-americanos, por oposição a quem já chegou da África com essa destinação”, “que ou quem, embora descendente de europeus, nasceu nos países hispano-americanos e em outros originários de colonização européia”, quanto à língua define como “diz-se de ou cada uma das línguas mistas nascidas do contato de

um idioma europeu com línguas nativas, ou importadas, e que se tornaram línguas maternas de certas comunidades socioculturais: crioulos franceses (Haiti, Martinica, Guadalupe), crioulos ingleses (Jamaica, Estados Unidos), crioulos portugueses (África, Índia, China), crioulos neerlandeses (Indonésia) [Apesar de freqüentemente serem crioulos geograficamente afastados e oriundos de famílias lingüísticas diferentes, apresentam muitas semelhanças já que atendem a necessidades básicas de comunicação.]” No *Le Robert Quotidien* de 1996, temos a designação de *crioulo* como “pessoa de raça branca, nascida nas colônias intertropicais, notadamente as Antilhas”. Refere-se à língua como “*falares crioulos, os crioulos*, línguas provenientes do contato do francês, do espanhol, do português, do inglês, do neerlandês com as línguas indígenas ou importadas (Antilhas).

Por fim, trago a sexta edição de 2004 de *A Enciclopédia Columbia* que designa o termo *crioulo* como “originalmente aplicado às Índias Orientais aos descendentes dos conquistadores espanhóis nascidos na Nova Terra.” Quando se refere à língua, diz “qualquer língua que comece como um pidgin e, que, mais tarde, seja adotada como língua materna por um povo em substituição à(s) língua(s) materna(s) originais.”

Os efeitos de sentido, devemos dizer, são regularizados por suas repetições, paráfrases no processo discursivo, remetendo a uma memória discursiva que, segundo Mariani (1996), são

Possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos.

Dessa forma, essa memória reproduz, repete, parafraseia os efeitos de sentido, atualizando-os, através de uma formação discursiva, num acontecimento. Neste caso, tendo sido termo criado entre os séculos XV-XVI, durante o processo de colonização das Ilhas de Cabo Verde, os efeitos de memória provocados pelo nome *crioulo* remetem ao que Courtine (*apud* INDURSKY, 1997, p.44) chama de *formulação-origem*, que “é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica”, aqui querendo dizer que os sentidos de língua de escravo, de povo dominado, subjugado circulam ainda nesse imaginário constitutivo do nome da língua.

Além disso, Orlandi (2001, p. 128) nos mostra como nomear implica silenciar. Distingue, assim, duas formas de silêncio: o Silêncio Fundador, “aquele que é necessário aos

sentidos, [...] que significa o não-dito”, mostra que o não-dizer faz sentido; e a Política do Silêncio que sustenta o princípio de que a linguagem é política, ou seja, o sentido sempre tem uma direção. E, aqui, subdivide em dois tipos de silêncio: o Silêncio Constitutivo, em que “para dizer é preciso não dizer”, tudo que não é nomeado não está dito, está no não-sentido, e revela o interdiscurso do outro; e o Silêncio Local ou Censura, “aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura”, os sentidos ficam proibidos de circular.

Apesar de ser um espaço supostamente vazio, o silêncio significa multiplamente, pois o não-dito é parte complementar do que é dito. E é justo isso, essa incompletude, essas lacunas, que tornam o discurso coerente como tal pelos efeitos de sentido que produzem em um dado contexto (i.e., lugar que define o que pode e deve ser dito numa conjuntura político-sócio-histórica dada a partir de uma certa posição do sujeito, as formações discursivas).

Porém essas zonas de sentido silenciadas não podem ser ocupadas discursivamente por qualquer sujeito, já que esses sentidos são contidos pelo mecanismo do silenciamento, evitando, assim, uma leitura historicizada do discurso. No caso de Cabo Verde, o colonizador ocupa posições discursivas que o colonizado não pode ocupar. As posições que o sujeito colonizado pode ou não ocupar são projetadas a partir das posições do colonizador.

Ressaltar, então, a atual nomeação da língua por *crioulo*, e não por qualquer outro nome, revela dois tipos de silenciamento. Para traduzir-se o silêncio em palavras, os mecanismos de funcionamento dos diferentes processos de significação possibilitam ler de forma historicizada a relação de tensão e convívio das duas situações lingüísticas em Cabo Verde. Assim, a atual nomeação da língua por *crioulo*, e não por qualquer outro nome, revela três tipos de silenciamento:

1) do ponto de vista do não-cabo-verdiano e também do cabo-verdiano dizer *crioulo* é não dizer o que não deveria/poderia ser dito – e que faz sentido como aquilo que foi transplantado, o que foi gerado de forma deturpada –, é inscrever a língua na memória do já-dito europeu, do pré-construído. A fala do cabo-verdiano é o já-dito pelo discurso colonialista que a reduz ao discurso do mesmo, não sendo passíveis de distinção o um e o outro.

2) do ponto de vista do cabo-verdiano, dizer *crioulo* – nome de batismo dado pelo outro e, assumido como metalinguagem científicadora de uma ideologia do mesmo – é dizer de um língua sem nome, isto é, paradoxalmente, é um língua com nome que não encontra inscrição na ordem das línguas ditas de cultura e civilização, como a língua portuguesa.

3) ao mesmo tempo e porque o silêncio trabalha nos limites das diferentes formações discursivas, do ponto de vista do colonizado dizer *crioulo* é “explodir” o outro discurso,

mostrando que nesse discurso há outros, explicitando os processos de significação do silêncio. Assim o silêncio também produz a resistência.

A nomeação, contudo, não leva necessariamente ao referente, o referente é construído discursivamente, pois o sentido da palavra não remete para a exterioridade, de uma forma direta, fisiológica, mas designa uma construção de sentido para o sujeito que usa a palavra.

Essa designação, segundo Sturza (2006, p.72), é um mecanismo de funcionamento semântico da língua. No espaço de enunciação das línguas (no nosso caso, o do português e o da língua cabo-verdiana nas ilhas), os sentidos das línguas se constituem também pelos nomes atribuídos às práticas lingüísticas.

Essas práticas se significam no discurso pelas designações ou nomeações dadas a elas pelos falantes. Na relação entre línguas e falantes num espaço de embate, existe já uma realidade dita e significada por estes. Isso significa um novo modo de entrada da língua no espaço de enunciação da outra.

A entrada do *crioulo* no espaço da língua portuguesa durante a colonização ganhou efeitos de sentido que filiaram-no a uma memória de resistência, de coragem, de sobrevivência, de fixação do diferente, do que queria ser visto como o outro, africano, e não como o um, o europeu.

A entrada da língua portuguesa no *crioulo*, durante o mesmo período, podemos dizer, também traz efeitos de sentido de resistência, apesar de ser a língua do dominador. Ela precisou se impor de cima para baixo. Mas quando chega, já não é a mesma da metrópole. E, ao invadir um espaço geográfico novo, com uma maioria étnica heterogênea, não consegue manter o controle e se fragmenta, parecendo ainda ser a mesma língua que se fala na metrópole. Mas já é outra essa língua portuguesa.

Apesar de o colonizador assujeitado pela ideologia colonial querer preservar a língua imaginária – a língua outorgada, legada por Portugal, intocável –, o que está a correr no imaginário das ilhas é a língua portuguesa fluida – a língua do dia-a-dia, que fala das diferenças e autonomia, a que não está normatizada. Essa língua portuguesa das ilhas é a ficção da língua falada na corte portuguesa.

Essa língua portuguesa e a língua cabo-verdiana que se filiam a discursividades distintas, a memórias heterogêneas vão sofrer o efeito de homogeneidade.

E a história da colonização produz essa homogeneidade em dois níveis: um, buscando, na materialidade lingüística, pontos de semelhança entre a língua cabo-verdiana e a portuguesa, para filiar a primeira como derivada ou variante da segunda – apesar de as diferenças fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais serem flagrantes; outro, buscando

filiar o imaginário cabo-verdiano de nação como sendo Cabo Verde uma extensão ainda: povo irmão que fala a mesma língua, o português. Dessa forma, apagando o sentido do diferente, de que o cabo-verdiano é constituído por outra língua, e de que pertence a uma outra nação.

A questão da nomeação traz à tona outra questão importante. A língua cabo-verdiana, chamada de *crioulo* divide, de forma desigual, seu espaço de enunciação de língua nacional com a língua portuguesa. Tanto que Cabo Verde faz parte dos países lusófonos.

Esse espaço de enunciação é configurado pela relação das duas línguas com seus falantes. Os sentidos que se constituem nesse espaço de enunciação decorrem dessa relação umbilical. Esses sentidos se fazem no interior de uma disputa que é determinada pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclarem, ao serem contidas e interdidas. (STURZA, 2006, p.71)

Muitas vezes, ao conversar com os cabo-verdianos, verifiquei que chamam estrategicamente sua língua, além de *crioulo*, por vários outros nomes, como por exemplo, *língua cabo-verdiana*, *cabo-verdiano*, *(minha) língua materna*, *(minha) língua nacional*, *meu idioma*⁶⁰. Isso me levou a pensar, do ponto de vista discursivo, como o nome da língua reflete a questão do imaginário da língua nacional.

Ao mesmo tempo em que chamam sua própria língua de *crioulo*, os falantes que não tem nível universitário – a maioria da população – não imaginam que há outras línguas no mundo que também se chamam *crioulo*. Para eles, este é o nome que identifica sua língua dentre todas as outras. Porque nomear a língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação.

Nesse espaço de enunciação, as línguas se (des)encontram e funcionam de modo diferente fazendo com que se modifiquem, se tornem outras, pois seus sentidos passam a ser enunciados por sujeitos que pertencem a lugares modificados também espacial, temporal e historicamente: o português não está em Lisboa, nem na posição do colonizador, e o africano não está em Dakar, nem na posição do colonizado.

É importante ter em mente esse fato, porque o acontecimento da escravidão nas ilhas fez surgir línguas outras, diferentes. E, desse encontro, nasceu a língua cabo-verdiana com o nome de *crioulo*. Apesar de ser um nome dado pelo outro, o europeu.

Esse acontecimento da nomeação se imbrica com outro, o da ciência lingüística, mais precisamente o da sociolingüística, quando cria o conceito de *línguas crioulas*. O discurso

⁶⁰ Ver entrevistas nos Anexos, item 10.6, pergunta 2. Qual o nome da língua de seu país?

científico-lingüístico vem silenciar essa diferença na hora em que significa a palavra *crioulo* como metalinguagem, transformando-o em conceito e vinculando-o às línguas colonizadas.

Assim falar em *língua crioula* ou em *crioulo* hoje é dizer língua de colonizado. O nome *crioulo* traz associado a ele sentidos que se filiam ao discurso colonial. E apartar essa camada semântica que se gruda, quer do conceito científico, quer do nome como os cabo-verdianos chamam sua língua, é ilusão.

Dentro do escopo lingüístico vincula-se *crioulo* ao processo formador de variantes, falares ou línguas a partir de línguas européias. O sujeito-cientista da linguagem fala, assim, em *crioulização* do português ou do francês, por exemplo, querendo significar “deformação ou simplificação violenta de uma língua de cultura” (BORBA, 1976, p.26). Mesmo quando tenta desconstruir conceitos da própria teoria, como o da categoria de *línguas crioulas*, dizendo que com isso os lingüistas podem incorrer numa nova forma de exclusão, esse sujeito deixa furos na materialidade lingüística em seu desejo de romper com a estrutura. Não se percebe imerso, subordinado à verdade de seu discurso e ao empirismo lógico do discurso científico. Continua a chamar de “falares crioulos” as línguas, e a compará-las entre si, quando diz que “não há dúvida que é de grande importância empreender um trabalho de comparação sistemática entre todos os falares crioulos [...] para que se possa chegar a conclusões incontestáveis”. (GUISAN, 1996, p. 89)

Essa forma-sujeito-cientista da linguagem ao escolher o nome *crioulo* para se referir à língua de Cabo Verde ocupou posições discursivas, discursivizou conceitos e interditou as zonas de silêncio. Uma construção discursiva torna-se uma verdade para a maioria, quando o sentido tomado como verdadeiro circula no imaginário social como único. Ao produzir a “ilusão do consenso” (PÊCHEUX, 1988, p. 161-162), não se percebe que existe mais de um sentido. É-se escolhido pela linguagem, pois se é fruto de determinações lingüísticas.

O discurso sociolingüístico sobre o termo *crioulo* naturalizou-o, homogeneizou-o, e os *crioulos* passaram a ser um grupo de línguas que vale a pena estudar pela característica da universalidade. Com isso, na verdade, apagam-se as opacidades, tornando evidente uma homogeneidade entre as línguas *crioulas*. Faz esquecer que são línguas nacionais diferentes.

O que deve ser trazido para o foco não são as análises realizadas pela sociolingüística, mas o dispositivo teórico assumido que desconhece as determinações político-ideológicas da relação dos sujeitos com a língua, que confere uma visão de subjetividade psicocultural como princípio explicativo do fenômeno lingüístico. (ZUCCOLILLO, 2000, p.181)

‘Dar nome’ implica filiar a um legado, à própria condição de nomeação/silenciamento. Ressoam nesse nome os sentidos que homogeneizam,

universalizam, domesticam e científicam, a ponto de, mesmo trocando de nome, não se reconhecer como diferente.

Na tentativa oficial de dar lugar a essa língua, nomeando-a de outro jeito, não basta diferenciá-la da do colonizador na sua materialidade lingüística, o sentido de resistência tem de estar presente também no modo de se nomear essa língua. Mas nem assim esse lugar aparentemente vazio ainda não consegue ser preenchido de outra forma. Não há um outro nome para falar da língua, sem que os sentidos do outro ressoem e sem que os sentidos de resistência se desloquem. Exemplos disso, encontramos no texto da lei e na fala dos entrevistados. A Constituição que dispõe sobre a oficialização da língua de Cabo Verde, no Parágrafo 1º do Artigo 9º, determina como língua oficial o Português, e no Parágrafo 2º diz que “o Estado promove as condições para a oficialização da *língua materna cabo-verdiana*, em paridade com a língua portuguesa”. Nomeia a língua de Cabo Verde no texto oficial, não como *crioulo*, mas como *língua materna cabo-verdiana* ao lado da nomeação da língua portuguesa como língua oficial.

Nas entrevistas, apesar de essa memória de resistência para a maioria dos falantes do cabo-verdiano parecer ser hegemônica, ao pronunciarem a palavra *crioulo*, escapam sentidos que se colocam em relação de contradição com essa memória, quando se ouve, por exemplo, “falo o português e minha língua materna” ou “falo o português e nosso dialeto”. Essa multiplicidade de nomes coloca a questão da necessidade cabo-verdiana fazer sua língua ocupar o lugar político para fazê-la significar dessa memória, produzindo novos liames.

Nesse ponto nodal de discussão em que se atravessam os discursos sobre a língua de Cabo Verde, a historicidade constitutiva desses discursos aponta para essa questão como uma questão ainda em aberto.

Portanto não se trata de propor um novo nome para a língua de Cabo Verde ou de dizer que o nome usado há séculos não serve, pensando talvez que, com um novo significante, se obtenham ganhos políticos maiores; trata-se de mostrar como os deslocamentos de sentidos da palavra *crioulo* e seus estabelecimentos na memória oficial apresentam-se como uma decorrência do modo de posicionar-se dos sujeitos diante de condições sócio-históricas determinadas, de como se reflete em seus discursos esse jogo do lugar social, dos sentidos estabelecidos e da ilusão desse sujeito interpelado pela ideologia e determinado sócio-historicamente.

5 A CIÊNCIA FALA SOBRE A LÍNGUA: COMO?

[...] quando se trata de uma ciência como a análise do discurso [...] a análise precede, em sua constituição, à teoria. (ORLANDI *apud* MALDIDIER, 2003, prefácio)

Os referentes de *crioulo* e *línguas crioulas* nos escritos dos lingüistas e filólogos foram produzidos a partir de posições ocupadas na formação social que por serem de cientistas da linguagem conhecidos e respeitados em seus meios acadêmicos gozam de prestígio no lugar sócio-histórico onde são produzidos, movimentam sentidos tomados como verdades científicas sobre a língua cabo-verdiana.

O aporte teórico da Análise do Discurso permite-nos buscar na/pela materialidade da língua a compreensão do que, no discurso, é lido como homogêneo, mas que se sabe heterogêneo em sua constituição, pois está sempre relacionado a outros discursos, num processo em que se imbricam memória e esquecimento. Assim, sob o efeito da homogeneidade que unifica em um grupo as línguas que ‘inexplicavelmente’ precisam ser agrupadas – o grupo das *línguas crioulas* com os significantes *crioulo* e *línguas crioulas* –, abriga-se uma diversidade de sentidos pelos seus múltiplos modos de construção discursiva da referência que podemos retrair na materialidade do *corpus*.

Nesses recortes, para interpretar o discurso científico, que se pretende isento, neutro, impessoal, é preciso considerar o sujeito do discurso no movente curso da linguagem com seus “já-ditos” e suas formas de representar, entender os processos de produção de sentidos de um discurso que se faz “a partir de condições de produção dadas” em que o sujeito é “situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo discursivo dado” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77). O que é dito “deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido” (idem), constituindo-se numa resposta direta ou indireta a outro discurso.

Determinar com que recortes vai-se trabalhar não garante a metodologia de análise a ser usada. Para se entrar na materialidade do arquivo, perceber as regularidades, e destacar as seqüências discursivas, é preciso ler esses textos, perscrutar-lhes o funcionamento e deixar sobressair o que de recorrente há ali, o que vai se constituir a porta de entrada para a análise.

No nosso caso, a denominação e a designação mostraram-se muito fortes no arquivo montado, pois é praticamente na base de definições e de classificações que se dá o discurso científico. Mariani (1998), ao fazer suas reflexões sobre a denominação, a partir da AD,

observa que ao denominar o sujeito materializa sua posição no discurso de acordo com as condições de produção. Ao fazê-lo, sob uma aparente objetividade, recorre ao conjunto dos dizeres possíveis para uma dada posição, a partir de determinada memória. Não há uma só forma de denominar, pois, mas busca aquela que está submetida às determinações histórico-ideológicas refletindo o embate de forças sociais, na ilusão da ‘escolha’ e sem perceber o jugo ideológico que permeia as relações sociais. Nessa ilusão, a denominação se apresenta como único sentido possível, transparente e objetivo. Pretende-se aqui, nessas análises, compreender as relações possíveis entre a denominação dada e as outras esquecidas e apagadas nesse dizer, em prol da manutenção de certa direção de sentidos.

Tendo em vista as especificidades de constituição do *corpus* em AD, não é a íntegra dos textos que submetemos à análise, mas partes deles. Os recortes com que trabalharemos foram extraídos de livros e artigos escritos por lingüistas e filólogos. Na área da Filologia trago José Baltasar Lopes, filólogo cabo-verdiano escrevendo um estudo gramatical sobre a língua cabo-verdiana, tratando-a como dialeto da língua portuguesa. Justaponho a esse texto uma gramática descritiva da língua cabo-verdiana, confeccionada pelo lingüista também cabo-verdiano Eduardo Cardoso, que a trata como um sistema lingüístico diferente do da língua portuguesa. Na área da lingüística, trago o lingüista francês Jean Dubois e seu conceito de *crioulo*, e na da sociolingüística, o lingüista francês e Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Pierre Guisan com seu artigo sobre as *línguas crioulas*. Recortei também do artigo *Línguas em contato*, da lingüista portuguesa Maria Antonia Coelho da Mota, trechos em que ela se refere à origem e ao *status* das *línguas crioulas e pídgin*s comparando-os aos das línguas não-mistas.

Na seção seguinte, esses recortes serão apresentados em seqüências discursivas (doravante SD) numeradas e analisados discursivamente.

5.1 Denominação e designação: lugares de enunciação sobre o crioulo

Ao imbricar-se no encontro da memória com a atualidade, o dizer produz sentidos que se filiam a redes de sentidos determinadas pela relação do sujeito com a língua e com a história e pela experiência simbólica e de mundo do sujeito através da ideologia.

Denominar, pois, representa um dizer ideologicamente marcado, é um modo de construir discursivamente o(s) referente(s), é uma forma de significar que se organiza na ordem do discurso.

O processo da denominação, assim, diz da natureza das relações de força (se de imposição, de silenciamento, de ruptura, por exemplo) em determinada formação social e produz sentidos de acordo com as condições de produção, que fazem sobressair, dentre as formações discursivas, a dominante.

Nos discursos dos filólogos e lingüistas sobre a língua cabo-verdiana, sobressaíram-se as denominações dadas às *línguas crioulas*, não só porque denominar está presente no processo de definir e classificar – práticas discursivas constitutivas do discurso científico, nos enunciados definitórios dos dicionários e nos enunciados conceituais e classificatórios em áreas como a sociolingüística e a filologia –, mas também porque, nessa materialidade lingüística, a estrutura parafrástica se inscreve pela repetição fazendo retornar ao mesmo espaço do dizer, produzindo a variação do mesmo, contendo “o dizível no mesmo espaço do que já está instituído” (ORLANDI, 1988, p. 20).

As denominações dadas às *línguas crioulas* marcam as seqüências discursivas com a “repetibilidade que sustenta o interdiscurso” (MARIANI, 1998, p.53), conduzindo e reatualizando os sentidos para essas línguas de forma a contê-los na dimensão da formação discursiva da colonização europeia do Novo Mundo.

Pensamos que o referente *língua crioula* para a posição-sujeito cientista do século XIX é diferente para a posição-sujeito do cientista do século XX, assim como para as posições ocupadas por sujeitos que escreveram sobre as *línguas crioulas* em outros períodos anteriores ao século XIX. Não é o mesmo referente e nem é intercambiável, pois suas denominações são produzidas em condições de produção diferenciadas.

Assim, quando temos denominações sobre a *língua crioula* ou *crioulo* como as seguintes:

(a) “[...] os crioulos seriam constituídos por gramática indígena e vocabulário europeu” (ADAM, Lucien,⁶¹ 1886, p. 5, *apud* SILVA NETO, 1979, p. 437)

(b) “modificações que as línguas cultas da Europa sofreram em terras extra-européias, na boca dos povos de civilização inferior, postas em contacto com línguas radicalmente diversas” (VASCONCELOS, 1928, p. 1222, *apud* SILVA NETO, 1979, p. 435),

(c) “tosco meio de intercomunicações, uma algaravia hoje batizada com o nome de ‘crioulo’” (SILVA NETO, 1979, p. 432),

(d) “Simplesmente o nosso latim é o Português e a língua vulgar é o Crioulo” (VEIGA, 1994, p.258),

⁶¹ *Les idiomes negro-aryens e tmaléo-aryens*

(e) “[...] um crioulo é geneticamente um descendente de um pidgin” (MOTA, 1996, p.526),

vemos mobilizados, nesses discursos de temporalidades distintas (período de um século), portanto produzidos sob condições de produção distintas, efeitos de sentido sedimentados, instituídos e legitimados, reorganizados por uma memória tecida por uma narratividade que fixa o sentido oficial, literal para o referente *língua crioula*, ‘língua com gramática indígena e vocabulário europeu’, ‘língua culta europeia modificada por povo de civilização inferior’, ‘língua radicalmente diversa da europeia’, ‘tosco meio de intercomunicação’, ‘algaravia’, ‘língua vulgar’, ‘descendente de um pidgin’.

Observar a discursividade dessas denominações, isto é, a relação entre linguagem e história no processo de produção de sentidos para os referentes *língua crioula* e *crioulo*, conseqüentemente, permite-nos estabelecer relação entre essa materialidade lingüística e a propagação de uma memória histórica, no caso, a de que a civilização europeia é superior e radicalmente diversa da civilização indígena, habitante das terras extra-europeias, e, logo, inferior; donde se conclui que essa língua misturada, apesar de língua culta europeia modificada, é vulgar, algaravia, tosca.

Apesar de o processo parafrástico do discurso científico ser dominante nos discursos sobre as *línguas crioulas*, negativizando-as em relação às línguas europeias, não podemos esquecer que os sentidos são múltiplos, que não há um sentido central, que há sempre outros sentidos possíveis que não perdem “a relação com os outros (implícitos)” (ORLANDI, 1988, p.21).

Por isso, nas seqüências discursivas em análise há a tensão entre o processo parafrástico e polissêmico, que desloca os sentidos em relação ao sentido dominante, rompendo a estrutura e buscando sedimentar sócio-historicamente novas relações de sentido que articulam língua-sujeito-história.

Trataremos, então, a partir de agora, da denominação e da designação nos discursos dos filólogos e lingüistas sobre a língua cabo-verdiana em cinco seqüências discursivas que destacamos.

A primeira seqüência discursiva é o texto na íntegra do verbete *crioulo* do dicionário de lingüística escrito, dentre outros, pelo lingüista francês Jean Dubois.

Por que começar por uma definição? E de um dicionário? E de lingüística?

Por considerarmos que:

a) o dicionário é “um dos lugares que sustentam as evidências dos sentidos” e funcionam “como instrumento de estabilização dos discursos” (NUNES, 2006, p. 11),

b) a definição é um modo de dizer, uma técnica lexicográfica, produto de uma prática exercida no discurso que se quer científico, mas indissociável de suas condições de produção,

c) a lingüística, como ciência, estuda os fenômenos lingüísticos e a superficialidade lingüística de forma exaustiva, consistente e econômica, excluindo, porém, as formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam.

Dessa forma, na seqüência discursiva a seguir (SD1), o discurso científico da posição-sujeito lexicógrafo manifesta o furo na materialidade lingüística quando, na relação que traça entre os **crioulos** de um lado e os **dialetos de uma língua** de outro, denomina aqueles atribuindo-lhes o caráter de língua, mas, ao designar-lhes de **origem mista** e de **status sociocultural** oposto à própria língua européia de onde partiram, conceitua-os como inferiores à língua européia ineludivelmente. E esse efeito de sentido se materializa pelo uso da forma verbal **opõem**.

SD1 crioulo – Dá-se o nome de crioulos a sabires, pseudo-sabires, ou pidgins, que por motivos diversos de ordem histórica ou sociocultural, se tornaram línguas maternas de toda uma comunidade. Não se tem por língua materna um saber, um pseudo-saber ou um pidgin, mas, como milhões de haitianos, pode-se ter um crioulo. Os pseudo-sabires unilaterais, de base **francesa, inglesa, portuguesa, holandesa** ou **espanhola** foram empregados por negros de comunidades diversas, que faziam os ajuntamentos negreiros e aos quais se propunham os problemas de intercompreensão. Há *crioulos franceses* no Haiti, Martinica, Guadalupe, *crioulos ingleses* na Jamaica e nos Estados Unidos (gullah), *crioulos portugueses* na África, Índia, Indonésia e China e *crioulos holandeses* na Indonésia. Neles, o número de palavras de origem local é muito reduzido, salvo exceções. As condições de formação desses crioulos a partir de pseudo-sabires (uso de imperativos, infinitivos, formas sintáticas simples) explicam seus caracteres comuns. Assim se explicam as semelhanças entre crioulos afastados geograficamente ou de famílias diferentes. De fato, é a **origem mista** que diferencia os **crioulos** dos **dialetos de uma língua** e é o seu **status sociocultural** que os **opõem** à própria língua. (DUBOIS, 1978, p. 161)

Para começar a análise, detivemo-nos, inicialmente, na forma verbal **opõem**. Dubois opõe as *línguas crioulas* à língua. Mas que língua é essa? Ela é única ou representa um grupo de línguas, já que o artigo definido não garante a singularidade? Pelos sentidos silenciados que irrompem, deve ser uma língua ou uma representante desse grupo diferente em algum

aspecto dos *crioulos* para que haja uma oposição. No verbete acima, os nomes de línguas citados são, à exceção dos *crioulos*, todos de línguas europeias e referentes a países colonizadores: **francesa, inglesa, portuguesa e espanhola**. Então a língua própria, a língua mesma, aquela que está na origem mista dos *crioulos*, ela é do grupo de línguas europeias. Mas se os *crioulos* as trazem na origem, por que estariam em oposição?

Pensando sobre o sentido de oposição, buscamos definir os sentidos estabelecidos pelo próprio Dubois para o conceito de oposição. Em seu dicionário, em uma parte do verbete *oposição* remete para *antonímia*, e observa que há dois tipos de relações antonímicas. A relação de *reciprocidade* em que um termo pressupõe o outro e vice-versa, como em ‘marido (mulher)’, ‘comprar (vender)’; e a relação de *complementaridade* em que a negação de um termo implica a afirmação do outro, como em ‘casado (solteiro)’, ‘macho (fêmea)’. Observa, ainda, que essa *relação antonímica de complementaridade* depende da aplicabilidade dos termos da oposição pois se baseia no princípio da dicotomia – onde pode haver fenômeno de neutralização – *chien* em francês se aplica tanto a ‘macho’ quanto a ‘fêmea’, por exemplo.

Assim, os *crioulos* se opõem à própria língua europeia de onde partiram por seu **status sociocultural**. Resta saber se essa oposição pode ser lida como ‘maior’ favorecendo os *crioulos* ou a língua europeia. Ao analisar os dois tipos de oposição verificaremos que não há possibilidade interpretativa para que os *crioulos* sejam favorecidos com o *status* ‘maior’, mas, pelo contrário, a eles só cabe o *status* ‘menor’. Se a relação de oposição for por:

a) Reciprocidade – pode-se dizer que um *status* pressupõe o outro e vice-versa. Esse *status* no verbete sobre *crioulo* não está designado diretamente por um adjetivo ou expressão adjetiva, como por exemplo, ‘maior’ ou ‘menor’, mas há no verbete expressões que se referem aos pseudo-sabires e aos *crioulos* e designam esse **status sociocultural** de forma indireta: **unilaterais, de base francesa, inglesa, portuguesa, holandesa ou espanhola, empregados por negros de comunidades diversas, que faziam ajuntamentos negreiros e aos quais se propunham os problemas da intercompreensão, número de palavras de origem local é muito reduzido, uso ... de formas sintáticas simples, condições de formação desses crioulos a partir de pseudo-sabires, origem mista**. Isso nos leva a crer que o **status sociocultural** dos *crioulos* é menor do que o da própria língua de onde se origina. Como um pressupõe o outro, então, pela relação de *reciprocidade* o *status* da língua europeia é superior ao **status sociocultural** dos *crioulos*. Esse sentido negativo de falta dado às designações é confirmado ao se buscar, no próprio Dubois, as definições de *pseudo-sabir* e *sabir*, que trazem, respectivamente, **forma de língua muito instável** (para *pseudo-sabir*) e

sistemas lingüísticos reduzidos com estrutura gramatical mal caracterizada e um léxico pobre (para *sabir*).

b) Complementaridade – a negação de um *status* implica a afirmação do outro. Através dessa relação, chega-se também à mesma conclusão, pois o maior ou menor *status* está determinado pelos implícitos a partir das expressões designativas negativas dadas a essas línguas *pseudo-sabires* e *crioulos*. Assim, quando um *status* é maior, o outro não o é, e vice-versa. O **status sociocultural** sendo maior na língua de base, não pode ser menor, sendo menor nos *crioulos*, não pode ser maior. Em qualquer caso que os *crioulos* se oponham à língua de base com relação ao seu **status sociocultural**, terão sempre um *status* menor, estarão sempre num patamar de prestígio abaixo do da língua européia.

O que parece ser bom – dar aos *crioulos* o lugar de língua e não de dialeto – deixa de sê-lo, ao se atribuir um **status sociocultural** inferior ao da língua européia. Parafraseando, no caso da língua de Cabo Verde, ficaria, ‘a língua cabo-verdiana é tão língua quanto a portuguesa, mas socioculturalmente é inferior.’

Este é um discurso científico sociolingüístico e lexicográfico sobre as *línguas crioulas* que materializa a posição-sujeito cientista no discurso de acordo com as condições de produção sócio-histórica desse sujeito a partir de uma formação discursiva que filia o dizer do colonizador.

Na seqüência discursiva abaixo (SD2), o discurso científico da posição-sujeito sociolingüista manifesta o furo na materialidade lingüística de várias maneiras como, por exemplo, ao comparar a **riqueza das línguas crioulas** com a **gíria, forma de linguagem popular**, ou a referir-se a elas tomando como seu o discurso do outro dizendo **línguas de excluídos**. Foi o não se aperceber do uso naturalizado de palavras como ‘gíria’ e ‘excluídos’ por esse sujeito que irrompeu como um dos implícitos nesse recorte, por isso mesmo, a seguir, analisado.

SD2 Línguas Crioulas em Perigo: o Exemplo da Língua Kristang

1 Línguas crioulas, línguas de **excluídos**

[...] ao considerarem os crioulos como constituintes de uma **categoria** lingüística, os lingüistas podem muito bem incorrer numa nova forma de exclusão.

[...] insistir na riqueza das **línguas crioulas**, que constituem uma das áreas mais vivas e criativas no universo das línguas, assim como outras formas de linguagens populares dentro de uma língua, a **gíria**, por exemplo.

[...] mostrar qual é a importância de **estudar línguas crioulas** para se tentar **responder às grandes perguntas da lingüística** tanto sobre os fenômenos de contato como sobre os processos de mudança.

[...] Não há dúvida que é de grande importância empreender um trabalho de comparação **sistemática** entre **todos os falares** crioulos, começando pelos crioulos de base portuguesa, de modo a reunir elementos em número **suficiente** para que se possa chegar a conclusões **incontestáveis**. (GUISAN, 1996, p. 81-95)

Ao começar a ler o texto, saltou-me aos olhos, logo de início, o significante **em perigo** que compõe o título do artigo e funciona como uma designação da expressão nominal **línguas crioulas**. Chamou-me a atenção por trazer à memória o fato de que quando se está **em perigo**, algo de muito grave está para ou pode acontecer à integridade física, moral ou psíquica do sujeito que é, na verdade, o paciente na situação, se nenhuma atitude for tomada no sentido contrário. Assim, uma das interpretações possíveis para esse artigo poderia ser a de uma voz de socorro em favor das *línguas crioulas* em geral e da Língua Kristang, já incluída no grupo de *línguas crioulas* do mundo. É importante notar também que a generalidade com que a posição-sujeito-cientista designa esse grupo de línguas, usando o plural, **línguas crioulas**, para depois se singularizar na língua Kristang, remete-nos a pensar que todas as línguas ditas *crioulas* são passíveis de estar em perigo, ou que trazem na sua natureza essa característica, ou, então, que não podemos deixar que isso aconteça, ou seja, que as *línguas crioulas* desapareçam, já que é necessário, como afirma no resumo, “mostrar qual é a importância de estudar *línguas crioulas* para se tentar responder às grandes perguntas da lingüística tanto sobre os fenômenos de contato como sobre os processos de mudança.” Mas incomodou-me mais a pergunta, está **em perigo** para quem? Para elas mesmas, para a comunidade que as fala, ou para a comunidade científica que precisa delas como objeto de estudo?

O subtítulo com que a posição-sujeito-sociolingüista começa o artigo “1 Línguas crioulas, línguas de excluídos” traz uma igualdade semântica. Esta igualdade semântica silencia, por exemplo, o sentido de ‘não-excluídos’ e determina como **excluídos** os sujeitos falantes dessas línguas. Esse uso do significante **excluídos** sem aspas, como que tomando do outro e assumindo como seu no discurso, tão óbvio e transparente para esse sujeito, remete-nos a uma memória histórica que se filia a FD do discurso colonialista. Uma memória que remete à dificuldade inconsciente do europeu português e de sua cultura de conferir existência ao africano e de considerá-lo não como objeto, mas como um outro sujeito cultural, portanto incluído nesse mundo de cultura e civilização europeu-ocidental.

No decorrer do texto, a posição- sujeito sociolinguísta tenta desconstruir conceitos da própria teoria como o da categoria de *línguas crioulas*, dizendo que “ao considerarem os crioulos como constituintes de uma categoria lingüística, os lingüistas podem muito bem incorrer numa nova forma de exclusão.” Esse sujeito deixa furos na materialidade lingüística em seu desejo de romper com a estrutura sem, contudo, perceber que está assujeitado à ideologia positivista do discurso científico. Pois, além de chamar de “crioulo” a língua, ao terminar, compara as *línguas crioulas* entre si e as reduz à natureza da gíria, dizendo “insistir na riqueza das **línguas crioulas**, que constituem uma das áreas mais vivas e criativas no universo das línguas, assim como outras formas de linguagens populares dentro de uma língua, a **gíria**, por exemplo.”

O discurso da ciência que se quer econômico, total, exaustivo e consistente se verifica nesse outro recorte do mesmo artigo, “Não há dúvida que é de grande importância empreender um trabalho de comparação **sistemática** entre **todos os falares** crioulos, começando pelos crioulos de base portuguesa, de modo a reunir elementos em número **suficiente** para que se possa chegar a conclusões **incontestáveis**.”

Destaco os significantes **sistemática, todos os, suficiente, incontestáveis** por trazerem essa filiação ao discurso científico-positivista, que se quer eficiente, econômico, e universal, procurando dar conta da totalidade dos fenômenos lingüísticos referentes a essas línguas classificadas como *línguas crioulas*. A busca pela ilusão da homogeneidade, da igualdade, da universalidade, da totalidade é um modo de se vincular a processos de exclusão, pois o que for diferente do previsto é avaliado negativamente, silenciando a heterogeneidade que caracteriza a vida, fortalecendo assim a hierarquia que está posta. O controle só é indispensável quando se quer excluir.

A ideologia do etnocentrismo europeu tem como característica principal o estabelecimento das diferenças para que sejam sintetizadas e eliminadas tendendo à hegemonia de um dos termos da operação. Essa ideologia leva a que o europeu reconheça a não-identidade e a não-alteridade do outro, habitante do Novo Mundo. Essa figura do outro, que não-europeu.

As seqüências discursivas, a seguir, SD3 e SD4 foram agrupadas numa mesma seqüência de análise em função de, apesar de os sujeitos dizerem de lugares sociais diferentes em situações sócio-históricas determinadas e com representações sobre o outro e o objeto decorrentes desse posicionamento político-ideológico diferente, o discurso científico sobre a língua cabo-verdiana não escapar ao assujeitamento ideológico da colonização lingüística européia. Esses dois recortes foram retirados de dois estudos gramaticais sobre a língua de

Cabo Verde escritos por cabo-verdianos em temporalidades distintas – a SD3 é de 1957 e a SD4 é de 1990.

SD3 [...] “258. Como digo no § 200, **os substantivos não têm flexão de número**. Em frases exclamativas do tipo ‘Oh que homens!’ é que se verificou o facto **curioso** de se **manter** o -s da **terminação portuguesa** do nome no plural, mas com retracção para o *que*, a que se coloca encliticamente:” (DA SILVA, 1984 (original de 1957) p. 159)

[...] “312. Além dos processos de superlativação indicados, ocorrem os que, resultando da atitude emocional, pertencem antes ao domínio da linguagem expressiva. O crioulo apresenta uma riqueza extraordinária destes processos, mediante o recurso a perífrases, comparações, imagens, processos metafóricos. É possível que para a **abundante floração dialectal** a que me refiro concorra em parte, a tendência para as construções perifrásticas que acompanha a propagação das **línguas de civilização em domínios novos**, como **compensação da simplificação que a sua estrutura gramatical sofre**.” (DA SILVA, 1984 (original de 1957) p. 175)

SD4 “Os casos de não correspondência que se nota entre o género do adjectivo e o do substantivo têm a ver com **resíduos da flexão portuguesa, que enfermam o sistema do vernáculo crioulo**. Desta maneira se explicam os casos **caprichosos**, como, por exemplo, a forma *fliza*, que encontramos no corpus, nas frases 24 e 28: *El e fliza; Ez e fliza*.” (CARDOSO, 1990, p. 23)

[...] “Achamos dever indicar que, embora haja o sincretismo modal, procederemos a uma classificação dos diversos valores modais quanto mais não seja como tentativa de estabelecer uma classificação. Os valores modais **poderiam** agrupar-se em quatro categorias: declarativo, hipotético, injuntivo, eventual. A **correspondência com os modos da língua portuguesa** é a seguinte: ao declarativo corresponde o indicativo; ao hipotético, o conjuntivo; ao injuntivo, o imperativo; ao eventual, o condicional.

Poderíamos ter conservado a **terminologia da língua portuguesa**. Mas, como sabemos que, por um lado, essa **terminologia peca por falta de rigor** e que, por outro lado, as formas verbais, em si (à excepção das dos verbos auxiliares, de uma maneira geral), não nos dão nenhuma indicação, nem sobre o modo, nem sobre o tempo, achamos melhor mostrar que **se trata de um outro sistema**.” (CARDOSO, 1990, p. 51)

A SD3 refere-se à obra de Baltasar Lopes da Silva já citada no capítulo 2 como o primeiro estudo gramatical sobre a língua de Cabo Verde publicado em 1957, época em que o arquipélago era ainda província de Portugal. Nessa obra, prefaciada pelo português Rodrigo de Sá Nogueira, professor de Filologia de Baltasar Lopes da Silva, em Lisboa, o autor descreve de forma muito objetiva aspectos de ordem morfológica, fonética e sintática na primeira parte da obra. Na segunda, introduz um glossário português/cabo-verdiano, que chama de *Léxico*, em que as palavras cabo-verdianas estão escritas em alfabeto fonético. Nesse trabalho, Silva considera a língua de Cabo Verde um dialeto da língua portuguesa, e procura compará-lo ao português da metrópole de sua contemporaneidade. Ao tratá-lo como

dialeto, dois dizeres estão aí postos: o dialeto de Cabo Verde não tem origem mista, e seu *status* sociocultural não se opõe ao da própria língua de que é variante.

Nessa seqüência discursiva, a posição-sujeito filólogo faz questão de aproximar as estruturas morfológicas do cabo-verdiano às da língua portuguesa. Ao mencionar a flexão, mesmo reconhecendo que, no cabo-verdiano, os substantivos não têm flexão de número, encontra uma exceção que assemelha a língua à portuguesa, pois verifica que o ‘-s’ da **terminação portuguesa** de plural se **mantém** em frases exclamativas. E, como estudioso da língua que é, diz da posição-sujeito filólogo que considera esse fato **curioso**, característica nada científica para uma obra teórica sobre a língua. Ao dizer **curioso**, está dizendo que o fato merece atenção, desperta interesse, é surpreendente, notável. Deixando forte a marca da homogeneidade e da aproximação estrutural e não da heterogeneidade e do afastamento estrutural.

Esse efeito de sentido de uma língua próxima da do português é produzido ainda no recorte que fala da superlativação. Apesar de reconhecer que determinados processos de superlativação pertencem ao domínio da expressividade, da emoção, e que a língua de Cabo Verde é rica em recursos figurativos para gerar esses processos derivativos, ainda assim, recorre às **línguas de civilização em domínios novos** como origens/doadoras dessa **abundante floração dialectal** para **compensar a simplificação que a sua** (da língua cabo-verdiana) **estrutura gramatical sofre**.

Da posição-sujeito filólogo graduado em Lisboa e inserido no contexto sócio-histórico de 1957, época em que Cabo Verde estava sob jugo político-administrativo português, ao dizer sobre a língua cabo-verdiana, esse sujeito não consegue escapar à ideologia colonialista portuguesa que o assujeita nem à formação discursiva de colonização lingüística europeia de onde diz. Contraditoriamente, da posição-sujeito falante do cabo-verdiano e não do português, apesar de falá-lo e escrevê-lo, diz sobre a língua de Cabo Verde buscando um lugar para ela ao lado da língua portuguesa. Constrói argumentos que a validem e a visibilizem aos olhos dos cabo-verdianos e não-cabo-verdianos, principalmente os portugueses, mas o faz a partir de uma língua, a portuguesa, que ele considera como a que deu origem à cabo-verdiana, daí ser um dialeto. Esse lugar a ser ocupado pela língua cabo-verdiana já não está vago politicamente e o processo parafrástico domina o discurso desse sujeito, mantendo o sentido oficial vigente para a língua de Cabo Verde, mas não sem tocar outros dizeres, os não-ditos que podem ser lidos justamente pelo fato de serem deixados como implícitos visíveis.

Na SD4, os recortes são retirados da gramática descritiva sobre a variante dialetal da Ilha de São Nicolau, *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*, de 1990, prefaciada pelo lingüista cabo-verdiano Manuel Veiga e escrita por Eduardo Cardoso, também lingüista cabo-verdiano. Esse autor faz questão de afastar estruturalmente a língua cabo-verdiana da língua portuguesa na tentativa de demonstrar que se trata de um outro sistema lingüístico, exemplificando sempre com a língua de Cabo Verde os fenômenos descritos, apesar de ter como termo de comparação a língua portuguesa.

Nesse recorte, o autor se refere ao gênero como intrinsecamente ligado ao substantivo, caso em que o adjetivo apenas o acompanha. Ao descrever o sistema flexional da língua cabo-verdiana faz questão de mostrar que a exceção – a não-concordância do adjetivo com o substantivo em determinado caso – é um **resíduo** deixado pela língua portuguesa que já passou pela miscigenação lingüística com a língua de Cabo Verde. E, como **resíduo**, é indesejável a presença, é um resto de que precisam se livrar porque **enferma o sistema do vernáculo crioulo**. Note-se, ainda, o emprego do adjetivo **caprichosos** para caracterizar tais **resíduos**. Apesar de ser uma característica nada científica para descrever um fato da língua, da posição-sujeito lingüista, ao dizer **caprichoso**, está dizendo impulsivo, imprevisível, sem justificação ou motivação aparente, devendo ser, portanto, essa semelhança que aproxima o cabo-verdiano do português, desconsiderada, não usada.

No recorte seguinte a esse, o mesmo autor, ao classificar os valores modais do sistema verbal da língua cabo-verdiana variante de São Nicolau, procura fazer a **correspondência** com os da língua portuguesa. E, ao fazê-lo, declara-se desfavorável a usar a **terminologia** utilizada para classificar os valores modais da língua portuguesa por achar que **peca por falta de rigor** e por não se adequar à descrição do sistema da língua cabo-verdiana por esta **se tratar de um outro sistema** lingüístico.

Na seqüência SD5, a seguir, temos um recorte do artigo *Linguas em contato* da sociolingüista portuguesa Maria Antonia Coelho da Mota, publicado em 1996. Ele nos chamou a atenção por parecer resumir muito bem o pensamento da sociolingüística sobre as *linguas crioulas* e os *pidgins*. No percurso por nós realizado, percebemos que o que importa no discurso científico da sociolingüística é tratar as *linguas crioulas* e os *pidgins* como **verdadeiros ‘laboratórios’**, pois **permitem a observação e a elucidação da gênese das línguas em geral e dos processos universais**.

SD5 “Pidgins e crioulos constituem dois aspectos de um mesmo processo lingüístico, distinguindo-se, em termos muito gerais, pelo facto de um **pidgin**

ser uma **língua segunda** enquanto um **crioulo é língua primeira**, ou seja, tem falantes nativos, é a língua **que** estes falantes **melhor** dominam; por outro lado, um **Crioulo é geneticamente um descendente de um pidgin**. A capacidade para cobrir todas as necessidades comunicativas é, por vezes, também evocada como um parâmetro a considerar, na distinção entre pidgins e crioulos.”

[...] “Como foi atrás referido, uma **questão central** nos estudos de Crioulística é a da **determinação das características tipológicas de pidgins e crioulos**, as quais têm vindo a ser sucessivamente reformuladas devido não só às diferenças de posição teórica dos especialistas mas também ao avanço no conhecimento. Não nos deteremos neste ponto, demasiado complexo e vasto para aqui ser desenvolvido. No entanto, a título de informação, e esperando aguçar o apetite do leitor para a leitura dos especialistas, referiremos algumas das características dos pidgins mais partilhadas pelos crioulistas.

É **consensual** que um **pidgin é pouco gramaticalizado**, sendo a sua **interpretação muito dependente do contexto**. Daí decorre que a **simplificação ou a redução** sejam **características inerentes à sua gramática (morfologia reduzida, sintaxe pouco complexa)**; que o seu **léxico**, por isso, seja **multifuncional**, uma mesma palavra pode adquirir diferentes funções gramaticais, funcionando como uma espécie de base universal (Wurm, 1971); que a estruturação da sua gramática seja grandemente explicável em termos de **traços universais**, nomeadamente de universais de aquisição de uma língua (assim se justifica o título da obra de Bickerton *Roots of Language*, 1981: **estas línguas** são consideradas como **verdadeiros ‘laboratórios’** que permitem a **observação** e a **elucidação da génese das línguas em geral e dos processos universais** que lhe são subjacentes).”

[...] “**Como qualquer língua**, os pidgins são **sistemas em desenvolvimento, mais instáveis do que as línguas não-mistas**, mas **igualmente sujeitos à variação interna e à mudança**.” (MOTA, 1996, p. 505- 533)

Nesse recorte, *pidgin* é colocado como uma língua que não tem falantes nativos, o que basicamente o diferencia do *crioulo*, que “tem falante nativo”. Nessa equação, soma-se mais um dado, a saber, o *crioulo* é **geneticamente um descendente de um pidgin**. Dessa forma, atrelam-se as características estruturais do *crioulo* às do *pidgin*. E, aí, reside a **questão central** dos sociolinguistas, mais particularmente, dos crioulistas que é a da **determinação das características tipológicas de pidgins e crioulos**. Contudo é **consensual algumas das características dos pidgins mais partilhadas pelos crioulistas**, quais sejam, **morfologia reduzida, sintaxe pouco complexa, léxico multifuncional explicável em termos de traços universais**. Daí, falar-se em **redução** ou **simplificação como características inerentes à sua gramática**.

E, por fim, a sociolinguista diz que as *línguas crioulas* e as línguas *pidgins* são **como qualquer outra língua não-mista**, só que **mais instáveis**, dividindo, a princípio, o universo linguístico entre as línguas não-mistas, ou seja, puras, e as mistas, *crioulos* e *pidgins*.

No final do século XIX, ao escrever sobre as *línguas crioulas*, Schuchardt já defendia a tese de que não havia línguas puras, pois dizia que toda língua apresenta um certo grau de mistura. Hoje, então, falar em **língua não-mista** implica filiar-se à ideologia

preconizada pelo comparativismo oitocentista, pela busca por uma família de línguas legitimada e reconhecida pelo Ocidente Europeu para justificar a questão da pureza, do padrão, da correção lingüística de modo a valorizar a língua, afastando-as, no caso, das que são mistas, as *crioulas* e os *pidgins*.

Mas se *pidgins* e *crioulos* são iguais a **qualquer língua não-mista** porque são **sistemas em desenvolvimento**, e se as **línguas não-mistas** sofrem também **variação interna e mudança**, e se *crioulização* é um processo de **desenvolvimento lingüístico** de que os *pidgins* e os *crioulos* **são dois aspectos**, e se as *línguas crioulas* e os *pidgins* servem para elucidar a **gênese das línguas em geral** (e aí se englobam as mistas e não-mistas), e se, em sua gênese, as *línguas crioulas* e os *pidgins* são línguas mistas, então as línguas **não-mistas** não existem. Aliás, a maioria das línguas do mundo hoje podem ser consideradas *crioulos*, se levarmos em consideração a forma como se originaram – línguas em contato que se resolveram por amálgama, isto é, introdução numa língua de traços pertencentes à outra (DUBOIS, 1978, p. 148).

Por último, intrigou-me o fato de a sociolingüista dizer que “crioulo é língua primeira, ou seja, tem falantes nativos, é a língua **que** estes falantes **melhor** dominam”. Como uma comunidade de falantes pode não dominar bem sua L1, sua língua materna? Dominam melhor em relação a que outra(s) língua(s)? Se *pidgin* não tem falantes nativos, e se o *crioulo* vem do *pidgin*, não há outra L1 se não o próprio *crioulo*, que eles não dominam bem?!. O que está silenciado é que esses falantes não têm língua dominada, eles são dominados pela língua do colonizador, que não é sua língua. Na verdade, eles só têm um *pidgin*, mas como o *pidgin* não tem falante nativo, o próprio sujeito que fala o *crioulo* está apagado, silenciado, não se constitui como falante nativo segundo o conceito de *língua materna* da própria sociolingüística. Está privado de língua materna, da língua que o constitua e que seja por ele constituída.

5.2. O sujeito e seu imaginário

Nesta seção, procuramos retomar o quadro das formações imaginárias localizado na página 57, conforme proposto por Pêcheux (1997a, p. 83). Nele mostramos como seria o jogo de imagens (projeções e antecipações) do sujeito articulado pelo trabalho da ideologia e do inconsciente. Assim, esse sujeito tem uma ilusão dupla, a ilusão de ser a origem do que diz não se dando conta, pelo mascaramento da ideologia, de que seu discurso remete sempre a um

Outro (o interdiscurso); e a ilusão de que tem plena consciência do que diz, pela inacessibilidade ao inconsciente, não se dando conta de que não controla os sentidos de seu discurso. É assim que o indivíduo é constituído na posição sujeito do discurso.

Segundo Orlandi (1996, p. 49), o “sujeito que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais”.

Essa dupla ilusão ou duplo esquecimento estão presentes no momento do dizer desse sujeito. No processo discursivo analisado sobre a disputa de sentidos sobre a língua de Cabo Verde, encontramos as seguintes formações discursivas:

1) FD1 (da ciência sob efeito da colonização lingüística européia) – em que dizer *crioulo* é não dizer língua de cultura e civilização, é não dizer povo socioculturalmente superior ao europeu e nem igual, e é dizer povo inculto, incapaz de falar uma língua corretamente, nem mesmo a materna. Desses sentidos compartilham a posição-sujeito sociolingüista e a posição-sujeito filólogo não-cabo-verdianos.

A posição-sujeito-teórico da língua, tanto cabo-verdiano quanto português, brasileiro, francês, espanhol, inglês, americano e alemão, diz do mesmo jeito sobre a língua de Cabo Verde, compartilha da metalinguagem estabelecida pela sociolingüística, fazendo parte de uma mesma formação discursiva.

A posição-sujeito-não-teórico da língua que dizia sobre os *crioulos*, anterior ao final do século XIX, compartilha de uma outra metalinguagem, diferente da que se criou para a sociolingüística, mas não menos filiada à ideologia da colonização lingüística européia, da falta, da exclusão, do diferente, do inferior porque não-civilizado, não-europeu, indígena.

2) FD2 (da nação cabo-verdiana)– em que dizer *crioulo* é dizer língua materna, língua nacional que precisa se tornar língua oficial, é dizer cultura, orgulho, luta, resistência, é dizer língua cabo-verdiana igual à portuguesa. É pensar o ensino da língua cabo-verdiana privilegiadamente, visando, ao mesmo tempo, a políticas lingüísticas que acolham o bilingüismo. Desses sentidos compartilham a posição-sujeito-teórico da língua (sociolingüista e filólogo) cabo-verdiano e a posição-sujeito-não-teórico cabo-verdiano.

3) FD3 (da nação cabo-verdiana sob efeito da colonização lingüística européia)– em que dizer *crioulo* é não dizer língua de cultura e civilização, é não dizer povo

socioculturalmente superior ao europeu e nem igual, e é dizer povo inculto, incapaz de falar uma língua corretamente, nem mesmo a materna. E, ao mesmo tempo, dizer *crioulo* é dizer língua materna, língua nacional que pode vir a se tornar língua oficial, é dizer cultura, orgulho, luta, resistência, mas é imaginar-se sem prestígio sem a língua portuguesa. Desses sentidos compartilham a posição-sujeito-teórico da língua (sociolingüista e filólogo) cabo-verdiano.

4) FD4 (da quase nação e já nação cabo-verdiana sob efeito da colonização lingüística européia) – em que dizer *crioulo* é dizer língua materna, língua nacional que pode vir a se tornar língua oficial, é dizer cultura, orgulho, luta, resistência, mas é imaginar-se sem prestígio sem a língua portuguesa. Desses sentidos compartilham a posição-sujeito-teórico da língua (sociolingüista e filólogo) cabo-verdiano e a posição-sujeito-não-teórico cabo-verdiano.

A posição-sujeito-não-teórico deixa implícita a desvalorização de sua língua em relação à língua portuguesa quando se sente discriminado ao usar o cabo-verdiano em sua própria terra, apesar de em seu discurso dizer da resistência que foi e que é falar o *crioulo*; quando acha que deve ser ensinado nas escolas (\pm 55% dos entrevistados), mas que isso pode trazer problema ao se precisar estabelecer um dialeto que dê unidade lingüística; e, quando diz que o *crioulo* não deveria ocupar o lugar do português, porque este já tem muito mais tradição como língua internacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definir uma palavra é atribuir uma unidade imaginária a uma porção do real, unidade que falha, desvanecendo-se logo e criando o desejo de complementação, de reformulação, de reedição, numa repetição que se desdobra na medida em que a história lhe dá lugar. (NUNES, 2006, p.22)

Foi assim meu percurso. Às vezes atravessado pelo desejo de reformular e imobilizar os sentidos deslocados, de fixar, de dar transparência e completude a esse real.

Mas o desejo de querer dizer tudo é da ordem do irrealizável. Dizer é já recortar e ao mesmo tempo interpretar porque somos sujeitos, e só o podemos ser, imersos na discursividade do interdiscurso que nos engendra.

Assim para traçar a historicidade dos sentidos da palavra *crioulo* nos discursos sobre a língua de Cabo Verde, colocamo-nos na perspectiva discursiva da AD. Tornamos, então, esse percurso opaco, expomo-nos à materialidade dos dizeres sobre a língua, questionamos a transparência dos sentidos, para mostrar que os sentidos não são evidentes, podem ser sempre outros de acordo com seus processos históricos de constituição.

Os recortes aqui apresentados pareceram-me suficientes para expor o problema da tensão vivida entre a língua cabo-verdiana e a portuguesa em Cabo Verde, também para mostrar, a partir de suas análises, a necessidade de tratar esse problema discursivamente. Porque, na medida em que se recorta, os detalhes surgem, e se olha para eles de forma não-deformada, mas de outra perspectiva, com irrompimento de sentidos outros que estavam silenciados ou apagados temporariamente da memória. Porém reconheço que estão longe de ser suficientes para dar alguma solução à questão apresentada. Daí o caráter provisório e hipotético que atribuo às conclusões aqui tiradas.

Retomo, então, meu objetivo principal nesse trabalho que foi buscar especificamente no discurso sobre a língua o encontro de uma memória da língua portuguesa, das línguas africanas e da língua cabo-verdiana com relação à história que as constituiu, para compreender a historicidade da língua de Cabo Verde e da nomeação dada a essa língua.

Foi através da de-superficialização lingüística dos vários discursos sobre a língua cabo-verdiana, especificamente, dos discursos lexicográficos dos dicionários monolíngües e de filologia e lingüística sobre a palavra *crioulo* no contexto dos séculos XVIII-XXI e do discurso científico-lingüístico sobre o conceito *crioulo* introduzido pela Sociolingüística no século XX, que pude mostrar a tensão entre o processo parafrástico e o polissêmico, no jogo da relação de poder pelo estabelecimento dos sentidos.

Remetendo para a relação de sentidos do par língua materna/língua nacional estudado nesse trabalho, verificamos que os efeitos de sentido no discurso científico dos dicionários e da sociolinguística contribuem para a produção de sentidos do par língua materna/língua nacional. Segundo as análises feitas, podemos perceber que o que parece óbvio, língua materna de um país ocupa o lugar de língua nacional desse país, não é assim tão natural.

Esse par sofre certa disjunção. Parafraseando Mota e Bickerton, poderíamos dizer que o conceito de *crioulo* na sociolinguística é herdeiro de uma língua mutilada, sem falantes nativos, e que quando passam a ser nativos não a dominam perfeitamente, porque ao criar a nova língua perpetuam estruturas de uma língua mutilada sem adultos que as possam corrigir.

Essa língua materna *crioula* não é igual a uma língua materna *não-crioula*, como a língua portuguesa, que certamente pode ocupar o lugar de língua nacional e certamente o faz.

Ao disjuntar o par língua materna/língua nacional, os pares língua materna/língua oficial e língua nacional/língua oficial ficam desconectados também. Dizer um não é dizer o outro no caso das *línguas crioulas*.

Mas apesar disso, e porque as palavras “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas*” (Pêcheux, 1988, p.160), para o sujeito-teórico e não-teórico da língua cabo-verdiana sua língua materna é o *crioulo*, uma língua que é a língua “do dia-a-dia”, “a mais falada”, “língua doméstica, falado fora da escola”, e que, por isso, pode ocupar o lugar de língua nacional, já que o de língua oficial está ocupado pela língua portuguesa.

O sujeito-teórico da língua cabo-verdiano, porém, sabe que, se seu interlocutor for não-cabo-verdiano, não importa se teórico da língua ou não, ao pronunciar a palavra *crioulo*, não poderá “evitar certas interpretações erradas da parte daqueles que sempre viram no Crioulo e nos Crioulos uma deturpação da língua-mãe. Quer queiramos quer não, o termo ‘kriolu’, embora para nós tenha o sentido que lhe atribuímos, internacionalmente é ambíguo.” (VEIGA, 1980, p. 20)

O nome da língua e a questão do imaginário da língua nacional se imbricam como língua e sujeito e mostram como pela fluidez dos sentidos de *crioulo* coloca-se a questão da necessidade cabo-verdiana de constituição de uma nação que, em seu imaginário, dialeticamente já está e não está formada.

Traçar a historicidade desses sentidos para o nome da língua permitiu perceber que, para que a língua de Cabo Verde possa resolver as tensões entre os espaços enunciativos

disputados hoje com a língua portuguesa, é preciso fazer deslocar os sentidos de *crioulo* e fazê-lo significar a partir de uma memória de resistência, nesse silêncio interdito produzindo novas relações de sentido.

7 BIBLIOGRAFIA

7.1 Bibliografia consultada, lida e citada no texto

ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALMADA, André Álvares. *Breve tratado dos rios da Guiné*. Edição de Luís Silveira, Lisboa, 1946 (original de 1594), p.58. In: CARREIRA, Antonio. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Com o patrocínio da Comissão da Comunidade Económica Europeia para o Instituto Caboverdeano do Livro, 1983. 2ª ed.

ANDRADE, Elisa Silva. *As Ilhas de Cabo Verde da "descoberta" à Independência Nacional (1469-1975)*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, pp. 51-53.

AREIZA LONDOÑO, Rafael. *Hacia una nueva visión sociolingüística*. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2004.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: Unicamp, IEL, nº 19, p.25-42, julho-dezembro 1990.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub et al. (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.

CALVET, Louis-Jean. *Politique et colonialisme*. Paris, Payot, 1974.

_____. *Anticrioulo: Manifestação lingüística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus Editora, 2002b, 143 p. (Home Page da editora: <http://www.thesaurus.com.br>)

CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1990.

CARREIRA, Antonio. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Com o patrocínio da Comissão da Comunidade Económica Europeia para o Instituto Caboverdeano do Livro, 1983. 2ª ed.

CONSTITUIÇÃO da REPÚBLICA de CABO VERDE. Praia: Assembléia Nacional – Divisão de Documentação e Informação Parlamentar, 2000. 1ª revisão ordinária – 1999.

CORREIA E SILVA, Antonio Leão. *História de Cabo Verde: das descobertas henriquinas de Cabo Verde*. Disponível em: <http://www.governo.cv/paishistoria.html>. Acesso em: 11 de outubro de 2005.

COUTO, Hildo Honório. *A questão da gramaticalização nos estudos crioulos*. Brasília: Ed. da UnB, 2004. Disponível em: <http://www.unb.br/il/let/crioul/questao.htm>. Acesso em: setembro de 2004.

_____. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pídgins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996, 341p. [Segundo livro introdutório à crioulistica a ser publicado em português] Home Page da editora: <http://www.editora.unb.br>

CUNHA, Celso. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1977. Coleção Temas de Todo Tempo –13.

MOTA, Maria Antonia Coelho da. Línguas em contato. In: FARIA, Isabel Hub et al. (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística.

SILVA, Baltasar Lopes da. *O Dialecto crioulo em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. (original de 1957)

DIAS, Juliana Braz. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. *Revista Mana*. vol. 8, no.1, abril 2002, p. 7-27. Rio de Janeiro: Contra Capa: PPGAS do Museu Nacional, 2002.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP & Cárceres, MT: Pontes & Unemat Editora, 2001.

_____. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil*. Campinas, Pontes, 1996.

DI RENZO, Ana Maria. *A constituição do estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*. Campinas, 2005. 229 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas. 2005.

DUARTE, Dulce Almada. Prefácio. In: VEIGA, Manuel. *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*, Praia: Institutu Kabuverdianu di Livru, 1980. p. 15.

FARIA, Isabel Hub et al. (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística.

ELIA, Silvio. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora Ática, 2001. Série Princípios.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

FERREIRA, Maria Cristina L. (Coord.). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

FONSECA-SILVA, M^a da Conceição e SANTOS, Elmo J. (org.). *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise de discurso*. nº 1. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

GADET, F. e Hak, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GONÇALVES, Manuel da Luz. *O crioulo caboverdiano nos Estados Unidos*. Disponível em: <<http://www.umassd.edu/specialprograms/cabverde/cvkriolp.htm>>. Acesso: setembro 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni. P. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Semântica do Acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. Brasil: país multilíngüe. Apresentação. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil, Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, Ano 57, nº 2, abril / maio / junho de 2005. São Paulo: Scielo, 2005a. p. 22-23.

_____. A língua portuguesa no Brasil. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil, Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, Ano 57, nº 2, abril / maio / junho de 2005. São Paulo, Scielo, 2005b. p. 24-28.

_____. Língua oficial. Conceito pesquisado na Enciclopédia das Línguas no Brasil em 25 de agosto de 2006. http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm

GUISAN, Pierre. Línguas crioulas em perigo: o exemplo da língua Kristang. *Gragoatá*, nº 1, 2º sem 1996. Niterói:EDUFF, 1996.

HENRY, Paul. Sentido, sujeito, origem. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

HOUAISS, Antonio. *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de Cultura, 1985.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LANG, Jürgen. *Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*. 1999. Disponível em: <<http://www.portcenter.ucsb.edu/SBPS/vol5.htm>>. Acesso em: setembro 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MANUEL, Peter. *Caribbean Currents: Caribbean music from rumba to reggae*. Philadelphia: Temple University Press, 1995, p. 14. ISBN 1-56639-339-6.

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

_____. Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise do discurso). *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói: Instituto de Letras/ UFF, nº 12, p. 13-23, 1996.

_____. Discurso, memória e acontecimento. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói: Instituto de Letras/ UFF, nº 14, p. 35-47, 1º sem 1997a.

_____. Fundamento sujeito-teórico da análise do discurso – a questão da produção de sentidos. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói: Instituto de Letras/ UFF, nº 15, p.33-46, 2º sem 1997b.

_____. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP & Cárceres, MT: Pontes & Unemat Editora, 2001, p. 99-124.

MARQUES, Andréa Ferro et al. *Forum sobre caminhos da valorização da língua caboverdiana*. Disponível em: <http://www.capeverdeancreoleinstitute.org/new_page_25.htm>. Acesso em: setembro 2004.

MENDES, Mafalda. Cabo Verde: ir à escola em L2. In: *Língua portuguesa e cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: 2004.

MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Or. francês, L'amour de la langue, Paris, Seuil, 1987)

MOTA, Maria Antonia Coelho da. Línguas em contato. In: FARIA, Isabel Hub et al. (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística. p. 505- 533.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2003. 270 p. v.2, p. 101-142.

NARO, Anthony J. Crioulização e mudança natural. In: *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973. Cap.IV. p. 97-110.

NUNES, José Horta. Formação do léxico e saber lingüístico. *Relatos*, Campinas: DL, IEL, Unicamp, n. 5, p.14-22, outubro 1997.

_____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP & Cárceres, MT: Pontes & Unemat Editora, 2001.

_____. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: NUNES, J.H. e PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. Campinas, SP: Pontes, 2002, p.99-122.

_____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, SP: Pontes, São Paulo, SP: Fapesp, 2006.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas, 2004. 11121p. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2004.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____. A sociolingüística, a teoria da enunciação e a análise do discurso (convenção e linguagem). In: ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983b. p. 88-104.

_____. A Análise do Discurso: Algumas Observações. *D.E.L.T.A.* vol. 2, nº 1, p. 105-126, 1986.

_____. *O que é lingüística*. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1987. Coleção Primeiros Passos.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____ et al. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

- _____. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.
- _____. *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas & Cáceres: Pontes & Unemat Editora, 2001.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001a.
- _____. Apresentação. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP & Cáceres, MT: Pontes & Unemat Editora, 2001b.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2003a.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003b.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2004.
- _____. A língua brasileira. In: *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, São Paulo: Scielo, vol. 57, nº 2, abril/junho 2005. ISSN 0009-6725
- PAGOTTO, Emilio Gozze. Variedade do português no mundo e no Brasil. *Revista Ciência e Cultura: Línguas do Brasil/Artigos*, São Paulo: Scielo, vol. 57, nº 2, abril/junho 2005, p. 31-34.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: UNICAMP/ IEL, nº 19, p. 7-24, jul/dez 1990.
- _____. Análise automática do discurso (1969). Trad. E. Orlandi. In: HAK, T. e GADET, F (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997a. (título original, 1969)
- _____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. P. Cunha. In: HAK, T. & GADET, F (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997b. (título original, 1975)

_____. A Análise de Discurso: três épocas (1969). Trad. E. Orlandi. In: HAK, T. e GADET, F. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997c. (título original, 1983)

_____. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PEREIRA, Dulce. O crioulo de Cabo Verde. In: FARIA, Isabel Hub et al. (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística. p. 551-559.

_____. *Crioulos de base portuguesa*. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>>. Acesso em: setembro de 2004.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP & Cárceres, MT: Pontes & Unemat Editora, 2001.

PIETROLUONGO, Marcia A. O estrangeiro de mim. *Gragoatá*. Niterói: EDUFF, n.11, p.193-206, 2º sem 2001.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: Cadernos da Pós-Letras. *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro, 1997. p. 12-43.

RENDALL, Susana. *O crioulo*. Disponível em: <http://www.geocities.com/visao_crioula/pag8.html>. Acesso em: setembro de 2004.

ROLIM, Maria Luiza. *Finalmente um dicionário de português-crioulo para promover o ensino bilíngüe em Portugal*. Disponível em: <<http://virtualcapeverde.net/news2/modules.php?name=News&file=article&sid=61>>. Acesso em: outubro 2004.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

_____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1950.

STEIMBERG, Jonathan. O historiador e a *questione della lingua*. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy (orgs.). *História social da linguagem*. Trad. Álvaro Hattner. São Paulo: Editora Unesp e Cambridge University Press, 1997.

STURZA, Eliana Rosa. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias lingüísticas*. Campinas, 2006. 185 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas. 2006.

TARALLO, Fernando e ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos : Línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987, 142 p. [Primeiro livro de introdução à crioulistica escrito em português]

THIÉBAUT, Claude. Comment peut-on être créole? In: *Creolica*, 23 abril 2003. Disponível em: <http://www.creolica.net/article.php3?id_article=26>. Acesso em: outubro 2004.

Tokinfim um dicionári di purtugés-kriolu. Disponível em: www.priberam.pt/dpcv em 5 de novembro de 2002. Acesso em: outubro 2004.

TOLENTINO, Corsino. *Os pequenos estados insulares de África: de comunidades de sentimento a comunidades de conhecimento*. Disponível em: <http://africadebate.iscte.pt/tolentino_os_pequenos_estados_insulares_de.htm#_ftn1>. Acesso em: outubro 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. *Rumores: uma narrativa da nação*. Trabalho apresentado no Seminário Projetos Portugueses de Colonização em Três Continentes promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB em 7 de junho de 2000.

VEIGA, Manuel. *A sementeira*. Portugal: Editor ALAC, 1994.

_____. *O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática*. Mindelo: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Instituto Nacional da Cultura, 1995.

_____. *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu*. Lisboa: Plátano Editora, 1980.

_____. Prefácio. In: CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1990. p. 13.

_____. *O crioulo e o português no processo de afirmação em Cabo Verde*. Disponível em: <<http://www.ciberkiosk.pt/arquivo/ciberkiosk5/ensaios/veiga.htm>>. Acesso em: outubro 2004a.

_____. *Fórum sobre caminhos da valorização da língua cabo-verdiana*. Disponível em: http://www.capeverdeancreoleinstitute.org/new_page_25.htm. Acesso em: outubro de 2004b.

YGNATIEV, Oleg. *Três tiros da P.I.D.E.: quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral?* Lisboa: Prelo Editora, 1975.

ZUCCOLILLO, Carolina Maria Rodriguez. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o Guaraní no Paraguai*. Campinas, 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas. 2000.

7.2 Dicionários Consultados

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1999. 3ed.

AULETE, F.J. C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa, 1881.

Básico Diccionario didáctico de español. Madrid: SM, 1999. 3ed.

BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra, Portugal: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-21. 8v.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Rio de Janeiro: UERJ, Brasil 500 anos e DINFO, 2000. CD-ROM.

CAMARA JR., Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática: referente à língua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1973.

COROMINAS, J. *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Ed. Gredos, 1980. 3ed.

Dicionário Eletrônico HOUAISS da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. Versão 1.0.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. cap. Geolingüística e cap. Sociolingüística.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, 1ed.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 3ed.

FIGUEIREDO, C. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Tavares Cardoso, Irmão, 1899.

FREIRE, Laudelino. *O grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. 1939

Grand Dictionnaire Universel du XIX^e siècle de Pierre Larousse, dans sa partie encyclopédique (le tome comprenant le mot "créole" a paru en 1869)

HATZFIELD, A., DARMESTETER, A., THOMAS, M.A. *Dictionnaire général de la langue française*. Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1888.

KOOGAN/HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1993.

LACERDA, J.M.C. *Dicionário enciclopédico ou Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, F. Arthur da Silva, 1874.

Larousse Universel en 2 volumes: Nouveau Dictionnaire Encyclopédique. Publié sous la direction de Claude Augé. Paris: Librairie Larousse, 1922.

Larousse, édition de 1924.

Le Robert Quotidien: Dictionnaire pratique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1996.

Lello Universal: Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro em 2 volumes. Porto: Lello&Irmão editores, 1983.

MASSA, Françoise et Jean-Michel. *Dictionnaire encyclopedique et bilingue portugais-français – Cabo Verde - Cap-Vert*. vol. 3. Mindelo: Ponto & Vírgula edições, 2002.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Elaborado em 1941-43 e lançado em 1961-1967.

Nouveau Larousse illustré. Édition de 1902.

Petit Larousse. Édition de 1965.

Petit Robert. Édition de 1969

Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y obras convenientes al uso de la lengua [...]. Compuesto por la Real Academia Española. Tomo segundo. Que contiene la letra C. Madrid. Imprenta de Francisco del Hierro, 1729. E edições posteriores de: 1783, 1837, 1869, 1899, 1914, 1925, 1947, 1970, 1984, 1989, 1992.

ROBERT, P. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1987.

RUBIM, Braz da Costa. *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1853.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Editora VERBO, 1994. Verbete de autoria de Alida C. Metacalf da Trinity University – USA.

The British Encyclopedia. 1929.

The Columbia Encyclopedia. Sixth edition, 2001.

The Oxford English Dictionary. 1933.

The Oxford English Dictionary (Shorter). Oxford: Clarendon Press, 1978. 3ed.

TRASK, Robert Lawrence *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

VIEIRA, D. *Grande dicionário português ou Tesouro da língua portuguesa*. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874.

8 ANEXOS

8.1 Texto da Constituição da República de Cabo Verde de 23 de Novembro de 1999

O texto da constituição de Cabo Verde que se refere à língua do país é o que segue copiado abaixo:

“Artigo 7º

(Tarefas do Estado)

São tarefas do Estado:

i) Preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura cabo-verdianas;”

“Artigo 9º

(Línguas oficiais)

1. É língua oficial o Português.
2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.
3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.”

“Artigo 78º

(Direito à cultura)

3. Para garantir o direito à cultura, incumbe especialmente ao Estado:

f) Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita;”

8.2 Texto da página oficial do governo de Cabo Verde (www.governo.cv)

Cultura e Sociedade

Língua oficial: Português.

Línguas e idiomas: A língua oficial é o português. O crioulo cabo-verdiano, baseado no português antigo, com vocábulos e estruturas africanas, é a língua corrente.

Taxa de literacia: 71,6% da população com idade de 15 anos ou superior sabe ler e escrever.

População: 446.000 habitantes (estimativa do PNUD da ONU para 2002).

Densidade populacional: 100 habitantes por km².

Cidades mais populosas: A capital, Praia na Ilha de Santiago com 106.052 habitantes em 2000, a Cidade do Mindelo na Ilha de São Vicente com 67.844 habitantes, ilha do Sal com 14.792 habitantes, Santa Cruz na Ilha de Santiago com 32.822 habitantes, a Cidade de São Filipe na Ilha do Fogo com 7.894 habitantes e a Cidade Assomada em Santa Catarina na ilha de Santiago com 7.095 habitantes (dados de 2000).

Estrutura etária e Rácio de comparação sexual: Abaixo dos 14 cerca de 41.9 % da população, havendo 1.02 homens por cada mulher, dos 15 aos 64 anos cerca de 51.5 % da população, havendo 0.92 homem por cada mulher, acima dos 65 anos cerca de 6.6% da população, havendo 0.63 homens por cada mulher e no total da população há 0.94 homens por cada mulher (estimativas de 2002).

Crescimento natural anual: 0.85% (estimativa de 2002).

Taxa de natalidade: 27.81 nascimentos por 1.000 habitantes (estimativa de 2002).

Taxa de mortalidade: 7 mortes por 1.000 habitantes (estimativa de 2002).

Taxa de mortalidade Infantil: 51 mortes por 1.000 nados vivos (estimativa de 2002).

Taxa de expectativa de vida: 70 anos para os homens e 72 anos para as mulheres (estimativas de 2002).

Religião: 95% da população cabo-verdiana professa o catolicismo, sendo que a restante população é protestante.

8.3 Textos escritos do lugar do lingüista e do filólogo (brasileiro, português, cabo-verdiano, francês e americano)

1. Dicionários de lingüística e filologia

1.1 BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

crioulo – Deformação ou simplificação violenta de uma língua cultural. É falado em todas as circunstâncias da vida por uma população de nível inferior de cultura e é essencialmente falado. Embora possam ter outras bases gramaticais, os crioulos geralmente têm como língua-base um substrato africano e, como vocabulário, o francês, inglês, holandês, espanhol ou português.

1.2 CAMARA JR., Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*: referente à língua portuguesa. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1973.

falares crioulos – Os falares (v.) que resultam da deturpação de uma língua ocidental (português, espanhol, francês, inglês, por exemplo) na boca de populações inicialmente aloglotas mantidas em situação social inferior. Às vezes se trata de verdadeira língua, como

conjunto de falares, mas a que por motivos extralingüísticos (situação social e cultural inferior da massa falante) se aplica a denominação de dialeto crioulo. Há um português crioulo em certas zonas da África (ex. Ilhas de Cabo Verde) e da Ásia (ex. Goa, Damão).

1.3 DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

crioulo – Dá-se o nome de crioulos a sabires, pseudo-sabires, ou pidgins, que por motivos diversos de ordem histórica ou sociocultural, se tornaram línguas maternas de toda uma comunidade. Não se tem por língua materna um sabir, um pseudo-saber ou um pidgin, mas, como milhões de haitianos, pode-se ter um crioulo. (...) Há crioulos franceses no Haiti, Martinica, Guadalupe, crioulos ingleses na Jamaica e nos estados Unidos (gullah), crioulos portugueses na África, Índia, Indonésia e China e crioulos holandeses na Indonésia. Neles, o número de palavras de origem local é muito reduzido, salvo exceções. As condições de formação desses crioulos a partir de pseudo-sabires (uso de imperativos, infinitivos, formas sintáticas simples) explicam seus caracteres comuns. Assim se explicam as semelhanças entre crioulos afastados geograficamente ou de famílias diferentes. De fato, é a origem mista que diferencia os crioulos dos dialetos de uma língua e é o seu *status* sociocultural que os opõem à própria língua.

1.4 DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. cap. Geolingüística. Verbetes :

língua nacional – É a língua oficial dentro de um Estado (com possibilidade de existirem várias, como na Bélgica ou na Suíça). Estabelecida de maneira bastante tardia em geral, e devida à supremacia de um falar local, é imposta pela organização administrativa (é dela que as pessoas se servem nas relações com o Estado) e pela vida cultural (é ela que é ensinada e muitas vezes é a única a dar ensejo a uma literatura: certos dialetos são inclusive difíceis de escrever, por falta de convenções ortográficas). Não raro a língua é utilizada pelo poder como instrumento político (a luta contra os dialetos faz parte de uma política centralizadora e o nacionalismo vem muitas vezes acompanhado de tentativas de “depurar” a língua de contaminações estrangeiras: cf. os esforços dos nazistas para extrair do alemão as palavras de empréstimo [20]).

misturas de línguas – A existência de relações regulares entre duas comunidades que falam línguas diferentes leva muitas vezes à criação de uma língua MISTA, que permita uma

comunicação direta, sem o intermédio da tradução. A língua resultante é denominada SABIR (não sem matiz pejorativo) quando: 1) só é utilizada para relações episódicas, com objetivo limitado (particularmente para o comércio); 2) não tem estrutura gramatical bem definida e permite sobretudo justaposições de palavras. Em troca, fala-se de língua PIDGIN quando houve criação de uma língua gramaticalmente coerente e que, de outro lado, responde, da mesma maneira que as línguas nacionais e os dialetos, ao conjunto das necessidades de comunicação de seus usuários (com possibilidade de converter-se no suporte de uma literatura). Quando essa língua se torna a língua principal (ou única) de uma comunidade, fala-se de língua CRIOLA (é o caso do crioulo das Antilhas, que deu o nome à categoria inteira). N.B. – Mesmo quando não ocorre constituição de uma língua mista, observou-se que a proximidade geográfica de várias comunidades lingüísticas resulta muitas vezes, em seus respectivos falares, em certos traços comuns, chamados AFINIDADES, que permitem agrupar estes falares em ASSOCIAÇÕES lingüísticas. Tais traços podem ter um caráter estrutural, isto é, consistir em modificações de conjunto das línguas consideradas (pode tratar-se, assim, de alterações do sistema fonológico e não apenas da materialidade fonética da língua [166]). Eles são, de outro lado, observáveis, mesmo quando as línguas faladas pelas coletividades não são historicamente aparentadas.

1.5 TRASK, Robert Lawrence *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. Verbetes:

crioulo (*creole*) – Uma língua que deriva de um pídgin. Um pídgin não é uma língua natural, é apenas um sistema de comunicação rudimentar, alinhavado por pessoas que não têm uma língua comum. Quando um pídgin se estabelece numa sociedade multilíngüe, então pode muito bem chegar um momento em que aparece uma geração de crianças que dispõem apenas do pídgin para falar entre si. Nesse caso, quase inevitavelmente, as crianças transformam o pídgin numa verdadeira língua, completada por um vocabulário amplo e um rico sistema gramatical. Essa nova língua natural é um crioulo, e as crianças que o inventaram são os primeiros falantes nativos desse crioulo.

O processo pelo qual se transforma um pídgin em um crioulo é a *crioulização* (*creolization*).

Inúmeros crioulos passaram a existir durante os últimos séculos, freqüentemente por causa da ação dos colonizadores europeus. Falantes de inglês, francês, espanhol, português e holandês estabeleceram colônias na África, na Ásia e nas Américas, em áreas onde as línguas

locais eram muito diferentes, e em muitos casos os europeus importaram escravos africanos que falavam uma ou outra das dezenas de línguas africanas da época. (Ver o apêndice "Crioulos de base portuguesa" da página 315).

O Caribe foi uma área particularmente fértil para a criação de crioulos, pois os europeus e os africanos (e em menor grau os americanos nativos) foram forçados a construir inúmeros pídgins locais, muitos dos quais sobreviveram, sendo transformados em crioulos.

Em determinada época, foi bastante difundida a crença de que todos os crioulos se teriam originado de um único crioulo ancestral, graças a uma intensa substituição do léxico (*relexificação*), mas esta idéia não é mais levada a sério.

Quando um crioulo mantém o contato com a língua de prestígio com base na qual foi especialmente construído pode sofrer uma significativa *descrioulização* - uma adaptação que o aproxima daquela língua padrão prestigiada - e o resultado pode ser um *continuum de crioulos*, um leque de variedades que vão desde uma versão do crioulo altamente conservadora (o *basileto*) até algo mais ou menos parecido com o modelo prestigiado (o *acroleto*), passando por variedades decrioulizadas (os *mesoletos*).

No final do século XIX, o estudo dos crioulos teve como pioneiros o trinitário-tobagense John Thomas, o americano Addison Van Name e o alemão Hugo Shuchardt. O assunto nunca foi propriamente esquecido desde então, mas prosperou sobretudo a partir dos anos 1970, e é hoje encarado como uma área de investigação importante. Os lingüistas que estudam a mudança lingüística que ocorre em nossos dias descobriram que a crioulização é uma rica fonte de informações, particularmente no que diz respeito à construção de novos sistemas gramaticais. As semelhanças notáveis que há entre crioulos, do ponto de vista da gramática, levaram a propor a hipótese do bioprograma.

Ver: hipótese do bioprograma; pídgin

Leituras suplementares: Crystal, 1997a: cap. 55; Holm, 1988-89; Malmkjaer, 1991: 81-89; Romaine, 1988; Sebba, 1997.

2. Textos dos lingüistas sobre o crioulo e as línguas crioulas

2.1 NARO, Anthony J. Crioulização e mudança natural. In: *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973. Cap.IV. p. 98-101.

“Se um pidgin sob condições sociais apropriadas sobrevive por um suficiente espaço de tempo, ele pode depois de um período vir a ser a base da única língua da comunidade,

ou pelo menos parte dela. Embora este estágio jamais tenha sido alcançado no caso do russo-norsk, ele o foi em inúmeros outros. Na África, por exemplo, o kituba, atualmente a língua nativa de milhares surgiu originalmente como um pidgin baseado no kikongo, que se formou como resultante de contatos comerciais [Nida, 1955 e Fehderau, 1966]. Quando um pidgin se torna uma língua nativa ele sofre marcante expansão e renovação tanto na estrutura léxica como na gramatical. Este novo estágio é convencionalmente chamado de *crioulo*; a característica determinante é o fato de que o crioulo, embora pelo menos parcialmente baseado em um pidgin, seja a língua nativa de uma certa comunidade. Ele difere de qualquer outra língua natural somente no que se refere à diacronia. De um ponto de vista sincrônico, um crioulo é uma língua como qualquer outra, sujeita às mesmas regras gramaticais universais, uma vez que sua gramática é construída pelos que aprendem como primeira língua da mesma maneira que qualquer outra gramática.

Na sua maioria, senão em todos os casos de pidginização, é possível identificar uma língua como a BASE. Tipicamente é a base que fornece a grande maioria de itens lexicais. A outra língua, ou línguas, que intervêm no processo podem ser chamadas de LÍNGUAS DE SUBSTRATO. De um ponto de vista social os falantes da base estão em um plano mais elevado que os falantes do substrato.

A pidginização requer uma insistente e consciente introdução de modificações na fala dos adultos. Falantes da língua de base modificam sua fala da maneira que eles acham a mais simples; falantes da língua de substrato tentam igualar tanto quanto podem seu próprio comportamento lingüístico ao dos falantes de base. É desnecessário dizer que a ‘simplificação’ pode assumir formas ridículas, tais como as concepções populares do ‘baby talk’ (fala infantil), fala de bêbado, obscenidades e vulgaridades, ou qualquer outra coisa que possa passar pela imaginação dos falantes de base. De fato, verifica-se freqüentemente a presença de tais traços.

Nos primeiros estágios da pidginização a versão de um determinado falante pode exibir uma variação bastante significativa em relação à versão do falante seguinte. Entre as determinantes deste tipo de variação pode-se apontar fatores tais como o background lingüístico, a quantidade de prática, etc.... Contudo, para que o pidgin possa servir como um veículo satisfatório de comunicação em uma escala maior, um certo grau de sistematização deverá ser alcançado, isto é, os pidgins têm que ser regidos por regras; de outra maneira, seria impossível colocá-los em uso na prática. Assim sendo, deve ser possível para um lingüista formular uma gramática para um pidgin e esta expectativa é realmente

verificada na literatura. Naturalmente, também é possível formular uma gramática a um crioulo uma vez que ele é por definição uma língua natural.

É de crucial importância notar que são os ADULTOS os agentes da pidginização. Este fato é real de ambos os lados — é o falante adulto da língua de base que simplifica, assim como é o falante adulto da língua de substrato que tenta imitar. Ora, já é um fato bem conhecido que os adultos não têm pronto acesso à inata teoria de estrutura lingüística, ou aos mecanismos heurísticos de aprendizagem da língua que são, porém, facilmente acessíveis à criança, e que torna possível para ela a construção da gramática particular de sua própria língua nativa dentro das restrições da gramática universal.¹ Resumindo, o adulto não tem, como a criança, a *faculté du language* ‘faculdade da linguagem’. Portanto, se um adulto conscientemente muda seu comportamento lingüístico de maneira consistente o bastante para admitir formalização, não há nenhuma razão a priori para se supor que as regras que descrevem este fenômeno sejam da mesma forma que aquelas de língua natural. Em outras palavras, quando uma criança constrói uma gramática as regras que ela formula são restringidas dentro dos padrões da gramática universal pela *faculté du language*. Desde que o adulto não tem mais esta faculdade, as modificações que ele faz não são necessariamente restringidas da mesma maneira, e o sistema que ele constrói, no nosso caso o pidgin, pode, portanto, ser formalmente diferente de uma língua natural. Se a última possibilidade torna-se realidade ou não é uma questão estritamente empírica.

¹ Mesmo se se rejeita a idéia de teorias lingüísticas inatas, não pode haver discussão quanto ao fato de que os adultos não conseguem aprender uma língua com a mesma eficiência e correção das crianças. Somente este fato é suficiente para endossar as conclusões esboçadas abaixo.

Atualmente, as descrições disponíveis de pidgins limitam-se aos termos da estrutura superficial, mas mesmo neste nível existe evidência de que os pidgins são formalmente diferentes das línguas naturais. Talvez o exemplo mais claro a este respeito seja a estrutura comparativa de inglês pidginizado da China (Hall, 1944). Greenberg [1961, p. 89] mostrou que é universalmente verdadeiro que se uma língua tem a ordem padrão-adjetivo como uma possível realização de uma comparação de superioridade, então a língua tem posposições e não preposições. O *china-pidgin* tem de fato a ordem padrão-adjetivo, por exemplo, *this truck belong you motor-car more slow*, inglês normal, *this truck is slower than your car* ‘este caminhão é mais lento do que teu carro’. Mas o China Pidgin, assim como o inglês padrão, é preposicional, e não posposicional, como deveria ser o caso se o

pidgin que se sujeitasse às restrições formais universalmente características das línguas naturais.

Outros exemplos de violações de estrutura superficial pelos pidgins podem ser citados, mas são eles todos violações de «quase» universais. Estes casos, portanto, mostram somente que os pidgins têm uma estrutura incomum, mas não totalmente impossível para uma língua natural. Por exemplo, Greenberg [1961, p.78] mostrou que em línguas preposicionais o genitivo quase sempre segue o nome regente. Aqui também o *china-pidgin* é excepcional — ele é preposicional, mas o genitivo precede (exs.: *you truck*, inglês normal, *your truck*, ‘teu caminhão’, *that master pony*, inglês normal, *that master’s pony*). A mesma situação existia aparentemente no português de Mangalore, onde ‘a mesa de Pedro’ era *pedrosse mesa* em vez da ordem normal do português padrão, apesar do fato da língua ter permanecido preposicional.

Dos exemplos discutidos acima podemos concluir que, em geral, as regras gramaticais sincrônicas de um pidgin não têm a mesma forma que as regras sincrônicas da língua humana natural. Este é um resultado não muito surpreendente, dado o fato de que os pidgins não são línguas humanas naturais, e sim baseados em invenções conscientes de adultos.

Consideremos agora uma situação na qual um pidgin existiu durante n gerações, e suponhamos que a geração $n+1$ seja a primeira a construir sua gramática nativa com base no pidgin. Neste ponto, além do próprio pidgin, dois outros tipos de fala estão em uso: a língua básica, talvez em uma forma «simplificada», e as línguas de substrato.

Portanto, a situação lingüística total pode ser representada como se segue²:



² Nenhuma referência é feita no diagrama com respeito a relativa importância das três fontes, mas é óbvio que o pidgin é muito mais importante do que as duas outras fontes. Existe, contudo, usualmente, uma certa quantidade de pressão corretiva da língua de base. A fim de completar o diagrama, ter-se-ia, é claro, que desenhar na extrema esquerda duas setas com origem nos quadros de base e substrato, indo para o quadro do pidgin.

O fato mais importante a lembrar a respeito da situação total é o de que o CRIOULO É UMA LÍNGUA NATURAL. O círculo representa os dados brutos, isto é, um composto de três fontes, que servem como input para a *faculté du langage* da geração

crioulizante. Uma vez que pelo menos um de seus componentes, o pidgin da geração *n*, não é uma língua natural³, é claro que o conjunto das sentenças geradas pela gramática crioula não coincidirá, em geral, com os dados em que ela se baseou. Isto sucede porque a gramática crioula tem que estar em acordo com a universal, enquanto a gramática pidgin não está restringida desta maneira. Por conseguinte, pode haver estruturas pidgin que não sejam possíveis na crioula, que é uma língua natural.

Em uma mudança lingüística natural tanto o estágio original quanto o inovado são línguas naturais. Portanto, se o último é derivado do primeiro por adição de uma regra, esta regra deve ser da mesma classe formal que as regras sincrônicas, uma vez que ela se torna parte de uma gramática natural (Halle, 1962). Por esta razão restrições em regras sincrônicas são também restrições em regras diacrônicas adicionadas em mudança natural de língua. No caso dos crioulos, entretanto, nem todos os estágios do desenvolvimento da base (mais as linguagens de substrato) ao crioulo são línguas naturais, como acabamos de ver. Portanto, neste caso, não pode haver nenhuma razão a priori para se esperar que correspondências entre a base e o crioulo sejam da mesma classe formal das regras sincrônicas, mesmo que tais correspondências sejam sistemáticas.

³ Se a língua de base está presente numa forma simplificada, ela não é, necessariamente, da mesma forma que uma língua natural.”

“[...] Para resumir, a mudança natural da língua é causada por modificações inconscientes das regras da gramática inovadora, a qual, contudo, permanece uma gramática. A mudança crioula, por outro lado, é causada, em parte, por tentativas conscientes de simplificação feitas por falantes que não possuem mais a *faculte du langage* e, em parte, por tentativas conscientes de aprendizagem por tais falantes. O pidgin que resulta deste processo NÃO É, necessariamente, da mesma forma que uma língua natural. Similarmente, as correspondências entre a base e o crioulo NÃO são, necessariamente, compatíveis com a forma das regras sincrônicas naturais. Portanto, podemos concluir que todo o processo de crioulação, da base (mais substrato) ao crioulo é formalmente diferente da mudança natural de língua.” (p. 105)

“[...] Em geral, mudanças radicais, estranhas à direção histórica tomada pela língua de base são introduzidas por falantes dessa própria língua. Isto é feito numa tentativa de ‘simplificar’ a língua de base de maneira a torná-la mais ‘fácil’. Como notamos acima, as mudanças às vezes imitam a concepção popular de baby talk.”

2.2 VEIGA, Manuel. *A sementeira*. Portugal: Editor ALAC, 1994.

“Para nós, o Crioulo deixou de ter o sentido pejorativo de expressão dum povo dominado e escravizado. Sem ofender a história, nós reivindicamos o que ele tem sido sempre para nós: Língua Materna do nosso Povo.” (p. 254)

“Cabo-verdiano ou Crioulo é, para nós uma e mesma coisa, embora para evitar certas ambiguidades, sobretudo lá fora, seja preferível a primeira designação.” (p. 257)

“Não é novidade para ninguém o facto de se dizer que, durante toda a época colonial, o estatuto do Crioulo era extremamente negativo. Na altura, era um crime afirmar que o Crioulo é língua. No dizer de muitos espíritos alienados ou pouco informados, ele não passava de um ‘composto monstruoso’, de uma ‘gíria’ ou ‘deturpação do português’.

Eram muitos os que tinham complexo em utilizar um tal meio de comunicação, considerado, então, como língua de gente cafre e ignorante.” (p. 257)

“Em relação ao Crioulo, muitos de nós vivemos ainda aquela situação linguística que prevalecia na idade média. Simplesmente, o nosso latim é o Português e a língua vulgar é o Crioulo.” (p. 258)

“É desse crioulo que todos falam em Cabo Verde, que uns defendem e outros atacam, que nós queremos falar também e pedir justiça.” (p. 264)

“Entretanto, o que intrinsecamente caracteriza uma língua não é a riqueza da sua forma, mas a capacidade interna de poder veicular toda a experiência de um povo, toda a sua maneira de ser e agir.” (p. 199)

“Na verdade, se todo o nosso povo fala e compreende bem o Cabo-verdiano, a maioria, contudo, não fala o Português. Apenas os nossos letrados, os que estudaram ou estudam são verdadeiramente bilingues. Na generalidade, o nosso povo tem um nível razoável de compreensão do Português, mas compreender uma língua não significa falar essa mesma língua.” (p. 275)

“Hoje, na conjuntura social em que vivemos, saber mais do que uma língua é quase uma necessidade se quisermos acompanhar, mais de perto, o fenómeno da intercomunicação

social. Nesta óptica, a língua portuguesa, para nós, não só é uma janela aberta que nos permite chegar até aos outros como também permite que os outros cheguem até nós. Assim, defender a causa da língua portuguesa, em Cabo Verde, é defender a nossa causa, é defender a causa de todos aqueles que podem servir deste mesmo instrumento para se darem a conhecer ou para chegarem ao conhecimento dos outros.” (p. 275)

“Transmitir o saber e a técnica numa língua que não seja materna pode ser uma violência, uma injustiça. A língua dos povos colonizados (por força de circunstância) sofre ainda essa terrível injustiça. Com certeza é de se reconhecer o valor duma língua estrangeira, concretamente o valor do português que é também um acto de cultura, mas para nós, para o nosso povo em geral, a única língua que é o espelho e o reflexo da nossa própria realidade, é a nossa língua materna.” (p. 211)

2.2 VEIGA, Manuel. Implementação do ALUPEC. In: *Kultura* Revista de Investigação Cultural e de Pensamento do Ministério da Cultura. Praia: Publicom, 1998, julho de 1998, nº 2, p. 95.

“A situação lingüística em Cabo Verde caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciadas: o português é língua oficial e internacional e o crioulo é língua nacional e materna. Ao primeiro estão reservados as funções de comunicação formal: administração, ensino, literatura, justiça, mass-média. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservados as funções de comunicação informal, particularmente o domínio da oralidade.”

2.3 VEIGA, Manoel. *O crioulo de Cabo Verde: Introdução à gramática*. Mindelo: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, Instituto Nacional da Cultura, 1995.

“Ao dar a lume esta *Introdução à Gramática do Crioulo* sinto uma saudável sensação do dever cumprido. E isto porque o estudo e a valorização do Crioulo afiguram-se-me sempre como um dever e como uma aposta, algo que mudaria o rumo da minha vida e daria um certo sentido à insularidade do meu estar e existir aparentemente enclausurada numa sintaxe diglótica sem saída.

Na seqüência da *Diskrison Strutral di Lingua Kabuverdianu* (1982), do romance *Odju d’Agu* (1987) e do conjunto de ensaios reunidos em *A Sementeira* (1994), senti-me impelido para a aventura de uma metalinguagem gramatical que pudesse dar consistência aos

princípios lingüísticos que sempre defendi, demonstrar a validade e a pertinência da ‘plaidoirie’ do Crioulo que sempre fiz, justificar a ‘teimosia’ cultural e nacionalista em querer defender e valorizar o que alguns persistem em condenar ou menosprezar, hoje não tanto com palavras, mas sobretudo com omissões.” (p. 9)

“Quis também que a análise constrativa fosse em relação ao Português. E isto pelas razões seguintes: o Português é a língua oficial em Cabo Verde; na origem do Crioulo estão algumas línguas africanas e a portuguesa; pretende-se que o bilingüismo em Cabo Verde seja real e efectivo; a comunicação com o exterior, particularmente com os Países de língua portuguesa, faz-se sobretudo através do Português; as interferências entre as duas línguas é uma constante e a definição da fronteira que as separa é uma necessidade vital para ambas.” (p.12)

“Esta *Introdução à Gramática do Crioulo* mais não pretende do que ser um contributo para a árdua, mas empolgante tarefa de conferir ao Crioulo a sua cidadania própria. O contributo que pretendo dar escalona-se em três níveis: desenvolvimento e valorização, investigação e padronização, afirmação e oficialização do crioulo.

Pretendo ainda dar o meu modesto contributo na tarefa ingente de fazer com que haja uma real Assumpção do papel fundamental desempenhado pelo Crioulo, quer de forma real, quer de maneira virtual: o de elemento catalizador e o de fundamento maior da nossa identidade islenha.

Junto ao Ministério da Educação e do da Cultura, espero ter corroborado a ideia dos que defendem que uma boa aprendizagem do Português exige um bom conhecimento do Crioulo e que portanto qualquer Reforma do Ensino feito à margem da língua materna está votada ao fracasso ou então a uma rentabilidade menor.

Finalmente, de todos se espera uma atitude científica e prospectiva diante desta *Introdução à Gramática do Crioulo* e que o ‘desconhecido’, o ‘novo’ ou o ‘complexo’ não signifiquem a razão para paragem da caminhada ou o pretexto para preterir o que é mais nosso, a favor do que é mais dos outros. Numa palavra, o que se pretende é que o Crioulo seja intrinsecamente o que de fato é, e que esse reconhecimento lhe confira cidadania própria, com direitos e deveres advenientes.

Dar-me-ei por satisfeito caso este pequeno estudo venha a contribuir para uma maior e melhor Assumpção do ‘mundo que o mulato criou’, como também para o reforço da didática e do magistério de uma língua que não só é suporte maior e razão de ser primeira da criouliidade como é a principal marca da nossa diferença identitária.” (p. 13-14)

[...] “Para nós, a tese que nos parece válida é aquela que coloca o nascimento do crioulo (o nosso) em Cabo Verde e o vê como resultado de uma dialéctica, num contexto plurilinguístico, em que o sistema, para o caso dos escravos, não era unitário, em parte por causa da diversidade étnica, prevalecendo no entanto uma premente necessidade de comunicação, tanto do ponto de vista social, económico, como cultural. Nesse contexto, a tolerância linguística aceite por ambas as partes (dominador/dominado) era uma exigência da própria sobrevivência.

Não havendo dogmatismo normativo; não havendo a defesa do purismo linguístico (a finalidade primeira da dominação era mais económica do que cultural), e perante a necessidade imediata do estabelecimento de um código de comunicação, não só entre o escravo e o patrão, como também entre o homem branco e a mulher negra, na intimidade do leito partilhado, não por amor, é certo, mas por força das circunstâncias (raridade da mulher branca), o caminho mais curto para a intercomunicação necessária era o estabelecimento progressivo de um código mínimo e reconhecido por ambas as partes, de um instrumento simples, mas funcional e eficaz, codificado e decodificado pelos que davam as ordens e por aqueles que as executavam.

É esse código mínimo, a princípio extremamente limitado, que a pouco e pouco se foi diversificando, complexificando e estruturando, com base, em parte, no substrato da estrutura interna das línguas dominadas e no adstrato lexical como também sintáctico da língua dominante, ou seja o português quinhentista.

Qualquer que seja, porém, o processo de formação do nosso Crioulo, o importante é que ele existe hoje — sendo um instrumento linguístico autónomo, funcional e útil — não só como meio privilegiado de comunicação oral, mas também como o melhor suporte da caboverdianidade.” (p. 22, 23)

[...] “Fazendo fé às declarações e documentos citados pelo historiador Carreira, o falar autóctone das ilhas, no início do século XVII (sendo ainda um proto-crioulo) caminhava já para o estatuto de crioulo, o qual se caracteriza por uma estrutura interna e externa muito mais estáveis e muito mais desenvolvidas do que as do pidgin originário.” (p.24)

[...] “Quanto ao bilinguismo que se diz existir em Cabo Verde (Crioulo--Português), convém esclarecer que se trata mais de uma situação de diglossia do que de outra coisa. Com efeito, «a vida em Cabo Verde decorre em crioulo». Porém, em quase todas as situações formais de comunicação, os letrados, na maior parte das vezes, utilizam a língua portuguesa que, aliás, tem mais de cinco séculos de

existência em Cabo Verde, o que lhe confere não só o estatuto de língua oficial (livremente adotado), mas também o de património cultural, conscientemente reconhecido.” (p. 29)

[...] “Hoje, quem fala apenas uma língua, sobretudo as de pouca difusão, é ou tende a ser, de algum modo, analfabeto.” (p. 29)

[...] “Em Cabo Verde, todos nós sabemos que, do ponto de vista social, a competência em Crioulo (particularmente na variante oral) é de longe superior à que existe em Português e a ‘performance’ entre essas duas línguas é desigual. Aliás, alguns intelectuais cabo-verdianos declaram não poder utilizar o Crioulo em determinados domínios de emprego e em algumas situações formais de comunicação (diante de um microfone, por exemplo).

Do mesmo modo, o estatuto funcional e social entre as duas línguas está longe de apresentar uma adequada correspondência. Com efeito, enquanto o Crioulo, apesar de ser língua nacional, não possui escrita standardizada, e nem tão-pouco é utilizado, de forma sistemática, no ensino formal, na comunicação social e na produção literária, o Português, por seu turno, é língua oficial e dos media, suporte, veículo e matéria de ensino, instrumento e canal representativo na produção literária.

Tendo em conta o que acima ficou expresso, podemos concluir que apesar de um bilinguismo individual *sui generis* existente, a situação linguística do povo cabo-verdiano caracteriza-se mais pela diglossia do que pelo bilinguismo.

A nossa conclusão é pertinente se se admitir que na situação de diglossia existem duas ou mais línguas em que uma exibe o estatuto de prestígio, é utilizada nas funções consideradas nobres de comunicação — ensino, literatura, ciência, administração, mass-media —, enquanto a outra se apresenta mais como ‘língua dominada’, com uma escrita não standardizada e pouco representativa, sendo ainda língua do quotidiano e para as situações informais de comunicação, como a vida familiar, as relações de amizade, a comunicação na rua, no mercado, nos subúrbios e no campo.” (p.29, 30)

[...] “Para os que defendem o desenvolvimento apenas da língua segunda, nas circunstâncias, o Português, diremos que é sobretudo pelo Crioulo que Cabo Verde marca a sua diferença no mundo, já que é particularmente nesta língua que a sua identidade se encontra moldada. Assim, negar o Crioulo não só significa negar a nossa identidade como também dificultar a pedagogia do Português. E isto porque a

língua primeira constitui a melhor referência na aprendizagem de uma segunda língua. Do mesmo modo, a defesa apenas do Crioulo é castrante para um país aberto ao mundo e que encontra no diálogo intercultural a alavanca e um dos melhores suportes do seu desenvolvimento.

Nesta óptica, o ensino do Português é tão importante quanto o do Crioulo. E se em Cabo Verde, apesar da diglossia, há uma literatura já consagrada em língua portuguesa e uma outra nascente em língua crioula, é porque estamos vocacionados a ser bilingues. É preciso que o bilinguismo passe a ser o nosso modo de ser, não apenas de uma minoria, mas de toda a sociedade. E isto só é possível através de uma política linguística que vise acabar com o analfabetismo (o qual neste momento ronda os 30% da população) e a implementação de medidas no sentido da real valorização de ambas as línguas. Estas medidas passam necessariamente pelo ensino do Crioulo com a metodologia de língua primeira e materna e do Português com a metodologia de língua segunda. Porém, o ensino da língua materna, para ser eficaz e útil, tem que ser algo de abrangente e de integrado, no quadro global do ensino e não apenas no quadro da alfabetização. A introdução do Crioulo apenas na alfabetização não só contribui para desprestigiá-lo (provoca sentimentos de inferioridade em relação à língua portuguesa) como ainda contribui para perpetuar a situação de diglossia.” (p. 32, 33)

2.4 VEIGA, Manuel. Prefácio. In: CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1990. p. 13.

“Quanto ao português, não é correcto dizer-se que ele satisfaz todas as necessidades de comunicação do nosso povo. A taxa de iletrados em Cabo Verde é ainda considerável e muito dificilmente o *nosso* património cultural tradicional poderá ser veiculado, com toda a sua carga emotiva e semântica, através de uma língua que, embora não sendo estranha, é estrangeira.

O estudo, pois, do crioulo impõe-se não só como uma necessidade de comunicação da grande massa do nosso povo, mas também como uma condição de sobrevivência da nossa cultura, diremos mesmo, da nossa cabo-verdianidade. Poderemos ainda ir um pouco mais longe, dizendo que o estudo do crioulo ajuda-nos a aprender e apreender a língua de Camões. E isto porque, vivendo nós numa situação de bilingüismo, o conhecimento

explícito e científico das duas línguas leva-nos a determinar as fronteiras de cada uma e, assim, as interferências estruturais são menores e a nossa performance linguística será menos deturpada, portanto mais correcta. Sendo ainda o crioulo a língua que melhor dominamos, porque é nela que espontaneamente ‘sentimos’ e ‘pensamos’, o conhecimento científico da sua estrutura dá-nos a possibilidade de ter um elemento de referência ideal para o estudo de qualquer língua e, portanto, do português também.”

2.5 VEIGA, Manuel. *Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu*. Lisboa: Plátano Editora, 1980.

“NOTA PRÉVIA

Patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura, e com apoio da UNESCO, teve lugar na cidade do Mindelo, de 8 a 14 de Abril de 1979, um importante colóquio sobre "a problemática do estudo e da utilização do crioulo".

Para além de um representante da UNESCO, de lingüistas estrangeiros de elevada reputação profissional, tomaram ainda parte neste colóquio os nossos lingüistas, filólogos, escritores, professores, juristas, antropólogos, jornalistas e um ou outro delegado das nossas principais comunidades de emigrantes no estrangeiro.

A realização deste colóquio constitui, sem dúvida, um dos passos mais decisivos para o estudo e valorização da nossa língua materna. Durante muito tempo, o crioulo sofreu a injustiça de ser considerado como um simples dialecto do português, para não falar de todos os outros rótulos negativos e desprestigiante de que foi alvo.

Com o advento da nossa independência, jurámos vingar, custe o que custar, a injustiça de que todos nós temos sido objecto. Claro que esta vingança não consistirá em fazer guerra ao português. De maneira nenhuma. A língua portuguesa é, para nós, um meio de comunicação e de acesso a outras culturas e, portanto, não só continuará a ser ensinada como também defendida.

Para nós, vingar a injustiça atrás referida consiste em demonstrar que o crioulo é uma língua de comunicação como qualquer outra, possuindo uma estrutura própria e autónoma. Para nós, ainda, essa vingança resume-se a estudá-lo, introduzi-lo, oportunamente, nos mass-média, no ensino e em toda a vida sócio-económica e sócio-cultural do país.

O colóquio do Mindelo marca uma etapa numa longa caminhada que leva o seu tempo e que exige a colaboração de todos e cada um dos Cabo-verdianos. Nós, através da “Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu”, quisemos dar a nossa participação e todo o nosso desejo é

ver outras pedras a serem colocadas no grande edifício que, com sacrifício, o nosso povo vem construindo.” (p. 13)

[...] “A fechar esta breve nota, queríamos prestar homenagem a todos quantos de uma maneira ou de outra defenderam ou ainda defendem a causa da nossa Língua Cabo-verdiana. Com eles queremos associar a nossa voz para que o eco de todos nós possa acudir bem profundamente no coração de todos, já que se trata duma árdua e apaixonante luta em que todos seremos vencidos ou vencedores.” (p. 14)

“2. Uma outra interrogação que vai pairar no espírito de alguns leitores é o facto de termos falado apenas de ‘kriolu’ e não de ‘kabuverdianu’; é o facto ainda de termos escrito o nosso trabalho totalmente em Crioulo, apesar de os leitores não dominarem ainda essa escrita.

Quanto à primeira questão, pensamos que, para nós, cabo-verdianos, deve ser diferente a utilização do termo **Crioulo** ou **Cabo-verdiano**.

Entretanto, na gramática que pensamos escrever vamos empregar indistintamente ‘Crioulo’ e ‘Cabo-verdiano’. É bem possível, mesmo, que falemos apenas de ‘Kabuverdianu’, não como promoção do termo ‘kriolu’, mas como uma maneira de evitar certas interpretações erradas da parte daqueles que sempre viram no Crioulo e nos Crioulos uma deturpação da língua-mãe. Pensamos ainda que esta utilização é uma forma de generalizar, sociolinguisticamente falando, o termo ‘Kabuverdianu’.

É que, quer queiramos quer não, o termo ‘kriolu’, embora para nós tenha o sentido que lhe atribuímos, internacionalmente é ambíguo. Efectivamente, enquanto em Cabo Verde se alguém disser ‘eu falo Crioulo’, toda a gente sabe do que na realidade se trata, a mesma coisa não se pode dizer em França ou num contexto onde não há Cabo-verdianos.

Na verdade, dizer ‘je parle Créole’ não significa, absolutamente, que eu falo Crioulo de Cabo Verde. Pode ser Crioulo das Antilhas, Reunião, Seichelles, etc.

Isto para dizer que ‘Crioulo’ é um termo genérico que representa uma família de línguas que, na sua formação, tiveram uma mesma história e um mesmo contexto sociocultural.

Para especificar cada uma dessas línguas o termo crioulo não serve; é conveniente, é mesmo necessário um outro termo mais específico e, para o nosso caso, pensamos que esse termo deve ser ‘kabuverdianu’.

Mas o termo ‘kriolu’ continuará a existir. Simplesmente, o contexto da sua utilização vai mudar. Isto quer dizer que, em Cabo Verde e com cabo-verdianos, podemos empregar indistintamente ‘kriolu’ ou ‘kabuverdianu’, mas lá fora e com estrangeiros o termo preferível será ‘kabuverdianu’.

A segunda questão não parece ter muita razão de ser. Na verdade, os leitores podem não dominar a escrita em Crioulo, mas qual será a melhor maneira de a dominarem? Com certeza não será pelo canal do português. Há que praticar essa escrita. A princípio será difícil, mas com um bocadinho de esforço veremos que o mais difícil é talvez, o Português e não o Crioulo.” (p. 20)

2.6 CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1990. p. 23, 51.

“Os casos de não correspondência que se nota entre o género do adjectivo e o do substantivo têm a ver com resíduos da flexão portuguesa, que enfermam o sistema do vernáculo crioulo. Desta maneira se explicam os casos caprichosos, como, por exemplo, a forma *flíza*, que encontramos no corpus, nas frases 24 e 28: *El e flíza; Ez e flíza.*”

[...] “Achamos dever indicar que, embora haja o sincretismo modal, procederemos a uma classificação dos diversos valores modais quanto mais não seja como tentativa de estabelecer uma classificação. Os valores modais poderiam agrupar-se em quatro categorias: declarativo, hipotético, injuntivo, eventual. A correspondência com os modos da língua portuguesa é a seguinte: ao declarativo corresponde o indicativo; ao hipotético, o conjuntivo; ao injuntivo, o imperativo; ao eventual, o condicional.

Poderíamos ter conservado a terminologia da língua portuguesa. Mas, como sabemos que, por um lado, essa terminologia peca por falta de rigor e que, por outro lado, as formas verbais, em si (à excepção das dos verbos auxiliares, de uma maneira geral), não nos dão nenhuma indicação, nem sobre o modo, nem sobre o tempo, achamos melhor mostrar que se trata de um outro sistema.”

2.7 SILVA, Tomé Varela da. Kiriolu: Spedju di nos Alma. In: *Kultura* Revista de Investigação Cultural e de Pensamento do Ministério da Cultura. Praia: Publicom, 1998, julho de 1998, nº 2, p. 109.

“Kauberdianu, inkuantu língua é un kiriason di povu, é un stromentu di povu pa sprimi si alma, si natureza, si kultura. [...] Apesar di kiriadu ku kontribuson di otus língua y cultura [...] kiriolu é di kes poku kusa ki kauberdianu pode ngaba ma é si kiriason, si kiriatura. Y es é

razon sufisienti pa un grandi orgudju di tudu kauberdianu, mesmu ki el ta lenbra-un, o até pamódi el ta lenbra-un, dór di nos gentis grandi di otus tenpu.”⁶²

“Sima sabedu, na Kauberdi kiriolu é língua materna, mas inda e ka oficial: portugués, pa si banda, e foi senpri oficial, mas inda e ka maternu. [...] Pa kiriolu bira ofisial [...] inda sta falta raúni alguns komdison [...] É txeu kusa pa fase? N ka ten dúvida! [...] Y pa purtuges bira língua maternu di tudu kauberdianu na país? Kusa é mutu mas konplikadu inda! [...] Problema ta ser sobrutudu di mentalidadi, di pertensa, di ser asumidu, ku naturalidadi y afetividadi, komu un kusa ki ta fase parti di el (kauberdianu) y ki é difisi vive sen el, sen xinti falta di un spésia di padás di si kabésa.”⁶³

2.8 ALMADA, Dulce. Prefácio. In: VEIGA, Manuel. *Diskrison Strutural di Lingua Kabuverdianu*. Lisboa: Plátano Editora, 1980. p. 15, 17.

“Pela primeira vez na sua história se está a fazer a descrição estrutural do Crioulo de Cabo Verde, não como dialecto de uma língua dada, não em função de uma língua de prestígio, mas como uma língua independente, dotada de vida própria, e com uma estrutura individualizada, que lhe permite cumprir cabalmente a sua função social.

No passado, os trabalhos que se escreveram sobre os crioulos eram todos obras de referência, estudos feitos em relação à língua europeia que constituía a sua base lexical. Alguns desses estudos foram orientados para a busca da filiação do crioulo (classificação genética), outros para a enumeração dos desvios em relação à língua considerada mãe (classificação tipológica). Porém, nestes e noutros casos, só se concebia a existência do crioulo pela sua ligação com uma língua de prestígio — o português, o espanhol, o francês ou o inglês.

Mais ainda: a Linguística — ciência que já demonstrou estar apta, no plano teórico, a solucionar dificuldades até agora insuperáveis no que respeita à descrição dos sistemas de

⁶² “O cabo-verdiano, enquanto língua é uma criação do povo, é um instrumento do povo para exprimir a sua alma, a sua natureza, a sua cultura [...] Apesar de ter sido criado com o contributo de outras línguas e culturas [...] o crioulo é das poucas coisas que o cabo-verdiano pode reivindicar como tendo sido por ele criada, a sua criatura. É motivo de orgulho para todos os cabo-verdianos, mesmo que nos lembre, ou até porque nos lembra, o sofrimento dos nossos antepassados.”

⁶³ “Como se sabe, o crioulo é a língua materna em Cabo Verde, mas ainda não é língua oficial; o português, por seu turno, foi sempre língua oficial, mas ainda não é língua materna [...] Para que o crioulo possa vir a ser língua oficial [...] falta ainda reunir algumas condições [...] É muito trabalho pela frente? Não há dúvida! [...] E para o português se tornar língua materna de todos os cabo-verdianos deste país? O caso é muito mais complicado ainda! [...] É essencialmente um problema de mentalidade, de pertença, de ser assumido, com naturalidade e afetividade, como uma coisa que faz parte dele (do cabo-verdiano) e sem a qual é difícil viver, sem sentir como que a falta de um pedaço de si mesmo”.

funcionamento das línguas — esteve, a um momento dado, ao serviço do pensamento que presidiu à empresa dos "descobrimientos". Ela serviu, deste modo, para "provar" a inferioridade das línguas dos colonizados, o que, implicitamente, constitui o fundamento ideológico da superioridade das línguas dos colonizadores.

Com efeito, o crioulo, nascido de uma situação de escravatura em várias partes do mundo, é um meio de expressão e comunicação sobre o qual pesou sempre, desde o início, o estigma da pejoração sistemática. Não é por acaso que no discurso colonial o crioulo é classificado de "dialecto" (tomado este numa acepção pejorativa), sem gramática nem regras de espécie nenhuma, por oposição às línguas dos países colonizadores, línguas de cultura e civilização.

[...] Mas será que o crioulo deverá continuar, por essa razão, a ser considerado um dialecto? MANUEL VEIGA, com um trabalho ímpar na história dos estudos lingüísticos em Cabo Verde — exaustivo, científico, concebido numa perspectiva puramente sincrónica — vem provar que não. A sua “Diskrison Strutural” não deixa, realmente, dúvidas neste ponto: o crioulo cabo-verdiano é, de facto, uma língua, e não um dialecto. O estudo da sua estrutura mostra, com efeito, que ele não é o dialecto de uma língua-mãe (português, nesta ocorrência), como é o caso, por exemplo, do mirandês. O crioulo é uma língua, que tem uma estrutura gramatical diferente da do português.

Quanto ao sentido pejorativo em que a palavra dialecto era utilizada no discurso colonial, na medida em que ele decorria de uma concepção política e ideológica, e não linguística, poderíamos considerá-lo ultrapassado com o simples acesso à independência. No entanto, achamos que se torna necessária uma tomada de posição oficial a respeito do estatuto que deverá reger o crioulo após a independência de Cabo Verde, na medida em que verificamos que muitos ainda não conseguiram ultrapassar o desprezo linguístico a que a língua cabo-verdiana vinha sendo votada no passado. Pensamos, pois, que a tomada de consciência de uma boa parte da opinião pública passa necessariamente pela tomada de posição das autoridades competentes sobre o assunto, tanto mais que existem problemas fulcrais sobre os quais se terá que decidir a breve trecho. Ora, um dos mais importantes e não menos espinhosos é o que respeita à língua de escolarização.

O mais importante agora não é, como vemos, o estatuto sociopolítico que o crioulo teve no passado na sociedade cabo-verdiana. O mais importante é o estatuto que ele virá a ter de agora em diante. Dele depende, com efeito, a solução de um problema fundamental que, até agora, poucos países ex-colonizados conseguiram resolver: o da fundamentação dos programas de ensino numa autêntica pedagogia do meio que leve em conta todos os aspectos da realidade linguística, cultural, social e, porque não?, política dos países em questão.

Não é por acaso que falamos aqui prioritariamente em escolarização quando pomos o problema da língua. É que a língua de ensino está em relação orgânica com o desenvolvimento socioeconómico do país e constitui, mais que um problema pedagógico, um problema nacional. Não se pode perder de vista que a língua de ensino traz consigo uma contribuição decisiva para o desenvolvimento, na medida em que condiciona as várias modalidades de acesso aos conhecimentos teóricos, generalizando ao mesmo tempo o domínio das técnicas de base. Seria, pois, um erro planificar separadamente o desenvolvimento cultural (no qual a língua ocupa um lugar decisivo) e o desenvolvimento socioeconómico, na medida em que a capacidade de renovação do segundo deriva da dinâmica do primeiro.”

2.9 ANDRADE, Elisa Silva. *As Ilhas de Cabo Verde da "descoberta" à Independência Nacional (1469-1975)*. Paris: Ed. L'Harmattan, 1996, pp. 51-53.

CRUZAMENTO DE POVOS E CONSTITUIÇÃO DE UMA CULTURA

Nos primeiros tempos da colonização, a população caboverdiana – devido à sua grande diversidade étnica – era bastante heterogênea. Embora não haja homogeneidade quanto às suas componentes raciais e sociais, pode dizer-se que, após cinco séculos de cruzamento e reprodução das espécies nos limites insulares, nas vésperas da Independência Nacional, que teve lugar a 5 de Julho de 1975, um povo tinha-se constituído, com o seu sistema de valores próprios, nascido do encontro, assimilação e simbiose das culturas europeias e africanas. Essa simbiose tornou-se possível com a abolição da escravatura que permitiu, uma maior mobilidade social e racial.

Durante séculos os dois grupos em presença, enfrentando um novo meio em contacto permanente e directo, sofreram um e outro, mudanças nos seus modelos culturais e, com o tempo, forjaram uma cultura própria, resultado da multiplicidade de micro-processos de invenção, de imitação, de aprendizagem e de adaptação.

O todo cultural que daí resultou, possui identidade cultural própria, “identidade” no sentido da especificidade colectiva de um grupo humano em relação a outro e “cultural” como tudo o que pressupõe conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer “outras tendências e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

O povo cabo-verdiano dotou-se de uma língua própria, o crioulo, que apesar da diversidade de pronúncia, característica de cada ilha, e da maior predominância do léxico de origem portuguesa, constitui um idioma comum a todas as ilhas e a quase todas as classes ou camadas sociais.

Nas ilhas do grupo Sotavento (Santiago, Fogo, Brava, e Maio), de colonização mais antiga, a influência das línguas africanas na constituição do crioulo é mais acentuada do que no grupo Barlavento (São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Boa Vista e Sal), de colonização posterior, o que se manifesta tanto no domínio da fonia – aproximando-os, supõe-se, do crioulo da Guiné-Bissau, como no domínio do léxico onde se encontra um maior número de palavras de origem africana.

O crioulo tornou-se não só um instrumento linguístico através do qual se exprime e se transmite o pensamento discursivo do povo caboverdiano, mas também uma língua de literatura popular, sobretudo no que se refere às formas poético-musicais de Santiago, as coladeiras e a morna. Esta última – canção popular de ritmo lânguido – peculiar a todas as ilhas e cujos versos exprimem sentimentos diversos de nostalgia, evasão, amor, encerra, por vezes, críticas muito subtís e irónicas da sociedade caboverdiana. Ao que parece, as “ligações de parentesco” da morna devem ser procuradas em Casamansa e na República da Guiné-Conakry.”

2.10 NOGUEIRA, Rodrigo de Sá. Prólogo. In: DA SILVA, Baltasar Lopes. *O Dialecto crioulo em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984. (original de 1957) p. 14, 15.

Rodrigo de Sá Nogueira, ao prefaciá-lo livro de Baltasar Lopes da Silva, *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, cita a p. 109 do livro *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguezas no Ultramar*, de José Joaquim Lopes de Lima, publicado em 1844 pela Imprensa Nacional de Lisboa, que diz:

‘A lingua Portugueza pura é por um hábito inexplicável desusada no trato familiar tanto nas Villas, como no Sertão: substituíram-lhe uma algaravia mestiça de termos Africanos, e Portuguez antiquado (e ainda alguns a que seria difficil assignar origem certa) pronunciado velozmente com terminações gutturaes, a que chamam *Lingua Creoula*, sem Grammatica, nem regras fixas, e que varia de Ilhas para Ilhas.

Os indigenas não fallam outra linguagem: rezam em creoulo; os Parochos lhes explicam a Doutrina Christã em creoulo; e em creoulo fallam elles a qualquer authoridade, que não sendo do paiz carece de interprete para os entender.

Os que habitam nas povoações marítimas pela maior parte comprehendem o Portuguez, mas não o fallam.

Os mesmos brancos animam este uso, aprendendo o crioulo logo que chegam da Europa, e usando-o depois no trato domestico, e educando seus filhos a fallarem-no quasi com exclusão do *Portuguez limpo* (assim lá chamam, e com razão, o *puro*).

Nas reuniões de homens de certa ordem ainda se falla Portuguez nas Villas; porém as *Nhánhas* fallam sempre em crioulo. É um vicio, que só se poderá ir destruindo pouco a pouco com a introdução de Parochos, e d'Escólas de bom Portuguez.'

[...] “Ora, os crioulos africanos não estão em nenhum desses casos: tecnicamente falando, são línguas como outras quaisquer, se as considerarmos em si; e são dialectos do português (os de Cabo Verde), se os considerarmos em relação ao português da Metrópole.”

2.11 DA SILVA, Baltasar Lopes. *O Dialecto crioulo em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. (original de 1957) p. 38, 39, 159, 175.

IX

“A vida histórica do crioulo de Cabo Verde é uma verdadeira aventura românica, cheia de ensinamentos. Quando for possível reunir uma série significativa de recenseamentos monográficos, que abranjam os variados domínios em que se desdobra a vida do tipo de comunicação linguística no arquipélago, creio que o romanista neles encontrará subsídios valiosos para o estudo da formação e das vicissitudes das línguas europeias que entroncam no latim. E com uma vantagem: as ilhas de Cabo Verde apresentam uma população estável, sedentária, e um tipo de *cultura* também estável; o seu instrumento de comunicação está assim, de há séculos, integrado intimamente na sua personalidade regional, longe, portanto, do precário das *linguagens de recurso*; e, como o seu tesouro lexical é na sua quase totalidade vindo do português e a sua estrutura morfológica é totalmente assente na morfologia do português, o romanista está na situação privilegiada de poder estabelecer em qualquer momento o confronto entre duas linguagens vivas e, assim, afastar o hipotético das inferências para chegar às formas teóricas, de que, no capítulo da etimologia, tem de se socorrer. E quem sabe se mesmo os étimos hipotéticos que fui forçado a sugerir, num ou noutro raro caso, não revelam, antes, a minha ignorância da existência de formas portuguesas, vivas, na Metrópole, por exemplo, em estado dialectal, ou arcaicas, que as expliquem perfeitamente?

[...]

X

Creio que crioulos, como o cabo-verdiano, e outras linguagens novi-românicas implantadas em territórios ultramarinos pela expansão europeia são de molde a contribuir em grau não despreciando para o problema de determinar o comportamento, por exemplo, das línguas dos povos romanizados em face do latim. É, afinal, a questão de saber se, e em que medida, a subjacência linguística do território colonizado influenciou na língua de civilização que nele se instalou.

Limitemo-nos ao caso crioulo, e em especial ao crioulo de Cabo Verde. Aqui, nestas ilhas, aventuro a designação de substrato importado para exprimir a eventual influência das línguas do elemento populacional trazido da costa de África, visto que o arquipélago era desabitado ao tempo do seu descobrimento.

Já expus algures este ponto de vista, mas repito-o aqui: nunca encontrei *traço* linguístico que se me tenha imposto como provindo necessariamente de um substrato africano. Apenas no léxico se nota a ocorrência de vocábulos a que, como disse atrás, atribuo origem africana, na impossibilidade de lhes encontrar étimo português, mesmo da fase arcaica ou média da vida do idioma. No entanto, mesmo essa contribuição vocabular de tão magra que é, quando confrontada com a origem reinol da quase totalidade do tesouro vocabular crioulo, não tem, a meu ver, significado relevante, no que concerne o influxo da subjacência não românica.

Com efeito, atente-se em que o léxico é muito permeável; e é significativo que neste domínio a influência africana seja tão escassa (mormente em Barlavento), quando, suponho, temos de admitir uma fase inicial bilingue, em que justamente o elemento populacional portador do substrato excedia largamente em número o povoador e colonizador reinol.”

[...] “258. Como digo no § 200, os substantivos não têm flexão de número. Em frases exclamativas do tipo ‘Oh que homens!’ é que se verificou o facto curioso de se manter o -s da terminação portuguesa do nome no plural, mas com retracção para o *que*, a que se coloca encliticamente:”

[...] “312. Além dos processos de superlativação indicados, ocorrem os que, resultando da atitude emocional, pertencem antes ao domínio da linguagem expressiva. O crioulo apresenta uma riqueza extraordinária destes processos, mediante o recurso a perífrases, comparações, imagens, processos metafóricos. É possível que para a abundante floração dialectal a que me

refiro concorra em parte, a tendência para as construções perifrásticas que acompanha a propagação das línguas de civilização em domínios novos, como compensação da simplificação que a sua estrutura gramatical sofre.”

2.12 TARALLO, Fernando e ALKMIN, Tânia. *Falares crioulos : Línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987, 142p.

“A transmissão de *pidgins* de pai para filho, segundo a melhor das tradições, pode acarretar a aquisição de falantes nativos: as crianças. O *pidgin* deixa, conseqüentemente, de ser língua de ninguém. O *pidgin* assume estatuto de língua natural. Diz-se na literatura que o *pidgin* se crioualiza. A partir do momento em que o *pidgin* passa a ser primeira língua de um grupo, língua-mãe, portanto, temos um crioulo. E é exatamente aqui que temos o fenômeno da mescla mais cruamente delineado.” (p. 15)

“Ainda no caso de dois sistemas distintos se manterem vivos em uma mesma comunidade de fala, a situação bilíngüe não permanece totalmente estável. Circunstâncias políticas e sociais, por exemplo, podem determinar e/ou privilegiar o uso de um dos dois sistemas.” (p. 12)

“O termo *pidgin* foi, conforme aponta a literatura da área, usado pela primeira vez em 1850 para se referir à mescla de contato chinês+inglês.” (p.80)

“[...] o jargão CHINOOK: língua de comércio usada em todo o Nordeste da América [...]” (p.83-84)

“O RUSSENORK: língua de contato até o final do século XIX entre pescadores da Noruega” (p. 84)

“O tâi-boi ou PIDGIN franco-aramita: mescla falada na Indochina (atual Vietnã), durante a ocupação francesa, entre colonizadores franceses e vietnamitas que trabalhavam como ‘empregados domésticos’” (p. 84)

“O TOK PISIN: mescla de contato, de base inglesa, falada em Papua-Nova Guiné [...] teria surgido nas plantações do Pacífico [...] para onde trabalhadores de origens e línguas diversas teriam sido levados” (p. 85)

“Em sua grande maioria, os crioulos surgiram em regiões de colonização européia na África, nas Antilhas, no Caribe e na Ásia, processo deflagrado pelo deslocamento de populações escravas de suas regiões nativas para além-fronteira.” (p. 95)

“Enquanto as línguas *pidgin* são caracteristicamente associadas a atividades de comércio, os crioulos, em grande parte, são marcados pela relação de escravidão” (p. 95-96)

“No que tange à sua estrutura, os crioulos são caracterizados por um conjunto de traços negativos. Valdman (Valdman, A. *Le créole: structure, statut et origine*. Paris, Klincksieck, 1978), por exemplo, assim enumera os aspectos estruturais dos crioulos franceses do Haiti, de Guadalupe, Martinica, Reunião, Maurício, Seychelles e Rodrigues: ausência de distinção de gênero; não-obrigatoriedade de marcador de plural; verbos não-flexionados; relacionamento paratático no interior do sintagma nominal; ausência de hipotaxe, construções passivas, vogais arredondadas, certos grupos consonantais, entre outras tantas ausências...” (p. 96)

“A teoria hoje clássica, exposta com clareza e segurança pelo lingüista Hall Jr. (HALL JR., R. A. *Pidgins and Creole Languages*. Ithaca, Cornell University Press, 1966), é a de que a evolução natural de um pidgin é ele se tornar uma língua crioula, portanto uma relação de pai para filho. [...] As línguas crioulas são pidgins enriquecidos.” (p. 97)

“[...] nos termos de Schuchardt, a influência das línguas africanas somente deve ser entendida como empréstimo, pois peso nenhum tiveram nem no momento pidgin (a língua de emergência), nem no crioulo (a nativização do pidgin como língua-mãe dos escravos).” (p. 112)”

2.13 COUTO, Hildo. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996, 341p.

“Em suma, Alleyne (ALLEYNE, Mervyn. 1987. *Studies in Saramaccan Language structure*. ATW/FSP: Caribbean Culture Studies 2.) explica os crioulos basicamente pelo substrato africano, enquanto Chaudenson (CHAUDENSON, Robert. 1992. *Dês îles, dès hommes, dès langues*. Paris: L’Harmattan) os explica pelo superstrato europeu, encarando-os extensões das línguas européias.”. (p. 31)

“[...] todos os crioulos de que temos conhecimento convivem, no mesmo espaço ou em espaços adjacentes, com diversas línguas, nativas ou não. Pelo menos uma delas é o *superestrato*, como o português na Guiné-Bissau, em Cabo Verde [...]. O superstrato é, portanto, a língua lexificadora, dominante, dos ex-senhores coloniais. As outras podem ser línguas de substrato, isto é, as línguas dos povos dominados que entraram em contato com os colonizadores, como o mandinga [...] Ou, então, elas podem ser *adstrato*, línguas que convivem com o crioulo em questão, como o hiri motu na Papua-Nova Guiné. (Mühlhäusler 1987: pp.62,75)” (p. 53)

“No caso das situações bilíngües ou diglósicas –mas também das multilíngües – freqüentemente há uma tendência de o crioulo se reaproximar da língua lexificadora, dominante. Trata-se do já conhecido processo de descrioulização.” (p. 54)

“Como vimos acima, os crioulos freqüentemente têm a língua dominante como ponto de referência (e.g. o processo de descrioulização), numa atitude de *rendição cultural*.” (p. 87)

2.14 BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. *The Brain and behavioral Sciences* 7, 2, p.173-221. (apud COUTO, Hildo. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pídgins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996, 341p.)

“[...] as línguas crioulas são largamente inventadas pelas crianças, por isso apresentam semelhanças fundamentais que derivam de um programa biológico para a linguagem” (A Language Bioprogram Hypothesis (LBH) [hipótese do bioprograma lingüístico]) (p.168)

“As crianças que formaram o crioulo ao adquiri-lo como língua materna a partir de um pidgin precário dispõem de um dom biológico para a linguagem (faculté du langage, bioprograma) exatamente como as crianças suecas, japonesas ou portuguesas. O que diferencia a linguagem destas últimas da das primeiras é o fato de que as crianças que formam o crioulo não têm à sua volta uma língua plenamente desenvolvida. Por isso as estruturas bioprogramáticas que elas produzem se perpetuam, não são ‘corrigidas’ pelos adultos que, no caso, não têm uma língua comunitária plenamente desenvolvida, mas apenas o pidgin.” (p. 172)

2.15 GUISAN, Pierre. Línguas crioulas em perigo: o exemplo da língua Kristang. *Gragoatá*, nº 1, 2º sem 1996. Niterói:EDUFF, 1996.

“Línguas crioulas, línguas de excluídos

Só recentemente foi reconhecido às línguas crioulas o direito de serem chamadas de línguas; sem literatura escrita, consideradas como meras deturpações da "língua-mãe", faladas por uma população de descendentes de escravos, ou de indígenas ditos pouco desenvolvidos, estas línguas apareciam para o olhar ocidental eurocêntrico como uma caricatura infantil das línguas ocidentais.

Sabemos hoje em dia que essa visão preconceituosa e racista representava um papel importante na expansão ideológica do colonialismo. Tal desprezo não conseguia enxergar quanta complexidade se escondia atrás da aparente simplificação que se manifestava através

do processo de criouliização, que rompe com a estrutura da "língua-mãe" ou, melhor, da "língua-madrasta". Na realidade, o crioulo se apossa de um universo lexical ao qual aplica regras novas, de modo que seria legítimo perguntar-se em que medida o crioulo continua pertencendo à mesma família da língua-base.

Paradoxalmente, no momento em que a sua dignidade é finalmente reconhecida, as línguas crioulas estão mais do que nunca ameaçadas na sua sobrevivência. Para nós, o exemplo da língua *kristang* da Malásia é eloquente: depois de ter resistido às vicissitudes de quatro séculos hostis, o *kristang* está em fase de desaparecimento apesar da solicitude oficial dos governantes do país. Além do mais, a visão dos estudiosos, dos crioulistas, pode não ser sempre isenta de uma nova forma de desprezo mais ou menos inconsciente, sob a roupagem da condescendência; com efeito, ao considerarem os crioulos como constituintes de uma categoria lingüística, os lingüistas podem muito bem incorrer numa nova forma de exclusão. Pelo menos, a acusação merece ser debatida.

2 As origens e a situação atual da comunidade kristang

A comunidade *kristang* de Malaca representa o último vestígio daquilo que a língua portuguesa representou nesta parte de mundo, no Sudeste asiático. Ao conquistar a cidade de Malaca em 1513, os portugueses tornaram-se os donos de um dos maiores portos do mundo da época (mais de 100.000 habitantes). Em 1641 os holandeses tomam a cidade mas, apesar disso, é comum que se considere a comunidade *kristang* como sendo formada pelos últimos descendentes dos portugueses que ali permaneceram já sob o domínio holandês. Na realidade, apesar dos patrônimos, não se deve deduzir que os *kristang* sejam descendentes dos conquistadores. Ao abraçarem o catolicismo romano, os convertidos obedeciam à regra da época que os obrigava a adotar um nome cristão e um sobrenome português; de modo que o exame dos patrônimos em nada ajuda na questão da origem étnica da comunidade.

Uma das principais fontes históricas é a obra de Manuel Godinho de Erédia, sendo ele mesmo um mestiço, de pai português e de mãe malaia. Por ele sabemos que dois meses após a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, mais de duzentos casamentos haviam sido celebrados entre portugueses e moças malaias.” (p. 82)

“[...] Acreditamos com efeito, que as línguas crioulas podem constituir um verdadeiro laboratório de observação. Como todas as ciências humanas, a lingüística se encontra na impossibilidade da experimentação direta sobre a gênese do seu objeto de estudo. Citarei aqui o lingüista francês Claude Hagège, que escreve: ‘ver uma língua nascendo a partir da ausência de comunicações, eis o que possibilitaria apreender na sua

natureza profunda aquilo que o homem tem de mais humano; seria também dispor de um testemunho precioso no debate sobre o inato' (1985, p. 29). Lembramos que José Leite de Vasconcelos já se havia mostrado sensível à necessidade das pesquisas sobre os crioulos, escrevendo:

O estudo dos crioulos tem muita importância, tanto no que toca à Psicologia da linguagem, como no que toca à Filologia propriamente dita, porque eles revelam-nos operações notáveis no desenvolvimento da fala humana, e conservam por vezes formas obsoletas dos idiomas de que descendem (1966).

Os falares crioulos se distinguiriam pelo fato de que a deriva linguística adquire uma velocidade muito maior do que nas línguas 'de origem' (CÂMARA JR., 1980, p. 220-221). A observação dos fenômenos de mudança se torna portanto bastante facilitada. Temos assim mais um motivo para considerar os crioulos como laboratórios, que podem pôr em evidência fatos de deriva da língua-base; entretanto, não é possível escapar à controvérsia que questiona a 'romanidade' dos crioulos de base portuguesa, ou a 'germanicidade' de um crioulo de base inglesa, por exemplo; em outras palavras, será que uma língua crioula pode realmente ser considerada como um ramo da mesma família da língua-base?

Pela sua situação peculiar de isolamento, o estudo da língua *kristang* se revela particularmente interessante. Com efeito, não há nenhuma presença da língua de base, isto é, do português, na Malásia. Esta situação coloca o *kristang* num contexto profundamente diferente do da maioria dos outros crioulos; geralmente a língua de base é língua oficial, ou pelo menos goza de um estatuto privilegiado nos países onde se encontram falares crioulos; é o caso, por exemplo, de Cabo Verde, onde o português é língua oficial, ou da Jamaica, que mantém o inglês como língua oficial, ou do Haiti, cuja língua administrativa é o francês. Na Malásia, assim como em todo o mundo malaio, com a exceção de Timor Oriental, há mais de 350 anos que o português não é mais usado. Sem dúvida, este fato constitui a originalidade do *kristang* no universo dos falares crioulos." (p.85)

"[...] Uma tese é que o processo de crioulição, do qual resultaram os falares de base portuguesa no Oriente, se deu a partir de um pidgin que já havia se formado na África. Existem até registros literários de pidgins de base portuguesa em autores do século XVI, como em peças de Gil Vicente, sob o nome de 'língua de preto' ou de 'falar guinéu'. A. J. Naro vê nisso o indício de que este pidgin poderia ter sido criado pelos próprios portugueses para ser usado pelos seus exploradores e comerciantes na África.

A maioria dos autores situa o nascimento deste pidgin nas costas da África, durante o século XV, quando as naus portuguesas realizaram a viagem de circunavegação em volta

do continente negro, aventura que levaria quase um século para ser cumprida; o pidgin que desta empresa nasceu seria assim o fruto do contato entre os povos indígenas africanos e os navegadores portugueses. Entretanto, são raríssimos os elementos em *kristang* dos quais se pode dizer com certeza que portam a marca do africanismo. Não há dúvida de que o *kristang* tira a sua origem do pidgin usado nos portos africanos; porém, isso não significa que ele deveria ter herdado traços africanos, e de fato os poucos empréstimos que poderiam trair tal origem não chegam a convencer. No entanto, seria preciso investigar em que medida a estrutura do *kristang* foi influenciada por elementos africanos.

Temos que mencionar aqui as teses de pesquisadores como Whinnom ou Naro, para quem o pidgin em uso tanto nas costas africanas como na Índia e no mundo malaio tiraria a sua origem da Língua Franca do Mediterrâneo (por relexificação, para Whinnom).

O viajante e gramático João de Barros já havia observado no início do século XVI os falares de base portuguesa da África e formulado uma hipótese a respeito da sua formação:

Os mininos, quando começam a formar nossas palavras, primeiro conhecem a ele [o infinitivo] que algum outro modo, e por ele os insinam suas madres. Os bárbaros que vem a nosso serviço dele começam, como em primeiro elemento da formação verbal. [...] E não diremos homem boa, [...] parecerá mais fala de negros que de bom português. (BARROS, 1959)
[...] assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil barbarizam quando querem imitar a nossa. (BARROS, 1959)

Eis a primeira formulação da teoria dita do baby-talk: ao nascerem, os pidgins na verdade apenas reproduziriam as etapas da aprendizagem natural da língua tal como as realizam as crianças: ontogenia e filogenia apresentariam uma analogia que não seria apenas coincidência. Notamos ainda que João de Barros não tem a menor dúvida de que os povos alófonos foram responsáveis pela criação dos pidgins e da sua estrutura.

As semelhanças estruturais com outros crioulos

Num trabalho do maior interesse, Hancock já em 1975 mostrou as grandes convergências morfossintáticas que um estudo comparativo entre crioulos de bases diferentes pode mostrar, como o *kristang*, o *pasar malay* (um antigo pidgin malaio), o *baba malay* (crioulo de base malaia também falado na Malásia) e o *afrikaans*, de base neerlandesa.

Não entraremos em detalhes; bastará dizer que estes ‘universais’ dos crioulos têm que ser objeto de uma investigação cuidadosa e exaustiva, para a qual pretendemos dar a nossa contribuição crítica.

A demonstração de Hancock pode parecer impressionante; entretanto os dados recolhidos não nos parecem suficientemente numerosos para comprovar uma conclusão definitiva e indiscutível. Aliás, na nossa opinião, tais dados poderiam ser empregados para sustentar tanto a tese da monogênese quanto uma tese de natureza filogenética.

Não há dúvida que é de grande importância empreender um trabalho de comparação sistemática entre todos os falares crioulos, começando pelos crioulos de base portuguesa, de modo a reunir elementos em número suficiente para que se possa chegar a conclusões incontestáveis.” (p.88,89)

4 O status das línguas minoritárias e dos crioulos

O direito do mais forte e o prestígio das línguas ‘mortas’

As línguas, assim como os homens, são sujeitas a classificações que obedecem aos critérios mais variados: étnicos, genéticos, ideológicos, que usam ou não métodos científicos, ou pseudo-científicos. O senso comum geralmente estabelece uma escala de valores e considera que existem línguas nobres, sofisticadas numa ponta da escala, e línguas pobres, quase indignas de serem consideradas como línguas: a estas últimas, negando-lhes o direito de serem chamadas línguas, os gregos as chamaram de ruídos (é a etimologia da nossa palavra ‘bárbara’); mais modernamente, são denominadas patoás.

O nosso ponto de vista é o de que a lingüística moderna incorre no mesmo erro ao qualificar determinadas línguas de ‘crioulos’, como mostraremos adiante.

Não deixa de ser uma coincidência curiosa o fato de todas as línguas ditas ‘de civilização’ serem, ou terem sido, numa ou outra época da história, a língua de povos conquistadores, agressivos. É claro que a língua de um povo vitorioso acaba por impor-se, e isso nada tem a ver com o valor da língua em si. Uma língua que foi considerada bárbara, mistura de um léxico francês e latino, falada pelo povo ignorante que usava também palavras e gramática germânicas, distorcendo e mesclando várias línguas, tal ‘patoá’ teve um destino inesperadamente prestigioso ao se tornar a língua oficial da Inglaterra. A história da língua vulgar românica que se transformou no francês é bem semelhante. Mas é fora de dúvida que estas línguas, em determinadas etapas do seu desenvolvimento, sofreram processos absolutamente similares aos da crioulição;

podemos afirmar até que a crioulização faz parte do processo natural de mudança lingüística através do contato entre línguas diferentes.

Posto isso, torna-se difícil estabelecer uma fronteira entre as línguas e línguas não-crioulas. O rótulo de língua crioula parece assim ser muito mais o resultado de uma situação histórica, de língua de vencidos, de escravos, produto do contato entre duas culturas. Porém, não há mais nada que, do ponto de vista estritamente lingüístico, possa diferenciar as duas categorias.

Uma prova do desprezo do qual as línguas em evolução são vítimas está, por contraste, no prestígio do qual desfrutam as línguas ditas ‘mortas’, como o latim, o grego antigo, o sânscrito, por exemplo. São línguas consideradas como perfeitas, justamente por terem parado no tempo. O inglês da rainha, o português literário, o árabe clássico, o francês literário, para me limitar aos exemplos que conheço pessoalmente, são, numa determinada medida, línguas ‘mortas’, que pretendem ser fixadas definitivamente no tempo por regras gramaticais que a escola tem que impor. A língua viva do povo que muda a cada dia, ou a gíria, é tida como prova de má educação, que estigmatiza do ponto de vista social o indivíduo que dela se utiliza.

Logo, não era surpreendente que a comunidade *kristang* sentisse vergonha em usar a sua língua, que não tinha escrita, confrontada à tão gloriosa língua do Império Britânico; e a promoção social passava necessariamente pela aquisição do inglês; além do mais as autoridades coloniais favoreciam a integração dos chamados eurásianos na administração, de modo que o *kristang*, longe de ter o papel de bandeira da comunidade, simbolizava a segregação que separava os bem-sucedidos dos mais pobres.

Desde então, a língua viva e inventiva do povo *kristang* iria sofrer um rápido processo de desvalorização, por não poder resistir à poderosa pressão da língua colonizadora, estruturada com formas fixas, língua administrativa ‘morta’ para quem considera as línguas como órgãos análogos a seres vivos, que evoluem e se transformam rapidamente sem parar nunca.

De novo, o mesmo paradoxo: a forma fixa de uma língua (fixada por normas administrativas, literárias e gramaticais) vence as formas vivas de uma língua popular. A complexidade do *kristang* que não tem suporte escrito teve que ceder face ao prestígio de uma língua que era a de quem dominava o país. Os interesses individuais fazem com que os falantes *kristang* tenham que abandonar a própria língua para poder subir na escala social.

Um preconceito contra o qual os lingüistas têm que lutar sempre ao tentarem fazer entender aos outros qual é a natureza das suas pesquisas é o de que determinadas línguas possuem uma gramática complexa, enquanto outras são simples. Daqui a dizer que determinadas línguas são sofisticadas e superiores a outras que seriam simplórias e primitivas, só há um passo. Seria muito demorado, e aqui não é o lugar para isso, demonstrar que não é bem assim, que, pelo contrário, todas as línguas apresentam um igual grau de complexidade. Basta dizer que são cada vez mais nítidas as evidências da existência de uma gramática universal, inerente à constituição do cérebro humano, logo inata. De modo que cada língua apresentaria na sua estrutura mais profunda uma grande identidade, enquanto se diferenciariam principalmente num nível superficial.

Outra idéia muito comum é a de que, como as línguas derivam umas das outras, deveria haver um progresso quando, no decorrer do tempo, se passa de uma para a outra. Logo, as línguas dos primórdios seriam primitivas, enquanto as línguas mais recentes seriam as mais evoluídas, portanto as mais sofisticadas. Todas as pesquisas demonstram que esta visão evolucionista progressista não corresponde a nenhuma realidade. As línguas primitivas isoladas mais antigas mostram uma complexidade que nada deve a nossas línguas modernas ditas ‘de civilização’.

No caso das ditas línguas crioulas, a falsa idéia espontânea seria a de que haveria um retrocesso em relação com a língua-mãe, pela ‘má’ aquisição, por parte dos nativos, da língua do colonizador. De novo, neste caso, as pesquisas e as gramáticas que foram estabelecidas demonstram que todas as categorias gramaticais com a sua sofisticação estão presentes nestas línguas também. Acontece, às vezes, que os não-nativos, por falarem mal estas línguas, nem sempre se dão conta das suas sutilezas e complexidades.

As considerações que apresentei até agora levam naturalmente à pergunta: o que significa o conceito de língua crioula do ponto de vista científico? Em outras palavras, todo mundo concordaria em dizer que uma língua crioula resulta de uma determinada situação histórica de línguas em contato, em conseqüência de determinados acontecimentos como colonização, expansão comercial ou militar, por exemplo. Isso seria uma definição sociológica e histórica dos crioulos, e não uma definição lingüística, que exigiria que, dentro da gramática, fosse definido um conjunto de características que, ao serem encontradas numa determinada língua permitiriam afirmar que esta língua seria um crioulo. Seriam portanto critérios universais aplicáveis a *todos* os crioulos, qualquer que fosse a sua língua-base.

Muitos estudiosos acharam ter encontrado tal conjunto de características universais, como, por exemplo, a ausência de flexão verbal, ou a rigidez da ordem sintática da frase (sujeito-verbo-complemento).

No entanto, muitas línguas consideradas como crioulos por razões históricas não preenchem tais requisitos gramaticais; e, em compensação, muitas línguas que nunca foram consideradas como crioulos apresentam, ou apresentaram em determinada etapa da sua evolução, a maioria das características gramaticais que fariam delas línguas crioulas (o francês medieval, por exemplo, ou, já que estamos falando aqui de Malaca, o próprio malaio).

Na nossa opinião, o que acontece é que não se pode definir o que é uma língua crioula numa perspectiva lingüística, mas apenas numa perspectiva sócio-histórica. Em compensação, pode-se definir um processo de *crioulização*, que todas as línguas, sem exceção podem sofrer no decorrer da sua evolução ao entrar em contato com outras línguas em determinadas situações sociológicas. Um lingüista diria que a crioulização é um dos parâmetros da mudança lingüística. De modo que todas as línguas seriam, ou pelo menos, teriam sido crioulos. O que evidentemente torna obsoleta a noção de língua crioula como categoria lingüística.

Estas observações são importantes por denunciarem, sob o aspecto da cientificidade de uma noção como a de língua crioula, uma discriminação com roupa nova. As línguas crioulas formariam uma categoria que não teria consistência baseada cientificamente, seriam línguas incompletas, logo imperfeitas, logo inferiores. Conhecemos os perigos das hipóteses que criam categorias hierarquizadas entre as produções culturais dos povos: podem levar, às vezes à revelia dos seus autores, à justificação de todos os tipos de desprezos e de racismos.

5 Concluindo: da analogia biológica ao paradoxo

Não há dúvida portanto que, do ponto de vista lingüístico, uma língua crioula seja tão rica e complexa quanto qualquer outra. Além disso, já que geralmente as línguas crioulas convivem no seio da comunidade mais ampla com outras línguas, temos que frisar que esta pluralidade lingüística constitui uma riqueza para esta mesma comunidade. Apesar dos problemas práticos que não deixam de surgir em função desta pluralidade, as vantagens e a força que dela decorrem superam amplamente os inconvenientes.

É evidente que ao indivíduo deveria ser dada, através da escola, a possibilidade de se tornar bilíngüe (ou multilíngüe), de modo a valorizar todas as línguas da comunidade, e

não apenas uma em detrimento das outras. Porém, geralmente, numa determinada sociedade, grande é a tentação de privilegiar a língua dominante e de menosprezar as outras, por este caminho ser aparentemente o mais curto e o mais cômodo; entretanto, certamente não será o mais vantajoso a médio e longo prazo.

O patrimônio lingüístico de uma comunidade pode-se comparar ao patrimônio genético de uma comunidade e de um indivíduo: a diversidade é uma potencialidade, logo uma riqueza. Nada mais verdadeiro no que diz respeito às línguas de uma nação, e não se deveria mais incorrer no erro de pensar que a uniformização lingüística de uma nação venha a torná-la poderosa.

Não gostaríamos de terminar sem insistir na riqueza das línguas crioulas, que constituem uma das áreas mais vivas e criativas no universo das línguas, assim como outras formas de linguagens populares dentro de uma língua, a gíria, por exemplo.

O grande paradoxo é que, por serem tão vivas e em mudança contínua, essas línguas são precisamente as formas mais ameaçadas e mais desprestigiadas entre todas as línguas.” (p. 91, 92, 93, 94)

2.16 MOTA, Maria Antonia Coelho da. Línguas em contacto. In: FARIA, Isabel Hub et al. (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. Coleção Universitária, Série Lingüística. p. 505- 533.

“Uma consequência linguística particular do contacto: a criação de novas línguas

O contacto de línguas pode originar, como vimos nas páginas anteriores, múltiplos resultados linguísticos, desde a morte de línguas até à criação de novas línguas, passando por situações intermédias de mixagem, de alternância, etc.

Um caso que merece especial atenção, por muitas razões entre as quais a do impacto que o seu estudo teve e tem no desenvolvimento da investigação em Linguística, é a da criação de novas línguas. Essas novas línguas — pidgins e crioulos — têm, de facto, sido objecto de estudo desde o século passado e estão na base da criação de um novo ramo da Linguística, a *Crioulística*, Schuchardt é considerado o fundador desses estudos; em Portugal, o primeiro texto de Crioulística é escrito por Adolfo Coelho, em 1880.

Pidgin é um termo cuja origem é discutida: há quem defenda que vem do Inglês *business*, com origem no Pidgin Inglês falado no litoral da China; do Português *ocupação* (transformada em *pasang* pelos chineses) ou *pequeno* (transformado em *piken* pelos africanos); do Hebreu *pidjom* (troca, comércio), etc. A primeira atestação do termo data de 1850 e refere-

se ao resultado do contacto entre Inglês e Chinês (Tarallo e Alkmin, 1987: 80). De qualquer forma, *pidgin* teria começado por denominar os indivíduos de origem cultural e linguística diferenciada implicados em situações de comércio, passando depois a denominar a língua mista que falavam entre si, nessas situações.

O surgimento de pidgins não está associado a uma época histórica determinada: embora os associemos geralmente a situações de contacto muito antigas, nomeadamente decorrentes da expansão dos povos europeus por volta do século XV, pidgins há que surgiram no século passado, como o Pidgin Havaiano, fruto da importação de mão-de-obra estrangeira para as plantações de cana-de-açúcar na América (Tarallo e Alkmin, 1987: 83-85).

Mühlhäusler (1986: 5) chama a atenção para o facto de os pidgins serem exemplos de um certo tipo de aprendizagem de uma língua não-materna, passando de ‘sistemas mais simples a mais complexos à medida que as necessidades comunicativas se tornam mais prementes. As línguas pidgin não têm, por definição, falantes nativos e constituem soluções mais sociais do que individuais, sendo contudo caracterizadas por normas de aceitabilidade’.

Na actualidade, alguns linguistas consideram que as línguas mistas faladas pelos trabalhadores estrangeiros nos países de imigração são pidgins; na nossa opinião, tal designação é abusiva (haja embora processos e consequências desses processos que se podem aproximar dos verificados nos pidgins) visto que a caracterização de um pidgin não se esgota em termos linguísticos — os factores sociais e os objectivos de comunicação são factores iniludíveis para a sua caracterização, não sendo partilhados pelas situações de imigração. Por outro lado, os imigrantes, pelo facto de se encontrarem em situação de subordinação a um patrão e a uma ‘sociedade de acolhimento’, como é usualmente chamada, têm necessidade de adquirir rapidamente a língua de supremacia, pelo que não estão criadas as condições necessárias ao estabelecimento de um pidgin. Há uma língua alvo a adquirir e os fenómenos linguísticos de mescla correspondem, neste caso, a fases intermédias de apropriação do novo sistema.

Crioulo, termo registado desde o século XVI, deriva de uma extensão do significado do nome português *cria* (de *criar*); designava, originalmente, ‘animal criado em casa’ tendo sido depois aplicado aos escravos nascidos e criados numa colónia da América, por oposição aos nascidos em África. Posteriormente, passou a denominar qualquer indivíduo mestiço nascido naquele tipo de sociedade (caracterizada pela existência de escravatura, diferentemente do que acontece com o enquadramento social que proporciona a ocorrência de pidgins). Especializou-se, finalmente, como nome genérico das línguas faladas pelos indivíduos crioulos, nomeadamente na zona das Caraíbas e da África Ocidental, num primeiro momento, e depois em todas as zonas onde a sua formação ocorreu (Pacífico Sul, Oceano Índico, etc.).

A importância atribuída a estes produtos do contacto linguístico deve-se a razões socio-históricas e teóricas mas também a uma razão numérica: estão hoje identificadas cerca de duas centenas de pidgins e crioulos, contando os ainda existentes e aqueles já desaparecidos, maioritariamente distribuídos pela África, América Central e do Sul, Sul do continente asiático e Oceania. Devido à sua origem, estas línguas escapam, como foi já referido, a uma transmissão normal. Na história dos pidgins e crioulos há um tronco constituído por duas ou mais línguas, divisíveis ou não em subgrupos aparentados, que agem em concomitância para a formação da nova língua. A existência de várias línguas que, por urgência de entendimento mútuo, concorrem para a construção de uma nova língua, num processo de cooperação, e condição de distinção da situação sociolingüística que preside ao surgimento de pidgins e crioulos e daquela que dá origem a situações de contacto conducentes ao empréstimo ou à mudança estrutural. De facto, não se trata já de uma LO que tende para uma LA, visto que na origem de um pidgin não há, por definição, uma língua de supremacia que os falantes de outra língua devam aprender; pelo contrário, os falantes em presença, dispendo das suas respectivas línguas, criam em conjunto uma língua comum a partir do material linguístico disponível, língua essa que é suposta responder às necessidades mínimas de comunicação e de convivência em grupo, mesmo que de um grupo temporário se trate. Note-se, no entanto, que tal não significa que todas as línguas em presença tenham o mesmo peso na constituição de um pidgin: um dos grupos é de algum modo dominante, fornecendo bastante léxico e alguma sintaxe de base.

Pidgins e crioulos constituem dois aspectos de um mesmo processo linguístico, distinguindo-se, em termos muito gerais, pelo facto de um pidgin ser uma língua segunda enquanto um crioulo é língua primeira, ou seja, tem falantes nativos, é a língua que estes falantes melhor dominam; por outro lado, um Crioulo é geneticamente um descendente de um pidgin. A capacidade para cobrir todas as necessidades comunicativas é, por vezes, também evocada como um parâmetro a considerar, na distinção entre pidgins e crioulos.

A importância de caracterizar e de, conseqüentemente, distinguir estes dois produtos do contacto de línguas justifica o lugar ocupado por essa questão na literatura da especialidade (a este propósito, ver, por exemplo, Mühlhäusler, 1986:6-12).

Apesar de existirem diferentes posições quanto à origem e ao ciclo de vida dessas línguas, poder-se-á sintetizar a questão na seguinte forma, seguindo Mühlhäusler (1980): a um pidgin inicial (1), formado sob as condições referidas acima, pode seguir-se um pidgin estabilizado (2) e a este um pidgin expandido (3); em (2) existem já funções sociolingüísticas bem determinadas e consenso quanto à correcção linguística, independentemente da simplicidade

ou não da sua gramática; (3) distingue-se, em relação às anteriores fases, pela complexificação da gramática, pelo uso generalizado da língua, pelo facto de ela cumprir todas as funções necessárias e pelo sentimento de coesão de grupo que implica. A crioulização pode ocorrer em qualquer momento deste ciclo: *pidgin inicial* ('jargon') (1) → crioulo (ex. Crioulo Inglês das Índias Ocidentais), *pidgin estabilizado* (2) → crioulo (ex. crioulos do Norte da Austrália) ou *pidgin expandido* (3) → crioulo (ex. Pidgin Inglês da África Ocidental). Uma vez formado um crioulo, a sua história posterior pode conhecer quatro quadros diferentes, segundo Romaine (1988), em parte citando DeCamp (1971): 1 — manutenção com poucas modificações (Crioulo do Haiti); 2 — total extinção (Negro-Holandês); 3 — entrada em processo de descrioulização, passando a existir um *continuum* pós-crioulo (Crioulo de base inglesa da Jamaica), ou seja, uma situação caracterizada pelo lento abandono do crioulo e simultânea aproximação da língua de base desse crioulo (no caso da Jamaica, do Inglês). Um crioulo pode, também, sofrer recrioulização, se à comunidade de base se vierem juntar falantes de outras línguas e se criarem, de novo, condições propícias à crioulização, como nas sociedades de plantação que recebiam levadas sucessivas de escravos; consoante o fluxo de chegadas e as línguas que falam, assim causam uma mais ou menos radical recrioulização na sociedade que encontram.

No caso de um crioulo entrar em processo de descrioulização, passam a coexistir ao longo do percurso variantes intermediárias, diferenciadas entre si, e cujos traços podem ser hierarquizados (+ ou - próximos do Crioulo ou do Inglês local). Alguns crioulistas propuseram a representação desta hierarquização sob forma de escalas implicacionais (nomeadamente Bickerton, 1975 e DeCamp, 1971) em que a localização de um traço T' à direita de um traço T significa que, quando adquirido este, o anterior também o está mas não o estará um terceiro traço T'', à direita de T' (—T—T'—T''—). Este tipo de representação salienta o carácter organizado e coerente do processo, o que é uma virtude. No entanto, é necessário sublinhar que existe uma grande descontinuidade de soluções no interior de uma mesma comunidade linguística, até de falante para falante, o que sugere alguns limites a esta abordagem, do ponto de vista da determinação dos princípios linguísticos gerais que caracterizam o *continuum*.

Como foi atrás referido, uma questão central nos estudos de Crioulística é a da determinação das características tipológicas de pidgins e crioulos, as quais têm vindo a ser sucessivamente reformuladas devido não só às diferenças de posição teórica dos especialistas mas também ao avanço no conhecimento. Não nos deteremos neste ponto, demasiado complexo e vasto para aqui ser desenvolvido. No entanto, a título de informação, e esperando aguçar o

apetite do leitor para a leitura dos especialistas, referiremos algumas das características dos pidgins mais partilhadas pelos crioulistas.

É consensual que um pidgin é pouco gramaticalizado, sendo a sua interpretação muito dependente do contexto. Daí decorre que a simplificação ou a redução sejam características inerentes à sua gramática (morfologia reduzida, sintaxe pouco complexa); que o seu léxico, por isso, seja multifuncional, uma mesma palavra pode adquirir diferentes funções gramaticais, funcionando como uma espécie de base universal (Wurm, 1971); que a estruturação da sua gramática seja grandemente explicável em termos de traços universais, nomeadamente de universais de aquisição de uma língua (assim se justifica o título da obra de Bickerton *Roots of Language*, 1981: estas línguas são consideradas como verdadeiros ‘laboratórios’ que permitem a observação e a elucidação da génese das línguas em geral e dos processos universais que lhe são subjacentes).

A questão da simplificação ou da redução é problemática. Simplificar ou reduzir só poderá significar não adoptar o conjunto de traços de cada língua, na sua complexidade de relações, mas apenas aqueles julgados necessários e suficientes, descomplexificando o conjunto de partida. Ou exercer analogias entre traços de diferentes línguas criando convergência entre eles, convergência essa que é favorecida quando entre as línguas em presença há proximidade tipológica, pelo menos nos domínios em que aquela se exerce. Em qualquer caso, a dita simplificação destes sistemas deve ser analisada domínio a domínio. De facto, se determinado subsistema de um pidgin é mais simples do que os correspondentes nas línguas envolvidas no processo de pidginização, outro subsistema poderá tornar-se mais complexo do que os seus correspondentes nas referidas línguas. Tal pode acontecer pelo recurso, por exemplo, a supletismo de processos como será o caso do desenvolvimento de estratégias sintácticas e/ou morfológicas supletivas de um léxico pouco vasto. Um bom exemplo é fornecido por Romaine (1988: 35): em Tok Pisin (pidgin de base inglesa falado na Nova Guiné), ‘hair’ (cabelo) diz-se *gras bilong hed* e ‘feather’ (pena) diz-se *gras bilong pisin* que poderíamos traduzir literalmente por ‘erva da cabeça’ e ‘erva do passarinho’. A ausência de entradas vocabulares não significa, assim, empobrecimento na expressão. Outros exemplos poderiam ser dados, como o do recurso a afixos onde nas línguas europeias, por exemplo, existiriam formas perifrásticas. Se compararmos qualquer coisa correspondente a ‘acalmar’ e ‘tornar calmo’ teremos de provar que a primeira solução é mais simples do que a segunda. Como qualquer língua, os pidgins são sistemas em desenvolvimento, mais instáveis do que as línguas não-mistas, mas igualmente sujeitos à variação interna e à mudança.

2.17 NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1979. p. 431-437.

“O destino lingüístico de uma terra conquistada não dependeu, absolutamente, do substrato, mas sim do modo de transmissão da língua européia.

Esse modo de transmitir o idioma é que lhe vai definir o futuro caráter. Se apenas se estabelecem relações comerciais, entre vencedor e vencido, entre superior e inferior, e, portanto, só há o interesse de mútua compreensão, – desenvolve-se um falar de tipo crioulo.

Mas se, pelo contrário, se busca plantar uma nova pátria; se há fusão sob o signo da cultura dos mais bem dotados; se à transmissão oral da língua se acompanha a transmissão através da escola, – então mantém-se perduravelmente o essencial da língua européia, que apenas oferecerá matizes de variantes.

Esse último caso pode ilustrar-se com a expansão do latim vulgar pelas terras da România, com a difusão do português pelo Brasil, do espanhol pela América hispânica, do inglês pelos Estados Unidos.

Schuchardt vira, desde logo, que o latim regional era mais uniforme que o latim da Itália. A razão é que às províncias afluiu gente de todas as partes, de modo que, em contacto e interação, dirimiram as divergências e planificaram as arestas.

Na Itália, ao contrário, os dialetos tinham raízes fundas e sólidos alicerces.

Esses fatos repetiram-se no Brasil e na Hispano-América.

Por isso a comparação entre esses falares e os crioulos somente se pode fazer à luz do contraste.

Os crioulos formam-se num repente, improvisam-se, — e depois mantêm-se, de geração em geração. O latim (para só dar este exemplo), ao contrário, floresceu nas províncias pelo ensino normal e reiterado das escolas, pela implantação sistemática que se esforçava por transformar em cidadãos romanos os habitantes dos países conquistados. A certa altura, mesmo, as letras eram mais brilhantes em algumas províncias, tais como África, Hispânia e Gália, do que na própria Roma.

Aqui, as conseqüências da mudança de língua são mais rapidamente sanadas e afogadas, não só pela constante ação da escola, como pelo reconhecimento e pela busca de um padrão superior.

Os crioulos, ao contrário, quedam-se na fase inicial, tosca e rude⁽¹⁾.

Trata-se de falares de necessidade⁽²⁾, como lhes chamou Hugo Schuchardt. É o caso em que o invasor se estabelece em terra povoada por gente de baixo nível de civilização e mísero estado social, com o simples intuito de obter vantagens comerciais ou estratégicas. Ele não tem, pois, o propósito de formar uma nova pátria, de transfundir-se no povo derrotado.

(1) Essa fundamental diferença entre os crioulos e o latim vulgar foi compreendida, desde logo, pelo romanista francês Paul Meyer: cf. a *Révue Critique* de março de 1872, pág. 158. Vj., no mesmo sentido, o que dizem Adolfo Coelho, *Curso de Literatura Nacional, I — A Língua Portuguesa*, 1881, págs. 64-65, e Otto Jespersen, *Language*, 1922, pág. 235.

(2) "Die Not ist die Bildnerin soloser Sprachen, die deshalb auch Notsprachen nennen könnte; sie haben zwar wichtige, aber keine sehr mannigfachen Aufgaben zu erfüllen; es sind vor allem Handelssprachen". (*Zeitschrift für romanische Philologie*, 33, 1909, pág. 443).

Nessas condições, entre vencedor e vencido estabelece um tosco meio de intercomunicações, uma algaravia hoje batizada com o nome de crioulo, palavra cuja evolução semântica assim se pode esboçar:

I — o animal que nasce em nosso poder — o frango, o capão, o pato, o bácoro, o poldro, o novilho, a vitela—, a cria nada e criada ao pé de nós, não comprada; as trutas que pescamos em nossos viveiros e açudes;

II — o escravo nado e criado em casa do senhor;

III— o escravo nascido nas Colônias, em oposição ao negro importado.

Desta última acepção há exemplos, bem claros, desde, pelo menos, 1611: 'Neste reino achei um cristão crioulo da ilha de Santiago, que havia muitos anos vivia como gentio. (...)’ (Fernão Guerreiro, *Relação Anual...*, III, pág. 252).

‘Também J. F. Vieira escreveu outra carta a Henrique Dias, o qual é governador dos mulatos, e crioulos, e de todos os negros de Angola, Mina, e Arda, e outras nações...’ (Fr. Manuel Calado, *Valeroso Luciderno*, pág. 349).

‘(...), e mandando dar rebate por as freguesias, que todos os negros crioulos, Angolas, Minas e Ardas, e mulatos cativos, (...)’ (idem, pág. 378). Outros exemplos às págs. 61, 77, 81, 83, 97 e 410.

IV— modo de falar das Colônias, em oposição ao da metrópole.

A origem dessa palavra, para Leite de Vasconcelos, está no português criadouro, deturpado na boca dos Negros: corresponde, assim, a *creatio*, servos domésticos ou nascidos de outros servos, e a *verna*, escravo nascido em casa do senhor⁽³⁾, Cf., ainda, Friederici, *Am. Wört.*, s. v.

(3) *Antroponimia Portuguesa*, 1928, pág. 364. D. Carolina Michaëlis apresenta outra hipótese, segundo a qual *crioulo* se prende à raiz do verbo *criar*, com o sufixo *-oilo* ou *-oulo*, de *moçoila*, *lentejoula*, *papoula*, *caçoila*. (Vj. as *Lições de Filologia Portuguesa*, ed. de 1947, pág. 216). O romanista alemão Brüch, com menos probabilidade, pressupõe **creabulum* > **creávulu* > **creaulu*, da base *creare*. Cf. *Das Suffix des port. Crioulo*, in *Festschrift der Universität Köln zu den portugiesischen Staatsfeiern des Jahres 1940*, págs. 90-100.

QUE É FALAR CRIOULO?

Mas vejamos como define esses falares o lingüista francês Marouzeau, no seu *Lexique de la terminologie linguistique*: ‘Parlers constitués par les indigènes, particulièrement aux Antilles, pour les besoins des relations commerciales, à l’aide d’une langue européenne de colonisation, français, espagnol, anglais, et qui présentent d’ordinaire une simplification extreme de la morphologie’.

Não foi feliz o notável e operosíssimo estudioso. É que, como veremos, os crioulos não são, exclusivamente, ‘constitués par les indigènes’. Não existem ‘particulièrement aux Antilles.’ E, além de tudo, faltam à sua definição elementos essenciais.

Também por essa última razão, deixa muito a desejar o que ensina Meyer-Lübke: ‘... chapurreo de una lengua extranjera, aprendida en el trato diario, por gente en su mayor parte inculta en vista de las necesidades más elementales, y usando los medios de expresión mas sencillos.’ (*Introducción a la lingüística românica*, 3ª ed. pág. 41).

Na *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, de Mestre Leite de Vasconcelos, de balde se procurará qualquer definição. Mas não convém adotar a que se pode colher de outro estudo seu: ‘modificações que as línguas cultas da Europa [todas?] sofreram em terras extra-européias, na boca dos povos de civilização inferior, postas em contacto com línguas radicalmente diversas’. (*Opúsculos*, IV, 1222).

Não é mais feliz a lição do estudioso holandês Hesseling, que apresenta os crioulos como ‘aquelas linguagens que surgiram das línguas européias na boca de africanos, asiáticos, australianos e americanos nas províncias ultramarinas — e que acabaram mais tarde, faladas com freqüência por europeus e seus descendentes.’ (*Het Negerhollandsch der Deense Antillen*, Leida,, 1905, pág. 50).

Tais definições, a nosso ver, não esclarecem suficientemente os fatos, e deixam de atender, no essencial, ao modo de formação desses falares. Vejamos como nos será possível desenvolver a matéria.

A FORMAÇÃO DOS CRIoulos

A formação do crioulo não é obra exclusiva do indígena, pois o ‘superior’ contribui eficazmente para ela, suprimindo da sua fala todas as possíveis dificuldades, desossando-a, reduzindo-a o mínimo.

Posso apontar uma ilustração que julgo muito feliz. No *Auto das Regateiras*, de Chiado, o amo, ao dirigir-se à negra, fã-lo com as seguintes expressões: ‘Quanto ano? Não atender? (...) Como chamar terra vosso? (...) Quantos filhos vós parir? (...) A voso tem inda dente?’ (ed. Pimentel, pág. 77). Leia-se também a *Revista de Portugal*, IV, 1944, pág. 208.

É que o ‘superior’, pelo interesse que sente em comunicar com o ‘inferior’, conforma-se com o seu falar xacoco. Assim os mercadores, ávidos de lucros. Assim São Francisco Xavier⁽¹⁾, sequioso de almas para Jesus.

As seguintes considerações de Hugo Schuchardt, o lingüista que melhor estudou os crioulos, aclaram os fatos:

‘Tanto o senhor como os escravos tinham por objetivo o fazerem-se compreender: aquele eliminou tudo de extraordinário da língua européia, este deteve tudo de extraordinário dela. Encontraram-se assim numa linha intermediária. O senhor, por exemplo, reconheceu, desde o princípio, que a desinência de plural -s (*stone-s* ou *pedra-s*) deveria encontrar incompreensão completa e, por isso, disse *pedra-pedra* ou *pedra muita...* O escravo, por sua vez, apegou-se aos mesmos meios de expressão...’

‘O branco era o professor do preto: o discípulo repetiu o mestre. O senhor utilizou-se, sempre, das expressões mais fortes: não, dizia, por exemplo, *tu és preguiçoso*, mas sim *tu és preguiçoso de mais*. Dessarte se explica que no negro-ínglês de Surinão *muito* seja *tumussi*, isto é, *too much*.’ (*Die Sprache der Sramakkaneger in Surinam*, 1914, pág. 111).

O crioulo, é, portanto, um conjunto de representações individuais que depois se coletivizam, tornando-se, por encontrarem ambiente favorável e corresponderem a uma necessidade, o meio de expressão comum a um grupo inteiro.

(1) O grande Santo pregava em crioulo e recomendava aos missionários que lhe seguissem o exemplo, “falando em português como lo falan los esclavos...” (*Epistulae S. Francisci Xaveri*, II, Roma, 1945, pág. 220).

Cf. ainda, Lucena, *Vida do Padre Francisco Xavier*, 1600, pág. 70: “... chegava a falar o português com a gente da terra, trocado e meyo negro como eles fallam, porque melhor o entendessem ...”.

O ambiente favorável consiste na deficiente situação social dos povos subjugados, que os impede de aspirar a melhor posição. Povos de padrão baixo, ou baixíssimo, incapazes de fazerem valer os seus direitos a uma vida melhor.

Contentam-se, por isso, com essa meia língua, esse tosco instrumento de mútua compreensão.

A necessidade começou por ser o tráfico dos negros ou das especiarias e manteve-se depois nas relações com os dominadores.

Os falares crioulos são bastardos, irremissivelmente identificados com a mísera situação dos falantes. Existirão enquanto se prolongar a triste ignorância e o baixo padrão de povos infelizes.

Serão, porém, substituídos por uma *língua comum*, à proporção que os governos esclarecidos se ocuparem com a elevação do nível da massa. Haverá, então, progressiva ascensão lingüística.

Esse fato terá conseqüências felizes na história da literatura de língua portuguesa. Quantos poetas, contistas e romancistas de valor e originalidade se não revelarão?

Homens de outros céus e de outras terras contribuirão para a história da língua literária. Trarão novas emoções e, com elas, novos modos de dizer e de expressar os sentimentos.

O grande lingüista alemão Rodolfo Lenz, no fim da vida, enamorou-se do papiamento, crioulo-espanhol falado na ilha de Curaçau hoje sob o domínio da Holanda.

Com a candura só desculpável em tão grande sábio, chegou a afirmar: ‘El Papiamento de Curazao es, según mi opinión, el mejor ejemplo, de una lengua criolla que se ha levantado hasta el nivel de una lengua de alta cultura’. (*El papiamento, la lengua criolla de Curazao*, pág. 33).

Realmente, o interesse especial do papiamento consiste em que as pessoas falantes mudaram de nacionalidade e os holandeses não conseguiram abafar o crioulo. Desse modo, ele alçou-se ao prestígio de língua escrita, o que lhe confere situação privilegiada.

O mesmo teria sucedido com o crioulo-português de Java, se o Malaio, com a retirada dos Portugueses, não tivesse reconquistado o largo terreno perdido.

Mas daí a pretender que o papiamento é uma língua de cultura, vai exagero não pequeno. Onde estão os seus Camões, os seus Dantes, os seus Racines, os seus Quevedos?

DEFINIÇÃO DE FALAR CRIOULO

Esclarecidos assim os fatos, vejamos como se pode estabelecer uma definição para esse tipo de falares.

Proporemos a seguinte: ‘*Os crioulos são falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consistem na deturpação e simplificação extrema de uma língua, quando imperfeitamente transmitida e aprendida por gente de civilização inferior.*’

Aí estão os elementos essenciais:

- a) o crioulo é um falar transitório;

- b) o crioulo apresenta caracteres definidos, que se deixam prender a um fio condutor;
- c) o crioulo tem vida própria: ele é o meio de expressão de que dispõe o grupo;
- d) o crioulo é a deturpação e simplificação de uma língua (português, francês, espanhol, inglês, holandês);
- e) essa língua básica foi transmitida deficientemente, pois, como reconhece Vendryès, ‘os superiores nunca se deram ao trabalho nem tiveram vontade de ensinar uma fala correta’;
- f) crioulo serve de instrumento de comunicação entre seres inferiores e subalternos.

O item c) ministra-nos, claramente, a diferença entre o crioulo e o português de negros. Este não constitui um conjunto de caracteres definidos. É meramente individual: exemplifica-nos a fase inicial, e o primeiro contacto, que pode preparar o advento do crioulo.

O português de negros consiste na algaravia ocasional das tribos que, resistindo à assimilação, mantêm intactos os seus padrões culturais, inclusive, é claro, a própria língua. Nisso repousa, precisamente, a diferença entre os crioulos e o *sabir*, o *pidgin-english*, o *chinook*, isto é, um grupo de falares a que podemos chamar crioulizantes.

O *sabir*, que tem importância histórica, pois ascende à Idade Média, é uma fala intermediária, de material românico, que servia de comunicação entre os Cristãos e os Turcos e Árabes. Hoje, o seu emprego está muito restrito.

O *pidgin-english* é a língua franca, usada nos portos do Extremo Oriente, para as necessidades do intercâmbio comercial.

O *chinook*, de base indígena, serve de meio de comunicação para Ingleses e Franceses na costa norte-ocidental da América do Norte, do Alasca ao rio Oregão.

Nos crioulos há vários graus de aprendizagem, pois, segundo as circunstâncias, o primitivo falar xacoco mantém-se ou é aos poucos renovado pelo sangue novo da língua européia. De geração em geração, graças sobretudo à escola, vai-se aperfeiçoando e enriquecendo a primitiva fala de emergência. É o que está sucedendo em relação ao crioulo francês na ilha Maurícia e ao macaísta.

Relativamente ao último, são muito expressivas estas palavras de Silva Rego: ‘(...) desaparece diante do português escolar. As crianças, que em Macau freqüentam as escolas, riem-se do crioulo falado por suas mães e avós.’ (*Dialecto Português de Malaca*, 1942, pág. 234).

É, também, o caso do falar de Diu, ao que diz um informante, citado pelo Dr. Leite de Vasconcelos: ‘O puro dialeto crioulo de Diu já hoje não existe... Os naturais da terra, pelo

menos os mais ilustrados, falam e escrevem agora a língua nacional, tão bem, ou melhor, que qualquer indo-português.’ (in *Opúsc.*, IV, 1216).

Daí o admitir-se a existência do *semicrioulo*, ou seja, um estágio mais aperfeiçoado da primitiva aprendizagem. Ele exemplifica-nos o choque entre o falar europeu e o crioulo. Este vai sendo, pouco a pouco, invadido por palavras e giros do falar das pessoas socialmente mais bem dotadas. O semi-crioulo encerra, pois, formas e torneios semicultos.

TEORIA DOS FALARES CRIoulos

Francisco Adolfo Coelho, o primeiro que, no estudo dos crioulos, procurou princípios gerais, concluiu que eles ‘devem a origem à acção de leis psicológicas ou fisiológicas por toda a parte as mesmas, e não à influência das línguas anteriores dos povos em que se acham esses dialetos’⁽¹⁾.

Em 1883, sem ter conhecimento, ainda dos estudos desse eminente sabedor, o estudioso francês Lucien Adam propôs teoria diametralmente oposta. De acordo com ela, *os crioulos seriam constituídos por gramática indígena e vocabulário europeu*⁽²⁾:

Tal modo de encarar os fatos encontrou larga repercussão. Ainda em 1910 escreveria o grande lingüista Rodolfo Lenz, que mais tarde enriqueceu esse tipo de estudos com uma esplêndida obra sobre o papiamento: ‘Se llama lenguaje criollo un idioma formado por voces europeas con gramática de pueblo salvaje o semi-civilizado’¹.

(1) *Os dialetos Românicos ou Neolatinos na África, Ásia e América*, 1881, págs. 67-68.

(2) *Les idiomes negro-aryens e tmaléo-aryens*, 1886, pág. 5.

¹ Vj. o *Diccionario etimológico de las voces chilenas derivadas de lenguas indígenas americanas*, Santiago do Chile, 1910, págs. 41 e 935.↔

2.18 HOUAISS, Antonio. *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de Cultura, 1985.

“O fenômeno das línguas de cultura modernas é novo: fundadas sobre impérios coloniais de uma só estrutura estatal, elas subsistem em um número imprevisível de estados modernos explodidos daquela estrutura – sem nenhuma coerção específica, isto é, sem que a antiga estrutura possa ‘impor’ às novas a língua que fora conquistadora. Isso propõe continuamente um dilema: ou bem os grupos, as comunidades, as sociedades, as nações abrem seu caminho próprio, aumentando a diversificação languageira e cultural (e quase sempre política), ou bem sem constrangimentos externos, entram num curso que desemboca,

‘naturalmente’, num curso comum com outros grupos, comunidades, sociedades, nações.” (p. 123)

“Por seu isolamento e por suas limitações de necessidades físicas e mentais, os crioulos tenderam sempre à eliminação das chamadas redundâncias do sistema languageiro de origem.” (p.116)

“Uma criouliização conseqüente vai adentro do sistema morfológico, silábico, fonológico, sintático, atacando-o em todos os pontos raros, regularizando-os, ou, óbvios, simplificando-os – ao mesmo tempo em que reduzindo o número das unidades lexicais ao mínimo ‘natural’”. (p. 117)

2.19 CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

“[...] o ‘pidgin’ apresenta a singularidade de não ser a língua materna de ninguém.

[...] É o ‘pidgin’ uma língua, de gramática e vocabulário simplificados, surgida numa situação de emergência para obter um mínimo de compreensão entre falantes de idiomas diversos. Falar criado por adultos, vive apenas enquanto perdura a situação instável que o criou, que pode, naturalmente, ser mais ou menos longa.”

[...] Quando o ‘pidgin’ se consolida e se torna o idioma nativo de uma comunidade, converte-se em crioulo. E, ao converter-se em crioulo – ou seja, repisemos, na língua nativa de uma comunidade –, o ‘pidgin’ adquire maior complexidade da forma externa, amplia a forma interna e expande os domínios do emprego. Há, pois, uma clara oposição entre certos aspectos do ‘pidgin’ e do crioulo, que só se diferencia de uma língua natural do ponto de vista diacrônico.” (p. 38)

“Mas a estigmatizada condição sociolingüística, que o [o crioulo] leva a ser identificado como forma bastarda de uma grande língua de civilização, faz que o seu estatuto se venha a equiparar aos dos falares metropolitanos.” (p. 39)

8.4 Verbetes escritos do lugar do lexicógrafo (francês, inglês, espanhol, português, brasileiro)

Aqui começa o elenco da pesquisa lexicográfica do verbete *crioulo* e dos verbetes de algumas formas derivadas de *crioulo* realizada nos dicionários a seguir listados. Às vezes, quando parece determinante, incluo o verbete de *língua* também. Os verbetes e suas

definições foram copiados *ipsis litteris* das obras referenciadas. Suponho que esse *corpus* vai me dar pistas para compreender em que momento a palavra *crioulo* virou sinônimo de língua e nome da língua.

1. Dicionários de língua francesa

- 1.1. MASSA, Françoise et Jean-Michel. *Dictionnaire encyclopedique et bilingue portugais-français – Cabo Verde-Cap-Vert*. vol. 3. Mindelo: Ponto & Vírgula edições, 2002.

creoulmente – adv. A la manière créole, c'est-à-dire capverdienne. Le terme a été inventé par Luís Romano pour marquer l'identité. Il insistait dans les années 1960 sur le créole, langue nationale du Cap-Vert, o caboverdiano.

crioulo – Voir língua crioula

Língua crioula, caboverdiano, língua cabo-verdiana, crioulo, pidjin – Langue, langues. C'est du créole, des créoles et du portugais au ou du Cap-Vert qu'il s'agit. Comme cette entrée mérite une place qui dépasse largement celle des pages du dictionnaire nous renvoyons à l'introduction ou deux longs paragraphes au moins sont consacrés à cette question. La bibliographie sur le problème général du créole est vaste ainsi que sur le (les) créole(s) du Cap-vert. Une section de notre bibliographie cite les ouvrages que nous connaissons. Les travaux de B. Lopes et A. N. Fernandes restent incontournables. N. Quint a étudié le créole d'une petite partie de l'île de Santiago. Plus près de nous, Manuel Veiga et Jürgen Lang. Ce dernier publiera en 2001 un dictionnaire dont la communauté scientifique attend beaucoup vu la qualité de ses travaux antérieurs. Le créole de l'intérieur de Santiago est qualifié de **crioulo fundo**.

Língua, língua que governa, língua que reina – expr. Langue, langue qui gouverne, langue qui règne. Cet axiome définissait clairement, pendant la période coloniale, la situation du portugais et du créole.

- 1.2. *Larousse Universel en 2 volumes*: Nouveau Dictionnaire Encyclopédique. Publié sous la direction de Claude Augé. Paris: Librairie Larousse, 1922.

créole – *adj. et n.* (espagn. *criollo*). Personne de pure race blanche, née aux colonies: *Joséphine de Beauharnais était une créole de la Martinique. Accent créole*, accent des créoles

(prononçant à peine les *r*). *N. m.* Patois des nègres aux colonies, formé de mots français vieillis ou défigurés et de mots empruntés un peu à toutes les langues étrangères.

créoliser – *v. a.* Habituer aux usages, au climat des colonies: créoliser des Européens. *V.n.* Adopter les moeurs des créoles.

(obs.: v=verbe, n=neutre)

1.3. *Le Robert Quotidien: Dictionnaire pratique de la langue française.* Paris: Dictionnaires Le Robert, 1996.

créole – *n. et adj.* XVII^e; port. crioulo <<serviteur nourri dans la maison>>, de crier <<nourrir>> 1. personne de race blanche, née dans les colonies intertropicales, notamment les Antilles (=> béké). Un, une créole. <<elle avait des langueurs de créole>> (Zola) – *adj. et n. m. parlars créoles, les créoles*, langues provenant du contact du français, de l'espagnol, du portugais, de l'anglais, du néerlandais avec des langues indigènes ou importées (Antilles). Le créole de la Guadeloupe, de la Martinique. Les créoles anglais de la Jamaïque, de la Barbade. 2. *n. f.* Grand anneau d'oreille. *Une paire de créoles en or.*

créoliser – *v.tr.* 1. XIX^e. Donner à (un usage de la langue) des caractères d'un créole. – *pronom. Langue qui se créolise.*

1.4. *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e siècle de Pierre Larousse, dans sa partie encyclopédique (le tome comprenant le mot "créole" a paru en 1869)*

créole – On donne généralement le nom de Créole à un individu de race blanche qui est né sur le continent américain ou dans les Antilles; mais ce mot désigne plus particulièrement le personnes qui, descendant d'une race blanche, sont nées sous les tropiques, à la Louisiane, à la Guyane, Aux. Antilles, au Brésil et aussi à l'île Maurice et à la Réunion.

1.5. *Nouveau Larousse illustré*, édition de 1902:

créole – *n. m.* Langage que parlent les Noirs des colonies et les Créoles dans leurs rapports avec les Noirs ou par manière de plaisanterie.

1.6. *Larousse*, édition de 1924:

créole – patois des Nègres aux colonies

1.7. *Petit Larousse*, édition de 1965:

créole – Langue parlée par les Noires

1.8. *Petit Robert*, édition de 1969, *apresenta o crioulo não como uma língua nem como um patois*, mas como:

créole – un système linguistique

2. Dicionários de língua inglesa

2.1. *The Columbia Encyclopedia*, Sixth Edition. Columbia University Press, 2004.

creole – [Span. *criollo* probably from *crío*=child], term originally applied in West Indies to the native-born descendants of the Spanish conquerors. The term has since been applied to certain descendants in the West Indies and the American continents of French, Portuguese, and Spanish settlers. The creoles were distinguished from the natives, the blacks, and from people born in Europe. A sharp distinction of interest always lay between the creoles, whose chief devotion was to the colony, and the foreign-born officials, whose devotion was to the mother country. Never precise, the term acquired various meanings in different countries. It has biological and cultural connotations. The term was early adopted in the United States in Louisiana, where it is still used to distinguish the descendants of the original French settlers from the Cajuns, who are at least partially descended from the Acadian exiles. The word is also commonly applied to things native to the New World, such as creole cuisine and creole horses. The term is also used in places distant from the Americas, such as the island of Mauritius, but there it has lost much of its original meaning. The picturesque life of the Louisiana creoles has been ably depicted in the works of Lafcadio Hearn, George Washington Cable, and Grace King.

creole language – any language that began as a pidgin but was later adopted as the mother tongue by a people in place of the original mother tongue or tongues. Examples are the Gullah of South Carolina and Georgia (based on English), the creole of Haiti (based on French), and the Papiamentu of Curaçao (developed from pidgin Spanish and Portuguese). Similarities among creoles worldwide have led some linguists to speculate that they share a common origin, probably Sabir (see *lingua franca*); others attribute the similarities to universal laws governing human language.

2.2. *The British Encyclopedia*, 1929:

creole – In itself, creole has no distinction of color; a creole may be a person of European, Negro or mixed extraction – or even a horse.

2.3. *The Oxford English Dictionary*, 1933:

creole – In the West Indies and other parts of America, Mauritius, etc. A person born and naturalized in the country, but of European (usually Spanish or French) or of African Negro race: the name having no connotation of color, and in its reference to origin being distinguished on the one hand from born in Europe (or Africa), and on the other hand from aboriginal.

2.4. *The Oxford Companion to the English Language*. Edited by Tom McArthur. New York: Oxford University press, 1992. p.270-271.

creolization – [...] “The term is also applied to cases where heavy borrowing disrupts the continuity of a language, turning it into a Creole-like variety, but without a prior pidgin stage. Some researchers have argued that Middle English is a Creole that arose from contact with Norse during the Scandinavian settlements (8-11c) and then with French after the Norman Conquest (11c). In addition to massive lexical borrowing, many changes led to such simplification of grammar as loss of the Old English inflectional endings. It is not, however, clear that these changes were due solely to language contact, since other languages have undergone similar restructurings in the absence of contact, as for example when Latin became Italian.” [...]

2.5. *Webster's ninth new collegiate dictionary*. Springfield, Massachusetts, U.S.A.: Merriam-Webster Inc., 1991.

Creole – *n* [F *créole*, fr. Sp *criollo*, fr. Pg *crioulo* white person born in the colonies] (1604) **1**: a person of European descent born esp. in the West Indies or Spanish America **2**: a white person descended from early French or Spanish settlers of the U.S. Gulf states and preserving their speech and culture **3**: a person of mixed French or Spanish and Negro descent speaking a dialect of French or Spanish **4a**: the French dialect spoken by many Negroes in southern

Louisiana **b**: HAITIAN **c** not cap: a language based on two or more languages that serves as the native language of its speakers

3. Dicionários de língua espanhola

3.1. *Básico Diccionario didáctico de español*. Madrid: SM, 1999, 3ed.

criollo – [adjetivo o sustantivo] 1. De Hispanoamérica: lenguas criollas. 2. Dicho de una persona, que tiene origen europeo pero ha nacido en Hispanoamérica.

3.2. *Real Academia Española*. Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua [...]. Compuesto por la Real Academia Española. Tomo segundo. Que contiene la letra C. Madrid. Imprenta de Francisco Del Hierro. 1729.

criollo – s.m. El que nace en Indias de Padres Españoles, ù de otra Nación que no sean Indios. Es voz inventada de los Españoles Conquistadores de las Indias y comunicada por ellos en España. Lat. *Patria Indus, genere Hispanus*. Acost. Hist. Ind. lib.4. cap.25. Esta fruta decian algunos *Criollos* (como allá llaman à los nacidos de Españoles en Indias) que excedía à todas las frutas de España. Ov. Hist. Chil. pl.380. Uno de los seis era Alemán mestizo de Santiago y *Criollo*. Cerv. Viag. cap.7.

3.3. Idem, 1783.

criollo – s.m. El hijo de padres europeos, nacido en América. *Europeorum filius Americae natus*.

3.4. Idem, 1899.

Criollo, Ila – (De criar) adj. Dícese del hijo de padres europeos, nacido en cualquiera otra parte del mundo. Ú. t. c. s. || Aplícase al negro nacido en América, por oposición al que ha sido traído de África. Ú. t. c. s. || V. **Cambur criollo**.

3.5. *Real Academia Española*, Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española, 1914.

Criollo, Ila – (De criar) adj. Dícese del hijo de padres europeos, nacido en cualquiera otra parte del mundo. Ú. t. c. s. || 2 Aplícase al negro nacido en América, por oposición al que ha sido traído de África. Ú. t. c. s. || 3 Dícese de los americanos descendientes de europeos. Ú. t. c. s. || 4 V. **Cambur criollo**.

3.6. *Real Academia Española*, Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española, 1925.

Criollo, Ila – (De criar) adj. Dícese del hijo de padres europeos, nacido en cualquiera otra parte del mundo. Ú. t. c. s. || 2. Aplícase al negro nacido en América, por oposición al que ha sido traído de África. Ú. t. c. s. || 3. Dícese de los americanos descendientes de europeos. Ú. t. c. s. || 4. V. **Cambur criollo**. || 5. Aplícase a la cosa o costumbre propia de los países americanos. *Manjar criollo*.

3.7. *Real Academia Española*, Nuevo Tesoro Lexicográfico de la Lengua Española, 1984.

Criollo, Ila – (Del port. *Crioulo*, y este de *criar*) adj. Dícese del hijo y, en general, del descendiente de padres europeos nacido en los antiguos territorios españoles de América y en algunas colonias europeas de dicho continente. Ú. t. c. s. || 2. Aplicábase al negro nacido en tales territorios, por oposición al que había sido llevado de África como esclavo. Ú. t. c. s. || 3. Dícese de la persona nacida en un país hispanoamericano, para resaltar que posee las cualidades estimadas como características de aquel país. Ú. t. c. s. || 4. Autóctono, propio, distintivo de un país hispanoamericano. || 5. Peculiar, propio de Hispanoamérica. || 6. V. **cambur criollo**. || 7. Dícese de los idiomas que han surgido en comunidades precisadas a convivir con otras comunidades de lengua diversa y que están constituidos por elementos procedentes de ambas lenguas. Se aplica especialmente a los idiomas que han formado, sobre base española, francesa, inglesa, holandesa o portuguesa, las comunidades africanas o indígenas de ciertos territorios originariamente coloniales. || 8. f. Cierta canción y danza popular cubana, en compás de seis por ocho. || **a la criolla**. loc. adv. A la manera criolla. || 2. *Amér.* Llanamente, sin etiqueta.

4. Dicionários de língua portuguesa de Portugal

4.1. *Lello Universal*: Dicionário Enciclopédico Luso-brasileiro em 2 volumes. Porto: Lello&Irmão editores, 1983.

crioula – *s. f. Bras.* Variedade de cana-de-açúcar.

crioulada – *s. f.* Povoação de crioulos. Grupo de crioulos.

crioulismo – *s. m.* Tendência nativista nas literaturas hispano-americanas.

crioulo – *adj. e s. m. (cast. criollo). Bras.* Diz-se dos animais descendentes de pais importados e já aclimados no país. Diz-se do animal oriundo de uma determinada fazenda, isto é, nascido e criado ali. *T. do Ribatejo.* Diz-se das aves de arribação, que não voltam aos lugares donde vieram. *Bras.* Nascido em certa localidade: *sou crioulo desta freguesia. Prov.* Criança de colo. Nome dado a línguas derivadas da fusão de uma língua de colonização com uma língua indígena. (Há línguas ou falares crioulos na África, na América, na Ásia e na Oceânia.) Pessoa de raça branca nascida nas antigas colônias. *Bras.* Negro, nascido no Brasil. Pessoa, animal e vegetal próprio de certas localidades.

língua – *s. f. (lat. lingua). Língua-mãe,* diz-se duma língua considerada em relação às que dela derivam: *O latim é a língua-mãe do português. Língua materna,* a do país em que se nasceu.

4.2. Dicionário on-line da Porto Editora, © Copyright 2003-2006. Site pesquisado em 04 de dezembro de 2006. <http://www.meusdicionarios.com.br/>

crioulo – *adj.* 1. que provém de países em que houve escravatura negra; 2. diz-se do dialecto ou língua que resulta da evolução de uma língua de contacto entre colonizadores e povos autóctones; 3. diz-se do dialecto falado em Cabo Verde; *subst. masc.* 1. indivíduo descendente de europeu nascido na América; 2. sistema linguístico que resulta da mistura da língua de um país colonizador com a língua ou línguas autóctones; 3. *antiquado* negro nascido no Brasil; (De *cria+ -olo*, ou do cast. *criollo*, «id.»)

5. Dicionários de língua portuguesa do Brasil

5.1. BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino.* Rio de Janeiro: UERJ:Brasil 500 anos e DINFO, 2000. CD-ROM.

CRIOULO, Criôulo. Escravo, que nasceo na casa do seu senhor. *Verna, ae. Masc. Cornel. Cels. Servus vernaculus. Macipiam vernaculum.* O adjectivo Vernaculus, a, um. he de Varro.

Quando o crioulo ainda he menino. *Vernnia, ae. Masc Senec. Philos.* Escravo, que não he crioulo. *Advena mancipium. Priscian.* Escrava crioula. *Serva vernacula, ae. Fem.*

5.2. KOOGAN/HOUAISS. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1993.

crioulo – adj.s.m. Diz-se de, ou pessoa de raça branca, nascida nas mais antigas colônias européias (Antilhas, ilha Bourbon, etc.). / Outrora, negro nascido na América; atualmente, qualquer homem negro. / Escravo nascido na casa do senhor. / Bras. (RS) O natural de (de qualquer região do Estado). / Cigarro feito de palha e fumo de rolo. / Dialeto falado pelos habitantes de antigas colônias européias na América (sobretudo nas Antilhas). / português falado em colônias ou possessões portuguesas da África. / Diz-se de uma galinha comum. / Diz-se de uma variedade de cana-de-açúcar.

5.3. *Dicionário Eletrônico HOUAISS da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. versão 1.0. Verbetes:

crioulo – adj.s.m. (c1596 PFrias 269) 1 ant. diz-se de ou cria, escravo 2 p.ext. que ou quem nasceu escravo nos países sul-americanos, p.opos. a quem já chegou da África com essa destinação 3 que ou quem, embora descendente de europeus, nasceu nos países hsp.-am. e em outros originários de colonização européia 3.1 que ou quem é nascido no Brasil (diz-se de qualquer negro) 4 que ou o que nasceu, ou foi produzido, nos países colonizados, p.opos. ao que é importado de países esp. europeus (diz-se de animal, vegetal ou objeto) <preferia um asno c. a um cavalo árabe> <o café era um típico c. do interior fluminense> 4.1 B que ou o que se origina de determinado lugar, região, estado (diz-se de pessoa, animal, objeto) <uma vaquejada c. dispersa nas caatingas> <conversou com um c. de Pedras Altas> 4.2 que ou o que não é de fora, não foi comprado; que ou o que é nascido na propriedade de alguém (diz-se esp. de animal) 4.2.1 que ou o que não tem raça definida, que é criado assistematicamente <um galo c. cujas rinhas ficaram na história> <o coronel louvava-se da sua criação de c.> 4.3 B que ou o que é feito de fumo de rolo e palha de milho (diz-se de um tipo de cigarro muito us. no interior) 5 MNH que ou aquele que ainda é de colo (diz-se de criança) 6 RIB que ou o que chega a alguma riba (diz-se de certas aves de arribação) 7 ÍND que ou quem é adotado, que desde pequeno é criado numa casa (diz-se de filho ou fãmulos) 8 LING diz-se de ou cada uma das línguas mistas nascidas do contato de um idioma europeu com línguas nativas, ou

importadas, e que se tornaram línguas maternas de certas comunidades socioculturais: crioulos franceses (Haiti, Martinica, Guadalupe), crioulos ingleses (Jamaica, Estados Unidos), crioulos portugueses (África, Índia, China), crioulos neerlandeses (Indonésia) [Apesar de freq. serem crioulos geograficamente afastados e oriundos de famílias lingüísticas diferentes, apresentam muitas semelhanças já que atendem a necessidades básicas de comunicação.] □ cf. pidgin, sabir □ c. do pastoreio ou pastorejo m.q. negrinho do pastoreio □ ETIM prov. der. vern. de cria (por sua vez regr. de criar) com term. -oulo, de orig.contrv., que tem sido ligada ao suf. -olo ou, cf. Nascentes, alt. na fala dos negros de criadouro 'susceptível de criar-se bem', do lat. creaturu part. fut. do v.lat. creäre 'criar' (*creaouro > *creoouro > *criouro > *crioulo),us. para designar 'o negro nascido nas colônias'; deve ter-se difundido através do esp. criollo (d1595) 'espanhol nascido nas colônias'; doc. no fr. crollo (1598), criollo (1643) com a acp. do esp.; acp. ling ocorre no fr. langue créole (1688) 'português de morfologia simplificada falado no Senegal', patois créole (1826) 'francês simplificado e misturado com dialetos locais falado nas colônias'; doc. no ing. creole (1737) 'indivíduo descendente de europeus nascido nas colônias do Oeste da Ásia ou nas colônias espanholas da América', (1748) 'língua européia simplificada e mista falada nas áreas de colonização européia'; ver cria-; f.hist. c1596 crjoulo, c1623 crioulo.

5.4. NASCENTES, Antenor. *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Brasil: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

crioulo – *s.f.* 1. indivíduo nascido na América e procedente de europeus; 2. dialecto dos crioulos, dialecto colonial.

5.5. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua portuguesa*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1975, 1ed.

crioulada – *s.f.* Bando de crioulos; criouléu.

criouléu – *s.m.* 1. *Bras.,RJ.* Baile popular, que se realizava em geral aos sábados, e no qual predominavam crioulos e pretos. 2. crioulada.

crioulinho – *s.m.* Pequeno crioulo (10). *Crioulinho do Pastoreio. Bras., S.V. Negrinho do Pastoreio. Crioulinho do Pastorejo. Bras., S.V. Negrinho do Pastoreio.*

crioulismo – [De *crioulo*+*-ismo*.] *s.m. Liter.* Nas literaturas hispano-americanas, tendência nativista.

crioulo – [De *criar*.] *Adj.* 1. Diz-se de indivíduo de raça branca nascido nas colônias européias de além-mar, particularmente da América. 2. Diz-se do dialeto falado por essas pessoas. 3. Dizia-se do negro nascido na América. 4. Pertencente ou relativo aos nativos de determinada região: *fumo crioulo, cavalo crioulo*. 6. Diz-se do dialeto português falado em Cabo Verde e noutras possessões portuguesas da África. 7. Diz-se da galinha comum, sem tipo nem raça definida. 8. *Bras.* Diz-se de qualquer indivíduo negro. [Sin. (RJ) nesta acepç: *bacurau*] 9. *Bras. RS.* Diz-se de indivíduo natural de qualquer parte do estado: *O rapazinho é crioulo de Bagé. S.m.* 10. Indivíduo crioulo (1,3,8 e 9). 11. *Bras.* Cigarro feito de palha e fumo de rolo. *Crioulo do Pastoreio. Bras., SS.V. Negrinho do Pastoreio. Crioulo do Pastorejo. Bras., S.V. Negrinho do Pastoreio.*

5.6. FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999, 3ed.

crioulada – [De *crioulo* + *-ada*.] *s.f.* Bando de crioulos; criouléu.

criouléu – [De *crioulo*] *s.m.* 1. *Bras., RJ.* Baile popular, que se realizava em geral aos sábados, e no qual predominavam crioulos e pretos. 2. crioulada.

crioulinho – [Dim. de *crioulo*.] *s.m.* Pequeno crioulo (11). *Crioulinho do Pastoreio. Bras., S.V. Negrinho do Pastoreio. Crioulinho do Pastorejo. Bras., S.V. Negrinho do Pastoreio.*

crioulismo – [De *crioulo* + *-ismo*.] *s.m. Liter.* Nas literaturas hispano-americanas, tendência nativista.

crioulista – [De *crioulo* + *-ista*] *s.2g. E.Ling.* Aquele que se dedica à crioulistica.

crioulística – [De *crioulo* + *-ist(a)-* + *-ica*.] *s.f. E. Ling.* O estudo das línguas crioulas e dos pídgins.

crioulístico – [De *crioulística*, com var. suf. (v. $-ico^2$).] *Adj. E. Ling.* Da crioulistica, ou relativo a ela.

crioulização – [De *crioulizar* (<*crioulo* + *-izar*) + *-ção*.] *s.f. E.Ling.* Processo de transformação de um pidgin em língua que tem falantes nativos. [Cf. *descrioulização*]

crioulo – [De *cria* (<*criar*) + el. Incerto (poss. **-oulo*, **-oilo* [do lat. *-olu*, pelo moçáraabe]), poss.] *Adj.* 1. Diz-se de qualquer indivíduo negro. 2. Diz-se de indivíduo branco, nascido nas colônias européias, particularmente na América. 3. *Ant.* Referente ao negro nascido no Brasil. 4. *Ant.* Referente ao negro nascido na América. 5. *Ant.* Referente ao escravo nascido na casa de seu senhor. 6. *Ant.* Referente àquele que nasce de pais de raças diferentes. 7. P. ext. Que não vem de fora: *galinha crioula; capões crioulos* 8. Diz-se da galinha comum, sem tipo nem

raça definida. 9. *E.Ling.* Referente a crioulo (12): *Língua crioula*. 10. *Bras. RS.* Diz-se de indivíduo natural de qualquer parte do estado: *O rapazinho é crioulo de Bagé. S.m.* 11. Indivíduo crioulo (1 a 6 e 10). 12. *E. Ling.* O resultado da transformação de um pídgm, ainda que no estágio de jargão (4), em língua que tem falantes nativos. [Tal como o pídgm (q.v.), o crioulo é tradicionalmente classificado tomando-se por base a língua lexificadora (q.v.): *crioulo de base portuguesa, crioulo de base holandesa, crioulo de base francesa.*]. 13. *E. Ling.* Denominação de muitas dessas línguas: *crioulo de Cabo Verde*. 14. *Bras.* Cigarro de palha e feito de fumo de rolo. *Crioulo de Cabo Verde. Gloss.* Crioulo (12) de base portuguesa falado em Cabo Verde (África). *Crioulo do Pastoreio. Bras., S.V. Negrinho do Pastoreio. Crioulo do Pastorejo. Bras. S.V. Negrinho do Pastoreio.*

crioulóide – [De *crioulo* + *-óide*.] *s.m.E.Ling.* Língua que, por suas características, se assemelha a um crioulo (13), embora não resulte de um processo de criouliização; semicrioulo, quase-crioulo.

descriouliização – [De *des-* + **crioulizar* + *-ção*] *s.f. E.Ling.* Processo de reestruturação de um crioulo (12) sob a influência da língua-padrão. [Cf. *criouliização*.]

8.5 Entrevistas

Como já mencionado na metodologia, fazem parte do *corpus* empírico as entrevistas feitas com cabo-verdianos realizadas aqui no Rio de Janeiro.

Apresento, então, as nove entrevistas em forma de tabela, com as minhas perguntas à esquerda e as respostas dos entrevistados à direita.

Volto a repetir-lhes os nomes e as caracterizações para melhor associação com os códigos a eles atribuídos. Os entrevistados, por ordem, foram:

E1) Rui Medina Delgado, estudante do curso de Direito da Universidade Santa Úrsula e presidente da Associação de Alunos de Cabo Verde no Rio de Janeiro (encontro realizado na própria universidade, em 22/11/2005, das 15h às 16:30)

E2) Luis Lima, estudante do 7º período do curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, de férias no Rio de Janeiro, há sete anos no Brasil, tem vinte e sete anos. (encontro realizado na casa do estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E3) Keila Mendes, estudante do 3º período do curso de Direito da Universidade Santa Úrsula, há dez meses no Brasil, tem vinte e dois anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E4) Helker Lírio Andrade Rosa, aluno do curso de piloto comercial de aviões ministrado pela Skylab, no Aeroporto Santos Dumont no centro do Rio de Janeiro, há aproximadamente dez meses no Brasil, tem vinte e um anos. (encontro realizado na casa do estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E5) André Rémo Andrade, aluno do curso de piloto comercial de aviões ministrado pela Skylab, no Aeroporto Santos Dumont no centro do Rio de Janeiro, há seis meses no Brasil, tem trinta e um anos. (encontro realizado na casa do estudante, em 16/01/2006, das 15h às 17:30)

E6) Carina David Lopes, estudante do 1º período do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, há duas semanas no Brasil, tem vinte anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/03/2006, das 09h às 11:30)

E7) Marina dos Santos da Graça, estudante do 3º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, há um ano e meio no Brasil, tem vinte e dois anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/03/2006, das 09h às 11:30)

E8) Indira Tavares, estudante do 3º período do curso de Administração da Universidade Santa Úrsula, há um ano e meio no Brasil, tem vinte e dois anos. (encontro realizado na casa da estudante, em 16/03/2006, das 09h às 11:30)

E9) Adelaide Tavares Monteiro Lima, estudante de pós-graduação em Letras Neolatinas (Curso de Mestrado) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientanda do Professor Doutor Pierre Guisan, há um ano e meio no Brasil, tem trinta e quatro anos. (encontro realizado na PUC-Rio, em 19/05/2006, das 12:30 às 14:30, por ocasião do minicurso ministrado pelo Professor Louis-Jean Calvet)

Abaixo, a tabela 1 com as perguntas feitas por mim e as respostas dos entrevistados.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Que língua você fala?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Português, minha língua materna, arranho um pouco de francês e de inglês. • E2 Português, holandês, inglês e o nosso dialeto. • E3 Português, crioulo de Cabo Verde, um pouco de inglês e de francês. • E4 Português, algum inglês e francês, e o dialeto crioulo. • E5 Português e o nosso dialeto. Falo um pouquinho de holandês e de francês. • E6 Português, crioulo. A gente aprende português desde pequeno. Sabe distinguir o crioulo do português, porque ouve no rádio, na TV, o irmão mais velho que já

	<p>está na escola... Não é tão estranho quando chega na escola e aprende o português.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E7 Falo crioulo. Mas na creche, já vão te incentivando a falar português. • E8 Crioulo. • E9 Crioulo, português. Francês não falo fluente, não é como o português. As duas línguas eu falo em Cabo Verde todo dia.
2. Qual o nome da língua de seu país?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Está sendo definido. Há outros crioulos no mundo, como os de Suriname e da Guiné. Às vezes falam língua cabo-verdiana, às vezes, língua crioula. Eu acho que 'crioula' não é nome de língua. • E2 Crioulo. • E3 Crioulo de Cabo Verde. • E4 Crioulo de Cabo Verde. • E5 O nome é Crioulo de Cabo Verde ou Cabo-verdiano. Pode ser esses. • E6 É crioulo mesmo. • E7 Crioulo. • E8 Crioulo. • E9 Tem duas: crioulo – na rua todo mundo fala que a língua é crioula. Eu, por causa da consciência de língua que eu estou, eu digo que falo cabo-verdiano.
3. Você considera seu país multilíngüe?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Considero bilíngüe: cabo-verdiano e português. • E2 Sim. • E3 Sim. • E4 Acho que sim. Os crioulos são diferentes. Há o crioulo das ilhas de sotavento e os das ilhas de barlavento. • E5 Sim. • E6 Considero porque lá as pessoas podem aprender crioulo, quer dizer, português, francês, inglês. • E7 Considero, porque também Cabo Verde não pertence só a países lusófonos, pertence também a países francófonos. • E8 Considero, porque se fala vários crioulos e português. Tem os crioulos de Barlavento e de Sotavento, são muito diferentes. • E9 Eu posso falar multilingue com o sentido de que é mais de uma língua.
4. Há mais cabo-verdianos fora que dentro de Cabo Verde?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Sim. • E2 Sim, bem mais. • E3 Muito mais. • E4 A maioria vive fora. Mas muitos voltam. • E5 Sim, mas os parentes ficam nas ilhas e aí muitos retornam para viver nas ilhas. • E6 Eu acho que é. Recentemente tem muitos italianos e chineses. Estão investindo no turismo e no

	<p>comércio. Até os chineses aprenderam a falar crioulo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E7 Sim, porque o cabo-verdiano tem um sentimento aventureiro, de ir procurar o que não encontrou em Cabo Verde. • E8 Acho que sim. Começa pelos pais que vão estudar fora, aí mandam buscar os filhos, os parentes, e aí vai todo mundo. Mas muito desses que vão contribuem mandando dinheiro para quem não quer ir. • E9 Dizem que sim. Mas estatisticamente não sei. Há essa impressão. Eu até já tirei esse dado, mas agora ...
5. Como anda o sistema educacional?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Manuel Veiga é o Ministro da Cultura e tenta fazer muita coisa pela língua. O site oficial é www.governo.cv. Em julho deste ano (2005), deveria ter havido a oficialização da língua cabo-verdiana (crioulo) através de um diploma, já que é o 30º aniversário da independência do país. Começamos a estudar a matéria “Cultura cabo-verdiana” em 1998, só no Ensino Médio. • E2 Agora temos uma universidade nacional: o I.S.E., o Instituto Superior de Educação. Há uma outra Faculdade particular que é a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Fica na cidade da Praia em Santiago. • E3 O aluno entra na 1ª classe e vai até a 6ª classe e só aprende português. Do 7º ano até o 10º ano, aprende duas línguas estrangeiras: o francês e o inglês. Do 11º ano ao 12º, dependendo da área: se for área econômico-social aprende francês ou inglês, se for área de ciências humanas aprende francês e inglês. • E4 É bom. Curso médio bancado pelo Estado; deve ter bem poucas escolas particulares. • E5 Mais ou menos. O curso superior é o Jean Piaget, particular. Tem algumas engenharias, não tem medicina. • E6 Mais ou menos. Nada de bom. Há coisas que precisam mudar. O sistema de ensino, de avaliação, as disciplinas. Eu como aluna me sinto prejudicada pela forma da avaliação. • E7 Precisa mudar muita coisa. Já houve uma reforma, mas só mudou o nome. • E8 Acho bom. Tem o curso até a 6ª classe, e depois tem o Liceu ou o Ensino Secundário que vai do 7º ano ao 10º ano. • E9 Olha, por causa do que estamos a falar, vou só falar duas coisas. Tem dois problemas nesse momento no Sistema Educacional: tem problemas com a situação lingüística do país. Há queixas de que os alunos não estão a dominar o português, como instrumento de aprendizagem. E introdução do crioulo na escola, que realmente as pessoas não sabem se é sim ou não. Se querem ou não. Tem esse dilema. É mais um dilema de

	<p>querer.</p> <p>Há uma instituição Corpo da Paz, os americanos montaram cursos de língua cabo-verdiana e do português para os que trabalham como professores de língua inglesa em Cabo Verde. E aí aprendem o português e o crioulo, porque ensinam inglês nas escolas públicas. Tem ensino básico – do 1º ao 6º ano – no 6º ano, o aluno escolhe o inglês ou o francês. Faz dois anos, e, depois, se quiser, pode aprender outra. Eu não sei como está agora, porque mudaram o sistema. Mas até o final, 12º ano, ele tem língua estrangeira.</p>
<p>6. O português é língua obrigatória? E o <i>crioulo</i> cabo-verdiano?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 O aluno só fala o português na sala de aula porque é obrigado. O crioulo é língua doméstica, falado fora da escola. No trabalho, nas escolas e nas igrejas é falado o português. Isso foi uma emenda de 1998. • E2 É. O crioulo é a língua mais falada, língua materna. • E3 É. Você às vezes é discriminado porque fala crioulo em um lugar onde você deveria falar o português. • E4 Só o português que é obrigatório. O crioulo é falado desde que a pessoa nasce. Mas se você quiser falar só português, quase ninguém vai te entender. • E5 É. O crioulo é língua materna, do dia-a-dia. • E6 O português só é usado nas salas de aula. Usamos o crioulo no dia-a-dia. • E7 É a língua oficial. Não é obrigatório. Pode-se falar ou não. O crioulo é falado o tempo todo, menos na escola. • E8 Falar português é importante porque é a língua oficial. O crioulo é pra tudo o mais. • E9 O português é língua obrigatória porque o ensino é feito em português. Isso não é tão objetivo porque você pode falar em crioulo, o professor, dependendo, não é obrigado a responder, pode responder em crioulo. Pode-se encontrar um professor que dê aula em crioulo. Os mais antigos não dão. É mais fácil encontrar um professor que tenha feito a formação pós-independência é mais fácil aceitar isso [falar em crioulo em sala de aula]. O crioulo é obrigatório porque você tem de falar o crioulo para viver o dia-a-dia, para se comunicar.
<p>7. Como anda a gramatização do <i>crioulo</i>: notícias sobre gramática e dicionário?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Há algumas gramáticas feitas por cabo-verdianos, o próprio Manuel Veiga fez uma, e outras fora do país, principalmente nos Estados Unidos, para ensinar os cabo-verdianos que moram lá. Mas lá em Cabo Verde só circulam para comprar gramática e dicionário portugueses de Lisboa. Conheço o dicionário feito por Jean Phillippe Massa sobre o crioulo de Cabo Verde. O <i>site</i> sobre isso, que fala do dialeto da Praia em Santiago, é

	<p>www.priberam.pt.dpcv , eu acho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E2 Última notícia que tenho é que seria feita por associação francesa, a gramática. Nunca vi o livro. Dicionário nunca vi. Está em estudo, acho. • E3 Nunca vi a gramática do crioulo. Sei que tem dicionário de crioulo feito por pessoas que não são cabo-verdianas. Eu não tenho. • E4 Vi uma vez anunciado no <i>site</i>, uma notícia sobre o dicionário, mas não vi nada sobre a gramática. • E5 Tem uma gramática do Manuel Veiga. Mas não é de uso, porque na escola não se estuda o crioulo. • E6 Gramática eu não sei. Quando estava estudando lá, há dois anos atrás em 2004, a professora de língua portuguesa deu em sala de aula o alfabeto crioulo. A professora trazia músicas e poemas dos Claridosos em crioulo para a gente analisar em português. A análise era escrita em português. • E7 Eu tenho um dicionário de crioulo, mas deixei lá (em Cabo Verde). Só usei para meu próprio uso. A gente costumava estudar a literatura cabo-verdiana dentro da língua portuguesa. Depois, em 1999-2000, entrou a matéria Cultura cabo-verdiana separada de Língua Portuguesa. Porque era irônico estudar a cultura cabo-verdiana em língua portuguesa. A gente analisava poemas de Manuel Lopes e de Baltazar Lopes da Silva. São poetas cabo-verdianos, mas viveram em Portugal. Escreveram em português e em crioulo. A escrita das análises era em português. • E8 Gramática do crioulo, já peguei nela. O autor é o Manuel Veiga, o atual ministro da cultura até esse ano, porque são quatro anos de governo lá. Mas ele sempre foi mais poeta, historiador, menos político. Eu estudei com ele. Não na escola. Ele trabalhava num local perto do Liceu, e eu escolhi fazer meu projeto de Cultura cabo-verdiana com ele. As gramáticas podem ser compradas em livraria. As escolas não adotam. • E9 Estão aparecendo cada vez mais. Tem gramática feita por lingüista cabo-verdiano, dicionário por estrangeiro. O dicionário feito por cabo-verdiano está em elaboração. Têm alguns (muito pouco, um ou dois) por estrangeiros em Cabo Verde. Eu tenho gramáticas: a do Manuel Veiga; esboço de gramática de Dulce Pereira – é portuguesa; e gramática descritiva do Baltazar Lopes, e dicionários também. É normalmente de uma variante, a gramática. Você tem uma que é de uma variante, mas tem outra que cobre todas. Dicionário, tenho um, do francês Nicolas Quin, crioulo-francês/francês-crioulo.
8. Qual a língua usada na TV? E no	<ul style="list-style-type: none"> • E1 É o português. Quando o político vai fazer

<p>Cinema? E no Rádio? E na Mídia impressa? E nos documentos, nas instituições, nos órgãos governamentais, nos locais de trabalho em geral?</p>	<p>comício em praça pública, usa o crioulo. No Rádio, há alguns horários em língua cabo-verdiana. Os DVDs vêm falados em português de Cabo Verde, e há alguns com a legenda em português, alemão, francês e espanhol.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E2 Português, a maioria. Só quando é lazer é que usa o crioulo. Pra informação, noticiário, programas educativos é o português. Programa de auditório, teatro é crioulo. Programa político, às vezes, falam em crioulo, o debate é em crioulo. • E3 O cinema é dublado em português. Tem poucos filmes. • E4 Tem uma rádio específica só em crioulo, FM. Na verdade, 78% crioulo e 28% português. A RTC, Rádio e Televisão de Cabo Verde; a maioria é em português. • E5 Português. Porque quando vai e fala em português, é o doutor, mas quando vai e fala em crioulo, é um pobre coitado (risos). • E6 Português quase sempre. Escutamos o crioulo de vez em quando. Quando entrevista pessoas na rua é em crioulo, o jornal é em português. Só tem um canal de TV e é estatal. O rádio tem mais crioulo que a TV. O noticiário das 18h é em crioulo, “Na lingua di terra”. A mídia impressa é em português. Os documentos, é tudo em português. • E7 Mas tem programas de diversão, político e educativo em crioulo na TV. Tem uns dedicados à cultura cabo-verdiana, como “Monumentos e Sítios” e “Lua Cheia” que mostra a noite de Cabo-Verde, as mornas, as músicas em geral. Na mídia impressa, no jornal “A Semana”, há um caderno de fofoca (risos) que é misturado crioulo com português. Não sei se usa o alfabeto crioulo porque é o crioulo de Santiago, acho que é inventado. Porque os crioulos há vários, por isso é difícil de se oficializar uma única escrita. Nas coisas oficiais mesmo é em português. • E8 Só tem um canal e a maioria dos programas é em português. Agora é que estão deixando aparecer mais o crioulo. Os filmes são dublados e legendados em português. Tem filmes cabo-verdianos e também brasileiros. Teve um filme que atores brasileiros foram para Cabo Verde para fazer um filme sobre o livro “Testamento do Senhor Napomuceno Silva Araújo” do Germano Almeida, um dos melhores autores de Cabo Verde. Ele aporuguesa o crioulo. O livro é escrito em português misturado com o crioulo. Documentos é em português. Ao falar com o presidente da Câmara ou uma outra autoridade, dependendo do lugar em que você esteja, você pode falar em crioulo com ele. Os professores
---	--

	<p>exigem que a gente fale em português com eles. Antes acho que era pior. Mas se o ambiente for formal tem de ser em português.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E9 Na TV, as duas. Depende do assunto. Com maior incidência o português, e quando dá entrevista é crioulo. A publicidade aparece nas duas línguas. No cinema, são filmes com legenda em português. Tem um filme cabo-verdiano feito por um português em português, alguns personagens falam em crioulo. Na mídia impressa, em português. Às vezes, muito raro, artigos de opinião em crioulo. Há muitas expressões crioulas misturadas ao texto em português. Nas instituições, tem as duas coisas. Escrito é tudo em português. Há deputados que falam em crioulo, há outros que falam em português, no Parlamento. As atas refletem a discussão, ora aparecem escritas em crioulo, ou em português. O alfabeto proposto em 98, algumas instituições usam esse alfabeto, e o Parlamento usa esse alfabeto. Está oficial, mas é experimental, apesar de o período de experimentação já ter terminado.
<p>9. E na escola de Ensino Fundamental e Médio, o português é obrigatório?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Sim. • E2 Sim. Até antes de 1975 era proibido falar em crioulo na escola. • E3 Sim. Mais ou menos 0,1% da população entra sabendo alguma coisa de português. Há famílias que tentam, por ter parentes que falam português, ensinar o português às crianças antes de entrar na escola. • E4 Antes, na época dos meus pais, era proibido falar em crioulo lá dentro. Agora já mudou. • E5 Todos os professores só falam em português. Mas os professores primários são a maioria cabo-verdianos, e devem falar crioulo quando saem de lá. • E6 É. • E7 É. • E8 É. • E9 Obrigatório, mas ninguém vai ser punido se usar o crioulo. Talvez obrigatório não seja a palavra certa.
<p>10. E na Faculdade, também?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Sim. • E2 Português. • E3 Só português. • E4 Tudo é em português. • E5 Português. • E6 Na faculdade também. Até porque lá não tem faculdade. Quer dizer, tem as particulares: a ISCEP – Instituto Superior de Ciências Empresariais, a IESIG – Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça, e a Jean Piaget. A ISEC MAR – Instituto Superior de Ensino de Ciências Marítimas, o ISE – Instituto Superior de

	<p>Educação e o IP – Instituto Pedagógico são do governo. Agora é que se está organizando a faculdade de Cabo Verde.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E7 Na faculdade também. Estão organizando também a faculdade de Cabo Verde e a faculdade lusófona, que já existe em Portugal e está indo para Cabo Verde. Já se instalou, é particular, muito cara, mas não sei se as aulas já começaram. • E8 Na faculdade também. A faculdade de Cabo Verde só existe projeto. Tem que ir para outros países para fazer os cursos. As faculdades são caras. Os livros são caros e não há livros para todos. As bibliotecas são pobres, esta é a palavra. Os professores não têm todos a formação adequada para o ensino superior. A maioria dos professores são de Portugal ou do Corpo da Paz, uma organização internacional. Os que não encontram lugar em Portugal vão para Cabo Verde para dar aula. Os do Corpo da Paz costumam dar inglês. • E9 A maior parte dos professores falam em português, mas há professores da área da saúde e da matemática que dão aula em crioulo.
<p>11. Há outras línguas obrigatórias no país, no ensino?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Só nos casos da língua estrangeira na escola como expliquei antes.(o entrevistado se referia à resposta dada na pergunta 5) • E2 Não. Até 1994, era obrigatório o Francês e o Inglês até o final do Liceu, que é o ensino secundário – 6ª à 12ª classe. O latim também era obrigatório, mas só para os direcionados para Letras e na 11ª e 12ª classes. Agora, da 7ª à 10ª, só uma língua é obrigatória: ou inglês ou francês. A partir da 10ª, direciona para uma área: Humanística, Ciências Tecnológicas, e Econômico-social. • E3 É, tem o inglês e o francês. Mas escolhe uma ou outra. A cultura de Cabo Verde não era estudada. Só de alguns anos pra cá é obrigatório. Na 10ª classe, é o único ano que estuda a Cultura cabo-verdiana como matéria. • E4 Inglês ou francês da 10ª classe em diante. • E5 Inglês ou francês. • E6 Inglês e francês. No ensino secundário, os alunos são obrigados a falar quando da aula, ou em português quando não entende alguma coisa. • E7 Inglês e francês. No 7º e 8º ano você escolhe, mas, no 9º ano, tem que se fazer as duas. Dá a maior confusão isso aí. Porque você tem, em cada uma, uma formação, que você escolhe no 7º ano. Aí os níveis de uma língua e de outra ficam diferentes quando você tem de fazer a que você não escolheu. • E8 Inglês e francês. Eu peguei antes da reforma, que você tinha que estudar francês nos dois últimos anos do

	<p>ensino primário. Depois da reforma, o francês passou para o 7º ano.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E9 Obrigatório para ser utilizado é o português. Obrigatório para o aprendizado: o inglês e o francês. Há escola privada, por exemplo, tem uma escola francesa, todo o ensino é feito em francês. Acho que foi criada pela Embaixada mesmo ou missão francesa, alguma coisa assim.
12. Desde quando é falado o <i>crioulo</i> ?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Acho que mais ou menos em 1500. Porque foi povoamento, não foi colonização, não havia pessoas na ilha. Isso começou em 1460. Havia várias tribos africanas como os papeis, balantos e outros, o europeu português, os holandeses, árabes e judeus. Tentaram imitar a colonização da Ilha da Madeira. Mas lá na ilha o clima é tropical seco, sopra uma bruma seca em maio e junho. Turista não agüenta. Parece que a língua nasceu na Capitania de Ribeira Grande, hoje é chamada de Cidade Velha. Foi a primeira cidade das Ilhas a que mais se desenvolveu. Havia também a Capitania de Alcatraz. Mas a que interessa é a da Ribeira Grande. Foi a primeira cidade ultramarina europeia. • E2 Desde muito tempo. • E3 Foi estratégia dos portugueses para colonizá-los. Levavam um grupo de escravos de diferentes países, diferentes etnias para criar dificuldade lingüística. A partir daí surgiu o crioulo. • E4 A ISE, a universidade, os cursos não são reconhecidos, o diploma não tem valor, a moeda, o escudo cabo-verdiano, pode ser trocada por dinheiro lá em Lisboa por causa de um acordo, mas em nenhum outro lugar do mundo. Lá (em Cabo Verde) aceitam todas as moedas. • E5 Acho que desde que as ilhas foram povoadas. • E6 Acho que desde a época da colonização. Mas o crioulo que falamos agora é uma mistura do inglês, do português. O crioulo que a gente fala inclui palavras brasileiras e americanas. Eu acho que todos os dias inventam gírias em crioulo. Cabo Verde é um país aberto. • E7 Desde a colonização. Falaram que eles (os escravos) misturaram o português coma as línguas africanas, quer dizer, as línguas europeias com as línguas africanas para não serem entendidos e para se comunicarem com os patrões. • E8 Desde o tempo em que Cabo Verde foi colonizado. Mas quem fala crioulo entende o português sem precisar ir à escola. Pode arranhar um pouquinho de português, porque o crioulo tem português, mas é difícil.

	<p>Pode falar um pouquinho sem notar que está falando.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E9 Olha, pelo que eu sei, sempre se falou o crioulo em Cabo Verde. Um século após a descoberta, em Cabo Verde, já se falava o crioulo.
13. Quantas línguas africanas sobreviveram no país?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Nenhuma. A língua materna é noventa e poucos por cento de português mais algumas palavras africanas. • E2 Não tenho notícia. • E3 Não sei. • E4 Nenhuma, acho. • E5 Acho que nenhuma, porque o crioulo incorporou todas, no final das contas. • E6 Só teve uma língua que é o crioulo. • E7 Cabo Verde é diferente dos países afros que tem muitas línguas e muitos dialetos. • E8 O crioulo, que tem muitas variantes. O crioulo só é falado em Cabo Verde e na Guiné. Mas é o crioulo de Santiago que é parecido com o da Guiné. O das outras ilhas não é parecido. Tem o “badiu” que é o nome dado para o crioulo falado na ilha de Santiago porque os escravos fugiam pro interior da ilha de Santiago e os portugueses os batizaram de “vadios”. Os descendentes dos badiu são os “rabelados”. Eles conservam os hábitos dos escravos antigos, seus antepassados: moram em casa de palha, dormem no chão, e raramente deixam entrar um jornalista. Ficam no interior da ilha de Santiago e falam o crioulo puro, mesmo. Há também o “sampadjudu”, o outro tipo de crioulo, diferente do de Santiago. • E9 Nenhuma. Não temos línguas africanas. Não faladas pelos cabo-verdianos.
14. Em que língua se escrevem os livros de história oficiais?	<ul style="list-style-type: none"> • E1, E2, E3, E4, E5, E7, E8, E9 Em português. • E6 Em português. Mas o conto tradicional, as lendas e as anedotas se escrevem em crioulo.
15. Há livros escritos por cabo-verdianos? Em que língua?	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Sim, há. Em crioulo e em português. • E2 Muito. Tudo em português. • E3 Livro em português, mas algumas poesias em crioulo. • E4 Tem o Bartolomeu Varela, escritor, só escreveu em crioulo. Mora em Cabo Verde, era deputado. • E5 Há autores que procuram escrever só em crioulo. Mas têm livros publicados em português também. • E6 Sim, em português. • E7 Sim, basicamente em português. • E8 Sim, em português. Só poemas de Daniel Spinola, por exemplo, que só escreve em crioulo. • E9 Há literatura escrita em português; em crioulo, claro, que em muito menor número.
16. Segundo “A Sementeira”, livro	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Na época do Salazarismo, em Portugal, Baltazar

<p>escrito por Manuel Veiga, atual ministro da cultura, já defende “o ensino do crioulo na escola”. O que você tem a me dizer disso?</p>	<p>Lopes em Cabo Verde fazia parte dos Claridosos, um movimento nacional que publicou o jornal Claridade para denunciar a repressão que os cabo-verdianos sofriam, como resistência e tentativa de dar uma identidade ao cabo-verdiano. Baltazar escreveu sobre o cabo-verdiano e em cabo-verdiano. Há pessoas da época da revolução que não falam o cabo-verdiano e acham que não é língua. Mas é claro que acho que deve ser ensinado nas escolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • E2 Totalmente a favor. O ensino fica mais fácil. O português ainda é uma barreira em Cabo Verde. • E3 Muito pouca gente fala o português. Acho que o crioulo deve ser ensinado nas escolas. • E4 É difícil porque o crioulo não tem escrita e para isso acontecer acho que vai demorar. • E5 Acho que deve ser assim. O crioulo é nossa língua materna. • E6 Eu não sei. Algumas particularidades do crioulo vai se perder. O crioulo de Santo Antão vai ficar de lado, por exemplo, e isso não é bom para uma cultura. Tem de haver a diferença e a diferença deve ser respeitada. Mas a gente tem uma cultura europeizada, mais do que africanizada. Quando uma pessoa faz perguntas sobre a África pra mim, eu não sei responder. Uma vez um homem perguntou sobre os animais ferozes, a floresta. Não sabia responder nada. Cabo Verde não tem aquelas máscaras de espantar espírito, dança tribal. Nossa cultura é diferente, foi perdendo esse lado africano. • E7 Eu não sei. Acho que é a maior confusão que vai dar. Com as variantes, eu não sei se é justo, impor o crioulo de Santiago. • E8 Também não sei. Chegar em São Nicolau e Santo Antão e ensinar para eles falar o crioulo de Santiago? Eu não tenho nada contra. Mas se eu tirar o português, eu estou tirando uma parte da história de Cabo Verde, se eu tirar o crioulo, estou tirando uma parte da história também. A nossa cultura vem do português, o que a gente come, o que a gente veste são da cultura portuguesa. Acho que os dois devem ser ensinados igualmente. • E9 Eu concordo, eu concordo. Introduzir na escola é uma coisa. Como e quando é uma outra questão. Acho que nesse momento é preciso trabalhar o ‘como’.
<p>17. Qual a importância de Antonio Carreira, como historiador cabo-verdiano, e de seus livros de história sobre as Ilhas de Cabo Verde?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 A gente estuda nos livros dele na escola. Os livros deles são adotados pela escola. Eu estudei nesse livro. (mostrado pela entrevistadora) • E2 Esse livro a gente estuda na escola. • E3 Estudamos no livro dele a história de Cabo Verde.

	<ul style="list-style-type: none"> • E4 A gente não estuda a história de Cabo Verde na escola. Só a cultura. • E5 Faz muito tempo, mas é no livro dele que lemos sobre a história de Cabo Verde. • E6 Não conheço esse livro. Não conheço. • E7 Já li a análise de um sociólogo sobre o povoamento de Cabo Verde, a história. O nome do livro é “A diluição da África”, ele estudou aqui no Brasil. Eu não lembro o nome dele. • E8 Não me lembro. Só no 10º ano, a gente tem a matéria de Cultura de Cabo Verde. Não tem história como a gente estuda a história de Portugal. • E9 Não estudei o livro. Apenas alguns estudos. Na escola a gente não explorou o livro. Conheço o livro de outros estudos que fiz. Fiz lingüística em Portugal, em Lisboa, na Faculdade de Letras de Lisboa.
<p>18. Houve algum momento em que a língua de Cabo Verde foi proibida por Portugal?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • E1 Não tenho certeza, porque a gente não estuda isso na escola, mas acho que foi, no século XVIII. • E2 Provavelmente. • E3 Talvez. Não estudamos isso. • E4 É possível. Mas não sei se foi como você (a entrevistadora) está dizendo que aconteceu no Brasil, foi proibida através de lei. • E5 Acho que sim, já que até pouco tempo era proibida na escola. • E6 Acho que na época da colonização. Mas não sei. Eu acho que havia mais interesse no Brasil do que em Cabo Verde, porque no Brasil tinha muito mais riquezas e Cabo Verde era apenas um porto de escala. Cabo Verde ficou meio abandonado. O Império pode ter tido vontade de acabar com o crioulo, mas não chegou a acabar. • E7 Acho que na época dos Claridosos. Eles queriam escrever. Foram proibidos de escrever em crioulo, mas de falar não. • E8 Acho que na época da colonização, mas não tenho notícia. Estou falando isso porque acho óbvio. Mas na época dos Claridosos, as manifestações de fala em grupo, como cantar, declamar poesias em crioulo foram proibidas. • E9 Olha, o que eu sei é que há textos que proibiam, mas não há leis nem nada. Por exemplo, na administração só podia falar em português. Mas nunca li nada que alguém sofresse algum castigo por causa disso [falar em crioulo ao invés de português].

Tabela 1 – à esquerda, as dezoito perguntas feitas nas entrevistas; à direita, as respostas dos falantes cabo-verdianos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)